Volume III

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

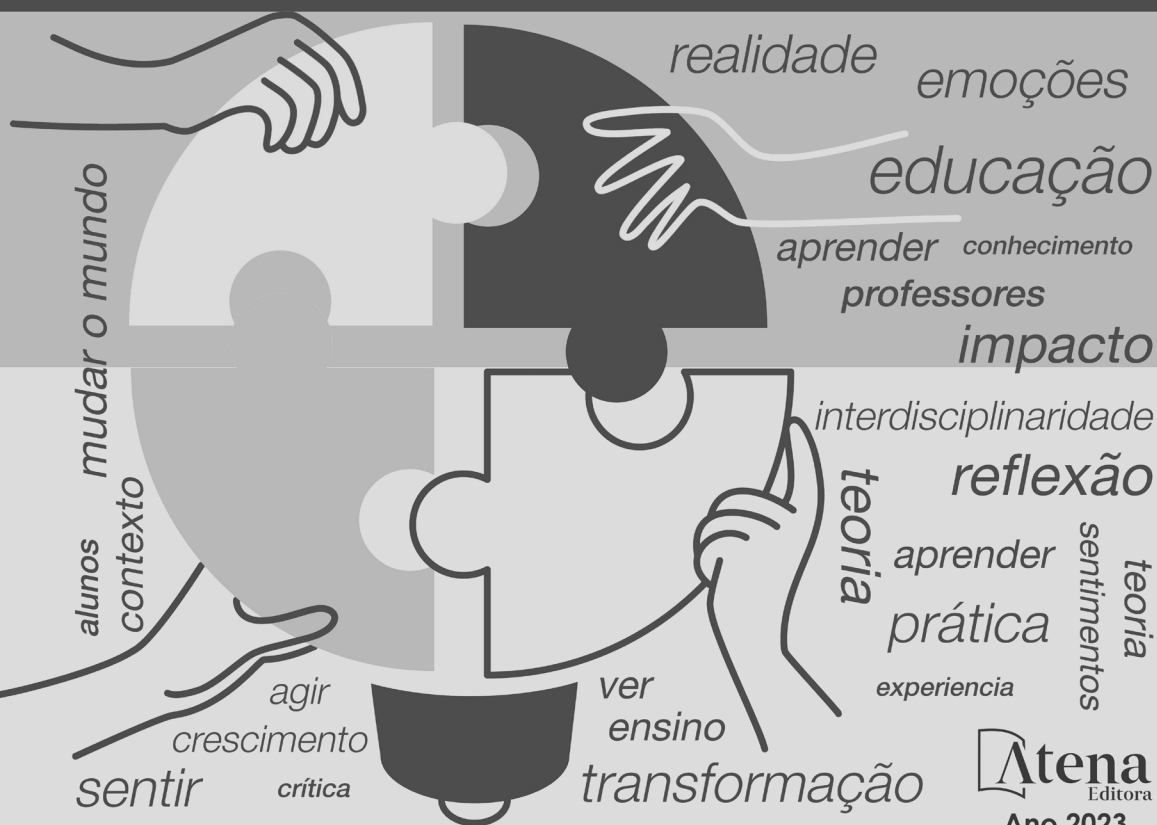
Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena Editora
Ano 2023

Volume III

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Ano 2023

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática - Volume 3

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática - Volume 3 / Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia Cristiane Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1176-5
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.765230504

1. Educação. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora). II. Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

É com sensação de contentamento que recebemos a publicação do terceiro volume da coletânea "Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática", organizado pelas professoras Anaisa Alves de Moura e Márcia Cristiane Ferreira Mendes. Esta obra, que segue a gênese dos volumes anteriores, agrega estudos e pesquisas que abordam temáticas plurais e interdisciplinares, constituindo-se em referência oportuna para a leitura de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais.

A abordagem de temas contemplando diferentes olhares e/ou referenciais teórico-metodológicos provenientes de áreas de conhecimento faz-se importante na produção do saber científico nas Ciências da Educação. Dito de outra forma, reconhecemos aqui a valiosa contribuição de construtos teóricos à luz da Filosofia, da Sociologia, da Administração, da Psicologia, da Saúde, da História e das Artes para o entendimento da complexidade das questões educacionais da atualidade.

A coletânea em questão acerta em agregar, na presente edição, textos que abordam temáticas diversas, contemplando temas relacionados às questões sociais, sanitárias, culturais, educacionais, pedagógicas e políticas sob o prisma de estudiosos e pesquisadores de diferentes contextos territoriais e instituições de ensino e de pesquisa.

Nesses tempos incertos em que vivemos, cada vez mais precisamos da ciência e dos conhecimentos por ela produzidos na perspectiva de encontrarmos pistas ou alternativas para a superação dos desafios enfrentados pela humanidade. Para tanto, fazem-se necessários investimentos em pesquisa e em recursos humanos. Acrescentamos ainda que a valorização da produção científica, inevitavelmente, requer o apoio financeiro para a divulgação e a circulação de estudos realizados por pesquisadores, uma vez que a socialização coletiva é uma de suas finalidades

Os artigos integrantes da presente obra merecem destaque por apresentarem discussões pertinentes e atuais, proporcionando contribuições para o debate acadêmico em suas (sub) áreas de conhecimento. Ademais, possibilita ao leitor a ampliação de seu processo formativo, notadamente no que se refere à formação intelectual. Ao procedermos nas leituras dos textos, logo percebemos o cuidado e a atenção dos autores na construção teórico-metodológica das investigações realizadas, aspecto este que consideramos válido e essencial em trabalhos científicos

Ainda sobre os textos reunidos no volume III, observamos que a linguagem e a forma de escrita adotadas possibilitam a compreensão por parte de sujeitos ainda externos ao ambiente acadêmico, o que nos leva a refletir sobre o papel social das pesquisas produzidas nas instituições de ensino.

Entendemos que o conhecimento científico deve-se espalhar por todos os cantos, alcançando diferentes contextos territoriais e populacionais, dos centros

urbanos aos locais mais afastados ou “invisíveis” aos olhos das instituições. É uma das formas que podem ser efetivadas na perspectiva da democratização do acesso ao saber historicamente acumulado pela humanidade e inovações na área cientifica

Nossa recomendação é que essa terceira coletânea, assim como as edições antecessoras, não apenas ocupem espaço físico nas prateleiras das bibliotecas e das casas dos leitores - em se tratando da versão impressa - ou em pastas e arquivos de computadores, tablets ou mesmo celulares dos leitores, mas que se tornem leituras prazerosas e recorrentes, sendo essas repletas de enriquecimento teórico-prático sobre as temáticas abordadas na referida obra. Ademais, que consista em fonte para estudos e pesquisas de interessados na continuidade das discussões aqui expostas.

Esperamos que façam proveito desse material, por isso, desejamos uma boa leitura, estudo ou pesquisa a você leitor (a)!

Professor Dr. Valdeney Lima da Costa
Universidade Estadual do Piauí/Campus de Bom Jesus

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A NATAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: REVISÃO DE LITERATURA

Data de aceite: 01/01/2023

Maria Lília Martins da Silva
Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Pós- Graduação em Treinamento Desportivo pela Faculdade Geremário Dantas (FGD), Professora de Natação Infantil. Link Lates: http://lattes.cnpq.br/1017645213801074.
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral-CE, Brasil

Viviany Caetano Freire Aguiar
Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestrado em Ensino na Saúde. Docente do curso de Educação Física EAD. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1352341860183586. ORCID: http://orcid.org/0000-0001-6982-3847.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral-CE, Brasil

Stela Lopes Soares
Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Coordenadora do Curso de Educação Física. Doutorado em Educação (PPGE/UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6884284520373325. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5792-4429.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral-CE, Brasil

Nayara Nogueira Vasconcelos
Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Pós- Graduação Atividades Aquáticas pela Gestão Mix. Professora de Natação Infantil. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6576170087408782.
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral-CE, Brasil

RESUMO: O transtorno do espectro do autismo (TEA) é um transtorno complexo do desenvolvimento que ocorre em aproximadamente 1 em cada 68 crianças e resulta em desafios signific tivos como habilidades sociais, comunicação e comportamento. O presente trabalho tem como objetivo analisar, através de uma revisão de literatura, a importância e os benefícios que as aulas de Natação podem trazer para as crianças com autismo. Trata-se de um estudo do tipo Revisão Integrativa (RI) de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Com base nos resultados do estudo podemos afirmar a eficácia do programa no desenvolvimento das habilidades sociais,

rações sensoriais, autonomia e redução de comportamentos negativos, que persistiram 6 meses depois do programa. No grupo controle além das atividades fonoaudiológicas e psicomotoras, boa parte das crianças faziam sessões de musicoterapia tendo como base realizar atividades com um momento inicial de adaptação ao ambiente com música relaxante e contato físico com o adulto; o uso de instrumentos musicais (teclado, violão, pandeiros, material acústico sensorial, entre outras). Conclui-se perante os resultados que os estímulos no decorrer das aulas de natação, além de desenvolver a flexibilidade, força e resistência, auxilia assim, na melhora da qualidade de vida das crianças com TEA e de sua família.
PALAVRAS-CHAVE: Natação. Autismo. Qualidade de vida.

SWIMMING AND ITS CONTRIBUTIONS IN THE TREATMENT OF AUTISM SPECTRUM DISORDER: LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Autism spectrum disorder (ASD) is a complex developmental disorder that occurs in approximately 1 in 68 children and results in significa t challenges such as social skills, communication, and behavior. The present work aims to analyze, through a literature review, the importance and benefits that swimming classes can bring to children with autism. This is an Integrative Review (IR) descriptive study and qualitative approach. Based on the results of the study we can affirm the effectiveness of the program in the development of social skills, sensory rations, autonomy and reduction of negative behaviors, which persisted 6 months after the program. In the control group, in addition to speech therapy and psychomotor activities, most children performed music therapy sessions based on performing activities with an initial moment of adaptation to the environment with relaxing music and physical contact with the adult; the use of musical instruments (keyboard, guitar, tambourines, sensory acoustic material, among others). It is concluded that the stimuli during swimming classes, in addition to developing flexibilit , strength and endurance, thus help in improving the quality of life of children with ASD and their families.
KEYWORDS: Swimming. Autism. Quality of life.

1 I INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno complexo do desenvolvimento que ocorre em aproximadamente 1 em cada 68 crianças (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC), 2014) e resulta em desafios significativo com habilidades sociais, comunicação e comportamento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Indivíduos com TEA normalmente exibem uma série de comportamentos ou interesses estereotipados, incluindo compulsões, ecolalia e estereotipias motoras, como bater as mãos e balançar o corpo (BODFISH et al., 2000), bem como comportamentos difíceis, como automutilação, agressão e desobediência (FOX et al., 2002; SINGH et al., 2006). Esses comportamentos desadaptativos são normalmente tratados por meio de várias intervenções de intensidade variável, incluindo terapia fonoaudiológica, terapia

ocupacional, fisioterapia e intervenções comportamentais, por exemplo, análise do comportamento aplicada (MYERS e JOHNSON, 2007; SIMPSON et al., 2005).

As características dos TEA geralmente incluem linguagem e brincadeiras espontâneas limitadas, incapacidade de manter conversas e dificuldade em processar mensagens sociais e pistas que promovam comportamentos socialmente apropriados. A natureza dos TEA apresenta um desafio não apenas para as crianças com essa deficiência mas também para professores e pais na promoção do desenvolvimento de comportamentos sociais. Apesar desses desafios, várias intervenções promissoras para a construção de habilidades críticas foram desenvolvidas e a importância dos relacionamentos para esta população está sendo cada vez mais reconhecido (MCCONNELL, 2002).

Embora o comprometimento motor não seja uma característica definidora de pessoas com TEA, muitos autores destacam que crianças e adolescentes com autismo podem apresentar atrasos ou déficits no desenvolvimento de comportamentos motores grossos e finos e podem apresentar prejuízos em várias medidas de habilidades motoras, como equilíbrio, coordenação, velocidade motora, marcha, etc. Além disso, as crianças com autismo geralmente têm menos oportunidades de participar de programas de exercícios e atividades físicas por causa de suas limitações sociais e comportamentais (JANSIEWICZ et al.2006; KETCHESON et al.2018; LANG et al.2010; GARCIA-PASTOR et al 2019).

Pesquisas demonstram que a prática regular de atividade física tem um impacto positivo no bem-estar psicológico de indivíduos com desenvolvimento típico. Por exemplo, descobriu-se que o envolvimento em atividade física está associado à redução da ansiedade e depressão e melhora do autoconceito, concentração, memória e desempenho acadêmico. Apesar da crescente evidência dos benefícios mentais e comportamentais da atividade física para indivíduos com desenvolvimento típico, ainda há poucas pesquisas sobre os benefícios para indivíduos, principalmente crianças e jovens, com TEA (FEDEWA e AHN, 2011; PENEDO e DAHN, 2005; STRONG et al., 2005).

O presente trabalho tem como objetivo de analisar, através de uma revisão de literatura, a importância que as aulas de Natação podem trazer para as crianças com autismo.

2 | METODOLOGIA

2.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo do tipo Revisão Integrativa (RI) realizada para obtenção de artigos científicos com objetivo de analisar o conhecimento disponível na literatura sobre o TEA. Esse tipo de pesquisa permite a construção de uma análise ampla sobre a temática em estudo, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados da pesquisa (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Além disso, possibilita a incorporação das evidências, tendo como finalidade reunir e sintetizar resultados de pesquisa sobre o tema em questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado

(MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2019).

A elaboração da revisão integrativa deve seguir padrões de rigor metodológico, os quais possibilitam ao leitor identificar as características reais dos estudos analisados. O resultado de uma revisão da literatura bem elaborada melhora a qualidade dos cuidados prestados ao paciente (BEYEA; NICOLL, 1998). Na condução da RI, as seguintes etapas foram percorridas (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008):

1. Identificação do tema ou formulação da questão norteador
2. Amostragem ou busca na literatura dos estudos
3. Categorização dos estudos
4. Avaliação dos estudos incluídos na revisão
5. Discussão e interpretação dos resultados
6. Síntese do conhecimento evidenciado nos artigos analisados ou apresentação dos resultados da revisão integrativa.

2.2 Busca e seleção dos estudos

A seleção da estratégia de busca deve tentar minimizar a perda de estudos, ou seja, ir além das bases de dados mais comuns e amplas, utilizar bases específicas e que podem ser mais direcionadas, objetivar a eficiência e usar primeiramente as fontes que sejam mais propensas a trazer resultados.

O levantamento bibliográfico ocorreu no período de março e abril de 2022 a partir das seguintes bases de dados: PubMed e Periodicos. CAPES. A busca nessas bases de dados teve como propósito ampliar o âmbito da pesquisa e minimizar possíveis vieses.

Foi utilizado o cruzamento dos descritores com palavras no idioma inglês “Swimming” e “Autism”. O revisor deve certificar-se de quais são as melhores palavras-chave ou descritores controlados em cada uma das bases selecionadas assegurando uma ampla busca dos artigos (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Para os critérios de inclusão dos estudos foi verificado natação e autismo, se respondem à questão norteadora do estudo, e se estavam disponibilizados. Os critérios de exclusão foram: publicações repetidas e revisões de literatura sem rigor metodológico, editoriais, manuais.

Artigos	Pubmed/P.P CAPES	Total
Selecionados	15	15
Não adequado	12	12
Amostra	3	3

Quadro 1 - Seleção dos artigos para leitura na íntegra nas bases de dados

Fonte: Autoria Própria, 2022

2.3 Instrumento de Coleta de Dados

De acordo com Cooper (1989), faz-se necessário um instrumento para avaliar a qualidade dos estudos. O instrumento deve ser explicado e disponibilizado aos leitores para não comprometer a validade dos resultados da revisão. Os dados dos estudos a serem extraídos devem incluir: tamanho da amostra, definição dos sujeitos, metodologia, mensuração das variáveis, método de análise e a teoria ou conceitos embasadores utilizados. Nessa etapa, o nível de evidência dos estudos também deve ser identificad (GANONG, 1987).

De acordo com os autores, os estudos são classificados em sete níveis: Nível I - as evidências são provenientes de revisão sistemática ou metanálise de todos relevantes ensaios clínicos randomizados controlados ou oriundos de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados controlados; Nível II - evidências derivadas de pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; Nível III - evidências obtidas de ensaios clínicos bem delineados sem randomização; Nível IV - evidências provenientes de estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; Nível V - evidências originárias de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; Nível VI - evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; Nível VII - evidências oriundas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas (MELNYK; FICEOUT-OVERHOLT, 2019).

2.4 Análise dos Dados

A revisão integrativa fundamenta-se na categorização de seus estudos e essa representação pode ser feita por meio da construção de um instrumento (tabelas) que permitem assim, sistematizar a pesquisa, demonstrando uma quantidade expressiva de dado que serão analisados, facilitando a avaliação individualizada de cada artigo (GANONG, 1987).

Para que isso seja contemplado, o mesmo autor ressalta alguns padrões que ele descreve como "padrões rigorosos" a serem seguidos, que incluem:

- Usar métodos para assegurar o alcance dos objetivos;
- Realizar análises minuciosas;
- Esclarecer relações com os resultados, métodos, sujeitos e variáveis do estudo, a fim de proporcionar ao leitor informações sobre os estudos revisados, sem focalizar apenas os resultados, apresentando o máximo de informações possíveis.

Dessa forma, para uma melhor análise, os dados foram sintetizados a partir de sua caracterização e de categorias temáticas que surgiram a partir das evidências científica encontradas, sendo feita a descrição e classificação de cada artigo com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão (POLIT; BECK, 2018). Os artigos encontrados foram numerados, conforme a ordem de localização, e os dados organizados a partir da definição das informações a serem extraídas das publicações

selecionadas.

2.5 Aspectos Éticos

A presente revisão integrativa assegura os aspectos éticos, garantindo a autoria dos artigos pesquisados, utilizando para citações e referências dos autores as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 As contribuições da natação para o autismo

O autismo é conhecido como sendo um transtorno neurobiológico multifatorial do desenvolvimento, que afeta as áreas de interação e linguagem seu quadro sintomático é extenso, que engloba aspectos: emocionais, cognitivos, motores e sensoriais. Sua etiologia ainda é difícil de ser precisa, o que a literatura aponta hoje é para uma causa biológica, envolvendo um grande componente genético e diversos fatores ambientais (ASSUMPÇÃO & KUCZYNSKI, 2015; RELVAS, 2015).

A criança com TEA que pode ser: leve, moderado ou grave, precisa ser assistida por diversos profissionais, pois seu desenvolvimento depende de terapias assertivas. O exercício físico sugere diretamente na comunicação e na sociabilidade, déficits naturais do autista. A natação, assim como outros tipos de exercícios, pode reduzir tais acometimentos, todavia proporciona noções de segurança aquática (STEVENSON LINDLEY, & MURLO, 2017).

Para Lourenço et al (2015), a utilização do exercício físico como um meio de desenvolvimento das crianças com autismo tem sido empregue de forma crescente, sendo importante se consubstanciar em estudos teóricos que suporte esta aplicação.

A intervenção de exercícios baseados na natação é uma atividade potencialmente segura e recreativa para crianças com deficiência, incluindo autismo. Propriedades da água, como flutuabilidade e pressão hidrostática, podem fornecer informações sensoriais, ambiente agradável e movimentos simples para melhorar o bem-estar, habilidades de comunicação, comportamentos sensoriais e sociais no autismo, mas há poucas informações sobre seus efeitos no controle do equilíbrio em crianças com TEA (MILLS et al.2017; FRAGALA-PINKHAM et al 2011; STAN, 2012, AZIMIGAROSI et al 2020; FRAGALA-PINKHAM et al 2011; FRIGIDEIRA, 2010).

Em relação à natação, relatou que pode melhorar a competência de uma criança e promover uma apreciação do movimento proficiente. A atividade aquática exercita todo o corpo sem colocar estresse ou tensão excessiva em partes específicas do corpo. O ambiente aquático quente e os respingos aumentam o tônus muscular normal, permitindo movimentos mais eficientes. A flutuabilidade permite o início de possibilidades de movimentos independentes que são difíceis de alcançar em terra devido a restrições gravitacionais. Acredita-se que o uso terapêutico de atividades aquáticas ou natação em

crianças com TEA facilite o desenvolvimento da linguagem e do autoconceito (HUTZLER ET AL., 1998; BEST E JONES, 1972; HAMILTON, 1972; ATTWOOD 1998; BECKER E COLE, 2004).

Para Oliveira et al (2020) com base nas características apresentadas por um indivíduo com autismo, é indispensável a realização de atividades que possibilitem sua socialização, criatividade, diálogo, nesse sentido, tem-se a natação, que não deve ser considerada apenas como técnica de nado onde. Dessa forma, entende-se a natação como uma prática que pode possibilitar efeitos positivos para o tratamento da pessoa com TEA.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Resultados

Foram selecionados 03 estudos com base na natação como estímulo para as crianças com autismo. A seguir, será apresentado o quadro com a caracterização dos estudos.

Título	Autoria	Ano	País	Idioma	Periódico
Effects of water exercise swimming program on aquatic skills and social behaviors in children with autism spectrum disorders	CHIEN-YU PAN	2010	Taiwan	Inglês	SAGE Publications and The National Autistic Society
Efectiveness of the Program "Acqua Mediatrice di Comunicazione" (Water as a Mediator of Communication) on Social Skills, Autistic Behaviors and Aquatic Skills in ASD Children	Mirella Zanobini; Silvano Solari	2019	Itália	Inglês	Journal of Autism and Developmental Disorders
Influence of swimming on sensory functioning, quality of life and behavior of children with autism	Musiyenko O.V., Chopyk R.V., Kizlo N.B.	2020	Ucrânia	Inglês	The journal Health, sport, rehabilitation

Quadro 1 – Distribuição dos artigos conforme título, autoria, ano, país, idioma e nome do periódico.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Objetivo	Tipo de estudo	Método
O objetivo deste estudo foi avaliar os efeitos de um Programa de Natação e Exercícios Aquáticos. Water Exercise Swimming Programa (WESP) de 10 semanas sobre as habilidades aquáticas e comportamentos sociais de crianças com TEA.	Revisão de Literatura	Cada participante foi avaliado três vezes, uma vez na entrada do estudo para servir como linha de base (T1), uma segunda vez após 10 semanas do programa ou tratamento/atividade regular (T2) e uma terceira vez após outras 10 semanas (T3). A ordem das avaliações, com exceção da linha de base, foi contrabalançada dividindo-se os participantes em dois grupos A e B de igual tamanho e tipo de deficiên ia. Portanto, todo o programa de estudo foi de 21 semanas, com 10 semanas do programa, 10 semanas de controle e 1 semana de transição.
O objetivo do estudo foi verificar a eficácia do programa de natação "Acqua Mediatrice di Comunicazione" (Água como mediadora da comunicação) na melhoria das habilidades aquáticas e interpessoais e na diminuição de comportamentos autistas em crianças com TEA, em comparação com outros programas e atividades psicoeducativos. E se as melhorias nessas habilidades ainda estarão presentes 6 meses após o término da atividade.	Revisão de Literatura	A pesquisa envolveu 33 crianças com idades entre 3 e 8 anos, das quais 14 frequentaram o programa de natação "Acqua Mediatrice di Comunicazione", enquanto 19 frequentaram dois centros de reabilitação. Cada criança foi avaliada duas vezes, no pré-teste (janeiro de 2017, T1) e pós-teste (maio de 2017, T2). Apenas o grupo experimental participou de uma sessão de acompanhamento após um período de 6 meses de interrupção das atividades aquáticas, enquanto as crianças do grupo controle não sofreram interrupção de suas atividades psicoeducativas e, por esse motivo, não participaram do acompanhamento.
O estudo tem como objetivo estabelecer o impacto da natação como meio de educação física adaptativa no comportamento, perfil sensorial, estado emocional, coordenação de movimentos e qualidade de vida de crianças com transtornos do espectro autista.	Revisão de Literatura	O experimento envolveu três crianças de 8 a 9 anos de idade, onde elas tiveram aulas de natação individuais duas vezes por semana durante 40 minutos. Os métodos de investigação utilizados foram: observações pedagógicas, experiência pedagógica, método de avaliação pericial e questionários.

Quadro 2 – Distribuição dos artigos de acordo com os objetivos, tipo de estudo e Método Utilizado para Dimensionamento.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Resultados	Conclusão
Os resultados indicam que o programa (WESP) melhorou as habilidades aquáticas em quatro dos cinco estágios medidos com pontuações percentuais, e diminuiu o total de problemas de comportamento antissocial em crianças com TEA. O efeito do WESP nas habilidades comportamentais e sociais no estudo foi evidente na diminuição dos problemas de comportamento antissocial, mas não no aumento dos comportamentos de competência social.	Em conclusão, um Programa de Natação e Exercícios Aquáticos-Water Exercise Swimming Programa (WESP) de 10 semanas como componente de comportamento social incorporado, melhora as habilidades aquáticas e tem potencial para melhorias nas habilidades sociais. A persistência dos efeitos 10 semanas após o WESP sugere uma resposta positiva ao tratamento. Os resultados indicam que o ambiente proporcionado pelo WESP possibilita que os indivíduos desenvolvam habilidades físicas dentro desse processo de intervenção e possivelmente potencializam suas habilidades comportamentais e sociais no futuro.
Os resultados indicam que apenas o grupo experimental apresentou melhoras significativas ao longo do tempo em muitos outros sintomas medidos pelo ABC, como reações sensoriais, comportamentos sociais problemáticos ou dificuldades em comportamentos de autoajuda. Ao contrário do esperado, ambos os grupos apresentaram melhorias semelhantes na redução de estereótipos nos movimentos espontâneos e no uso de objetos, porém uma das poucas mudanças observadas ao longo do tempo nas subescalas SRS, que foi a redução dos maneirismos motores, esteve igualmente presente em ambos os grupos.	De acordo com o estudo, as crianças melhoraram suas habilidades em todos os níveis de avaliação das habilidades aquáticas e mantiveram essas melhorias ao longo do tempo também no que diz respeito à última etapa, movimento independente na água. Afirmando a eficácia de um programa aquático baseado em uma relação 1 para 1 que é estruturada de forma gradual e conduzida em um contexto inclusivo para promover pelo menos alguns dos comportamentos interpessoais fundamentais que geralmente são prejudicados em crianças com TEA. Além disso, o estudo ampliou a evidência da eficácia de um programa de natação nas habilidades de natação de crianças com diferentes graus de sintomatologia autista.
De acordo com os resultados houve melhora significativa no comportamento das crianças com TEA, elas apresentaram redução da agressividade e autoagressão, redução da frequência de movimentos estereotipados, redução da oposição, melhora do estado emocional, melhora da força de vontade, melhora da coordenação e destreza.	Podemos concluir que a natação é um poderoso estímulo sensorial para crianças com TEA, pois melhora certos indicadores do perfil sensorial. Como resultados das aulas de natação as crianças com TEA apresentam uma melhora no comportamento, desenvolvimento de habilidades de comunicação, desenvolvimento de movimentos suaves, crescimento de emoções positivas e desenvolvimento de habilidades de natação. A natação também ajuda a melhorar a qualidade de vida das crianças e de seus pais, as aulas individuais de natação podem ser recomendadas para crianças com TEA como um meio eficaz de educação física adaptativa

Quadro 3 – Síntese dos Resultados e Conclusões da amostra dos estudos.

Fonte: Autoria própria, 2022.

5 I DISCUSSÕES

De acordo com objetivo da pesquisa os estudos analisados são trabalhos estrangeiros que têm títulos e autores diferentes, que foram publicados em inglês nos anos de 2010, 2019 e 2020, que para melhor entendimento foram traduzidos para o português através da plataforma online DocTranslator.

Dessa maneira, este achado foi categorizado em uma categoria de acordo com a literatura consultada, assim surgiu a seguinte: **Adaptação e suas respectivas habilidades no ambiente aquático.**

Adaptação e suas respectivas habilidades no ambiente aquático

O artigo referente a Effects of water exercise swimming program on aquatic skills and social behaviors in children with autism spectrum disorders - Efeitos do programa de natação de exercícios aquáticos nas habilidades aquáticas e comportamentos sociais em crianças com transtornos do espectro do autismo, comprovou que as crianças apresentaram avanços significativos nas habilidades aquáticas como, melhora nas pontuações nas habilidades de orientação na água, habilidades respiratórias, habilidades de flutuação habilidades de acidente vascular cerebral e habilidades de entrada e saída durante um longo período do programa (Pan, 2010), esses resultados adquiridos se mantiveram após o período do estudo.

Foi observado também o aumento do equilíbrio, velocidade, agilidade, potência, preensão manual, força muscular de membros superiores e inferiores, flexibilidade e resistência cardiorrespiratória após 10 semanas de treinamento. Cada criança participante do estudo progrediu de forma única e nas suas limitações, onde cada um dos participantes desenvolveu um repertório único de habilidades aquáticas (PAN, 2010).

Em relação às habilidades comportamentais e sociais, as crianças apresentaram uma diminuição dos problemas de comportamento antissocial, porém não houve aumento nos comportamentos de competência social. Durante o estudo foram utilizadas estratégias para facilitar a interação social das crianças com autismo com outras crianças e com seus instrutores. As estratégias encontradas na aula incluíram, facilitar as trocas de compartilhamento, incentivar as crianças a buscar ajuda umas das outras, facilitar as interações durante as transições e durante os jogos e atividades em grupo, abordar a etiqueta adequada, fazer fila para um turno e até socialização não instrucional. Os instrutores tiveram papel fundamental dando suporte e auxílio individual as crianças aumentando sua motivação (PAN, 2010)

O artigo referente a Effectiveness of the Program “Acqua Mediatrice di Comunicazione” (Water as a Mediator of Communication) on Social Skills, Autistic Behaviors and Aquatic Skills in ASD Children - Eficácia do Programa “Acqua Mediatrice di Comunicazione” (Água como Mediadora da Comunicação) em Habilidades Sociais, Comportamentos Autistas e Habilidades Aquáticas em Crianças com TEA, comparou dois grupos (experimental e controle) com o intuito de saber qual grupo desenvolveria melhor as crianças com autismo. O grupo experimental que usou como base o programa - Acqua Mediatrice di Comunicazione (Water as a Mediator of Communication, buscou trabalhar com o auxílio de um educador de forma individualizada uma boa familiarização da criança autista com o meio aquático trazendo um clima lúdico, divertido e acolhedor para elas.

Quando as crianças já estavam bem ambientadas ao meio aquático, os educadores deram início a inclusão no grupo de colegas neurotípicos para promover a interação social através de atividades, jogos e brincadeiras da natação. As atividades também focaram em estimular a autonomia das crianças com TEA, dentro da piscina, assim como também em trabalhar as técnicas da natação. Em situações interativas e lúdicas, a criança torna-se cada vez mais capaz de se movimentar livremente, nadar, bater as pernas, manter

a cabeça debaixo d'água e finalmente nadar de forma independente. Com base nos resultados do estudo podemos afirmar a eficácia do programa no desenvolvimento das habilidades sociais, rações sensoriais, autonomia e redução de comportamentos negativos, que persistiram 6 meses depois do programa (ZANOBINI E SOLAI, 2019).

No grupo controle além das atividades fonoaudiológicas e psicomotoras, boa parte das crianças faziam sessões de musicoterapia tendo como base realizar atividades com um momento inicial de adaptação ao ambiente com música relaxante e contato físico com o adulto; o uso de instrumentos musicais (teclado, violão, pandeiros, material acústico sensorial, etc.); exercícios sensoriais e auditivos destinados a revezar e desenvolver a iniciativa da criança; ouvir músicas escolhidas pelas crianças e exercícios baseados em movimento físico e contato; e, finalmente, um momento relaxante. As outras crianças praticavam esportes regulares, geralmente uma vez por semana, incluindo natação, futebol, esqui ou rugby com rotina precisa (ZANOBINI E SOLARI, 2019).

Síntese do conhecimento

Com base nos resultados do estudo o envolvimento em várias atividades psicoeducativas ajudou a melhorar alguns dos sintomas autistas. Os resultados mostraram também que ambos os grupos apresentaram redução de estereótipos nos movimentos espontâneos e no uso de objetos. Vários tipos de atividades, como musicoterapia ou atividade esportiva, são orientadas para alcançar a autorregulação e potencialmente contrastar estereótipos motores. (ZANOBINI E SOLARI, 2019).

O artigo referente a Influence of swimming on sensory functioning, quality of life and behavior of children with autism - Influência da natação no funcionamento sensorial, qualidade de vida e comportamento de crianças com autismo, para o desenvolvimento do estudo foi preciso realizar uma pesquisa com questionário feita pelo pais das crianças autistas, a cada 3 meses sobre as condições psicofísicas das crianças, com o intuito de estudar as relações entre os estímulos físicos e as sensações e percepções.

Os pais tiveram que realizar também outro questionário para avaliar a qualidade de vida das crianças, feitas no início e final do estudo. Para complementar os dados do estudo foi feito uma avaliação em conjunto com os pais e um perito especialista em pedagogia correcional e cultura física, sobre o perfil sensorial de cada criança durante o estudo que a natação e o meio aquático proporciona estímulos sensoriais importantes para as crianças com autismo, pois através do processo de natação, a criança sente com os dedos, palmas das mãos, pés e corpo inteiro a temperatura da água, seu fluxo, ondas, mudanças em suas sensações decorrentes da atividade motora na água.

No processo de treinamento, as crianças desenvolvem a força da mão. Além disso, a água morna também tem um efeito calmante as crianças precisaram de menos auto estimulação, comportamento agressivo e autoagressivo ainda ocorre com menos frequência até a relação e comunicação das crianças com seus pais melhoram, pois, as crianças passaram a responder as manifestações das emoções dos pais, como sorrir, olhar nos olhos e abraçar com mais frequência (MUSIYENKO, CHOPYK E KIZLO, 2020).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se perante os resultados que as os estímulos no decorrer das aulas de natação além de desenvolver a flexibilidade, força e resistência auxilia assim, na melhora da qualidade de vida das crianças com TEA e de sua família. Foi observado também uma melhora significativa nos comportamentos das crianças relatados pelos pais, as crianças ficam mais calmos, sua desaceleração motora diminuiu significativamente e seus movimentos estereotipados ocorrem com menos frequência.

Nas últimas décadas, o interesse pelos benefícios do exercício físico com crianças autistas tem aumentado. Tal aumento se dá, pois as propriedades e temperatura da água ajudam no relaxamento muscular, amenizam os espasmos e passam uma sensação de bem-estar e consequente, melhora da qualidade de vida. Atividades realizadas, no meio líquido, ajudam a aprimorar movimentos realizados em nosso dia a dia.

Sugere-se, dessa maneira, estudos de caráter interventivos para que possamos fomentar e comprovar ainda mais os achados que foram elencados sobre as contribuições da natação para o TEA que foram apresentados durante nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, F. B.; KUCZYNSKI, F. **Autismo infantil:** *novas tendências e perspectivas.* 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.

AZIMIGAROSI, S. et al. Eficácia da hidroterapia nas habilidades de comunicação de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo de caso único. **Revista Trimestral de Saúde Mental Infantil**. v.6, n.4, p. 31-40, 2020.

BODFISH. JW et al. Variedades de comportamento repetitivo no autismo: comparações com retardo mental. **Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento.** v.30, n.3, p. 237–243, 2000.

BECKER, B. E; COLE, A. J. **Terapia Aquática Abrangente**, 2ª ed. Filadélfia, A: Butterworth-Heinemann, 2004.

BEYEA, S.C., NICOLL, E.L.H. **Writing integrative review**. Aorn J. [on line]; vol.67, nº. 4, p. 877-80; 1998.

BEST, JF; JONES, JG. Terapia do Movimento no Tratamento de Autistas Crianças. **Jornal Australiano de Terapia Ocupacional**. p.72-86, 1972.

COOPER, H.M. **Interating research:** A guide for literature reviews. 2.ed. Newbury Park. Sage, 1989.

SCORSOLINI-COMIN, F. **Guia de orientação para iniciação científica**. Editora Atlas AS, 2013.

FOX, L., et al. **Não podemos esperar outras pessoas para entender:** perspectivas familiares sobre o comportamento problemático. Crianças excepcionais. v.68, n. 4. P. 437–450, 2002.

FEDEWA, AL; AHN S. Os efeitos da atividade física e aptidão física no desempenho das crianças e resultados cognitivos: uma meta-análise. **Pesquisa Trimestral para Exercício e Esporte**. v. 82, n. 3, p.521-535, 2011.

FRAGALA-PINKHAM, M.A.; HALEY, SM; O'NEIL, ME. Grupo Programa de natação e exercícios aquáticos para crianças com transtornos do espectro do autismo: um estudo piloto. **Neuroreabilitação do desenvolvimento**. v.14, n.4, p.230-41, 2011.

GANONG, L.H. Integrative reviews of nursing research. Research in Nursing & Health, New York, v. 10, n.11, p. 1-11. 1987

HAMILTON, A. Aprendendo a falar enquanto desenvolve habilidades motoras, **Revista da Saúde, Educação Física e Recreação**. n.43, p.80–1, 1972.

JANSIEWICZ, E. M; et al. Motor Signs Distinguish Children with High Functioning Autism and Asperger's Syndrome from Controls. 2006.

LOURENÇO, C. C. V. et al. Avaliação dos Efeitos de Programas de Intervenção de Atividade Física em Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial [online]**. 2015, v. 21, n. 2. Acesso: Abril 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000200011>. ISSN 1980-5470. https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000200011.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. D. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto & Contexto** - Enfermagem, Place Published, v. 17, p. 758-764, 2008. ______. Use of the bibliographic reference manager in the selection of primary studies in integrative reviews. Texto & Contexto - Enfermagem, Place Published, v. 28, 2019.

MELNYK, B. M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. **Evidence-based practice in nursing & healthcare.** A guide to best practice. 4ª. Philadelphia: Wolters Kluwer, Lippincott Williams & Wilkins, p. 868, 2019.

MYERS S.M.; JOHNSON C.P. **Manejo de crianças com transtornos do espectro do autismo**. Pediatria. v.120, n. 5, p. 1162-1182. 2007.

MUSIYENKO O.V., CHOPYK R.V., KIZLO N.B. Influence of swimming on sensory functioning, quality of life and behavior of children with autism. **The journal Health, sport, rehabilitation**, Ucrânia, 2020.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 456p p. Sinais motores distinguem crianças com autismo de alto funcionamento e síndrome de Asperger de controles.Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento, 36(5), 613-621.https://doi.org/10.1007/s10803-006-0109-y. Ketcheson, L.

SINGH NN, LANCIONI GE, WINTON AS, et al. Consciente A paternidade diminui a agressividade, a desobediência e a automutilação em crianças com autismo. **Jornal de Distúrbios Emocionais e Comportamentais.** v.14, n.3, p. 169-177, 2006.

SIMPSON R.L, et al. Autismo Distúrbios do Espectro: Intervenções e Tratamentos para Crianças e Jovens. **Thousand Oaks**, CA: Corwin Press, 2005.

PAN, C. Effects of water exercise swimming program on aquatic skills and social behaviors in children with autism spectrum disorders. **SAGE Publications and The National Autistic Society**, Taiwan, 2010.

STEVENSON, J. L.; LINDLEY, C. E.; MURLO, N. Retrospectively assessed early motor and current pragmatic language skills in autistic and neurotypical children. *Perceptual and Motor Skills. v.124, n.*4, p. 777-794, 2017.

ZANOBINI, M.; SOLARI, S. Efectiveness of the Program “Acqua Mediatrice di Comunicazione” (Water as a Mediator of Communication) on Social Skills, Autistic Behaviors and Aquatic Skills in ASD Children**. Journal of Autism and Developmental Disorders**, Itália, 2019.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMINHOS A PARTIR DE PRÁTICAS EDUCATIVAS

Data de aceite: 01/01/2023

Deiziane Lima Cavalcante
Graduada em Agronômia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA-UFC), Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0574168239549926
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife – PE, Brasil

Célia Camelo de Sousa
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Libras pela Faculdade Signorelle, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1520876270995232
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR, Uruçuí, PI, Brasil

Edmilsa Santana de Araújo
Graduada em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFR), Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6894141367426249
Universidade Federal do Piauí-UFPI, Floriano, PI, Brasil

Graça Maria de Morais Aguiar e Silva
Graduada em Pedagogia (UVA); Mestre em Educação e Formação de Professores com foco em Educação Inclusiva (UECE). Doutoranda em Ciências da Educação (Universidade Lusófona/Lisboa-Portugal). Especialista em Psicopedagogia (UVA) e em Tutoria em Educação a Distância e Docência no Ensino Superior (UNINTA). Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional no Centro Universitário INTA-UNINTA e responde como Procuradora Institucional da mantenedora AIAMIS: UNINTA/F5/FIED. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/5953740726064808
Centro Universitário Inta-UNINTA, Sobral, CE, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade discutir a respeito de alguns conceitos em Educação Ambiental e sua relação com a Educação Infantil a partir das experiências em sala de aula, de uma escola do Município de Itapipoca-CE. As questões ambientais vêm a muito tempo

sendo tratados nos mais diversos grupos de pessoas, como pesquisadores e cientistas, sendo tratadas como um assunto de relevância, no campo da educação. É importante o debate sobre uma vida mais sustentável, se faça em todos os níveis de desenvolvimento da criança, desde a Educação Infantil, cujo principal objetivo é conscientizar o estudante, ainda pequeno, da importância que o meio ambiente tem para a sua vida. Como metodologia, utilizou-se pesquisas bibliográfi as, de diversos autores que tratam do tema como: Dulley (2004), Jacobi (2004), Oliveira (2012), Macatto (2002), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros; e o estudo e caso, onde foram realizadas análises da atuação de professoras da Educação Infantil, buscando caracterizar as dificuldades encontradas pelos docentes ao apresentarem e desenvolverem a temática sobre Educação Ambiental em sala de aula e compreender dentro da rotina da educação infantil quais práticas são trabalhadas para o direcionamento a Educação Ambiental. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas com professoras do Infantil V e com a coordenadora da Educação Infantil. Concluiu-se que é possível desenvolver didáticas voltadas a Educação Ambiental dentro da Educação Infantil. Apesar dos desafios, considera-se que a escolha de ser pedagogo é acima de tudo ser mediador na vida das crianças em todas temáticas que envolvem seu aprendizado, ensinando-a a respeitar, cuidar, apreciar e amar tudo o que tem a seu redor.
PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Formação; Educação Infantil

THE CONSTRUCTION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION: PATHS FROM EDUCATIONAL PRACTICES

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss some concepts in Environmental Education and its relationship with Early Childhood Education based on experiences in the classroom, at a school in the city of Itapipoca-CE. Environmental issues have been treated for a long time in the most diverse groups of people, such as researchers and scientists, being treated as a matter of relevance in the field of education. It is important that the debate on a more sustainable life takes place at all levels of child development, from kindergarten onwards, whose main objective is to make students aware of the importance that the environment has for their lives. As a methodology, bibliographic research was used, from several authors who deal with the subject, such as: Dulley (2004), Jacobi (2004), Oliveira (2012), Macatto (2002), National Curricular Reference for Early Childhood Education (RCNEI), the National Common Curriculum Base (BNCC), among others; and the study and case, where analyzes of the performance of Early Childhood Education teachers were carried out, seeking to characterize the difficulties encountered by teachers when presenting and developing the theme of Environmental Education in the classroom and understanding within the routine of early childhood education which practices are worked on for directing Environmental Education. For data collection, interviews were used with teachers of Kindergarten V and with the coordinator of Kindergarten. It was concluded that it is possible to develop didactics aimed at Environmental Education within Early Childhood Education. Despite the challenges,

it is considered that the choice to be a pedagogue is, above all, to be a mediator in the lives of children in all themes that involve their learning, teaching them to respect, care, appreciate and love everything around them.
KEYWORDS: Environment; Training; Child Education.

1 | INTRODUÇÃO

As questões ambientais vêm a muito tempo sendo tratada nos mais diversos grupos de pessoas, como pesquisadores, cientistas, classes políticas mundiais e sociedade civil em geral, sendo tratada como um assunto de extrema importância e de urgência, debatido em todos os aspectos, seja da prevenção, diminuição e eliminação de todos os tipos de objetos que podem acabar complicando a existência do nosso habitat. Com essa problemática, através de experiência de cotidiano próprio, com a imersão em sala de aula através dos estágios e mais recentemente por meio da Residência Pedagógica, pode se analisar o quão essa questão deve ser tratada desde o início da base educacional.

A conscientização ambiental surge a partir do momento em que observamos o cotidiano e a relação das pessoas com o meio em que vivem. Segundo Jacobi (2003), a Educação Ambiental deve ser observada como um processo de aprendizagem que valorize os conhecimentos e forme cidadãos conscientes em um sentido mais amplo. No caso das áreas rurais, ao lidar com a terra, com a natureza, faz com que os agricultores e agricultoras e suas famílias estabeleçam uma relação intima com a sua utilização, algumas vezes protegendo-a e outras degradando. O mesmo ocorre nas áreas urbanas, quando, por exemplo, ocorrem alagamentos, proliferação de doenças como (dengue, raiva canina, sarampo, dentre outras). Diante desses problemas, as pessoas passam a refletir com maior profundidade a respeito da relação que estabelecem com o ambiente em que estão construindo suas residências, enfim, tudo que diz respeito ao meio ambiente, diz respeito diretamente a ação humana.

Desse modo, o estudo tem como objetivo investigar como estão sendo desenvolvidas as metodologias voltadas ao estudo da educação ambiental no campo da Educação Infantil. Enquanto, os objetivos específicos deste estudo propõem: Compreender dentro da rotina da educação infantil quais práticas são trabalhadas para o direcionamento a Educação Ambiental; Caracterizar as dificuldades encontradas pelos docentes ao apresentarem e desenvolverem a temática sobre Educação Ambiental em sala de aula; Analisar como a gestão escolar promove ações voltadas a Educação Ambiental dentro e fora da instituição.

2 | METODOLOGIA

A Metodologia é um dos processos mais importantes de qualquer tipo de trabalho acadêmico. Através dela é possível escolher o método mais adequado para usar na coleta de informações sobre o assunto pesquisado. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 50), é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Caracteriza-se pelos diferentes tipos de métodos que existe em seu núcleo que se tornaram

primordiais no decorrer da ação investigativa.

Partindo para o mecanismo de abordagem foi usado a pesquisa qualitativa, que enfatiza a relação entre o pesquisador e o campo que escolheu para desenvolver sua pesquisa. A mesma visa trabalhar de maneira a descrever e analisar basicamente os acontecimentos que envolvem o ambiente estudado. Para Prodanov e Freitas (2013): "a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números" (PRODANOV; FREITAS 2013, p.70).

A pesquisa realizou-se em uma escola da rede pública municipal, na cidade de Itapipoca – Ceará que atende as modalidades de ensino da Educação Infantil: Infantil III, Infantil IV e Infantil V e Ensino Fundamental: 1ª ao 5º ano na comunidade periférica do município, a coleta dos dados foi realizada no ano de 2021, na época estavam matriculados somente na Educação Infantil aproximadamente 100 crianças, distribuídas em sete turmas no período da manhã e tarde.

Utilizando como mecanismo para a coleta de dados a pesquisa de campo, uma vez que este se configura como aliado nessa ação investigativa foi por meio dele que se registrou os acontecimentos do local de pesquisa. Ou seja, a pesquisa de campo é quando o processo de coleta de dados se dá no local de onde ele emerge estamos diante daquilo que denominamos de pesquisa de campo. É o "processo no qual o pesquisador está diretamente articulado com o espaço (fonte) do qual decorrem as suas informações". (MAZUCATO, 2018, p. 66)

Para a coleta dessas informações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, sendo realizadas com três professoras do Infantil V e com a gestão. O momento com cada professora foi determinado por elas, de acordo com suas possibilidades para um melhor atendimento, sendo feitas de forma presencial no ambiente escolar, além disso, foi dado o acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para que adquirisse informações sobre estruturas, administração do núcleo escolar e também analisar de que forma o tema ambiental surge como eixo para atuação dos professores ao longo do ano.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Desde meados dos anos 1990 as discussões acerca da relação entre o ser humano e o meio ambiente vêm ganhando força seja no campo político, científico, econômico e educacional. A emergência de impactos negativos ao meio ambiente oriundos da intensa atividade humana, cada vez mais urbana, industrial e tecnológica, como por exemplo, o aumento da temperatura terrestre, mudanças climáticas, efeito estufa, contaminação de fontes de água, perdas de solo por erosão, dentre outros, vem provocando na sociedade vários questionamentos sobre como poderemos viver em um planeta com recursos cada vez mais limitados.

Desta forma, refletir sobre caminhos estratégicos que perpassam questões políticas, sociais, econômicas e ambientais, são de fundamental importância para que todos possamos viver em um ambiente saudável e propício para todas as formas de vida.

É preciso adotarmos atitudes efetivas que levem a uma certa convivência harmoniosa entre todos os seres. É notória a importância de discutir e refletir desde cedo, preferencialmente nos anos iniciais, as questões ligadas ao meio ambiente, buscando compreender que para além de ser o lugar onde ocorre a vida nas suas mais diversas manifestações. É também o lugar de onde o ser humano retira seus recursos para desenvolver suas atividades e por isso, provocam diversas alterações que ora a beneficiam, ora a rejudicam.

Assim, trabalhar a Educação Ambiental ainda na Educação Infantil visa contribuir para desenvolver nas crianças um sentimento de pertencimento e entendimento sobre os ambientes que os cercam.

Sendo assim, as profundas mudanças ocorridas no meio ambiente e na sociedade devido as ações humanas com interesses do capital nos levam aos seguintes questionamentos: As famílias irão perceber o quão é importante às crianças adquirirem a consciência ambiental para que ocorram as mudanças de atitudes para a preservação do bioma natural? A Educação ambiental de fato contribui para que as crianças reflitam sobre sua atitude e a de sua família nessa questão da preservação do meio ambiente ou são questões que só serão respondidas com o tempo?

3.1 Educação Ambiental: ferramenta educacional para a consciência ambiental

Os questionamentos feitos na subseção anterior nos levam a buscar compreender a responsabilidade da educação diante de uma realidade de problemas ambientais cada vez mais evidentes. A Educação Ambiental surge no sentido de trazer um suporte maior aos debates nas escolas brasileiras, já que todos sofrem as suas consequências sendo no meio urbano ou rural.

> Os problemas ambientais se manifestam em nível local. Em muitos casos, os residentes de um determinado local são, ao mesmo tempo, causadores e vítimas de parte dos problemas ambientais. São também essas pessoas quem mais têm condições de diagnosticar a situação. Convivem diariamente com o problema e são, provavelmente, os maiores interessados em resolvê-los (MACATTO, 2002 p. 12).

A Educação Ambiental se apresenta como um forte aliado para a construção do entendimento, no andamento de aprendizado contínuo internamente e externamente nas instituições de ensino.

> A educação ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. "Com ela, busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles". (MACATTO, 2002 p.12).

A nomenclatura acerca do que seja Educação Ambiental é ampla existindo muitos significados. Macatto faz algumas exemplificações usando como fonte para nomeá-lo o Congresso de Belgrado, promovido pela UNESCO em 1975, que trata da Educação Ambiental como um mecanismo que tem como função:

> (...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (...). (SERRA FILHO, 1987, *apud* MACATTO, 2002, p. 14).

Já em outro ponto destaca o Capítulo 36 da "Agenda 21", documento lançado na ECO92 ou Rio92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, que sistematiza um plano de ações com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável a Educação Ambiental é definida como processo que propõe, Segundo Macatto (2002, p.14, *apud* Capítulo 36 da Agenda 21),

> (...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...)

A Educação Ambiental trabalha de forma conjunta, buscando atender a necessidade de informar e educar todos os indivíduos sobre os acontecimentos envolvidos na transformação do nosso meio ambiente. Ele destaca as principais características desse processo, colocando como destaque as colocações apresentadas na "Conferência de Tbilisi", ocorrida em 1977, na ex-União Soviética.

- **Dinâmico integrativo** - é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir, individual e coletivamente e resolver os problemas ambientais.
- **Transformador** - possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao meio ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirão na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.
- **Participativo** - atua na sensibilização e na conscientização do cidadão, estimulando- o a participar dos processos coletivos.
- **Abrangente** - extrapola as atividades internas da escola tradicional, deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo a família e toda a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência atingir a totalidade dos grupos sociais.
- **Globalizador** - considera o ambiente em seus múltiplos aspectos: natural, tecnológico, social, econômico, político, histórico, cultural, moral, ético e estético. Deve atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.

- **Permanente** - tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de um modo crescente e contínuo, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida do planeta.
- **Contextualizador** - atua diretamente na realidade de cada comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária (baseado no documento *Educação Ambiental* da Coordenação Ambiental do Ministério da Educação e Cultura, citado por Czapski, 1998): (MACATTO 2002, p. 18-19).

O mesmo ressalta que além dessas sete características sobre a Educação Ambiental definidas pela Conferência de Tbilisi, foi criada uma oitava, que na época foi colocada como uma das características que a Educação Ambiental formal deveria ser trabalhada no Brasil:

- **Transversal** - propõe-se que as questões ambientais não sejam tratadas como uma disciplina específica, mas sim que permeie os conteúdos, objetivos e orientações didáticas em todas as disciplinas. A educação ambiental é um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Cultura. (MACATTO 2002, p.19)

No contexto brasileiro, o diálogo estabelecido entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2007, o decreto Nº 6.263, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece o plano nacional sobre mudança do clima propondo que a EA promova a "implementação de programas de espaços educadores sustentáveis, com readequação de prédios (escolares e universitários) e da gestão, além da formação de professores e da inserção da temática mudança do clima nos currículos e materiais didáticos" (BRASIL, 2012).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresenta um eixo de práticas denominado Natureza e Sociedade que agrega em seu contexto assuntos voltados ao mundo social e natural. Sua principal ideia é desenvolver de forma integrada temas que sejam relacionados às Ciências Humanas e Naturais. Segundo "o eixo de trabalho denominado Natureza e Sociedade reúne temas pertinentes ao mundo social e natural. A intenção é que o trabalho ocorra de forma integrada, ao mesmo tempo em que são respeitadas as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais" (BRASIL, 1998).

Os fenômenos naturais são essenciais na aprendizagem da criança na Educação Infantil. Os questionamentos feitos por ela são pertinentes, como o dia e a noite, sobre a chuva, etc. Diante desses questionamentos, o professor deve instruir e encaminha os seus alunos a conhecer sobre os diversos funcionamentos da natureza, ampliar seus conhecimentos e assim, formar cidadãos conscientes dos seus deveres diante do seu meio ambiente. Dentro dessas temáticas, as ideias de preservação ambiental devem ser levadas ao ambiente de sala de aula, de forma lúdica e inclusiva. (BRASIL, 1998, p. 195)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, e sua terceira e última versão em 2018, reforça o ensino sobre o meio ambiente em seus campos de

experiências, especificamente no campo “Espaços, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações”, onde o documento nos apresenta sobre a relação desse eixo com a Educação Ambiental. Vale salientar que, a BNCC, especificamente na Educação Infantil, trabalha com a interdisciplinaridade articulando todos os outros campos de experiência e disciplinas. (BRASIL, 2018, p. 42-43)

A Educação Ambiental tem em seus princípios a proposta da integração do homem com a natureza, que todos trabalhem em conjunto na busca de soluções sobre as problemáticas que existem em nosso cotidiano. Sendo que essa base de conhecimento que devemos ter pelo nosso meio ambiente esteja em nossa formação desde antes por meio da educação social que nos é assegurada na escola. Contendo além dos objetivos de ensino comum, o objetivo de orientar através de teoria e da prática formas de se preservar o ecossistema que nos envolve.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola pesquisada está localizada no município de Itapipoca e pertence a rede municipal de ensino. Atende cerca de 282 crianças nas turmas de Educação Infantil e 598 alunos no Ensino Fundamental. Seu percentual de funcionários se resume, em 29 pessoas. Possui 38 professores atuando em sala, em cada uma delas atuam dois professores, sendo um titular da sala e o outro auxiliar, que dá aulas nos dias de planejamento do professor titular. Ele (trabalha geralmente em duas salas e essa nomenclatura foi criada pela Secretaria de Educação do Município de Itapipoca), sendo todos licenciados e capacitados. Na gestão, consta-se uma diretora e duas coordenadoras divididas em cada etapa de ensino. Em sua estrutura física possui 18 salas de aula, uma sala de leitura, um laboratório de informática, uma quadra coberta, duas salas de coordenação, uma brinquedoteca e uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para a preservação da identidade dos professores pesquisados, optou-se por adotar a seguinte nomenclatura: as professoras estão representadas pela letra (P) em maiúsculo, enumeradas de 1 a 3, ou seja, P¹, P² e P³.

Inicialmente começamos com a seguinte pergunta: O que você compreende por Educação ambiental?

> P¹: É o processo de educação responsável por formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais, buscando maneiras de preservação dos recursos naturais e seu desenvolvimento sustentável.
>
> P²: E um processo democrático, é uma estimulação, o seu próprio conhecimento, é o estudo da vida em geral.
>
> P³: É uma educação voltada para a conservação e preservação do meio ambiente. E isso deve ser repassado pra os alunos, de forma que eles se conscientizem a cuidar do meio ambiente em que vivemos.

Baseado no referencial teórico, segundo MACATTO (2002), a Educação Ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. Sendo a mesma uma ferramenta essencial na educação,

"[...] com ela, busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles" (MACATTO, 2002 p.12).

Partindo desse pressuposto as respostas das professoras P¹ e P³ seguiram a mesma linha de opinião. Já professora P² apresentou uma visão mais ampla da temática abordando um sentido mais aberto, mais filosófico onde ela acredita que a Educação Ambiental influencia na vida de forma mais ampla

Na questão seguinte, as professoras responderam se as mesmas utilizam alguma metodologia diferente ao tratar do assunto Educação Ambiental. Se sim, qual?

> P¹: Sim. Vídeos educativos, atividades lúdicas com materiais recicláveis nas datas comemorativas, produção de jogos pedagógicos, redução do desperdício de água na hora de lavar as mãos, jogar o lixo no local correto e a observação em torno da escola.
>
> P²: Sim. Nós trabalhamos o lúdico com figuras, que representam o assunto, ou seja, o tema. E eles fazem a leitura de imagem, e a curiosidade vai surgindo por parte dos mesmos.
>
> P³: A metodologia mais lúdica que utilizamos foi plantar o feijão juntamente com as crianças, em um copo com algodão.

As respostas das professoras sobre as metodologias usadas em sala de aula reforçam as ideologias sobre que práticas podemos exercer dentro no cotidiano escolar por meio da Educação Ambiental. É o que retrata o estudo de Reigota (1998) *apud* Jacobi (2003), a Educação Ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos e Pádua e Tabanez (1998) *apud* Jacobi (2003 p.8), a Educação Ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Ainda, segundo o RCNEI, em suas orientações didáticas, instrui o professor a produzir suas metodologias de forma mais lúdica, trazendo experiências ricas para as crianças e mantendo um contato mais aproximado com a prática (BRASIL, 1998, p.181).

> Cuidar de plantas e acompanhar seu crescimento podem se constituir em experiências bastante interessantes para as crianças. O professor pode cultivar algumas plantas em pequenos vasos ou floreiras, propiciando às crianças acompanhar suas transformações e participar dos cuidados que exigem, como regar, verificar a presença de pragas etc. Se houver possibilidade, as crianças poderão, com o auxílio do professor, participar de partes do processo de preparação e plantio de uma horta coletiva no espaço externo. (BRASIL, 1998, p.181).

Essas atividades são importantes pelo fato de que as crianças também poderão sair um pouco de sua rotina, no que se refere a sair mais da sala de aula, ter um contato maior com a própria natureza, com os elementos que a constituem, a ter familiaridade com a mesma. Essa questão sobre a utilização do espaço da escola, que é interligada na questão do contato aproximado com a natureza, também é discutida na próxima pergunta.

Na próxima questão as professoras foram indagadas sobre suas dificuldades através da pergunta: Você encontra dificuldades ao trabalhar o assunto em sua rotina

> P¹: Sim. A questão do espaço físico fora de sala.
>
> P²: Não, o professor usa sua criatividade, de acordo com a necessidade do aluno, e com que a escola tem.
>
> P³: Em relação a teoria não, mas na prática sim, pois falta incentivo.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, que apresentam em seu contexto legal um conjunto de leis e princípios que asseguram a todos, o direito a educação que condiz com todas as necessidades básicas de ensino e conforto gratuitas para todo cidadão. Sendo assim, é direito de todas as crianças um ambiente propicio as suas necessidades físicas e de aprendizado para que seu desenvolvimento possa ser continuo e de qualidade.

No entanto, segundo o relato da professora P¹ essas questões não são atendidas na instituição, afinal sua dificuldade é no espaço físico do lado de fora da instituição. Afina não há espaço para atividades ao ar livre devido as calçadas altas e limitação de ambiente para o contato direto das crianças com ambientes diversos, sendo esse também um dos direitos das crianças da Educação Infantil.

A professora P² afirma que não encontra dificuldades em seu cotidiano escolar. Entretanto se contradiz ao relatar que usa sua criatividade de acordo com a necessidade do aluno e com o que a escola lhe oferece, deixando sua resposta um pouco confusa.

Já a professora P³ relatou que sua dificuldade está voltada as aulas práticas, pois de teoria, em relação a livros e literatura, são bem assistidas. Apenas deixando a desejar nos incentivos a mudança dessa realidade.

Na última questão foi feita a pergunta: Como as crianças reagem às atividades voltadas a Educação Ambiental?

> P¹: Com entusiasmo, pois as mesmas promovem a observação, a manipulação e a exploração de objetos, levantam hipóteses na busca de respostas as suas curiosidades e indagações.
>
> P²: Como se trabalha com o lúdico eles gostam de explorar e fazem perguntas e respostas de acordo com a necessidade de cada um.
>
> P³: Em relação a atividade especifica já mencionada foi bastante importante para eles, pois se sentiram protagonistas daquele momento.

Nessa questão as três professoras foram categóricas ao afirmar que as práticas desenvolvidas dentro de sala tendo como protagonista a Educação Ambiental se tornam um exercício enriquecedor no ensino e aprendizagem das crianças tanto dentro quanto fora da escola, é que ressalva o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

> Ampliar o conhecimento das crianças em relação a fatos e acontecimentos da realidade social e sobre elementos e fenômenos naturais requer do professor trabalhar com suas próprias ideias, conhecimentos e representações sociais acerca dos assuntos em pauta. É preciso, também, que os professores reflitam e discutam sobre seus preconceitos, evitando transmiti-los nas relações com

> as crianças. Todo trabalho pedagógico implica transmitir, conscientemente ou não, valores e atitudes relacionados ao ato de conhecer. (BRASIL, 1998, p. 195)

Todas as perguntas atribuídas às entrevistadas foram de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, sendo esses responsáveis pela busca de resposta as indagações. Foram eles: caracterizar as dificuldades encontradas pelos docentes ao apresentarem e desenvolverem a temática sobre Educação Ambiental em sala de aula, compreender dentro da rotina da educação infantil que práticas são trabalhadas para o direcionamento a Educação Ambiental, analisar como a gestão escolar promove ações voltadas a Educação Ambiental dentro e fora da instituição. Portanto as propostas de estudo sobre o tema tiveram êxito na pesquisa.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos pela pesquisa foram satisfatórios, mostrando como se encontra a realidade da aplicação das ações sobre a Educação Ambiental na Educação Infantil que estão sendo desenvolvidas. A coleta dos dados aconteceu de forma presencial, por meio de entrevista semiestruturadas, de forma simples e mais objetiva no que se buscava analisar e compreender, tanto com as respostas das professoras quanto a da gestão.

As entrevistas apresentaram como as práticas relacionadas a Educação Ambiental estão aos poucos se engajando na rotina da educação infantil, trazendo para o cotidiano das crianças experiências que as aproximam do meio ambiente de diversas maneiras.

A cada pergunta feita com sua respectiva resposta, tanto das professoras quanto da coordenadora, foi possível ver que mesmo incluindo algumas atividades levadas a temática, ainda temos muito a buscar desenvolver ações de maneira mais aprofundada e aproximada da real convivência com o meio ambiente e o que ele tem a nos proporcionar.

REFERÊNCIAS

BRASIL; **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 23 set. 2022.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação Fundamental- **Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em 03 set. 2022.

BRASIL; **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.** Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 6.938. Sancionado em 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em 07 mai. 2022.

BRASIL; Conselho Nacional De Educação. Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 07 mai. 2022..

BRASIL; **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional.** Brasília, 1996. Disponível em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em 03 out. 2022.

BRASIL; Decreto nº 6263/2013 Regulamenta a Lei nº 3.587 de 04/12/2012, que autoriza a Concessão de Subvenções a Entidades Filantrópicas para a Oferta de Educação Infantil e dá outras providências. **Disponível em: <**https://leismunicipais.com.br/a1/sp/p/poa/decreto/2013/626/6263/decreto-n-6263-2013-regulamenta-a-lei-n%C2%BA-3587-de-04-12-2012-que-autoriza-a-concessao-de-subvencoes-a-entidades-filantropicas-para-a-oferta-de-educacao-infantil-e-da-outras-providencia **> Acesso em: 23 set. 2022.**

DULLEY, R. D.; **Noção De Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais E Recursos Naturais**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul. /dez. 2004. Disponível em: < http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/06-51-38-artig0nocoesdenaturezaeambiente.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

FARIAS, I. M. S; PIMENTEL, S. S.; **Pesquisa e Prática Pedagógica II** - 2ª Edição- Brasília, 2011.

ITAPIPOCA (CE). Projeto Político Pedagógico – Volume I. **Projeto político da Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI/UECE.** Registro em outubro de 2008.

JACOBI, P.; **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, USP, São Paulo, março/ 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em 23 set. 2022..

MACATTO, C.; **Educação ambiental: conceitos e princípios** /1. Educação ambiental. I. Título. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: <https://preajf.files.wordpress.com/2009/07/educac3beoo ambiental-conceitos-e-princypios.pdf.> Acesso em 12 de set. 2022..

MAZUCATO, T.; **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n0nn801>. Acesso em: 14 jan. 2022.

OLIVEIRA, G. C. dos S.; TONIOSSO, J. P.; **Educação ambiental: Práticas pedagógicas na educação infantil.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro- SP, 1 (1): 30-43, 2014. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao sumario/31/04042014073822.pdf>. Acesso em 02 fev. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.; **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. **Educação ambiental: Caminhos trilhados no Brasil.** São Paulo: Ipê, 1998. Disponível em: < https://books.google.com/books/about/Educa%C3%A7%C3%A3o_ambiental.html?id=aA_OGwAACAAJ>. Acesso em: 11 de out. 2022.

UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Agenda 21 (global), em português. Ministério do Meio Ambiente - MMA http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/ **Acesso em: 09 dez. 2022..**

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO ESPECIAL: A MÃE QUE EDUCOU SEU FILHO PARA SER UM PEDAGOGO

Data de aceite: 01/01/2023

Tatiana de Medeiros Santos
Doutora em Educação, Mestre em Educação Popular, Especialista em Educação Infantil, Especialista em Gestão Educacional. É graduada em Pedagogia. Professora do Ensino Superior há 12 anos. Atualmente é professora da UNINASSAU-JP/PB e Gestora de uma escola municipal da PMJP. http://lattes.cnpq.br/4690809269646197. ID Lattes: 4690809269646197.
Prefeitura Municipal de João Pessoa/ Faculdade UNINASSAU-JP, João Pessoa/ PB, Brasil.

Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley
Pedagoga, licenciada pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Especialista em Orientação Educacional 1° e 2° Graus e Especialista na disciplina Prática em Sociologia da Educação. Pós-Graduação: Especialização em Psicopedagogia pela Fundação Francisco Mascarenhas. Gestora de uma escola municipal da PMJP. http://lattes.cnpq.br/9467839002985701 ID Lattes: 9467839002985701
Prefeitura Municipal de João Pessoa. João Pessoa /PB, Brasil

Simone Medeiros dos Santos
Graduação em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela (UEPB). Especialista em Psicopedagogia (UNIPÊ), também é Especialista em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares (UEPB). É Mestranda em Ciências da Educação pela ESL-Centro Educacional. É professora da rede estadual de Ensino, na ECIT Cicero dos Anjos, em São Vicente do Seridó-PB e também é professora do município de São Vicente do Seridó-PB há 10 anos em ambas esferas. http://lattes.cnpq.br/3393271330615143 ID Lattes: 3393271330615143
Prefeitura Municipal de São Vicente do Seridó-PB. Seridó/PB, Brasil

Fabiana Medeiros Santos
Pedagoga pela UNAVIDA/UVA, Especialista em Supervisão e Orientação, Especialista em Ciências da Linguagem com ênfase em Português. Atualmente é docente na primeira fase do Ensino Fundamental da PMJP. http://lattes.cnpq.br/0726893036091934ID Lattes: 0726893036091934
Prefeitura Municipal de João Pessoa. João Pessoa/PB, Brasil

João Medeiros dos Santos
Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Pitágoras. Também é Graduado em Bacharel em Educação Física pela Faculdade

Claretiano. É Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Pitágoras. É Mestrando em Ciências da Educação pela ESL-Centro Educacional. Atualmente é professor da instituição Raimundo Asforá na cidade de São Vicente do Seridó - PB. http://lattes.cnpq.br/1019265944704413ID Lattes: 1019265944704413. Prefeitura Municipal de São Vicente do Seridó. Seridó/PB, Brasil

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar e compreender a realidade vivenciada pela mãe de um educando com necessidades especiais (paralisia cerebral) que chegou ao ensino superior e mostrar a importância da família nesse processo de escolarização e de superação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para melhor compreender a temática da Educação Especial no Brasil e da inclusão, também trabalhamos com a entrevista gravada e autorizada para publicação. A pesquisa mostra um breve histórico da Educação Especial no Brasil e discorre sobre a temática da inclusão e por último traz à tona a entrevista com a mãe do educando em questão. Os dados coletados evidenciam a realidade de uma criança que enfrenta a questão da inclusão, mas que apesar das exclusões que vivenciou, este aluno possui uma mãe que zela por práticas inclusivas em seu contexto social e narra ações a serem refletidas em no cotidiano escolar e pessoal na vida de cada um que realizará a leitura deste artigo.
PALAVRAS CHAVE: Educação especial. Inclusão. Educação.

SPECIAL EDUCATION: THE MOTHER WHO RAISED HER SON TO BE A PEDAGOGUE

ABSTRACT: This article aims to present and understand the reality experienced by the mother of a student with special needs (cerebral palsy) who reached higher education and show the importance of the family in this process of schooling and overcoming. The methodology used was bibliographic research to better understand the theme of Special Education in Brazil and inclusion, we also worked with the interview recorded and authorized for publication. The research shows a brief history of Special Education in Brazil and discusses the theme of inclusion and finally brings up the interview with the mother of the student in question. The collected data show the reality of a child who faces the issue of inclusion, but despite the exclusions he experienced, this student has a mother who watches over inclusive practices in her social context and narrates actions to be reflected in her school and personal daily life in the life of everyone who reads this article.
KEYWORDS: Special education. Inclusion. Education.

1 | INTRODUÇÃO

É notável, nas últimas décadas, o crescimento do número de crianças com necessidades educativas diferenciadas frequentando as escolas. Esse fato se dá em decorrência da luta de grupos pelo movimento de inclusão e destacamos algumas

conquistas, tais como a Declaração de Salamanca de 1994 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que consolidam o direito das crianças com deficiências a ter direto a educação básica, sem distinção. Assim, decidimos estudar esta temática a partir do momento em que todos os autores, em instâncias diferentes na área da educação trabalham com a educação especial e defendem que a inclusão deve acontecer de fato nas escolas e faculdades.

Mediante problemática de conhecer as dificuldades encontradas para que a inclusão de fato aconteça, os autores deste artigo, são todos educadores, com a finalidade de entender um pouco mais sobre a importância desta temática e o sucesso de uma mãe que não desistiu da educação de seu filho, apesar de ter encontrado muitos obstáculos, ela conseguiu que, o mesmo, chegasse a cursar Pedagogia em uma faculdade particular. Nisto, os educadores decidiram estudar a temática da educação especial no Brasil e trazer o depoimento na prática de como aconteceu a educação escolarizada de uma criança que chegou à faculdade. O depoimento é muito emocionante e exemplar, por isso nosso foco foi em colocar o depoimento na íntegra. A relevância desse estudo se dá a partir do momento que pretendemos divulgar essa pesquisa e incentivar muitas mães que estão nesse caminho a lutar pela inclusão de fato de seus filhos educ ção escolarizada.

OBJETIVO: Apresentar e compreender a realidade vivenciada pela mãe de um educando com necessidades especiais (paralisa cerebral) que chegou ao ensino superior e mostrar a importância da família nesse processo de escolarização e de superação.

2 | METODOLGIA

Para evidenciar os desafios dessa estudo, foi realizado uma pesquisa bibliográfic sobre o assunto, também realizou-se uma entrevista com a mãe do aluno em questão, e decidimos manter o anonimato de ambos, como também optamos por não analisar de modo profundo as respostas dessa mãe, deixando para cada leitor analisar na sua ótica essa voz dotada de sentidos e rica em processos educativos de uma criança especial que foi por muitas vezes inclusa no sistema de educação formal, com momentos também houveram momentos de exclusão e apesar das decepções da família não desistiram e na atualidade têm um filho que chegou à faculdade e cursa Pedagogi .

Assim, revela desafios, possibilidades e reflexões, a serem discutidas, compartilhadas, estudadas para aprofundarmos nos conhecimentos, com aportes bibliográficos sobre Educação Especial e Inclusão na área educacional. Entende-se que ainda há muito a se fazer em nosso Sistema Educacional, para atender aos alunos com deficiência, pois é preciso zelar pela equidade e qualidade, em um universo plural, cheio de adversidades para que, de fato, se desenvolva um trabalho de forma que aconteça uma aprendizagem mais significativa e a inclusão

Esta pesquisa justifica-se por tentar entender a trajetória educativa de um filho por meio da voz da mãe que se dedicou a sua educação escolar em que apesar das contradições, ela não desiste e seu filho chega à universidade. Trata-se de um tema de

grande relevância para acadêmicos e estudiosos na área de educação inclusiva. Para tanto, realizamos o seguinte questionamento: Quais foram os desafios dessa mãe para incluir seu filho na rede regular de ensino e na faculdade

Desse modo este artigo trilha por caminhos que nos faz entender como foi historicamente desenvolvida a luta por educação especial no Brasil e a inclusão na prática por meio da voz de uma mãe que educou seu filho para chegar à f culdade.

3 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

3.1 Breve histórico sobre a educação especial no Brasil

Ao pesquisar sobre o histórico da Educação Especial no Brasil, foi possível compreender que, por muito tempo, as pessoas que apresentavam alguma deficiênci eram consideradas pela sociedade como inúteis, fracassadas, chegando até serem consideradas anormais. Percebeu-se um contexto histórico marcado por muitos anos de exclusão e atraso na área da educação especial e inclusão. Outra constatação foi que a luta pela educação especial no Brasil não é algo recente, foi permeada por um longo processo de transformação histórica e política, sendo compreendida por um longo tempo como uma forma de assistencialismo ofertada a pessoas com deficiências, mas, sem finalidad educativa. Só recentemente, foi que se constatou a preocupação com o lado educacional do aluno. Nesse percurso, Batista (2006, p.37) explica que a história da educação especial em dois períodos distintos;

> No primeiro, durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, eram impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo. No segundo momento, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais - deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções. Marca este momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais.

Acontecimentos importantes começam a surgir por volta de meados do século XIX com o surgimento de instituições para dar assistência as pessoas com necessidades auditiva e visual. Em 1854 foi fundando o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1857 foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em 1930, surgiram às primeiras instituições voltadas a dar assistência as pessoas com deficiência mental. (RANGE e GOMES, 2016)

Após a Segunda Guerra Mundial, que resultou em muitas pessoas que ficara deficientes devido aos confrontos na guerra. Após este acontecimento passou-se a ter

um olhar diferenciado para as pessoas com deficiências, pois após esse cenário, onde milhares de pessoas que não eram deficientes passaram a ser e foi aí que se começou a ver, essas pessoas, com outros olhos, conforme afirma Tahan (2012, p.21) passando a se preocupar com grupos sociais de modo particularizado (...) nesse caso surgem os mutilados da guerra, pessoas que foram para a guerra sem nenhuma deficiência e voltam às suas casas com algum tipo de mutilação que impedem a fruição normal de suas atividades de vida diária.

Pessoas que eram tidas como normais, de repente estavam em uma situação que não se esperava, onde foi notado que, a deficiência não era algo só de nascença, mais também algo que poderia acontecer ao longo da vida. Nesse contexto, foi percebido que, os grandes heróis da guerra, passaram a se encontrar com limitações. Após esse acontecimento passaram a necessitar de ajuda, de atendimento especializado, de cuidados, mas, mesmo assim, não deixaram de ser quem eram, continuavam com suas qualidades, mesmo diante das limitações físicas, elas mantinham sua essência. Nesse cenário, possou-se a compreender o que Leite (2012, p.51) explica " (...) a deficiência em si não torna a pessoa com deficiência incapacitada, mas a sua relação com o ambiente sim. Fois aí que se passou a perceber que as pessoas com deficiências poderiam exercer funções e participar da vida social, sem haver necessidade de exclusão. (NEGREIROS, 2014, p.17). Vale salientar que mesmo com todo esse despertar da sociedade para as pessoas com deficiências, ainda pode-se afirmar que essa luta caminha lentamente rumo a efetivação legal de órgãos especializados para esse tipo de educação.

Na história recente da Educação brasileira, temos alguns ganhos que, que apesar de lentamente ter evoluído, ainda precisamos que sejam de fato colocadas em prática. Em 1961, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), N. 4.024/61 pelo presidente João Goulart, onde este documento regulariza o Sistema de Ensino brasileiro, fundamentando também o atendimento para pessoas com deficiência. Em 1970, temos a LDB Nº 5.692/71, que modifica a LDB anterior, no sentido de onde se dava o "(...) 'tratamento especial' passou a 'deficiências físicas, mentais', os que se encontram em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula de 'superdotados". (BRASIL, 71) Também foi na década de 1970, que as escolas começaram a aceitar as pessoas com deficiências em salas comuns, porém como não tinha um método voltado para os alunos com deficiências, os alunos eram quem tinham que se adequar aquele ambiente. Em 1988, temos a Constituição Federal, no seu artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1989)

Em 1990, tivemos a Lei de nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA que garante o atendimento educacional especializado as crianças com deficiênci preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994, temos a criação da Declaração de Salamanca, que se trata de um

documento elaborado em uma conferência mundial na cidade de Salamanca, na Espanha. Sobre esta questão, no Brasil, observa-se que desde a década de 1990, houve um grande esforço governamental para ampliação do número de matrículas nas escolas públicas, princípio da universalização, sem contudo instituir uma política de estrutura física das barreiras da acessibilidade, qualificação na formação de professores e de todos os envolvidos no processo de inserção dos alunos portadores de deficiência na escola inclusiva, e que as escolas seguem oferecendo enfrentando grandes desafios entre seus pares: escola, alunos e família na educação inclusiva de fato. (MENEZES, 2001)

Assim, tanto a Constituição Federal de 1988, como a Lei de Diretrizes e Bases, n°9.394/96, destaca a importância e urgência de efetivar a Inclusão Educacional como elemento formador de nacionalidade. Já a Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para todos de 1990. Assim, ampliou-se o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. (MENEZES, 2001)

A educação inclusiva tem como objetivo principal estabelecer a igualdade de possibilidades e oportunidades no âmbito da educação. Em relação a Declaração de Salamanca, destacamos três eixos: 1. Reforça o direito de todas as pessoas à educação; 2. Reafirma a Declaração Universal do Direitos Humanos; 3. Defende a garantia de direitos a todos, independentemente das diferenças individuais. A Declaração de Salamanca é um marco na luta por uma educação de qualidade. Possui a defesa de ideias voltadas para uma escola que para existir precisa do comprometimento e investimento dos governos nos Sistemas educacionais. (BELTHER, 2017, p. 23).

De acordo com Ferreira (2018) a escola inclusiva é entendida como uma escola comum, regular, que acolhe os alunos, independente das diferenças. Nesta escola, são criadas situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. Para incluir ainda é preciso acessibilidade a todos os ambientes da escola. A acessibilidade pode está vinculada à superação das barreiras que estão relacionadas ao espaço físico, encontradas muitas vezes na arquitetura das escolas, no relacionamento interpessoal, nas metodologias, nos programas e nas atitudes.

Na prática, "(...) a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, que se coloca à disposição do aluno" (NASCIMENTO, 2008, p.42). A inclusão é um tema prestigiado no campo científico e na legislação educacional. A ação inclusiva, tem sua sustentação em Políticas Públicas vigentes, por leis, que asseguram matrícula escolar de qualquer cidadão com necessidades especiais. A inclusão abrange muitas esferas além do olhar voltado para alguém com alguma necessidade especial, tais como cor, etnia, gênero, idade etc. Portanto, a nossa legislação é a garantia de acesso as pessoas com qualquer necessidade educativa especial e, garante a obrigação de escolas se adequarem a toda e qualquer realidade para prover a inclusão, desse modo as leis:

Determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º. (2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 2/2001)

Conforme a citada lei, todo aluno tem direito de ser matriculado na rede ensino em qualquer lugar do país, cabendo a instituição escolar, adaptar as necessidade, a exemplo de uma construção de rampa, de material didático como livros de brailes, salas de AEE, profissional do ensino de libras, profissional pedagogo para todo apoio pedagógico exigido dentre tantos outra necessidades, adequando desde a questão da estrutura física até a formação qualitativa de seu corpo profissional

Por meio da prática inclusiva, o aluno com necessidades especiais desenvolve habilidades que não conseguiria só, portanto, o trabalho da inclusão favorece o desenvolvimento da leitura e escrita, linguagem, socialização com todos ao seu redor, dando-lhe a condições de transformar realidades que estão ao seu redor, proporcionando a diligência da autoestima e contribuindo para que profissionais da educação aprendam mais do que ensinem por meio que apenas a vivência proporciona.

Entretanto, a processo de inclusão não é exclusividade da escola ao qual a criança está matriculada, todo o contexto ao seu redor deve proporcionar a inclusão e, principalmente no âmbito familiar, necessitando das condições sociais, econômicas e culturais em que está inserida.

Conhecendo essa trajetória e observando todas essas conquistas, decidimos em realizar uma entrevista com uma mãe de especial que teve seu filho que chegou à faculdade. Almejando entender como foi essa trajetória educacional de seu filho

4 I RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 A Atitude Humana de Incluir: A voz de uma mãe

O foco deste artigo é dar voz a uma mãe que educou o seu filho até chegar à faculdade. Vamos manter o anonimato de mãe e filho e vamos nos referir a entrevistada como “mãe” e o se filho, como “filho”. A mãe concedeu a entrevista gravada, que depois foi transcrita. Em um segundo momento lida e autorizada para publicação. No decorrer desta entrevista, foi entrevistada apenas a mãe e foi realizada em: 30/04/2022.

De início a pergunta foi: Qual a idade de seu filho e as limita ões que ele tem?

(...) tem 20 anos, fará 21 anos agora no mês de junho. Meu filho nasceu bem, porém desenvolveu um quadro respiratório grave com menos de 24 horas. Foi um momento difícil, pois tivemos diagnóstico de pneumonia, pneumotórax, sepse. Foram 45 dias de UTI, com paradas cárdio-respiratórias. Iniciou tratamento de reabilitação ainda na UTI, sendo acompanhado por fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Após o período de UTI, foi para o

berçário, em seguida para casa bastante debilitado. Não conseguia mamar, nem sugar, usou sonda nasogástrica até 4 meses de vida. Durante todos estes anos, sempre buscamos o melhor possível para a reabilitação dele, com acompanhamento na FUNAD, AACD e Rede SARAH de hospitais de reabilitação. Além de acompanhamento por diversos profissionais, tais como, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, equoterapia, hidroterapia, terapia ocupacional. Acreditamos que uma equipe multiprofissional é importante para a reabilitação. O diagnóstico específico é paralisia cerebral, com deficiência física. Vários pontos foram comprometidos, tais como, coordenação motora fina, dificuldade na fala, sialorreia constante, auxílio do andador. As conquistas foram lentas, começou a andar com andador aos 7 anos, comer com a colher sozinho aos 17. A casa necessita de várias adaptações para melhorar a qualidade de vida, por exemplo, banheiro com barras e revestimento de borracha. Sabemos que a nossa trajetória é de muitas vitórias, com tratamento persistentes e constante. No início, recebemos diferentes perspectivas acerca do futuro, tais como, "nunca vai andar", "usará sonda para sempre". Então, sempre tentamos, na medida do possível, persistir no melhor para ele. Quando ele era bem pequeno, adaptamos um quarto só para brincadeiras, com colchão e muitos objetos lúdicos e coloridos. Foram diversos estímulos diários que ajudaram a construir a reabilitação possível que ele tem hoje. Ele preservou todas as funções cognitivas, desenvolveu a capacidade de estar cursando a universidade, fez a prova do ENEM. Foram muitos desafios no período escolar porque ele não escreve, então toda o desenvolvimento dele passa por uma capacidade de compreensão diversa, mas não efetivamente pela escrita. Ele fez a prova do ENEM com ledor e transcritor e hoje está na faculdade, com diversos auxílios tanto familiares como externo para poder seguir a sua vida. Sabemos que a persistência e resiliência deram ao meu filho uma melhor qualidade de vida para uma condição incurável.

A mãe evidencia a gravidade do quadro clínico do seu filho, e suas limitações que começaram nos primeiros anos de vida, após diagnóstico médico de paralisia cerebral, no qual possui uma trajetória de vida, marcada por vitórias, superando expectativas da própria ciência. É perceptível a evolução do filho só foi e o apoio da família no tratamento multifuncional precocemente desde a UTI. Com diagnóstico final de deficiente físico, apresenta todas as funções cognitivas preservadas, atualmente é graduando, na Faculdade UNINASSAU.

Na próxima questão, foi questionado: Como você descobriu que seu filho é especial?

Ah, essa é realmente uma boa pergunta, como foi que eu descobri? Na verdade, quando ele estava na UTI do hospital, eu não tinha muita dimensão sobre nada disso. Até que foi realizada uma ressonância, exame de imagem, e eu vi pelo olhar dos meus pais que o quadro era muito grave, pois o meu pai é médico. Mas, quando se tem vinte e três anos a gente não compreende muito sobre tudo isso quando não se vive. Então eu senti pelo olhar dos meus dos meus pais, meus familiares que algo não estava bem. No entanto, não recebi informações muito claras sobre paralisia cerebral e como é a vida de uma pessoa com deficiência. Na verdade, depois de muitos anos, penso que aprendi com o tempo sobre a condição do meu filho, pois não existe um manual que ensina, sinto que é o cotidiano que nos faz aprender. Eu me recordo que a minha mãe me colocou no carro, andou comigo um pouco e disse que ele ia precisar muito da minha ajuda. Esta recordação é muito clara,

> para mim, até hoje. Posso até fechar os olhos e lembrar de cada detalhes deste momento. No entanto, não me recordo de falarem para mim nada sobre deficiência física ou paralisia cerebral, pois estes nomes foram chegando aos poucos em minha vida. Quando levei ele para casa, eu fui percebendo aos poucos, a dimensão do quadro, pois quando a gente fala deficiente físico ou paralisia cerebral há de entender que existem diferentes graus e que até mesmo naquela condição a gente não sabia muito quais, quais lesões efetivas ele não ia conseguir na vida. Então, eu digo que eu fui descobrindo ao longo da vida e de uma forma, às vezes, muito dura. Outras às vezes de uma forma mais leve, mas eu fui descobrindo. O diagnóstico é paralisia cerebral, mas é a convivência diária que faz a gente ir descobrindo as limitações, até porque os médicos também nos passaram perspectivas diferentes quanto ao quadro. Por exemplo, ouvimos de algu8ns médicos que não seria possível andar ou falar, mas conseguimos evolução neste aspecto. Não é um processo fácil, passei por momentos muito difíceis, tendo que tomar decisões importantes. No entanto, aos poucos, a gente vai entendendo a criança que recebemos e temos a missão de desconstruir algo que se imaginou e construir a nossa realidade. É uma verdade dura, pois quando uma mulher fica grávida, jamais imagina vivenciar tudo isto.

Algo bem relevante é a descoberta de forma gradativa da gravidade da deficiênci e limitações do filho, que se deu na convivência diária, e a partir do conhecimento passam por um processo de desconstrução e construção, para enfrentar uma nova realidade. Outra pergunta foi: Como seu filho chegou à Faculdade

> Quando se fala sobre como meu filho chegou na universidade, na faculdade, esse é um ponto bastante relevante e que requer, da sociedade, governos e educadores uma ampla discussão para que a inclusão verdadeiramente aconteça. Educar uma pessoa com deficiência é um processo árduo e, por muitas vezes, solitário e que exige da família muito envolvimento, persistência, resiliência e da escola muita adaptação curricular e, acima de tudo, entendimento dos mais diversos tipos e níveis de deficiência. Preciso, neste momento de fala, tão oportuno, deixar claro que nós (pais), nunca desistimos, em nenhum momento, mesmo diante dos mais diversos obstáculos. Quando ele iniciou na escola, aos 3 anos, nós passamos por quatro escolas dentro de João Pessoa. De umas eu recebi negativas, de outras disse pode deixar aqui mais não cuidava direito e de outras não estamos preparados e tal. Então, primeiro foi um impacto de entender nem todas as escolas estavam devidamente preparadas, mesmo diante das leis que não permitem a exclusão. Então, a pergunta é: inclusão existe? No meu ponto de vista, não! É uma discussão tão ampla, pois compreendo que envolvem aspectos de infraestrutura física, compreensão da patologia, conhecimento dos educadores, sensibilização da sociedade. É um conjunto, longe de uma realidade ideal, mesmo diante das leis. Quando iniciou a alfabetização me deparei com uma realidade ainda mais árdua, foi um grande desafio, principalmente emocional. A condição do meu filho era bastante limitada na escrita em função do comprometimento da coordenação motora fina. Ele não escrevia muito, tinha muita dificuldade e eu precisei de lutar muito com a escola para que houvesse um entendimento dessa parte escrita. Então, ele escreveu ali do jeitinho dele de uma forma muito difícil. Houve até os que queriam que ele reprovasse um ano porque não estava tudo pronto e eu disse que ele não estaria nunca pronto do jeito que as pessoas esperam. Ele estaria

pronto do jeito dele. E assim a gente passou até completar o ensino Fundamental I é e chegando o ensino Fundamental II. Nesse momento do ensino Fundamental nos deparamos com diversas dificuldades. A escrita é um fator muito limitante principalmente quando se pensa em matemática, física e química, onde foi muito difícil para a escola. Ele estava na sala de aula sempre com uma acompanhante fazendo as escritas no caderno dele. Então, nas áreas de humanas, tais como história, geografia até o próprio Português, Ele sempre ia bem nas provas. Nas áreas de exatas havia a necessidade de uma adaptação das provas. Então, a escola sempre foi aberta a isso, a fazer provas adaptadas, provas orais e sempre tinha uma pessoa acompanhando para a questão da escrita. A nossa maior dificuldade foi quando chegou o Ensino Médio, já no final do, do Ensino Fundamental II, pois enfrentou muitas dificuldades, tanto sociais quanto curriculares. O primeiro ano foi muito complicado porque o ritmo era muito alto e ele não conseguia acompanhar e isto foi muito desgastante para ele ficar na sala de aula, por exemplo de uma disciplina como física para uma pessoa que não escreve e mal sabe matemática assistir a uma aula de Física era desgastante. Então, foram muitas conversas com a escola, pois sugeri que nestas aulas de cálculos ele não ficasse dentro da sala, pudesse ser colocado na biblioteca pra ficar lendo um livro de história, por exemplo, mas a escola não aceitou. Então foram diversos pontos que me fizeram tomar uma decisão muito difícil, porém necessária. Então, como mãe, educadora vendo meu filho com o potencial que ele tinha mental, mas ficar se desgastando na sala de aula por questões que ele jamais seria capaz de conseguir por uma limitação motora não era justo com ele e nem com a nossa família. Estava sendo um desgaste mental para todos e tirando a nossa paz. A mente dele é brilhante e o corpo não corresponde, senti que precisava ser justa come ele. Então eu fiz a seguinte maneira, eu tirei da escola e coloquei ele para fazer aula particulares, coloquei ele pra fazer um cursinho para o ENEM. Porque no cursinho eu estava tirando ele dos agentes estressantes. Estava tirando ele da Física, da Matemática. Conversei na escola do cursinho para retirá-lo da sala de aula quando as aulas fossem das disciplinas de cálculos e permitissem que ele ficasse na biblioteca estudando história, por exemplo. Então ele foi um ser livre para estudar. Livre no sentido de olhar para aquilo que ele poderia efetivamente executar. E aí você pode perguntar: como foi que você fez para ter um certificado de conclusão no Ensino Médio? Então ele fez um supletivo. Foi uma decisão familiar onde ele sai da escola, estuda sozinho no cursinho para o ENEM que tira prova e consegue assim fazer a certificação do Ensino Médio por meio do Supletivo. Nisso, ele fez a prova do ENEM em 2019 e no momento da inscrição, eu fiz a inscrição dele solicitando ledor e transcritor como é preconizado pela lei. Na prova do ENEM não zerou nenhuma questão. Coisas que muitas pessoas que fazem o Ensino Médio regular acabam zerando. Ele fez uma redação toda ditada, ele falava e a pessoa escrevia. Ou seja, ele não escreveu nada. Ele não teve rascunho, ele apenas falou e tirou setecentos e vinte pontos numa primeira redação de ENEM sem nem mesmo ter feito o Ensino Médio regular. Então ele é um ser que estudou exatamente sozinho e conseguiu tudo sozinho. É, no final ele tirou uma nota menor em matemática, nas exatas. Ao total, ele fez quinhentos e poucos pontos. ao tentar entrar para a UFPB não entrou pelas leis das cotas, porque as cotas para pessoas com deficiência são somente para as pessoas de escola pública. E indo para a ampla, ampla concorrência é um pouco desleal alguém que nem fez primeiro, segundo e terceiro ano, que somente lê, mas não escreve, concorrer ali. Lógico eu sou professora lá e queria o meu filho mais perto de mim. Não que

> onde ele está hoje, eu sou muito grata porque eu acho até que Deus sabe os seus, os caminhos certos. Então, onde ele está hoje, que é a UNINASSAU tem um grande papel e hoje eu já tenho uma outra visão, pois ele está onde ele tem que estar, porque lá ele é muito bem acolhido por toda a equipe da faculdade. E acho que por um lado foi até um pouco bom porque ele está crescendo sozinho, sem a minha, vamos dizer assim, a minha proteção ali sempre ao lado dele. E assim foi a nossa trajetória educacional que considero muito relevante na minha vida, no meu papel de mãe, professora, educadora, jamais desisti do meu filho. De todos estes momentos, ensinar ele a ler foi, pra mim, um dos momentos mais desgastantes porque ele ia pra escola, mas precisou muito de mim em casa. Eu digo que a cada letra que eu tentei ensinar, eu chorei dez vezes no meu banheiro. Porque por muitas vezes me dava um pouco de falta de paciência. Eu precisava buscar muito de mim para que a gente pudesse progredir. Mais no geral eu vi, hoje eu vejo que tudo valeu muito a pena e vejo também como é importante nunca ter desistido. Hoje ele tem um grande potencial. Eu sempre estimulei muito na leitura, sendo um ponto muito importante, já que ele não tinha condições de escrever, a leitura fez muito parte da vida dele. Enquanto família, nós valorizamos a questão cultural, por exemplo, visitar museus e outras cidades. E assim valorizamos entendimentos históricos, o que seria um pouco de uma de uma educação mais real. Olhar in loco as questões que nos envolvem não apenas no livro, mais assim, como trazer o que está no livro um pouco pra realidade. Então, isso sempre fez muito parte da nossa família e ele sempre gostou muito de ler e visitar lugares. É, eu me lembro que teve umas férias, por exemplo, que fomos "turistas" da nossa própria cidade, pois resolvi fazer os mesmos passeios que os visitantes fazem quando visitam a nossa cidade. E a fazer passeios turístico no centro histórico, Casa José Américo... Fizemos visitações da nossa própria cidade, da nossa própria cultura e sempre estimulando essa parte que foi muito importante. Então, hoje ele é o resultado, primeiro da vontade dele porque para mim isso é extraordinário. Sem a vontade dele nada seria possível associada a nossa vontade que ele nunca desistisse da educação, do conhecimento associadas as pessoas que estão ao nosso redor que sempre nos ajudaram bastante. E quando eu falo todas sei que nem tudo é fácil, mas assim a gente sempre buscou muito diálogo com as instituições que fizeram parte da nossa vida. É isso!

Segundo a mãe as dificuldades foram surgindo em todas as etapas da Educação do filho, sempre enfrentando desafios. Passo por várias instituições de ensino e apesar da família sempre buscar o diálogo, muitas vezes não eram ouvidos. Merece destaque a resposta da mãe ao explicar como o filho conseguiu ingressar na Universidade "(...) hoje ele é o resultado da vontade dele associada a nossa vontade que ele nunca desistisse da educação, do conhecimento". Não menciona a participação efetiva das escolas como aliada no processo de ensino e aprendizagem no percurso da escolaridade do filho. Fato esse, que reforça a ineficiência de muitas escolas, que ainda são excludentes. Outra pergunta realizada foi: Como está acontecendo o ingresso de seu filho na Faculdade?

> Tem um sentido de vitória. Até aqui nós vencemos. Porque quando a gente passou por uma transição muito difícil e isso acaba gerando diversas expectativas que, mais uma vez, pode não se concretizar. E quando teve toda a questão acerca da possibilidade de ele entrar na UFPB e que eu vi que ele não entrava na lei da cota, mesmo sendo um deficiente, com tantas

> deficiências, mas que ele estava sendo excluído por não ter estudado em uma escola pública de um lado e do outro lado estava entrando na ampla concorrência, eu como mãe, eu sofri muito. Este sofrimento é, foi no sentido de entender que o meu filho estava sendo excluído dos dois lados, né. Mas é a lei, não fui eu quem criei, mas no meu entendimento essa lei estava sendo injusta com tudo que eu tinha plantado de luta educacional até ali. Observei que na na vaga da pessoa com deficiência, a pessoa entrou até com quatrocentos e sessenta pontos e meu filho fez mais de cem pontos a mais e não estava entrando. Então, primeiro eu tive que processar isso, para mim foi um impacto muito grande, isso realmente me gerou muita dor interna, poque como educador isso foi um processo muito difícil. Ele dizia "mãe eu vou dar um jeito", "mãe, não se preocupe". Ele agora estava fazendo um papel inverso, era ele que estava cuidando de mim. E foi quando ele sozinho procurou a UNINASSAU, resolveu tudo. Ele saiu mandando e-mail, ele digita e ele resolveu e disse mãe eu vou fazer Pedagogia na UNINASSAU. Eu recebi essa notícia com muita alegria. Apesar de sendo professora, ali eu gerava uma expectativa dele ficar comigo na mesma instituição, mas eu recebi essa notícia com muita alegria. E assim, desde o primeiro momento que ele começou o curso, na pandemia, de forma online, eu vi em nele o reflexo de tudo que a gente havia construído. Um senso de responsabilidade por estar dentro de casa e não faltar as aulas. Uma pessoa extremamente participativa e os professores foram excelentes no sentido de ter paciência para compreender a voz dele. Então, no começo a gente ficava do lado dele traduzindo um pouco a fala, mas depois os professores tiveram o empenho de também entender o que ele estava falando. E aí há uma construção de um curso, no qual ele está se identificando e eu espero que ele venha a concluir, porque a gente sabe que todo curso de graduação você começa, vai descobrindo, vai construindo caminhos, mais foi um momento que aos poucos aquela minha dor foi sendo transformada em um outro contexto. Agora de muita alegria e de poder estar acompanhando-o na faculdade. Eu percebo que ele entrou num processo agora de outro nível até de maturidade também emocional, desde quando ele quer fazer algo sozinho até dar conta da própria nota. Então, isso reflete também uma maturidade da parte dele. Então assim, de um modo geral eu vejo que a faculdade está fazendo bem para ele. Está sendo um ganho muito grande quanto pessoa. Eu percebo a faculdade está tentando sempre fazer o melhor para ele. Eu percebo a faculdade por exemplo, retirando dele o que há de melhor e isso tudo reflete no que fazemos no passado que foi o de jamais desistir da educação dele (...) e quando vejo a UNINASSAU-JP acolhendo, a palavra é essa de forma bastante acolhedora, que faz questão de trazer para ele o entendimento de um modo geral. Eu só tenho a agradecer porque a mesma parceria que eu busquei no passado com as escolas, hoje eu tenho a parceria com a UNINASSAU-JP. É uma parceria que não tá para destruir, mas para tentar construir, respeitando logicamente as limitações. Algumas limitações devem ser conversadas para que o entendimento e o progresso seja sempre o melhor.

Percebe-se que mãe, filho e a família enfrentaram nessa longa trajetória da vida escolar e que ingressa na Universidade UNINASSAU-JP, e mais perceptível ainda é a sensação da vitória. Porém, antes desse acontecimento, a mãe se desestabiliza ao saber que o filho não teria direito a Lei de cotas para ingressar na UFPB, mesmo sendo deficiente não conseguiu por não ter estudado em escola pública. A exclusão na ótica da mãe, a

decepciona, pois é uma educadora desta instituição e esperava que o filho ingressasse na UFPB, para ter o filho mais próximo dela. Nesse momento a mãe pensou em desistir, foi quando o filho reagiu e fez o papel inverso, agora o filho cuidava da mãe. Ele procurou a UNINASSAU-JP de modo on-line e resolveu tudo sozinho. Comenta que foi acolhida por todos da Instituição que se empenharam em entender a fala do aluno. Foi no início do curso que, veio à tona, a importância da luta incansável da família, que juntos haviam construído ao longo dos anos da vida escolar do filho, algo significativo, substancial, que ultrapassou limites, superou todas as expectativas despontando um processo de maturidade com autonomia e senso de responsabilidade.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Merece destaque que ao revisitarmos sobre a história da Educação Especial, Educação Inclusiva ao longo do tempo, percebe-se muita luta em prol desse público-alvo, alunos com deficiências que nos últimos tempos tem um vasto e crescente público. Mesmo com a implantação de diversas políticas públicas referentes a Educação Inclusiva, até os dias atuais persistem os desafios para os profissionais envolvidos no processo da escola inclusiva.

Nessa perspectiva apresentou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto em questão e logo em seguida a entrevista com a mãe de um filho especial que chegou à faculdade. Pode-se conhecer uma série de direitos garantidos pela legislação brasileira, mas foi com a Declaração de Salamanca em 1994 esta proposta ganhou ainda mais força e a Educação Especial teve o seu papel redimensionado propondo assim uma nova da escola, a inclusão, além de uma transformação na estrutura física. Isso requer mudança no projeto pedagógico, na avaliação, no currículo, na metodologia, essa que perpassa pelo professor mediador de todo processo.

Essa pesquisa trouxe à tona a trajetória de uma família que lutou para incluir o filho na educação escolarizada. Entendeu-se que a escola inclusiva, apesar de ter uma legislação que garanta a inclusão, ainda precisa de muitas reflexões e discussões para que a mesma de fato aconteça. Percebeu-se também uma Faculdade que promove a inclusão e que é notável o empenho por parte da equipe de professores e coordenadora, no qual esse aluno foi de fato aceito. Percebe-se que ele participa da construção de um curso no qual ele está se identificando. Assim, também é perceptível que essa mãe e filho, juntos lutaram para ver essa inclusão acontecer e venceram os desafios da excl são.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina; A. Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL **- Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 5.962, 11 de agosto de 1971.** Ministério da Educação. Brasília, 1971.

BRASIL. **Educação inclusiva**: v.3: a escola. Brasília: MEC/Seesp, 2004. Acesso em: 8 de maio 2019.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

FERREIRA, Felipe. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: quais os pilares e o que a escola precisa fazer.** Atualizado em: 29 de agosto de 2018. Acesso em: 2 jun. 2019.

LEITE, Flavia Piva Almeida. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. **Revista de Direito Brasileira.** Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira Do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Caderno Temático Londrina. 2008 – Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE – do Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

RANGEL, Fabiana Alvarenga; GOMES, Márcia de Oliveira. Da fundação e dos primórdios das primeiras instituições especializadas públicas no Brasil. In. **Revista Educação Especial em Debate.** Vitória - ES. A.1, V.1, N.2. (p.55 a 73.)

TAHAN, Adalgisa Pires Falcão. A universalidade dos direitos humanos. In: Estudos e debates em Direitos Humanos. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: **Letras Jurídicas**, v. 2, 2012.

CAPÍTULO 4

O ENSINO REMOTO E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA FALA INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Data de aceite: 01/01/2023

Vitória Régia Feitosa Gonçalves Costa
Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Saúde e Envelhecimento pela Nova Medical School (NMS-UNL), Doutoranda no Programa Pós-doutoral em Estudos da Criança pela Universidade do Minho (Braga-PT). Docente do centro Universitário INTA/UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1521263190147466. Link Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0364-2274
Centro Universitário INTA/UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Edine Dias Pimentel Gomes
Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), docente e Coordenadora do Centro Universitário INTA-UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2937030520683444 Link Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5990-6358
Centro Universitário INTA/UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Karla da Conceição Bezerra Brito Veras
Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Mato Grosso, docente do Centro Universitário INTA/UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0976664619702300 Link Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6899-8813
Centro Universitário INTA/UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Kelly Alves de Almeida Furtado
Graduada em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), docente do Centro Universitário INTA/UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1521263190147466. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6899-8813
Centro Universitário INTA/UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Josiane Lima Mendes
Graduada em Farmácia pelo Centro

Universitário INTA/UNINTA, Mestrado em Biotecnologia pelo Centro Universitário INTA/UNINTA. Diretora Pedagógica dos Cursos de Educação à Distância do Centro Universitário INTA/UNINTA. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6756-2110. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5450660474130915
Centro Universitário INTA/UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: A pandemia da COVID-19, ocorrida no início de 2020, trouxe consequências irreparáveis para a humanidade. O número de mortes foi devastador e os prejuízos estão em todas as áreas, inclusive no desenvolvimento da linguagem, principalmente das crianças que foram submetidas ao sistema de ensino remoto. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o impacto do isolamento social em relação ao desenvolvimento da linguagem em crianças submetidas ao ensino remoto durante a pandemia da COVID-19. Estudo de revisão bibliográfica, onde foram coletados sete artigos, publicados nos períodos de 2020 a 2022. Os assuntos encontrados referem-se ao impacto causado pelo isolamento social nas crianças em fase de desenvolvimento da linguagem durante a pandemia da COVID-19 e o ensino remoto. Considera-se que esse assunto é de extrema relevância em saúde e educação, pelo fato de tratar-se de crianças em desenvolvimento da linguagem verbal ou não verbal, podendo, esse atraso, comprometer todo desenvolvimento global infantil, entretanto, existe muito ainda o que se estudar sobre os efeitos nocivos do isolamento social e do ensino remoto no desenvolvimento infantil.
PALAVRAS-CHAVE: Isolamento Social; Covid-19; Desenvolvimento da Linguagem; Ensino Remoto.

REMOTE LEARNING AND THE IMPACT ON CHILDREN'S LANGUAGE AND SPEECH DEVELOPMENT DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic, chic occurred in early 2020, hás brought irreparable consequences for humanista. The bumber of deaths was devasta Ting and the damage si in all areas, including language development, especially in children who were subjected to the remote teaching system. The objective of this research was to analyze the impact of social isolation in relation to language development in children submitted to remote teaching during the COVID-19 pandemic. A literature review study, where 7 articles were collected, published in the periods from 2020 to 2022. The issues found refer to the impact caused by social isolation on children undergoing language development during the COVID-19 pandemic and remote teaching. It is considered that this subject is of extreme relevance in health and education, because it deals with children in verbal or nonverbal language development, and this delay may compromise the whole child global development, however, there is still much to be studied about the harmful effects of social isolation and remote teaching on child development.
KEYWORDS: Social isolation. Covid-19. Language development. Remote learning.

1 I INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS,2020) sobre o surgimento de vários casos de pneumonia (OPAS, 2020). Entretanto, uma semana depois descobriu-se que se tratava de uma nova cepa do coronavírus que até então não tinha sido encontrada em seres humanos.

Poucos meses após esse alerta, a OMS declarou que o mundo estava vivendo a pandemia do novo coronavírus, a COVID-19, doença infeciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Grave 2), colocando a população mundial em estado de alerta máximo (OMS, 2020).

Dados mais recentes referem que o número de infectados já atingiu os 639.572.819 milhões e causou pelo menos, 6.615.258 milhões de mortes em todo o mundo, desde janeiro de 2020 (WHO, 2022).

Com a expansão da doença muitas medidas foram tomadas para conter e mitigar o avanço da COVID-19 em todo mundo, através de medidas de contenção ao avanço do novo coronavírus, especificamente: interrupção de atividades coletivas em equipamentos públicos, atividades educacionais presenciais em todas as escolas, além de orientações como a lavagem das mãos com sabão ou álcool a 70%, o uso de máscaras e o isolamento social. Um das medidas mais tomadas em todo o mundo dói o isolamento social.

O isolamento social é uma medida que tem como objetivo menorizar o alastramento de doenças. Entretanto, quando ele se dá por longos períodos, pode provocar o sofrimento de boa parte da população, aumentando o número de doenças e alterações, especialmente em crianças em fase de desenvolvimento.

Embora as crianças não tenham sido largamente atingidas pelos graves sintomas da infecção causada pelo Sars-CoV-2 (HOANG *et al*., 2020), a quarentena, o uso de máscaras e o isolamento social não os livraram dos impactos causados pelas políticas de contensão adotadas pelos governos (DEONI, 2021), além do ensino remoto causado pelo fechamento das escolas, o que possibilitou o agravamento de estressores biopsicossociais que podem ser altamente nocivos ao desenvolvimento infantil.

Enfim, essas políticas públicas de controle da COVID-19 fecharam escolas, parques e ambientes muito importantes para o desenvolvimento infantil, limitando a socialização, a interação com seus pares, o brincar e o lazer (FIGUEIREDO; ALEGRETTI; MAGALHÃES, 2021). Isso pode ter causado grandes prejuízos no processo desse desenvolvimento inclusive, no comportamento, na motricidade, na cognição e na linguagem das crianças.

Destarte, um estudo recente avaliou o desenvolvimento da criança através de uma escala de desenvolvimento precoce, em que um dos itens testados foi a linguagem e referiu que os escores, tanto da cognição, quanto da linguagem verbal e não verbal das crianças que nasceram durante a pandemia de covid-19, comparados com os escores das crianças que nasceram antes da pandemia, foram significativamente inferiores (DEONI *et al*, 2021).

Há que se ressaltar que as crianças de creches e pré-escolas, que necessitaram aderir ao ensino remoto, podem apresentar comprometimento ou atraso no processo de

aquisição da fala e da linguagem, principalmente crianças em situações econômicas mais desfavoráveis.

Ademais, creches e escolas são como um segundo lar para a criança, e é também nesses espaços que a criança se desenvolve através da interação, da socialização e de múltiplos estímulos à linguagem. A falta de estímulo pode prejudicar o amadurecimento dos sistemas cerebrais e interromper os resultados cognitivos e comportamentais (REES; INDER, 2005; DE OLIVEIRA, 2020).

Segundo Vygotsky (2008), em sua teoria sociointeracionista, afirma que o aprendizado acontece por meio da interação da criança com o meio, com os pais, com os seus pares e ainda enfatiza o brincar, como construtor da aprendizagem, além de mencionar a linguagem como o principal meio de interação com a sociedade pois é através dela que a criança expressa seus desejos e anseios.

O autor ainda refere que as formas avançadas de pensamento são transmitidas à criança através de palavras e que a linguagem é ao mesmo tempo uma ferramenta que auxilia nas habilidades superiores como também é, propriamente uma habilidade superior. Sendo assim, é preciso considerar a importante contribuição da linguagem na comunicação e no desenvolvimento cognitivo. Isto é, memória, atenção, comportamento e pensamento são favorecidos com o desenvolvimento da linguagem.

Piaget, que ao longo de sua vida investigou sobre o desenvolvimento infantil, concluiu que a inteligência avança à medida que o sujeito desenvolve formas de se adaptar às situações que o meio exige, criando maneiras para superar os obstáculos que encontra ao longo do seu percurso de vida. Logo, para esse cientista, o desenvolvimento cognitivo, que está entrelaçado à linguagem, depende de fatores biológicos e das experiências adquiridas através das interações sociais (PEREIRA, 2012).

Para Castaño (2003), a linguagem constitui-se por um lado, da contínua interação social do homem com o meio, e por outro, de uma estrutura anátomo-funcional geneticamente determinada. Portanto, sendo a linguagem constituída por um sistema de símbolos linguísticos utilizado pelo homem para comunicar-se entre si, pode manifestar-se de diversas formas, entre estas situa-se a linguagem oral a qual permite a compreensão e a expressão de mensagens, elaboração de ideias, reflexão e solução de problemas (REYES; PEREZ, 2014).

Ressalta-se a importância da linguagem e da comunicação na saúde e na vida das pessoas, pois favorecem ao homem autorreflexão e reflexão do mundo, propicia a aprendizagem, promove a participação e capacita para mudanças na busca da redução das iniquidades, na construção da cidadania e de uma vida de qualidade.

Diante desse cenário de pandemia, crianças e adolescentes são expostos a situações estressantes, como medo de contrair a doença, frustração, tédio, sobrecarga de informações, perda financeira familiar, perda de familiares e mudanças drásticas nos padrões de atividades diárias, que deixam claras as multifacetadas ameaças da COVID-19 (BROOKS *et al*., 2020). Todas essas questões colaboram para futuros danos imprevisíveis que podem impactar não apenas a saúde das crianças, mas também sobrecarregar o

sistema de saúde e educacional brasileiro.

Tendo em conta a problemática expressa, orientou-se esse estudo para dar resposta a seguinte questão de investigação: “Qual o impacto do isolamento social em decorrência da pandemia da COVID-19, em relação ao desenvolvimento da linguagem de crianças submetidas ao ensino remoto”?

A pandemia da Covid-19 levou o mundo a tomar medidas rápidas e preventivas para conter a transmissão do Sars-CoV-2, já que sua transmissão se dá através do contato em superfícies e da autoinoculação do vírus através das mucosas do nariz, boca ou olhos, tornando-se uma doença de fácil e rápido contágio. No Brasil, as medidas para diminuir a propagação do vírus foram efetuadas em todo o país.

Cabe mencionar que uma das medidas adotadas pelos governos foi a quarentena, obrigando as pessoas ao isolamento social em seus lares, desenvolvendo inúmeros prejuízos à saúde mental, motora, social, à aprendizagem das crianças, inclusive na aquisição e desenvolvimento da fala e da linguagem.

Ressalta-se que o desenvolvimento da fala e da linguagem acontece através da interação da criança com o meio ao qual pertence. É através do brincar, da socialização e interação com os seus pares que essa estimulação acontece. Portanto, a criança precisa conviver e participar da sociedade para poder aprender e desenvolver a linguagem.

Com o fechamento das escolas, as crianças em idade de aquisição e desenvolvimento da linguagem, passaram a estudar de forma remota, deixaram de frequentar parquinhos, de socializar com a família, parentes e amigos gerando efeitos devastadores em seu desenvolvimento global.

Ferrari *et al.* (2022) realizaram uma pesquisa comparativa onde avaliaram os efeitos do isolamento social, antes e após a pandemia do COVID-19, no desenvolvimento global em bebês e observaram que as áreas da linguagem e de interação social foram as mais afetadas.

Mais um estudo, investigou o impacto da COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes e referiu que o isolamento social e a interrupção da rotina de atividades, como as idas às escolas, aliadas ao medo, à ansiedade e da imprevisibilidade do futuro, proporcionaram um maior risco para esse grupo desenvolver futuramente doenças psiquiátricas, mesmo não havendo predisposição para tal (FIGUEREDO *et al*., 2021). A saúde mental afeta diretamente o desenvolvimento global da criança, inclusive o da fala e da linguagem, pois já se conhece a associação entre essas duas variáveis.

E por fim, outros estudos recentes apontam para os impactos que o isolamento social trás para a saúde mental, motora e cognitiva na primeira infância (ALMEIDA, 2021; FIGUEIREDO; ALEGRETTI; MAGALHÃES, 2021; DEONI *et al.*, 2021; NEUMANN *et al.*, 2021), entretanto outro aspecto relevante é a escassez de trabalhos que se referem a repercussão que o isolamento social causou no desenvolvimento da fala e da linguagem durante a pandemia da COVID-19.

O interesse nessa temática surgiu pela oportunidade de avaliar o impacto causado pelo isolamento social em decorrência da pandemia da COVID-19 no desenvolvimento

linguístico de crianças que foram submetidas ao ensino remoto, por se encontrarem em risco de atraso na aquisição da fala e da linguagem.

Além de que, na prática clínica pós-pandemia, evidencia-se o aumento da procura por atendimento para terapia da fala e da linguagem, pois a maioria dessas crianças que estão a chegar nas clínicas, consultórios e postos de saúde, chegam com queixa de atraso ou dificuldade na aquisição e desenvolvimento da linguagem

A partir dessa perspectiva, essa pesquisa torna-se relevante para o contexto atual e ruge a necessidade de buscar respostas sobre as questões que envolvem as políticas públicas de isolamento social impostas e a relação com a aquisição da fala e da linguagem infantil, objetivando construir ações que ajudarão a minimizar o estrago causado pela pandemia da COVID-19.

Tendo em conta a problemática expressa, delineou-se como objetivo geral, analisar o impacto do isolamento social em relação ao desenvolvimento da linguagem em crianças submetidas ao ensino remoto durante a pandemia da COVID-19.

Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa do tipo revisão bibliográfica, onde num primeiro momento foi realizado levantamento em bases de dados, referentes aos assuntos de interesse. Num segundo momento, os artigos foram catalogados e escolhidos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. E num terceiro momento, elaborou-se os resultados com discussões e considerações finais

2 I METODOLOGIA

Essa pesquisa tratou-se de um estudo de revisão de literatura, fundamentada por meio das bases de dados: *Medline*, *Pubmed Scielo*, *Lilac's*, BV e *Scopus*, utilizando-se os seguintes descritores: *Social isolation*; Covid-19; *Language development* e; Remoto learning.

A revisão da literatura, também chamada "revisão bibliográfica", tem como objetivo atualizar o leitor sobre o estágio de contribuição acadêmica sobre um determinado assunto. Assim como, esse tipo de levantamento bibliográfico, proporciona uma visão abrangente das pesquisas e contribuições anteriores, contribuindo para futuras investigações.

Inicialmente, realizou-se uma busca ativa das palavras-chave no portal de descritores em ciências da saúde (decs) de acordo com o tema sobre os impactos do isolamento social, o desenvolvimento da linguagem infantil e ensino on-line em tempos de COVID-19. Os artigos foram selecionados de acordo com os seguintes descritores: Isolamento social; Covid-19; Desenvolvimento da linguagem; ensino remoto.

Os critérios de inclusão utilizados foram: ser artigo científico, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, estar disponível de forma íntegra e gratuita, além de versar sobre a temática pesquisada, ressaltando-se a análise do artigo e sua contribuição sobre a temática da pesquisa, por meio da análise do resumo e da atualidade do estudo, assim como de exclusão, baseados na pergunta que norteia a revisão, mensuração dos desfechos de interesse, critério metodológico, idioma, tipo de estudo, tempo de busca, por meio de artigos

publicados no período entre os anos de 2020 a 2022, disponibilizados na íntegra. O critério de exclusão da pesquisa pautou-se nas contribuições da fonoaudiologia educacional em tempos de Covid-19, sendo excluídas fontes que abordavam sobre a atuação em períodos ausentes de pandemia.

Foram selecionados 6 artigos correspondentes aos assuntos abordados nos descritores.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Covid-19

A COVID-19 é uma doença infecciosa viral, causada pelo vírus SARS-CoV-2, responsável pela síndrome respiratória aguda grave ou coronavírus 2 (MENG et al, 2020). É uma doença de rápida transmissão e contágio, principalmente em pessoas com baixa imunidade e condições médicas subjacentes, deixando-as mais predispostas a contrair o vírus.

Segundo a OMS (2022), a COVID-19 pode ser prevenida e retardada se as pessoas estiverem bem-informadas sobre a doença, da sua forma de transmissão e usando medidas de distanciamento, o uso de máscaras, principalmente em ambientes fechados, escolher espaços abertos e ventilados para passear, além do uso de álcool nas mãos ou lavagem das mãos, frequentemente com sabonetes. Sendo que um dos meios mais eficazes é a vacinação.

Refere-se que a forma de contaminação se dá através das mucosas nasais e orais (espirros e/ou tosses, fala, canto ou respiração). Para além de que, proteger a boca e o nariz ao espirrar ou tossir é uma forma de proteger a si e aos outros da contaminação pelo SARS-CoV-2.

Por fim, ressalta-se que os sintomas mais comuns da COVID-19 são febre, tosse, cansaço, perda de paladar e olfato, sendo os menos comuns: dor de garganta, dor de cabeça, diarreia, dores corporais, erupção cutânea, dedos dos pés vermelhos.

3.2 Ensino Remoto

Coma a evolução tecnológica vem-se abrindo um leque de variadas formas e possibilidades de aprendizagem, impulsionando novos paradigmas de interação e conhecimento, adotado através dos sistemas remotos de ensino. No entanto, não se imaginou que, tão emergencialmente, fosse necessária a utilização dessa tecnologia como meio de ensino, como o que ocorreu durante e algum tempo pós-pandemia da COVID-19.

A rápida necessidade da implantação desse serviço nas escolas, adveio do crescimento do contágio do coronavírus, levando os governos a adotarem medidas de contensão e propagação do mesmo, instituindo o isolamento social e o ensino remoto, forçando os professores a adotarem práticas de ensino a distância e os alunos a assistirem essas práticas através de aparelhos telefônicos ou notebooks acessando sistemas de videoconferência, como o *Skype*, o *Zoom* ou o *Google Hangout* e plataformas de aprendizagem, como o *Microsoft Teams*, *Moodle* ou o *Google Classroom*.

Entretanto, salienta-se que o uso desses instrumentos de ensino vinha sendo utilizados de forma elementar, mas que durante a pandemia da COVID-19, passou a serem utilizados de forma instrumental, diminuindo as práticas e metodologias de ensino a uma forma simplesmente transmissiva (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020).

Nessa perspectiva, faz-se necessário a criação de meios de ensino remoto que não sejam de forma emergencial ou que possam desconstruir o processo de ensino-aprendizagem, mas proporcionar meios virtuais de educação digital de qualidade.

3.3 A Linguagem

A linguagem humana é um dos maiores meios de comunicação. Ela representa uma relevante importância social e interacional na sociedade. A linguagem é previamente existente, além de ser cognitivamente estruturada (DE OLIVEIRA E BRITO; DE OLIVEIRA E BRITO, 2017**).** Portanto, a linguagem é a forma como os humanos transmitem seus pensamentos e ações utilizando-se de um refinado sistema de cód gos linguísticos.

Algumas teorias foram desenvolvidas para estudar o desenvolvimento da linguagem. Uma das mais importantes e interessantes é a Teoria Interacionista de Vygotsky. O autor refere que pensamento e linguagem estão inter-relacionados, onde o primeiro inicia-se de forma "não-verbal" e a fala, de forma não racionalizada. Além de que, a exposição ao meio ambiente que a criança participa vai influenciar e promover a aquisição e o desenvolvimento da sua linguagem. Vygotsky afirma que o brincar, as atividades com seus pares e familiares vão propiciar a criança formas de comportamento social através das trocas de experiências, aumentando o repertório compreensivo e expressivo da linguagem, tornando-a cada vez mais rebuscada.

Locke (1997) salienta que a linguagem inicial das crianças é fundamentada na integração entre o genoma humano e a vivência durante seu percurso de vida. Essa primeira linguagem é denominada Pré-linguagem, período que a criança, através da sua interação com o cuidador num contexto afetivo, social e linguístico, inicia os primeiros passos para o desenvolvimento de sua fala que se dá dos 0 aos 12 meses de idade.

Após os 13 meses de idade, a criança entra na fase linguística propriamente dita, e **à** medida que é estimulada pelo seu meio ambiente e social, ela vai adquirindo meios mais sofisticados de pensamento e linguagem, construindo e ampliando sua comunicação, assim como desenvolvendo toda a musculatura orofacial, importante para a eficiente articulação e produção dos sons da fala. Ressalta-se a importância da integridade do sistema auditivo periférico e central, além da compreensão para o perfeito desenvolvimento da linguagem, seja ela verbal ou não verbal.

Enfim, é por volta dos cinco anos de idade, no final do período-escolar, que a aquisição oral da criança deve estar concluída (HOFF, 2010).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento infantil ocorre através de mudanças que acontecem nas suas

dimensões físicas, neurológicas, cognitivas e comportamentais. É através desses domínios que a criança consegue se adaptar as mudanças que ocorrem diariamente na sua vida.

Um dos domínios importantes do qual a linguagem está intimamente relacionada, é o cognitivo. Ambas estão paralelamente ligadas, isto é, a soma de ambas é necessária para que a criança desenvolva a compreensão e, respectivamente, aprenda o que lhe é ensinado.

É imprescindível referir, que a linguagem, é uma função mental superior e para isso necessita ser estimulada diariamente e em todos os ambientes frequentados pelas crianças.

Observou-se que durante a pandemia da COVID-19, as crianças em idade escolar e em fase de desenvolvimento da linguagem, foram afastadas do convívio familiar, dos seus pares, dos equipamentos de laser e da escola, sendo este, dos mais estimulantes ao desenvolvimento das habilidades linguísticas.

Assim, em um estudo realizado com crianças do ensino primário na Holanda, observou que os alunos fizeram pouco ou nenhum progresso enquanto aprendiam em casa, no ensino remoto (ENGZELL; FREY; VERHAGEN, 2021). Ressalta-se que o isolamento social na Holanda teve curto período de duração, apenas 8 semanas. Portanto, pressupõe-se que países que tiveram maior tempo de fechamento das escolas, tendem a apresentar resultados muito piores.

Outro estudo relacionou grupos de crianças monolíngues com grupos de crianças bilíngues para verificar o impacto no desenvolvimento da linguagem e da alfabetização em quando do afastamento das escolas durante o período pandêmico (SUN et al, 2022). Refere-se que essas crianças estiveram em sistema híbrido de ensino, isto é, ora remoto, ora presencial. O estudo verificou que as crianças bilíngues, apresentaram maiores ganhos em vocabulário, mas menores ganhos em compreensão de leitura. Há que salientar que as práticas de leitura independente das crianças durante a COVID-19 foram positivamente associadas ao crescimento da alfabetização infantil durante as interrupções escolares relacionadas à pandemia.

É importante referir, que assim como o lar, a escola é um ambiente propício ao desenvolvimento das habilidades conversacionais da criança. Charney et al (2020), referem que a "conversa entre pares" é um componente crucial do desenvolvimento pragmático; isso inclui habilidades de conversação, como troca de turnos e compreensão do significado implícito por trás das palavras de um falante. Portanto, o surgimento de escolas virtuais e híbridas resultará em menos oportunidades para exercitar habilidades sociais e de conversação pessoalmente, em vez de assincronamente ou por meio de telas virtuais.

Também nessa perspectiva, outro estudo verificou que a linguagem no quesito vocabulário receptiva e as funções executivas aumentaram nas crianças que continuaram sobre os cuidados das creches, em especial as crianças de meios menos favorecidos. Isso significa que crianças que ficam fora das escolas e em isolamento social, podem ter o desenvolvimento das habilidades linguísticas comprometidas (DAVIES et al, 2021).

Outros estudos abordaram apenas o isolamento social como vetor de comprometimento das habilidades de linguagem das crianças (MELO ET AL 2021), verificando que o afastamento da criança do meio estimulante durante a COVID-19, afetou negativamente o desenvolvimento de fala e linguagem das crianças.

Assim como, Deoni et al (2021), verificaram que crianças nascidas durante a pandemia reduziram significativamente o desempenho verbal, motor e cognitivo geral em comparação com as crianças nascidas antes da pandemia. as mudanças ambientais associadas à pandemia de COVID-19 estão afetando significativa e negativamente o desenvolvimento de bebês e crianças.

Portanto, vale a pena referir que apesar de as medidas de contensão ao avanço do novo coronavírus tenham ajudado a diminuir os casos da COVID-19, as crianças em processo de desenvolvimento foram prejudicadas e estão em déficit de desenvolvimento da linguagem, habilidade mental de suma relevância para a aprendizagem ao longo da vida.

TÍTULO	**ANO**	**TIPO DE ESTUDO**	**OBJETIVO**	**AUTOR**
Learning loss due to school closures during the covid-19 pandemic	2021	artigo de pesquisa	avaliar o efeito no desenvolvimento infantil no fechamento de escolas primárias holandesas durante a pandemia da COVID-19	Engzell, Per; Frey, Arun; Verhagen, Mark D.
Impacts of the covid-19 disruption on the language and literacy development of monolingual and heritage bilingual children in the united states	2022	*Survey*	Examinar os efeitos das interrupções escolares relacionadas a COVID-19 no desenvolvimento da linguagem inglesa e da alfabetização entre crianças monolíngues e bilíngues nos EUA	Sun et al.
Potencial impact of the COVID-19 pandemic on communication and language skills in children	2020	Artigo informativo	Verificar o impacto da interrupções escolares durante a pandemia da COVID-19 para a linguagem e leitura das crianças	Charney et al

Early childhood education and care (ecec) during covid-19 boosts growth in language and executive function	2021	Pesquisa Exploratória	estudar os efeitos do afastamento dos centros de cuidados da primeira infância (CCPIs) sobre a linguagem (receptiva e expressiva) e o desenvolvimento cognitivo em crianças de 8 a 36 meses	Davies et al
O impacto causado pela pandemia do covid-19 no desenvolvimento de fala e linguagem infantil	2021	Estudo quali-quantitativo	Verificar o impacto do isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19 no processo de aquisição e desenvolvimento de fala e linguagem infantil	Melo et al
Impact of the covid-19 pandemic on early child cognitive development: initial findings in a longitudinal observational study of child health	2021	Estudo quantitativo longitudinal	Verificar o nível das funções cognitivas verificadas em 2020 e 2021 comparando-as com as da década anterior (2011-2019)	Deoni et al

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS COLETADOS NA REVISÃO INTEGRATIVA, SEGUNDO ITENS AVALIADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo, traz a luz temas atuais e muito pertinentes tanto em saúde quanto em educação pois levanta questões essenciais ao progresso da criança em desenvolvimento das suas habilidades tanto linguísticas quanto cognitivas.

Estudos bibliográficos dá-nos a dimensão de quanta e qual profundidade determinado assunto já foi investigado ou já é conhecido, assim como nos dá subsídios para abordar outros temas que possam passar despercebidos.

Vê-se a necessidade de mais aprofundamento nas questões relacionadas ao afastamento das escolas, assim como do ensino remoto para crianças em pleno desenvolvimento das suas habilidades linguísticas. Assim como, estudos que refiram as alterações da linguagem em decorrência do ensino remoto e do isolamento social.

Outro ponto pertinente, é como esse ensino funciona nessa faixa etária. Que tipo de abordagem se utiliza com uma criança que necessita desenvolver suas habilidades

perceptivas, compreensivas, tátil, cenestésica, cognitivas e linguísticas. Há que se levar em consideração a importância desses fatores e suas interconecções tanto para o aprimoramento, quanto para a aquisição quanto para desenvolvimento das habilidades globais da criança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabelle Lina de Laia, et al. Social isolation and its impact on child and adolescente development: a systematic review. **Revista Paulista de Pediatria,** 40. 2021.

BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lance**t, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.

CASTAÑO, Julio. Bases neurobiológicas del lenguaje y sus alteraciones. **Rev Neurol**, v. 36, n. 8, p. 781-785, 2021.

CHARNEY SA, CAMARATA SM, CHERN A. Potential Impact of the COVID-19 Pandemic on Communication and Language Skills in Children. **Otolaryngology–Head and Neck Surgery**. v. 165, n. 1, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0194599820978247 Acesso em: 25 nov. 2022.

DAVIES, Catherine, et al. Early childhood education and care (ECEC) during COVID-19 boosts growth in language and executive function. **Infant and child development,** v. 30, n. 4, e2241, 2021.

DEONI, Sean Cl et al. Impact of the COVID-19 Pandemic on Early Child Cognitive Development: Initial Findings in a Longitudinal Observational Study of Child Health. **medRxiv: the preprint server for health sciences** 2021.08.10.21261846. 11 Aug. 2021, doi:10.1101/2021.08.10.21261846.

ENGZELL, Per; FREY, Arun; VERHAGEN, Mark D. Learning loss due to school closures during the COVID-19 pandemic. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 17, e2022376118.9, 2021.

FIGUEIREDO, Mirela de Oliveira; ALEGRETTI, Ana Luiza; MAGALHÃES, Lilian. COVID-19 and child development: educational material for family members. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, n. 2, 30 junho 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S200010. Acesso em: 4 ago. 2022.

HOANG, Ansel et al. COVID-19 in 7780 pediatric patients: A systematic review. **EClinicalMedicine**, v. 24, julho, 2021. 100433. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589537020301772. Acesso em: 2 ago. 2022.

HOFF, Erika. Context effectson youpng children's language use: the influence of conversationa setting and partner. **Frist language**, v. 30, p. 461-472, 2010.

LOCKE, Jhon L. Dsesenvolvimento da capacidade para linguagem falada. In: Compêndio da linguagem da criança (FLETCHER, P. & MACWHINNEY, B.). Porto Alegre: Artes \médicas, p. 233-251. 1997.

MELO, Adriana Cristina Oliveira Feitosa, et al. O impacto causado pela pandemia do Covid-19 no desenvolvimento de fala e linguagem infantil. **Mostra de Inovação e Tecnologia São Lucas** *(2763-5953)*, v.1, n .2, 2021. Disponível em: http://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/mit/article/view/817. Acesso em: 01 de ago. de 2022.

MENG LV et al. Coronavirus disease (COVID-19): a scoping review. **Euro Surveillance**, v. 25, n. 15, 2020.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, v. 34, p. 351-364, 2020.

NEUMANN, Ana Luisa, et al. **Impacto da pandemia por covid-19 sobre a saúde mental de crianças e adolescentes:** uma revisão integrativa. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS), 2020. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. Disponível em: https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus. Acesso em: 02 ago. de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), 2020. **A OMS caracteriza o COVID-19 como uma pandemia**. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavir%20us-2019/events-as-they-happen. Acesso em: 02 ago. de 2022.

PEREIRA, Caciana Linhares. Piaget, Vygotsky e Wallon: contribuições para os estudos da linguagem. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 277-286, 2012. Disponível em:

REYES, Esperanza Guarneros; PÉREZ, Lizbeth Vega. Habilidades lingüísticas orales y escritas para la lectura y escritura en niños preescolares. **Avances en psicología latinoamericana**, v. 32, n. 1, p. 21-35, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n1/v32n1a03.pdf. Acesso em: 2 ago. 2022.

REES, Sandra; INDER, Terrie. Fetal and neonatal origins of altered brain development. **Early human development**, v. 81, n. 9, p. 753-761, 2005.

SUN, Xin et al. Impacts of the COVID-19 disruption on the language and literacy development of monolingual and heritage bilingual children in the United States. **Reading and writing**, p. 1-29, 2022

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), 2022. **WHO coronavírus (COVID-19) dashboard**. Disponível em: https://covid19.who.int/. Acesso em: 04 ago. de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), 2022. **WHO coronavírus (COVID-19) dashboard**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1 Acesso em: 25 nov. de 2022.

CAPÍTULO 5

PATERNIDADE EM SPOTS: CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO E REGISTRO

Data de aceite: 01/01/2023

Elane Maria Beserra Mendes
Mestre em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (MPGES/UECE), Especialista em Planejamento e Gestão do SUAS pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Assistente Social. Perita Social pela Justiça Federal. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/8987766904267418. Orcid: http://lattes.c npq.br/8987766904267418
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Carlos Natanael Chagas Alves
Graduado em Fisioterapia (UNINTA), Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família (Lato Sensu), Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/5357749886200158
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Marta Elisa Morais da Silva Bendor
Mestre em Administração, Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI; Especialista em Marketing, Universidade Federal do Ceará - UFC; Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora do Centro Universitário INTA (UNINTA). Lattes: https://lattes.cnpq.br/848733836802 523. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8790-136X
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Claudia dos Santos Costa
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV. Membro do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça na Perspectiva dos Direitos Humanos, vinculado à FDV. Coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos Familiares executado através da parceria entre Defensoria Pública do Estado do Ceará e Centro Universitário INTA (UNINTA). Assistente Social. Advogada. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5296262306686122. Orcid: https://orcid.org/00 00-0001-7636-6787.
Universidade Estadual do Ceará - UECE , Fortaleza – CE, Brasil

Adriano Rodrigues de Souza
Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Vigilância Epidemiológica pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Professor da Faculdade Estácio Canindé e Via Sul, Técnico da célula de vigilância epidemiológica de Fortaleza, professor e orientador do Mestrado Profissional em Gestão em Saúde (MEPGES) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Coordenador

de cenários de prática do centro Uniateneu. Ex-assessor técnico da OPAS para o COVID-19 no Estado do Ceará. Lattes: http://la ttes.cnpq.br/9741859064753536. Orcid: http://lattes.cnpq.br/9741859064753536.

RESUMO: A proposta desta pesquisa pauta-se sobre a busca de mulheres pela realização de exames de DNA (deoxyribonucleic acid) em vista ao reconhecimento de paternidade e a divulgação deste direito através de spots. Apesar de se constituir uma tecnologia capaz de efetivar um direito, o reconhecimento de paternidade, suas implicações e sua importância para o desenvolvimento da saúde ainda carece de profunda compreensão por parte dos profissionais inseridos no sistema de saúde e da população em geral, assim levanta-se os seguintes questionamentos: qual a dificuldade do registro de paternidade no Brasil? O que ocasiona a baixa adesão de pais ao registro do nascimento de seus filhos? Que instrumentos facilitariam a informação para o aumento dos registros de paternidade? Para responder a esses questionamentos, foi definido como objetivo principal criar spots e com orientações sobre o registro de paternidade para uso dos profissionais e mães. Para atingir esse objetivo, foram definidos os objetivos específicos: identificar as necessidades das e mães que buscam pelo reconhecimento paterno e as lacunas na literatura sobre o processo de registro da paternidade; elaborar spots e de orientação para o processo de registro de paternidade; e validar o conteúdo informativo e a qualidade da gravação junto aos juízes. Se trata de um estudo metodológico realizado em Sobral, de maio a junho de 2021, e teve como base um levantamento bibliográfico e 5 fases, sendo elas: sistematização do conteúdo, escolha das temáticas de gravação, composição do conteúdo, seleção dos juízes e validação do conteúdo. Como resultados, o levantamento bibliográfico demonstrou a importância do tema, fundamentando-o, e os spots e criados foram tidos como válidos pelos juízes especialistas, atingindo IVC satisfatório.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia em saúde. Direitos da Mulher. Paternidade.

PATERNITY IN SPOTS: PATHS TO RECOGNITION AND REGISTRATION

ABSTRACT: The purpose of this research is about of the search for women to carry out DNA tests (deoxyribonucleic acid) looking for the recognition of paternity and the dissemination of this right through spots. Despite constituting a technology capable of enforcing a right, the acknowledgment of paternity, its implications and its importance for the development of health still lacks a deep understanding on the part of professionals working in the health system and the population in general, thus raising if the following questions: what is the difficulty of registering paternity in Brazil? What causes the low adherence of parents to register their children's births? What instruments would facilitate information for increasing paternity records? To answer these questions, the main objective was to create spots with guidelines on paternity registration for use by professionals and mothers. To achieve this objective, specific objectives were defined: to identify the needs of mothers who seek paternal recognition and gaps in the literature on the paternity registration process; create spots and guidelines for the

paternity registration process; and validate the informative content and quality of the recording with the judges. This is a methodological study carried out in Sobral, from May to June 2021, and was based on a bibliographic survey and 5 phases, namely: content systematization, choice of recording themes, content composition, selection of judges and validation of the content. As a result, the bibliographic survey demonstrated the importance of the theme, substantiating it, and the spots and created were considered valid by the expert judges, reaching a satisfactory CVI.
KEYWORDS: Health technology, Women rights, Paternity.

1 I INTRODUÇÃO

No Brasil observa-se, desde o ano de 1999, um aumento de crianças que possuem o registro da certidão de nascimento apenas com o nome da mãe (ALVES, 2018). De acordo com o Censo Escolar de 2018, 5,5 milhões de crianças brasileiras estão sem o nome do pai no registro, aliado a isso, são advindos às dificuldades que atingem principalmente mulheres, que não conseguem colocar o nome do pai nestes registros.

De acordo com o perfil regional e sociodemográfico recente das famílias chefiada por mulheres, o total de famílias aumentou 39% em 15 anos, passando de 51,5 milhões em 2001 para 71,3 milhões em 2015. O percentual de famílias chefiadas por mulher subiu de 27,4% para 40,5% no mesmo período. Assim, a maioria dos lares no Brasil vem sendo chefiados exclusivamente por mulheres, constituindo-se de famílias monoparentais (BRASIL, 2017).

De acordo com Altmann (1983), as famílias chefiadas por mulheres acabam por transpassar maiores dificuldades no processo de socialização de seus filhos, combinando-se em grande parte com dificuldades socioeconômicas que interferem de forma decisiva no desenvolvimento bio-psico-social dos filhos. Neste ponto, tem se consolidado, sobretudo a partir da década de 90, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde, dentre as quais aquelas de DNA, que visam constituir garantias biológicas de fi iação sanguínea.

Sendo assim, cada vez mais mulheres vem se submetendo a busca pelos exames de ácido desoxirribonucleico (DNA), junto aos setores de saúde pública brasileira, maternidade e demais instituições da área, objetivando a garantia legal da descendência paterna aos seus filhos

De acordo com o responsável por um dos laboratórios particulares da região de Sobral, que atende em média 40 procedimentos por mês, cerca de 30% são solicitados a partir de mulheres puérperas ou de ações na justiça. A efetivação desse direito tem mostrado correlação direta melhorias na saúde dessas mulheres, seus filhos e famílias

Aqui partimos da concepção de saúde em uma perspectiva expansiva (FONSECA, 1999), uma vez que seu conceito na atualidade ultrapassa a dimensão patológica e abrange questões biopsicossociais (MERHY, 2002). Nesta perspectiva, não se pode dissociar da política de saúde a consideração de que a construção de um espaço de segurança social, familiar e econômica são elementos potencializantes de uma saúde coletiva (SOUTO,

2018) mais abrangente, principalmente, num contexto de forte exclusão social no qual a sociedade brasileira se insere (COSTA, 2015).

O interesse por abordar tal temática parte da experiência adquirida ao colaborar em um projeto ligado a uma Instituição Estatal que atua com mediação de conflitos familiares, ofertando o serviço à população hipossuficiente na cidade de Sobral-CE. A estrutura de funcionamento, conta com serviços multidisciplinares, compostos, atualmente, por assistentes sociais e psicólogos. Nos atendimentos realizados percebe-se o crescimento de mulheres na busca pela realização do exame de DNA e assim, reconhecer a paternidade de seu filho, regularizando o processo de pensão alimentícia e e direito de visita do pai.

Convivendo neste universo, somado a formação de assistente social, venho me deparando constante com a seguinte frase: "vim atrás do direito dos meus filhos", são falas de mulheres que assumem este papel no contexto familiar. Demandas como reconhecimento de paternidade, guarda e alimentos são as principais necessidades apontadas por estas mulheres que representam 90% dos atendimentos.

Apesar de se constituir uma tecnologia capaz de efetivar um direito, o reconhecimento de paternidade, suas implicações e sua importância para o desenvolvimento da saúde ainda carecem de profunda compreensão por parte dos profissionais inseridos no sistema de saúde. Soma-se à situação relatada o reconhecimento de que é um ato declaratório, vez que não gera a paternidade, apenas a torna de conhecimento geral.

Sobre o tema, a autora Maria Helena (2015) diz que o reconhecimento é declaratório e não constitutivo. Esse ato declaratório, ao estabelecer a relação de parentesco entre os genitores e a prole, origina efeitos jurídicos. Desde o instante do reconhecimento válido, proclama-se a filiação, dela decorrendo consequências jurídicas, já que antes do reconhecimento, na órbita do direito, não há qualquer parentesco.

A partir destes relatos, surgiram os seguintes questionamentos: Qual a dificuldad do registro de paternidade no Brasil? O que ocasiona a baixa adesão de pais ao registro do nascimento de seus filhos? Que instrumentos facilitariam a informação para o aumento dos registros de paternidade? Quais os principais fatores do não registro do nome do pai no registro de nascimento?

A discussão sobre o formato da publicidade em rádio oferece ao mundo moderno a informação em geral rápida e pequena. Para Schulberg (2015) a ampliação da tipologia das formas de publicidade radiofônica, o spot, apresenta-se como texto publicitário para transmissão radiofônica de fácil compreensão e de fácil comunicação. Este tipo de produto dura em média de 15 a 45 segundos. Pode ter fundo musical ou efeitos sonoros, mas o foco da mensagem está na palavra falada.

Os Spots têm sido utilizados pelos meios publicitários para atingir grandes grupos de forma direta. Tendo em vista o momento de *fake news*, para a comunicação radiofônica tem se tornado cada vez mais importante disputar esse espaço e são importantes de serem conhecidos por conta da informação e acesso em geral (GOMES, 2011). A propagação das informações radiofônicas inclina-se para uma eficácia publicitária, contemplando todas as áreas do conhecimento, da educação à saúde, sendo importante a toda a população em

geral.

Portanto, escolhemos trabalhar com a construção de spots que alertassem e informassem a população de Sobral-CE os passos para o reconhecimento da paternidade, a fim de garantir o direito de a criança ter o nome do pai na certidão de nascimento. Este fato tem uma importância psicológica importante para a criança.

Para a realização da disseminação auditiva foi realizada uma parceria com o sistema radiofônico Sobralense para a publicização deste material. Para isso, foram formadas parcerias com empresas, juíza de infância e adolescência, instituições de ensinos e governo municipal para viabilização da gravação e divulgação das peças publicitárias.

Acreditamos também que este material será importante para o serviço, academia e comunidade, uma vez que atenua a ausência paterna, que afeta diretamente a vida da mulher que enfrenta uma série de dificuldades para cuidar de si e dos filhos. Por isso, ao estabelecer um equilíbrio na garantia de direito à saúde, tomamos como partida a inclusão do homem no acompanhamento afetivo, ou se não econômico, para que a mulher possa ter melhores condições de alimentação, lazer, segurança bem como poder conferir isso aos filhos efetivando assim bem-estar e a saúde de seus descendentes. O presente estudo se faz também relevante para a Universidade Estadual do Ceará, pois a adaptação do referido spot, poderá ser divulgado na rádio web da UECE (AJIR).

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo metodológico. O estudo foi realizado na cidade de Sobral - CE, que é um município brasileiro no interior do estado do Ceará, localizado a 230 km da capital cearense, com uma população de 270.711 habitantes, o quinto município mais povoado do estado e o segundo maior do interior.

O estudo ocorreu no projeto ligado a uma Instituição Estatal, com parceria com um centro universitário que atua com mediação de conflitos familiares. O projeto foi criado para buscar soluções extrajudiciais de ações familiares, visando à solução de conflitos entre pessoas, promovendo o diálogo entre os envolvidos, ofertando este serviço à população hipossuficiente na cidade de Sobral - CE

A população em geral e os seis integrantes do Projeto que possui parceria com a Defensoria Pública do Ceará que trabalha com mediações de conflitos familiares. A coleta de dados foi realizada no período de maio a junho de 2021 e seguiu os seguintes critérios, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a paternidade e exame de DNA, para garantir a fundamentação científica, imprescindível para garantir o processo de construção de um material.

Foi feito o desenvolvimento de um diagnóstico situacional, que consistiu em um levantamento prévio, por meio de uma entrevista semiestruturada com o defensor público, assistente social e psicólogo. A referida entrevista foi gravada, com a devida permissão dos sujeitos e abordaram temáticas como a importância do reconhecimento de paternidade para efetivação do direito da criança e o exame de DNA. Participaram do estudo (1) assistentes sociais, (1) mediador, (2) psicólogos, (1) Defensor (1) assistida do projeto.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O registro da paternidade na certidão de nascimento da criança.

O direito a filiação é compreendido como direito inato à personalidade, é intransmissível e irrenunciável, nos termos do artigo 11, caput, do atual código civil (BRASIL, 2002). Logo, a criança/adolescente tem assegurado o direito de saber sobre sua paternidade.

Tem-se, por isso, que a paternidade é tida como múnus, direito-dever, construído na relação afetiva e que assume os deveres de realização dos direitos fundamentais da pessoa em formação tais como: “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar” (BRASIL, 1988).

Nas últimas décadas verificou-se que a concepção de paternidade tem se modificado fazendo com que haja mudanças nas dinâmicas familiares, causando assim a redefiniçã dos papes parentais, como também se percebe um aumento das famílias chefiadas por mulheres, ou seja, mães que mantém o sustento da família.

O aumento dessa realidade chama a atenção do Estado para organizar-se em torno de políticas de uma pró-paternidade, havendo conquistado um maior espaço no que diz respeito ao direito de reconhecimento da paternidade e da reivindicação dos direitos da criança, permitindo que uma criança nascida de qualquer relação, sendo este fruto legítimo ou extraconjugal, mova uma ação de reconhecimento paterno contra o seu reputo pai.

Nesse contexto, o artigo 27 do Estatuto da Criança de Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), expressa que o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercido contra os pais ou seus herdeiros sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.

Assim, a filiação, para produzir seus efeitos, precisa ser devidamente reconhecida. O código civil de 2002, no art. 1.593, estabelece as espécies de parentesco e menciona que a filiação pode ser natural ou civil; podendo ser consanguínea ou decorrente de outra origem, possibilitando o reconhecimento da filiação de maneira voluntária ou judicial (CASSETTARI, 2017).

A comprovação deverá ser realizada através do registro de nascimento, assentado no Registro Civil, conforme o art. 1.603 CC (2002). Trata-se de um requisito essencial para provar publicamente a filiação, visto que deve conter no Registro todas as informações necessárias do registrando, bem como indicar seu nome e sobrenome, além do nome dos pais e avós, o sexo e sua naturalidade. O reconhecimento é judicial e voluntário.

O filho tem legitimidade para recorrer a uma ação de investigação da paternidade, visto tratar de direito personalíssimo. Conforme dispõe o art. 7 do Código de Processo Civil de 2015, faz-se necessário estar representado, seja pelo genitor ou tutor, quando incapaz, ou por meio do Ministério Público, que possui legitimidade para ajuizar a ação (FARIAS, 2019).

É por meio do exame de DNA que são construídos os meios de prova mais importantes

e eficientes em uma ação de investigação da paternidade, assim como é a forma pela qual o estado brasileiro irá assumir essa responsabilidade através da justiça e do direito, como maneira de proteger os interesses de crianças e adolescentes. No reconhecimento espontâneo, basta que o pai ou mãe se dirijam ao cartório e solicitem o registro.

3.2 Fatores que predispõem a dificuldade do registro de paternidade no Brasil.

A falta do registro de nascimento é uma violação a um direito fundamental de todas as pessoas: o direito a um nome. Percebe-se que o não reconhecimento paterno impactou diretamente ao não registro da criança devido à ausência do pai, logo, causam às crianças dificuldades de acesso a serviços sociais básicos

Com as mudanças na família e na maneira de se relacionar, uma nova configuraçã das emoções parece ficar mais clara na contemporaneidade brasileira. As famílias tradicionais reconhecem a enorme variabilidade de forma que esta vem assumindo, alterando as posições destinadas a homens e mulheres dentro dos relacionamentos, fazendo com que algumas mulheres se tornem chefes de família e a paternidade seja algo necessária a ser conquistada.

A partir da década de 1960 as transformações sociais começaram a se destituir daquele modelo de pai tradicional (SANTOS, 2016), ou seja, pais com poucos vínculos afetivos com seu filho. Assim, na década de 1970, no mundo do trabalho, mulheres se inserem no mercado. Com os movimentos feministas, apresentam-se, então, desigualdades nas questões de gênero, nas quais se exige que o pai seja mais envolvido com a criança.

Assim, com o passar dos anos, começa a se contestar aspectos relevantes na relação pais-filhos, sendo eles filhos dentro ou fora de uma filiação, da mesma forma que a criança/adolescente tem assegurado o direito de saber sobre sua paternidade. O direito, assim, se adéqua aos novos fatos sociais, atribuindo, desta maneira, responsabilidades na paternidade.

Silva (2019) ressalta que o problema que encontramos nesse ponto, na maioria das vezes, acontece com os filhos havidos fora do casamento e os adotados, pois não bastam esses filhos serem apenas reconhecidos, eles têm que viver em um ambiente onde seus direitos e garantias são garantidos e respeitados.

Destacamos também, ao analisarmos os artigos para este estudo, o homem, que na sua noção de parentalidade é abordada por Freitas e Silva (2017) como um processo que se conclui apenas após o nascimento da criança. Para muitos homens, sentir-se pai é um fato que só ocorre após o nascimento do filho, ou em alguns casos, mesmo após a chegada do filho ou filha esse sentimento de paternidade não é tão perceptível, assim como o peso da responsabilidade que pressupõe esse evento.

O Estado tem obrigado homens a cumprirem com suas responsabilidades parentais expressando a ideia de que o teste de DNA pode trazer benefícios para ambos, justificand a necessidade do teste de paternidade como forma de garantir sua obrigação no bem-estar social e o direito a sobrevivência da criança.

3.3 O reconhecimento da paternidade e o acesso à justiça.

A busca pela paternidade se tornou constante após a descoberta de mecanismo que utilizava identidade genética para comprovar o estado de filiação de uma pessoa. O exame DNA passou a ser utilizado por mulheres na tentativa de fazer com que homens assumissem a responsabilidade paterna e assim garantissem o bem-estar social e o direito a sobrevivência da criança.

No Brasil, os testes de paternidade DNA têm levantado grandes reflexões quanto à proteção da criança e a inserção de novas instâncias judiciais na luta por garantia de direitos na sociedade contemporânea, tendo como profunda repercussão o interesse por "saber quem é o pai".

Com o passar dos anos começam a se contestar aspectos relevantes na relação pais-filhos, sendo eles filhos dentro ou fora de uma filiação, da mesma forma garantindo que a criança/adolescente tem assegurado o direito de saber sobre sua paternidade. O direito assim se adéqua aos novos fatos sociais, atribuindo desta maneira responsabilidades na paternidade.

Segundo Santos (2014) foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a família afetiva passou a ser reconhecida, por força da norma constituinte, de modo que o afeto passou a exercer um relevante papel, delineando as relações familiares e os novos modelos de paternidade, consagrando que a paternidade biológica não mais exerce superioridade sobre a paternidade afetiva.

Em seus diversos aspectos, a filiação se fundamenta por meio dos laços afetivos do cotidiano, assim como os múltiplos conceitos de família na modernidade geram, a respeito da verdade biológica, diversos conflitos em seu meio social

Assim, a busca pelo reconhecimento remete, para as famílias, firmar questões de afetos e direitos, na qual é por meio dos avanços da legislação, da responsabilidade da paternidade e das novas tecnologias, que o exame de DNA, com sua evolução desde a sua descoberta, vem ganhando cada vez mais destaque.

Segundo a autora, alguns fatores como o apelo popular, assistência jurídica gratuita e a multiplicação dos laboratórios clínicos tenham colaborado com o aumento dos processos de investigação, influenciando para a elevação das dúvidas paternas e comprovando que os brasileiros buscam não apenas para o registro, mas sim para comprovar os laços de filiação

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As falas dos entrevistados esclarecem aa ideia de que o pai só é pai enquanto ele também é marido é muito presente e que é algo muito da ordem patriarcal. O divórcio apresenta um novo formato para essa família, além disso, há a dificuldade de acesso ao exame de DNA, que é direito, mas ainda é muito pouco acessado, seja pelo curso da esfera privada ou da esfera pública.

> Ao final do casamento é o homem que não se sente convocado a dar continuidade às suas responsabilidades e aos seus compromissos, enquanto o pai, a maior dificuldade é essa, porque a maternidade que compõe esse aspecto de dar afeto, de da educação, é muito difícil você cobrar isso da pessoa, se a própria pessoa não se sentir convocada. Ele pode até dar o dinheiro, mas ele não vai conseguir se ver na paternidade (Mulher, 49 anos).
>
> É muito difícil contato com o pai dessa criança, muito difícil porque o pai dele nunca mais conversa comigo. (Mulher, 30 anos)

Há uma ideia de que a dificuldade de enfrentamento das mulheres em relação à paternidade perpasse por questões afetivas. Os relatos retratam bem que os termos conjugalidade e parentalidade são diferentes. Essa hipótese coincide com as evidências de que os filhos têm influência direta no funcionamento familiar, constituindo-se, portanto, como um processo difícil e doloroso para ambos, uma vez que a família não é constituída pela simples soma de seus membros, mas um sistema formado pelo conjunto de relações interdependentes no qual a modificação de um elemento induz a do restante, transformando todo o sistema, que passa de um estado para outro (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 20).

Outro sentimento comum e refletido nas falas é a situação da mãe solteira, da mãe solo, no sentido analítico culturalmente existente, cobrar a responsabilização desse pai, não só pelo cuidado material, mas também pelo cuidado moral, pelo afetivo em atenção a essa criança, que está em desenvolvimento.

> A figura masculina é importante, inclusive, para própria construção da personalidade dessa criança para o entendimento dessa criança em relação aos papéis do feminino do masculino e acima de tudo pela compreensão da responsabilização uma criança que cresce sozinha sem a participação do Pai. Sem a responsabilidade do Pai, ela pode reproduzir esse mesmo modelo depois (Mulher, 29 anos).
>
> O pai é aquele que vai colocar o limite que vai implementar uma certa lei aqui. Dentro da psicanálise a gente chama de castração então a criança vai entender que ela não pode ter tudo que ela precisa lidar com a frustração, a partir das intervenções maternas e dessa função paterna (Mulher, 50 anos).

Esses relatos coincidem com as evidentes intenções dos legisladores e juristas que apresentam as novas leis de paternidade “como um meio de fortalecer a causa da mulher e da criança contra as clássicas prerrogativas patriarcais”. (FONSECA, 2004, p. 15).

Em seus diversos aspectos, a filiação se fundamenta por meio dos laços afetivos do cotidiano, assim como o múltiplo conceito de família na modernidade gera diversas dúvidas e conflitos a respeito da verdade biológica em seu meio social. Um fato biogenético aponta que as implicações das novas tecnologias e o sustento material estão ligadas diretamente a essa identidade oficial do reconhecimento

Em face da inclusão paterna no registro de nascimento da criança, percebemos nas falas a seguir que é importante esse reconhecimento, uma vez que esse pai, tem essa ideia de fidelização, de uma criação positiva, uma integração familiar e nomenclaturas e entender que a inserção desse pai é de fato resolutivo e fundamental para dar um eixo, dar um centro uma estabilidade ao filho

> É primordial que a as crianças tenham direitos legais e é imprescindível realmente, que esse reconhecimento de paternidade, seja algo primordial não só para mãe, mas também para esse pai que vai dar direito a convivência né, de melhor abertura com essa criança para poder realmente assistir e dar assistência que a criança precisa. (Mulher, 30 anos).

> Gostaria que meu pudesse ter o sobrenome do pai no seu registro, isso porque de alguma forma ele se orgulha muito desse vínculo (Mulher, 49 anos).

Aluda nesse contexto, o artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), expressa que o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível. Logo, o registro da paternidade tem validade jurídica e acarreta responsabilidade, garantindo à criança, perante a sociedade, que ela é filha de alguém, garantindo todos os efeitos de direito.

Dos relatos, podemos inferir que houve um crescimento de mulheres na busca pela realização do exame de DNA, para reconhecimento de paternidade e regularização da pensão alimentícia no âmbito jurídico. As falas a seguir enfatizam bem a importância dos atendimentos jurídicos para esses fins de direito

> O trabalho de assistência jurídica no reconhecimento da paternidade é imprescindível (Homem, 49 anos).

> O assistente jurídico ele contribuiu para essa garantia de direito da criança de ter o nome do pai também de receber a pensão dessa assistência e também é vincula a obrigação que este homem tem relação a criança, enquanto pai, então sem assistência jurídica fica um pouco frágil (Mulher, 37 anos).

> O único local que eu fui muito bem recebida e pude contar com ajuda de todos foi no projeto Laços de Família onde eu tive maiores esclarecimentos sobre essa questão da paternidade (Mulher, 30 anos).

> A assistência jurídica deve deixar mais leve as informações para essa outra pessoa, é extremamente importante que a equipe e rede de apoio são primordiais (Homem, 29 anos).

No que diz respeito à orientação dessas mães, inclusive uma orientação básica de que muitas mães não registram suas crianças, entendendo que só podem registrar com o nome do pai e da mãe e na verdade essas crianças devem ser registradas mesmo só no nome da mãe, em seguida, com reconhecimento da inserção do pai.

É notável o repasse de confiança, de segurança que aquele orientador jurídico dá para aquela mãe mediante as necessidades que são pontuais, singulares e que precisam realmente de um olhar mais sensível. Dentro do contexto atual da tecnologia da saúde, o exame de DNA tem aparecido cada vez mais como um instrumento possível de efetivar o reconhecimento da paternidade e isso se localiza na relação entre a saúde, a dimensão biológica, a dimensão social e a dimensão jurídica na sociedade contemporânea. Essa relação, muitas vezes complexa, perpassa a subjetividade dos indivíduos, tornando-se um assunto que a maioria das pessoas desconhecem.

> O que eu conheço que leva essa informação para essas Mães em relação à questão do registro do nome paterno no registro dos filhos é o Projeto Laços de Família (Mulher,47 anos).

> Apenas o projeto laços de família, não conheço outro meio. (Mulher, 40 anos).

Destaca-se aqui que os meios de acesso à justiça para o reconhecimento da paternidade podem ser realizados de forma judicial, por meio de uma judicialização da demanda, uma solicitação que pode ser feita pelo Defensor Público ou então advogados, bem como de forma extrajudicial, pela mediação, que são os exemplos citados como Laços de Família.

A disseminação da informação para garantir o acesso à justiça é imprescindível, e o acesso a discussões nos canais de divulgação diminui o impacto da burocratização. A partir desse ponto de análise, vimos que a efetivação desse direito tem se mostrado correlata direta a melhorias na vida das mulheres, seus filhos e famílias. Há uma consideração de que a construção de um espaço de segurança social, familiar e econômico são elementos potencializares na garantia de direito dos filhos principalmente num contexto de forte de ascendência dos meios de comunicação que a sociedade brasileira se insere.

> Os meios de comunicação e as mídias uma forma geral, as redes sociais, o rádio que ainda é muito presente na vida principalmente das pessoas, mais simples, mais veneráveis e os espaços também de formação profissional é importante que essa discussão e informação sobre o registro da paternidade não seja informação vinculada ao ambiente da formação jurídica, mas que seja uma informação que ela seja vinculada a todos os espaços possíveis de educação (Mulher , 31 anos).

Os meios de comunicações têm potencialidades de determinar o alcance da informação e o público. As rádios são importantes para discutir essa temática, tendo em vista que, as redes sociais como Facebook, Instagram vem emergindo em grande potencial. Atualmente o digital está em constante expansão, então muitas pessoas têm acessam a essas redes sociais e esse público é esse público digital.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de saúde como algo expansivo, que vai além do patológico, alcançando as dimensões biopsicossociais, garante que a saúde coletiva pode se ocupar de tratar temas relevantes como o desta pesquisa em questão. Pensar as questões da saúde da mulher, em um contexto em que o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando ao passar dos anos e apresentando em um cenário com inúmeras crianças registradas apenas com o nome da mãe, é algo que se tornou imperativo.

Entende-se que o aumento do número de mulheres chefes de família com sobre carga de trabalho inferem diretamente na percepção de mundo que os filhos sem o nome do pai na certidão possam gerar. A subvalorização do trabalho feminino e o crescimento do peso da jornada tripla, uma vez que as condições de sobrevivência familiar representam uma escalada cada vez mais íngreme. A ausência do Pai acarreta inúmeras consequências na vida da criança.

Foi objeto desta pesquisa a criação de spots radiofônicos que veiculassem informações acerca do reconhecimento da paternidade, a fim de garantir à criança o

direito de ter o nome do pai no registro de nascimento. Tal mídia foi escolhida por ter a característica de atingir significativa parcela da população diariamente, Para a publicização desse material, foi realizada uma parceria com o sistema radiofônico Sobralense.

O trabalho alcançou os objetivos previstos, uma vez que o conteúdo criado está de acordo com o que foi proposto e foi validado por juízes especialistas. Espera-se que o material aqui elaborado contribua com o meio acadêmico e a comunidade atingida, uma vez que a importância da construção de um espaço de segurança social, familiar e econômica por meio da garantia dos direitos da mulher e da criança jaz exposta ao longo dessa dissertação. Aponta-se como possibilidade para estudos futuros a expansão e aprofundamento dos assuntos aqui pesquisados, de maneira a criar ainda mais conteúdo midiático para promover a saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 1-13, jul. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2018.

BIANCO, N. R. D. Tendências da Programação Radiofônica nos Anos 90 sob o Impacto das Inovações Tecnológicas. *In*: BIANCO, N. R. D.; MOREIRA, S. V. **Rádio no Brasil**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: EDUERJ: 1999. cap. 1, p. 12-24.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, 13 jul. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil**: avanços e desafio . Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 63 de 14/11/2017**. Brasília: CJN, 2017. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525. Acesso em: 10 fev. 2022.

FONSECA, C. Paternidade brasileira na era do DNA: a certeza que pariu a dúvida. **Cadernos de Antropologia Social**, [*s. l.*], v. 1, n. 22, p. 27-51, jan. 2015.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Mulher, direito e saúde: repensando o nexo coesivo. **Saúde Sociedade**, [*s. l.*], v. 8, n. 2, p. 1-9, dez. 1999.

GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFEGS, 2019.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GUEDES, M. C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1, p. 61-79, jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo2020/ resulta dos _do_censo2010.php. Acesso em: 12 mar. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Municipal Sobral**. Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal/. Acesso em: 10 nov. 2021.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. *In*: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2018. cap. 1, p. 11-25.

MERHY, E. E. Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em saúde: a informação e o dia a dia em um serviço, interrogando e gerindo trabalho em saúde. *In*: MERHY, E. E.; ONOKO, R. (Orgs.). **Agir em Saúde**: um desafio para o público. 2. ed. São Paulo: Hucitec; 2002. cap. 8, p. 13-150.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. Delineamento de Pesquisa em Enfermagem. *In*: POLIT, D. F.; BECK, C. T. (Eds.). **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para prática de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011. cap. 20, p. 247-368.

TRAPP, E. H. H.; ANDRADE, R. S. As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filho . **Revista Ciência Contemporânea**, Guaratinguetá, v. 2, v. 1, p. 45-53, dez. 2017.

CAPÍTULO 6

O PAPEL DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO ATRAVÉS DOS DADOS COLETADOS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Data de aceite: 01/01/2023

Adriana Pinto Martins
Professora, mestra em Gestão e Saúde Coletiva pela UNICAMP. Atualmente Coordenadora da CPA (Comissão Própria de Avaliação) do Centro Universitário Inta – UNINTA. Especialização em Gestão e Saúde Coletiva. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Especialização em Gestão Escolar, Supervisão e Coordenação Pedagógica. Especialização em Biologia. Especialização em Português e Literatura. Especialização em Tutoria em Educação a Distância. Especialização em Didática do Ensino Superior. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA (2003). Graduada em Biologia e Química pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA. Link do: http://lattes.cnpq.br/4630466189818295
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral, CE, Brasil

Evaneide Dourado Martins
Especialista em Educação a Distância. Especialista em Gestão, Planejamento e Avaliação Escolar. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta – UNINTA e Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Cariri. Atuou como Transpositora Didática de materiais didáticos para os Cursos em Educação a Distância. Atua como Docente (gerência de processos de fluxo de materiais didáticos) na área de Educação a Distância no Centro Universitário Inta – UNINTA e como Docente na Universidade Paulista – UNIP. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8234808360328601
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral, CE, Brasil

Lara Martins Rodrigues
Graduada em Medicina pelo Centro Universitário Inta – UNINTA (2019). Especialista em Didática do Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta – UNINTA (2020). Especialista em Urgência e Emergência pelo Centro Universitário Inta – UNINTA (2022). Especializanda em Dermatologia pelo Colégio Brasileiro de Medicina e Saúde – CBMS. Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Atualmente é Diretora Administrativa do Centro Universitário Inta – UNINTA do campus de Itapipoca e Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Inta – UNINTA no campus de Itapipoca. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8785326446929775
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral, CE, Brasil

Jucelaine Zamboni
Mestranda em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Graduanda em Psicologia. Graduada em Serviço Social e Administração. MBA em Gestão de Pessoas. Especialista em Tutoria em Educação a Distância. Pós-graduada em Didática do Ensino Superior. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9253490202449395
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral, CE, Brasil

Morgana Emny Silva Rocha
Mestranda em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Graduada em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA. Graduada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Inglesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA. Especialista em Direitos Sociais com Ênfase em Direito e Processo do Trabalho. Especialista em Direito e Processo Eleitoral e Especialista em Psicopedagogia. Advogada inscrita na OAB/CE N°. 28.479 desde 2013. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8799378131476258
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral, CE, Brasil

RESUMO: A avaliação do ponto de vista ético deve pertencer ao interesse público e ser assegurada por propósitos ligados à proatividade, natureza participativa, envolvendo comunidade acadêmica, sociedade e setor governamental representado pelo Ministério da Educação inscrito no Sistema de Avaliação do Ensino Superior – SINAES. Através do viés das avaliações internas busca-se mediar e integrar intenções específicas de vários grupos interessados, como dirigentes, comunidade acadêmica, pais, alunos, sociedade civil na perspectiva de promover mudanças para melhorar a qualidade na educação superior. Ao destacar o relato de experiência dos membros da CPA do Centro Universitário Inta – UNINTA enfatiza-se que atuaram e atuam comprometidos com a melhoria da qualidade da Instituição Superior, através do processo de avaliação interna, pretendendo abordar aspectos próprios de tomadas de decisões desenvolvidas pela comunidade acadêmica, desde sua criação em 2006 até os dias atuais, identificando as potencialidades e fragilidades, principalmente aquelas concernentes a IES e seus atores, no intuito de socializar através das mediações entre pares, na perspectiva democrática e participativa. Para realização do estudo, foram realizadas reuniões para levantamento de ações desenvolvidas pela CPA, estudos em relação à legislação interna e sobre os processos de sua implantação. Os autores que subsidiaram a fundamentação e aprimoramento do estudo foram: GADOTTI (1994); BALZAN (2000); DIAS SOBRINHO (2003); LIBÂNEO (2005); BRASIL (2011). Como desafio atual de alcance interno, é de fundamental importância alicerçar a cultura da participação ativa dos alunos no processo avaliativo de forma mais espontânea.

PALAVRAS – CHAVE: CPA. Ensino Superior. Participação Ativa. Avaliação Interna.

THE ROLE OF THE OWN COMMISSION OF ASSESSMENT THROUGH COLLECTED DATA IN THE INSTITUTIONAL EVALUATION

ABSTRACT: The assessment of the ethical point of view should belong to the public interest and also should be ensured through purposes of proactivity, participative nature and involving the academic community, the society and the Government, which is represented by the Ministry of Education in the System of Higher Education Assessment. Through the internal evaluations (assessment), we aim to mediate and integrate specific intentions from several interested groups such as: leaders, academic society, parents , students , civil society with the perspective of promoting changes in order to improve the higher education quality. When we point out the experience report from the Own Commission of Assessment members of INTA UNIVERSITY CENTER –UNITA, it is necessary to highlight that those members acted and continue acting based on the improvement of the higher education institution quality through the internal evaluation process and intending to approach the specific aspects in the decision-making process that was developed by the academic community since it has been created in 2006 until the current days , identifying the potentialities and weaknesses, especially those regarding the higher education institution and its actors with the purpose of socializing through the mediation between pairs in the democratic and participative perspective. To conduct the study, there were several meetings for the actions surveys which were developed by the Own Commission of Assessment. The studies were about the internal legislation and how to implement them the authors who subsidize the study basis and improvement were: GADOTTI (1994); BALZAN (2000); DIAS SOBRINHO (2003); LIBÂNEO (2005); BRASIL (2011). As the current internal reach challenge, it is extremely important to support the culture of students active participation in the evaluation process in a more spontaneous way.
KEYWORDS: Own Commission of Assessment – Higher Education – Active Participation – Internal Evaluation.

1 I INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a gestão participativa e democrática tem se destacado como tema básico das discussões acerca da modernização do sistema de ensino de um modo geral. Tendo em vista que o modelo de Gestão Universitária vem evoluindo na História da Educação Brasileira, tornando-se cada vez mais descentralizado, surgem novas propostas de Gestão Democrática, que visa não apenas a “descentralização do poder”, mas, também, procura despertar nos membros da comunidade acadêmica, especialmente nos estudantes, o valor da organização e da disciplina coletiva, tornando-as uma prática educativa para a autonomia do aluno. Uma delas se refere ao instrumento de Avaliação Institucional das IES.

O tema em estudo tem grande relevância, tendo em vista que democracia implica participação de todos e construção coletiva. Uma Gestão Democrática deve incentivar a vivência comunitária, ou seja, a participação de todos os segmentos na sociabilidade universitária. Decisões cotidianas são construídas à medida que todos participam e sugerem mudanças através das Avaliações Internas nas Instituições de Ensino Superior

pela CPA.

Organizar uma prática de Autoavaliação Institucional requer à compreensão que a avaliação vem se estendendo aos domínios de todas as produções sociais, sendo utilizada como estratégia de governo. Sobrinho (2003) afirma que, nossas reformas educacionais e modelos de avaliação não são cem por cento originais, recebem: influências, orientações e imposições externas.

Este estudo teve como objetivo apresentar aspectos próprios de tomadas de decisões desenvolvidas pela comunidade acadêmica do Centro Universitário Inta – UNINTA em Sobral-Ce, desde sua criação em 2006 até os dias atuais, além de identifica potencialidades e fragilidades, no intuito de socializar através das mediações entre pares, como têm se dado as relações entre gestores, professores, discentes e colaboradores na construção de ações participativas tanto internamente como externamente. Apontar os limites e possibilidades da construção de ações coletivas da comunidade acadêmica em prol da qualidade do Ensino Superior.

Ao destacar o relato de experiência dos membros da CPA do Centro Universitário Inta – UNINTA, que atuaram e atuam comprometidos com a melhoria da qualidade da Instituição Superior através do processo de avaliação interna, investigou-se como tem se dado as relações entre gestores, professores, alunos e colaboradores na construção de uma gestão mais democrática através das atividades desenvolvidas pela CPA.

Sendo assim, o Centro Universitário Inta – UNINTA vem desenvolvendo um projeto educacional mais amplo e vital, com diversos tipos de atividades inerentes ao ensino superior, no qual procura atender à sociedade, indo além do suprimento das suas principais demandas, por meio da formação de profissionais qualificados e com vasta experiência em ambiente acadêmico, com ênfase na qualidade e diferencial da formação.

Os principais autores que subsidiaram e delinearam as concepções filosófica na pesquisa foram: Balzan (2000), Brasil (2011), Dias Sobrinho (2003), Gadotti (1994), dentre outros, cujas contribuições têm servido de parâmetro das reflexões atuais sobre avaliação.

2 I METODOLOGIA

O Centro Universitário Inta – UNINTA tem sua sede no município de Sobral, no semiárido nordestino. A unidade estudada é uma Instituição de Ensino Superior Privada, localiza-se a 238 quilômetros de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A cidade de Sobral agrega em média 50 municípios, além dos distritos que necessitam de educação de qualidade e constitui-se enquanto uma cidade universitária sede da Região Nordeste do Estado do Ceará. Procura-se constituir como um espaço que agrega vivências educacionais sistemáticas, importantes para o desenvolvimento da cidade e da população inserida nesse contexto.

A CPA do Centro Universitário Inta – UNINTA foi constituída em 2006, baseada em cada uma das dez dimensões, contidas na Lei SINAES nº 10.861 de 14 de abril de 2004, artigo 3º, sintetizando as informações coletadas, analisando-as, identificando as fragilidades e potencialidades, estabelecendo estratégias para melhoria da qualidade do

ensino, serviços internos e externos, melhoraria dos trabalhos realizados pela equipe, promovendo autoavaliação com objetivo de ação – reflexão – ação (práxis).

Trata-se de um estudo descritivo sobre o projeto de Autoavaliação do Centro Universitário Inta – UNINTA, elaborado em cumprimento a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, e tem como base as disposições contidas na Portaria do MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, e as Diretrizes para Autoavaliação das Instituições e as orientações Gerais para Roteiro de Autoavaliação, editados pela CONAES.

Esse estudo foi realizado entre os meses de março e outubro de 2019. Para sua realização utilizou-se de técnicas em pesquisa qualitativa. Trata-se de um relato de experiência das ações da Comissão Própria de Avaliação – CPA/UNINTA, desde sua implantação no ano de 2006 a 2019.

Trabalhou-se a partir da análise dos documentos referentes às atividades da CPA/UNINTA. A análise deu-se de forma interpretativa dos documentos analisados e dos estudos bibliográficos que fundamentam a pesquisa. A análise documental, não muito explorada na área da educação, ganha grande relevância neste estudo, tendo em vista que os registros de ações desenvolvidas pela CPA e análise dos relatórios anuais das avaliações Institucionais de 2019 são muito importantes para garantir a compreensão do desenvolvimento de ações participativas e democráticas a partir do trabalho da Comissão Própria de Avaliação da IES.

Trata-se de "[...] uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador" (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Neste estudo a análise documental limita-se justamente à leitura das atas das reuniões com membros da CPA, dos relatórios anuais de Avaliação Institucional e estudo de documentos do INEP.

Os representantes da comunidade acadêmica discente e docente, dos colaboradores, como também da sociedade civil, participam ativamente das reuniões mensais com sugestões, como também no acompanhamento das decisões de prioridades e execução de metas elencadas. As ações desenvolvidas pela CPA são divulgadas em vários veículos de comunicação da IES, dentre eles as mídias virtuais, impressas e através de multiplicadores. As mídias virtuais são: *site* institucional; telões digitais instalados em todos os anexos da IES.

Atualmente, as avaliações são aplicadas semestralmente, em plataforma própria da instituição, com participação de discentes, docentes e corpo técnico-administrativo de grande representatividade ao longo dos semestres; os demais colaboradores são orientados a preencher a avaliação dentro das instalações da IES.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

A Gestão participativa e democrática está cada vez mais sendo discutida entre o sistema de ensino, sendo assim, abordar-se uma discussão em torno da importância da compreensão do conceito de participação, democracia, cidadania ativa, autonomia e autogestão como mecanismo de construção de ações coletivas, importantes instrumentos

para validação da melhoria da qualidade do Ensino Superior através da CPA.

3.1 Participação e gestão democrática: possibilidades através da CPA

O fato de que a Gestão Democrática ter sido determinada por lei não faz com que o seja efetivada na prática. Sendo assim, é necessário desvelar o que significa Gestão Democrática e como funciona que na concepção de Santos afirma

> [...] a gestão democrática se ampara numa concepção sociocrítica e implica processo de participação, autonomia e divisão de poder, o que sugere corresponsabilidade, divisão, descentralização, inclusive no campo político. Descentralização é conceito-chave para se entender as políticas educacionais no contexto neoliberal e a democratização da gestão. (SANTOS, 2006, p.6).

Na visão técnico-científica, o acadêmico traz consigo desde o início da sua formação educacional a visão burocrática e tecnicista de escola, compreendida com uma direção centrada em uma pessoa, com decisões verticalizadas sem dar espaço para tomada de decisões coletivas, excluindo professores, alunos e funcionários desse processo. A Gestão Democrática conforme Gadotti (1994) exige uma mudança de mentalidade de todos os atores envolvidos na realidade educacional dentro de uma instituição de ensino. É importante que se construa a corresponsabilidade no processo de decisões. Logo, devemos fomentar o processo participativo e autônomo dos membros envolvidos, para alicerçar as práticas democráticas. Conforme os autores, participação, diálogo e construção coletiva são práticas indispensáveis da Gestão Democrática.

A autonomia se refere à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias que já existem. Autonomia é o oposto da uniformização, admite a diferença e, por isso, supõe parceria. “Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade” (GADOTTI, 1994, p. 5).

É preciso que a ação democrática seja um processo inacabado e isso depende da experiência das pessoas em exercer a democracia – ação cívica; credibilidade atribuída ao povo como capaz de exercer o governo de qualquer coisa; na estrutura do nosso sistema educacional; na mudança de posturas dos educadores.

A ação democrática baseia-se nos princípios do desenvolvimento da consciência crítica, envolvimento, participação das pessoas, cooperação e autonomia. Este último deve ser explicado com mais rigor, pois refere-se à transição de estado heterônomo para autônomo do ser humano que pretende atuar como cidadão ativo.

Entretanto, e nesse sentido, pode-se observar que a autoavaliação institucional contribui para construir espaços de participação e envolvimento efetivo entre dirigentes, docentes, colaboradores no cotidiano da IES como possibilidade de ação cidadã. As práticas democráticas e construção de consciência crítica possibilita o fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais e a efetivação da vinculação da instituição com a comunidade e sociedade.

3.2 Avaliações Internas no Ensino Superior: instrumento de mediação e mudanças

A Lei nº 10.861, que regulamenta o SINAES, indica como seus objetivos, melhoria da qualidade, orientação para o aumento da eficiência institucional e efetividade acadêmica e social (BRASIL, 2011). A Avaliação Institucional compreende duas fases: a autoavaliação, coordenada pela CPA de cada instituição, orientada por diretrizes específicas e a Avaliação Externa, realizada por comissões indicadas pelo Inep, tendo como referência aos padrões de qualidade para Educação Superior.

Conforme Balzan; Dias Sobrinho (2000), "[...] a avaliação, em suas dimensões internas e externas, deve procurar apreender a multiplicidade das faces e os sentidos escondidos e tentar construir significativamente as partes integrando-as no conjunto da universidade" (p. 33-34). Os eixos de sustentação e legitimidade da CPA resultam das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

A CPA tem desempenhado um papel importante à medida que recria novas formas de comunicação, participação e mediação, quer através dos questionários de avaliação, através dos meios de comunicação social ou pelos mecanismos de participação direta, através de caixas de sugestões colocadas em locais de fácil acesso. Essa forma de construção não restringe à sociabilidade acadêmica a visão individual, e amplia nossos paradigmas à visão holística, estreitando as relações em busca de novas formas e maneiras de ensinar/aprender, com base no processo de construção da realidade individual e coletiva. "O conceito de mediação é entendido como processo de construção de ações compartilhadas entre indivíduos e organizações no intuito de desenvolver a capacidade dos comunitários de influenciar as políticas e analisar suas práticas" (FURTADO; FURTADO, 2004, p. 64).

A mediação facilita o diálogo entre atores, não apenas entre atores com objetivos opostos, mas também entre aqueles que defendem a mesma causa, com objetivos similares. A mediação aqui tratada considera atores aqueles que atuam de forma democrática e coletiva (atores da sociedade política e civil e do setor privado).

Dessa forma, promove alianças que lhe permitem desenvolver e realizar diagnósticos fundamentados em diferentes metodologias de avaliação. As IES devem considerar a relação entre os membros da comunidade e profissionais como um processo de saberes, baseada na prática participativa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da realização da Autoavaliação Institucional, a CPA fornece à instituição um relatório abrangente com as opiniões, críticas e sugestões da comunidade acadêmica sobre o Centro Universitário Inta – UNINTA, constituindo um importante instrumento para a tomada de decisões.

No período de 2019, a CPA do Centro Universitário Inta – UNINTA desenvolveu ações voltadas a reuniões e estudos de documentos referentes às normas e diretrizes para

desenvolvimento de ações da Comissão Própria de Avaliação.

Nos dois primeiros anos, a conquista da credibilidade foi difícil, pois tanto estudantes quanto comunidade civil acreditava que a Instituição somente realizaria o que fosse de interesse próprio e que jamais atenderia às sugestões e solicitações colocadas no instrumento de avaliação.

Esta visão foi sendo desconstruída a olhos vistos com a criação de novas ações em prol da qualidade do ensino, a partir das demandas apresentadas ao longo do processo de aplicação de avaliações internas e análises dos relatórios, gerados pelo aumento da participação da comunidade acadêmica nos sucessivos anos na prática avaliativa.

A conquista da credibilidade se concretizou paulatinamente, ao longo dos anos de 2008 a 2019, quando os acadêmicos, colaboradores e professores observavam que suas sugestões haviam sido acatadas e concretizadas em curto espaço de tempo, não só no espaço interno, mas no entorno.

Elencamos algumas ações sugeridas pela comunidade acadêmica através da CPA e que foram realizadas no espaço interno e externo durante esse período: construção de novos auditórios, capela, ambiente de descanso para os discentes, ambulância, ampliação da frota de veículos, atualização de acervo bibliográfico (aquisição constante), melhorias na infraestrutura, ampliação dos estacionamentos, melhoria na iluminação pública, implementação do segmento de comunicação, aquisição de equipamentos de multimídia de última geração, criação dos relatórios de atividades acadêmicas, ampliação e mudança de instalações da Clínica de Psicopedagogia, construção de novas salas de aula, construção de novos laboratórios, mudança no fluxo de veículos, melhoria da sinalização e segurança no trânsito no entorno da IES, segurança nas imediações da Instituição, aumentando o número de vigias e inserindo câmeras nos espaços internos e externos da instituição, desenvolvimento de campanhas informativas sobre as ações desenvolvidas pela CPA/UNINTA, instalação de urnas de sugestões como mecanismo de aprimoramento de participação, atualização do espaço de comunicação no *site*, com inclusão de local de sugestões *online* da CPA, dentre outras ações.

O representante da comunidade civil afirmou em reunião da CPA, no semestre 2019.1, que a consolidação do Centro Universitário Inta – UNINTA a transformou em um nicho de interesse comercial, onde empresas e produtos se instalam e ofertam produtos específicos a IES, gerando um ganho na receita do município, além da geração de emprego e renda. Nesse contexto, representa um grande avanço na construção democrática e cidadã.

Indica-se que no decorrer da pesquisa, com base nos documentos do projeto da CPA da IES no ano de 2019, observa-se que os resultados foram alcançados, visto que a IES desenvolveu sua Autoavaliação, coordenada pela CPA, e foi se fortalecendo gradativamente. No ano de 2019, o processo de avaliação interna foi aplicado para toda a comunidade acadêmica *online,* através do Sistema TOTVS. Conforme dados abaixo, colhidos no *site* do UNINTA em 2019, podemos demonstrar o número de participantes no processo de avaliação interna:

Quanto ao número de colaboradores que participaram em 2019, apresentamos um total de 431 colaboradores que participaram do processo avaliativo.

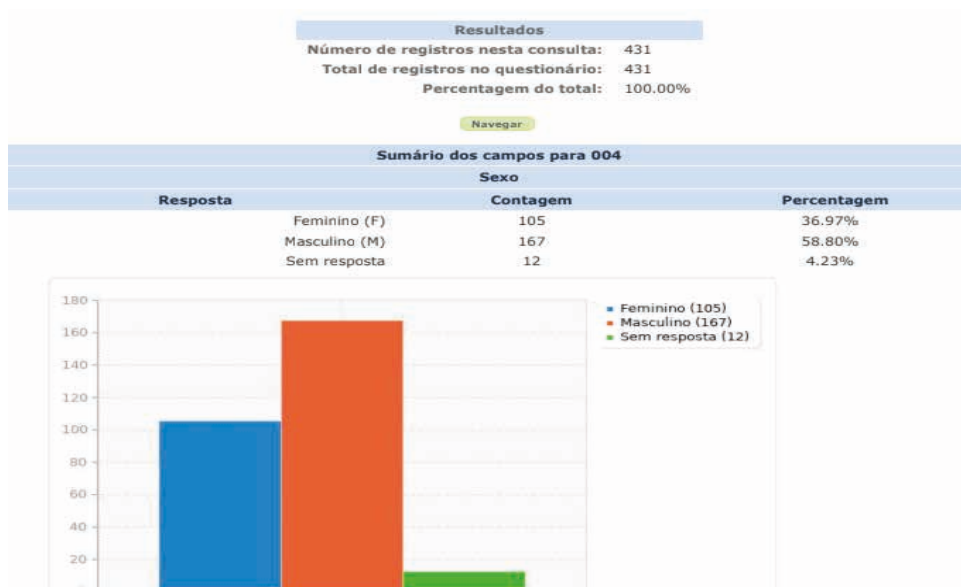
Resultados

Número de registros nesta consulta:	431
Total de registros no questionário:	431
Percentagem do total:	100.00%

Navegar

Sumário dos campos para 004

Sexo

Resposta	Contagem	Percentagem
Feminino (F)	105	36.97%
Masculino (M)	167	58.80%
Sem resposta	12	4.23%

Fonte: Centro Universitário Inta – UNINTA, 2019

Segue abaixo, o total de discentes e docentes que avaliaram a IES no semestre 2019, retirado do *site* da IES.

CPA - QUEST. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - DOCENTES 2019.2

Total de Respostas	140

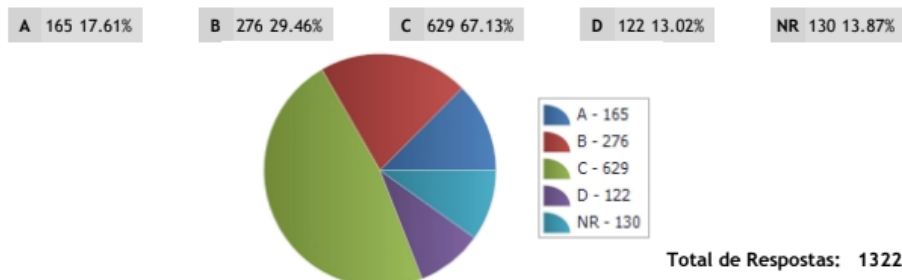
Respostas

1. Formação Acadêmica1.1 Especialização

A Sim

B Não

OPÇÃO	QTDE	(%)
A	96	68,57
B	37	26,43
NR	7	5,00

Fonte: Centro Universitário Inta – UNINTA, 2019

Fonte: Centro Universitário Inta – UNINTA, 2019

Através desse resultado podemos conferir que a participação no processo avaliativo pelos colaboradores, docentes e discentes, tem firmado um compromisso e envolvimento em prol da melhoria da qualidade do Ensino Superior do Centro Universitário Inta – UNINTA.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica do Centro Universitário Inta – UNINTA em Sobral-Ce, através dos resultados das Avaliações Internas coordenado pela CPA, trouxe resultados positivos na perspectiva democrática e participativa. Desvelou-se potencialidades e fragilidades surgidas ao longo do período, desde a criação da CPA/UNINTA em 2006 até os dias atuais. Como superação dos limites encontrados na sociabilidade acadêmica a nível interno e como desafio atual, pretende-se, em um futuro próximo, alicerçar a cultura da participação ativa e mediação dos estudantes no processo avaliativo de forma mais espontânea.

Desta forma, o exercício coletivo através das experiências vivenciadas pela comunidade acadêmica através da CPA/UNINTA revela inúmeras possibilidades de ações participativas. O aperfeiçoamento de práticas no desenvolvimento das ações da CPA e o aprendizado coletivo fortaleceram mais conquistas em prol da qualidade do Ensino Superior. Para isso, é necessário dar continuidade no processo do trabalho avaliativo, procurando cada vez mais alimentar novas formas de atuação e mediação, a partir de troca de experiências entre as Instituições de Ensino Superior, pois cada instituição universitária carrega em si uma grande pluralidade de sentidos e formas diferentes de afirmação

Pode-se concluir que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, e que os dados coletados comprovaram que o Centro Universitário Inta – UNINTA, como Instituição de Ensino Superior, tem além de seu papel de ensino e de investigação, uma proposta provedora de serviços à sociedade, pautados no diálogo e participação ativa da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação institucional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). *In*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2011. 3 v. + CD-ROM.

FURTADO DE SOUZA, J. R.; FURTADO, E. D. P. **(R) evolução no desenvolvimento rural**: território e mediação social. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília (IICA), 2004.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática e qualidade de ensino. **Minascentro**, Belo Horizonte, v. 28, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, Ana Lúcia Félix. Gestão Democrática da Escola: Bases Epistemológicas, Políticas e Pedagógicas. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: [*s. n.*], 2006. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-2 14.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

CAPÍTULO 7

O DIREITO DE FICAR EM CASA EM TEMPOS DE PANDEMIA: PARA ONDE VÃO OS QUE NÃO TÊM CASA?

Data de aceite: 01/01/2023

Cláudia dos Santos Costa
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV. Professora do curso de Direito da Faculdade Alencarina de Sobral-CE. Membro do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça na Perspectiva dos Direitos Humanos, vinculado à FDV. Coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos Familiares executado através da parceria entre Defensoria Pública do Estado do Ceará e Centro Universitário INTA-UNINTA.. Assistente Social. Advogada. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5296262306686122 . Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7636-6787
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Elane Maria Beserra Mendes
Graduada em Serviço Social (UNINTA), Mestre em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE), Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/8987766904267418, email: elane_bmendes@hotmail.com
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Raimundo Nonato Costa Filho
Graduado em Direito (UVA), Especializando em Direito Constitucional pela Unyleya e Estratégia Concursos. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6544914327378074
Unyleya e Estratégia Concursos, São Paulo-SP, Brasil

Moacir dos Santos Costa
Graduado em Direito(UVA), Procurador Federal. Professor de direito administrativo, previdenciário e responsabilidade civil. Mestre em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em direito público pela Universidade de Brasília (UnB) e em direito processual civil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9407071004003900.
Faculdade Luciano Feijão, Sobral – CE, Brasil

Francisca Moara Cordeiro Carneiro
Graduada em Direito (FLF).Especialista Direito Processual Civil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4349913653451720.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: Em tempos de pandemia de COVID 19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), uma das principais estratégias de combate e prevenção à

exposição ao vírus é o isolamento social. A frase mais recorrente nos últimos meses é “fique em casa”. Diante desta realidade foi suscitada reflexão acerca do acesso ao direito de moradia. Para onde vão os que não tem casa? A partir desta questão foi construído o percurso desta pesquisa, buscando inicialmente compreender se o direito à moradia constitui-se enquanto direito fundamental e/ou social, num contexto de discussão do exercício da dignidade da pessoa humana. Em seguida foi feita uma contextualização da situação do acesso a este direito no cenário internacional e nacional, inserida numa discussão acerca do papel do Estado na garantia do acesso a estes serviços a partir de uma configuração histórica da formação do Estado de Bem Estar Social e da discussão da crise deste modelo de Estado. Conclui-se do desafio posto aos cidadãos e aos Estado na construção de estratégias para a garantia do acesso ao direito à moradia, aqui compreendido como direito fundamental e social, indispensável para o exercício da dignidade da pessoa humana.
PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais**.** Dignidade da Pessoa Humana. COVID 19. Direito à Moradia.

THE RIGHT TO STAY AT HOME IN PANDEMIC TIMES: WHERE DO THOSE WITHOUT HOME GO?

ABSTRACT: In times of the COVID 19 pandemic, a disease caused by the new coronavirus (Sars-Cov-2), one of the main strategies to combat and prevent exposure to the virus is social isolation. The most recurring phrase in recent months is “stay at home”. Faced with this reality, reflection was raised on access to the right to housing. Where do the homeless go? Based on this question, the course of this research was built, initially seeking to understand whether the right to housing is constituted as a fundamental and/or social right, in a context of discussion of the exercise of human dignity. Then, a contextualization of the situation of access to this right in the international and national scene was made, inserted in a discussion about the role of the State in guaranteeing access to these services from a historical configuration of the formation of the State of Social Welfare and the discussion of the crisis of this State model. It concludes from the challenge posed to citizens and the State in the construction of strategies to guarantee access to the right to housing, understood here as a fundamental and social right, indispensable for the exercise of human dignity.
KEYWORDS: Fundamental Rights. Dignity of human person. Right to Housing.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde declarou, em 11 de março de 2020, a pandemia de COVID 19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). O Ministério da Saúde do governo brasileiro, nos termos da Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde, editada com base no Decreto Federal nº 7.616/2011, declarou emergência em saúde pública de importância nacional(ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus.

O combate ao COVID 19 configura-se deste então como grande preocupação mundial, sendo buscadas diferentes estratégias de prevenção e de controle do avanço da

pandemia. Dentre as orientações de combate ao COVID estão o cuidado com a higiene das mãos, uso de máscaras e a contenção do deslocamento e aglomeração de pessoas.

As orientações da Organização Mundial de Saúde orientam como uma das principais estratégias de combate ao COVID 19 é ficar em casa. Esta ideia tem sido massificad pelos canais de comunicação e pelas autoridades sanitárias. Fazendo uma relação entre a nossa realidade e os estudos acerca dos direitos fundamentais foi suscitada o seguinte questionamento: E os que não tem casa para onde irão? E os que moram em unidades habitacionais sem condições de garantir os cuidados com distanciamento entre as pessoas, acesso à água de qualidade, acesso a saneamento, os que moram com várias outras famílias no mesmo espaço, sendo impossível não haver aglomeração de pessoas?

O assunto a ser explanado tem por base o caráter humano do direito à moradia, compreendido como elemento fundamental para o exercício da dignidade da pessoa humana. A partir de então foi construído um percurso de investigação acerca do direito à moradia, buscando compreender sua configuração enquanto direito fundamental ou direito social, bem como a sua normatização no ordenamento jurídico brasileiro.

Em seguida será feita uma contextualização da situação do acesso a este direito no cenário brasileiro, inserida numa discussão acerca do papel do Estado na garantia do acesso a estes serviços a partir de uma configuração histórica da formação do Estado de Bem Estar Social. Por fim será feita uma abordagem acerca da crise do Estado de Bem-Estar Social a partir das reflexões teóricas de Haberma

Na construção desta proposta de pesquisa foram realizadas pesquisas bibliográfica de cunho qualitativo e o método utilizado para esse fim foi o dedutivo, posto que se baseará em argumentos gerais trazidos pelos doutrinadores.

2 | METODOLOGIA

Nossa investigação aqui proposta tomou como ponto de partida o questionamento acerca do direito à moradia, especialmente diante da situação de pandemia que assolou a humanidade. Os organismos de saúde orientam que as pessoas fiquem em casa. E os que não tem casa para onde irão? E os que moram em unidades habitacionais sem condições de garantir os cuidados com distanciamento entre as pessoas, acesso à água de qualidade, acesso a saneamento, os que moram com várias outras famílias no mesmo espaço, sendo impossível não haver aglomeração de pessoas?

A pesquisa terá natureza quanti-qualitativa, associando a análise estatística à investigação dos significados das relações humanas privilegiando a melhor compreensão do tema a ser estudado, facilitando a interpretação dos dados. A relação entre quantitativo e qualitativo não pode ser pensada como oposição contraditória ou excludente. O estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa”.

Quanto aos objetivos a pesquisa será exploratória com vistas a tornar o problema mais explícito. Quantos aos procedimentos a pesquisa possuirá natureza bibliográfica realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos. Será feita uma revisão bibliográfica a partir dos descritores

Direitos Fundamentais. Dignidade da Pessoa Humana. COVID 19. Direito à Moradia.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Ter uma casa, um lugar para permanecer constitui, de fato, uma necessidade que acompanha a humanidade desde o momento em que os nossos antepassados pré-históricos passam da condição de nômades para fixarem permanência em determinados locais, inicialmente em decorrência de acesso a recursos naturais.

O direito à moradia, à habitação está intrinsecamente ligado à condição de uma vida plena, fundamentada no exercício da dignidade humana. Este direito está albergado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948, sendo confirmada pelo Brasil no mesmo momento.

O artigo XXV, item I , da Declaração Universal dos Direito dos Homem assim expressa :

> Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948)

Interessante perceber o tratamento privilegiado que a Declaração Universal dos Direitos Humanos confere ao espaço ao "lar" compreendido com espaço privilegiado de convivência humana e de privacidade.

> Artigo 12 Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.(ONU, 1948)

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) adota o termo habitação. A primeira vez que se encontra expresso literalmente o termo moradia foi no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n° 226, de 12 de dezembro de 1991 , tendo entrando em vigor para Brasil em 24 de abril de 1992.

O artigo 11 do PIDESC (Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) apresenta uma análise de complementariedade entre os direitos percebidos como essenciais, ressaltando a moradia adequada como um dos pressupostos para um desenvolvimento saudável:

Salienta ainda do papel do Estado em tomar medidas para garantia do acesso a este direito.

> Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequando para si próprio e sua família, inclusive à

> alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria continua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. (BRASIL, 1992)

O direito à moradia, à habitação, está protegido por órgãos internacionais de defesa dos direitos do homem, estando também garantida a sua proteção no ordenamento jurídico brasileiro.

A Conferência das Nações Unidades realizada no Brasil em 1992, conhecida como a Rio 92, concluiu que o direito à moradia é direito básico do homem, consolidando este entendimento num documento que estabelece compromissos entre os países, conhecido como Agenda 21.

Por sua vez, em 1997, na Conferência do Habitat II, em Istambul, foi construída a Agenda Habitat que definia que os governos devem intervir no sentido da promoção, proteção e garantia do pleno e progressivo acesso ao direito à habitação.

> Tem-se a universalidade do direito à moradia, visto que seu exercício estende-se a todos os indivíduos, independente de sexo, etnia, religião, situação financeira. Apesar de serem diferentes, todas as pessoas desfrutam desse direito com base no princípio da igualdade. Dessa forma, o exercício do direito à moradia pode ter alteração em relação a determinado bem ou local, mas nunca poderá ser considerado alienável, pois este direito não se recai sobre um objeto – casa, por exemplo –, mas sob um bem que é a moradia, compondo a personalidade do indivíduo, sendo esse cenário colaborador para o direto à moradia ser considerado inerente a cada pessoa. (SOUZA, 2004, p. 56)

O artigo 6º da Constituição Federal apresenta um rol do que seria considerado como direitos sociais. O texto original de 1988 apontava como direitos sociais a educação, o trabalho, o lazer , a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Este artigo sofreu até então três alterações, ampliando o rol de direitos sociais ao cidadão brasileiro.

A emenda constitucional nº 26/2000 acrescentou o direito à moradia ; a emenda nº 064/2010 acrescentou o direito à alimentação e emenda nº 090/2015, o direito ao transporte. Feitas as alterações assim ficou o texto atual do artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social aos desamparados.” (BRASIL, 2015)

> A Emenda n. 26 buscou reproduzir os direitos já consagrados pelos preceitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, porém não de forma completa, tal como mencionado no artigo onze do referido pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Nesse sentido, a menção do direito a moradia como direito social, sem dúvida, deve atender aos regramentos internacionais, dos quais o Brasil é parte, de modo a sempre propiciar por meio da implantação de cada legislação a respeito o favorecimento do indivíduo, para facilitar a aquisição da sua casa própria e contribuir de forma incisiva na continuidade das relações jurídicas que cercam dito direito.”

(SOUZA, 2004, p.132)

Na discussão acerca do questionamento se o direito à moradia seria classificad como integrante dos direitos fundamentais ou sociais no ordenamento jurídico brasileiro, necessário se faz buscar a clara explicação de Marmelstein(2018, p.195) que esclarece que os direitos elencados no artigo 5º da Constituição Federal não os únicos direitos fundamentais.

No caso do ordenamento jurídico brasileiro, os direitos econômicos, sociais e culturais são considerados também direitos fundamentais pois "são inegavelmente instrumentos de proteção e concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, pois visam garantir as condições necessárias à fruição de uma vida digna" (IBIDEM).

A Constituição brasileira de 1988 não faz distinção, no que diz respeito à proteção jurídica, entre direitos sociais, econômicos e culturais dos direitos civis e políticos. Interessante exemplificar que é possível encontrar posicionamentos diferentes noutros ordenamentos jurídicos, como é o caso da Espanha e de Portugal.

Neste sentido todos os meios processuais disponíveis para a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira, quais sejam: mandado de segurança, ação civil pública, ação popular, mandado de injunção, arguição e descumprimento a preceito fundamental, dentre outros, também podem ser utilizados para a proteção dos direitos sociais e, no caso do assunto em baila, do direito à moradia.

O doutrinador Wolfgang Sarlet (2008) faz a defesa da natureza ambivalente de direitos fundamentais e sociais, com caráter tanto de liberdade positiva como de direito social:

> No âmbito da assim denominada dimensão negativa ou daquilo que também tem sido chamado de uma função defensiva dos direitos fundamentais, verifica-se que a moradia, como bem jurídico fundamental, encontra-se, em princípio, protegida contra toda e qualquer sorte de ingerências indevidas. O Estado, assim como os particulares, tem o dever jurídico de respeitar e de não afetar a moradia das pessoas, de tal sorte que toda e qualquer moradia que corresponda a uma violação do direito a moradia passível, em principio, de ser impugnada em juízo, seja na esfera do controle difuso e incidental, seja no meio do controle abstrato e concentrado de constitucionalidade, ou mesmo por intermédio de instrumentos processuais específicos disponibilizados pela ordem jurídica. É também precisamente esta a dimensão- a função defensiva do direito a moradia – a que se referem as diretrizes internacionais acima mencionadas, quando utilizam os termos "respeitar" e "proteger", embora a proteção também envolva ações concretas (normativas e fáticas) de tutela da moradia contra ingerências oriundas do Estado ou de particulares, tudo a reforçar íntima conexão entre a dimensão negativa e positiva dos direitos fundamentais". (SARLET, 2008, p.53)

Partindo do pressuposto do pensamento de Sarlet, o direito à moradia desfruta de dupla caracterização, devido a impor ao Estado prestações positivas a fim de assegurar ao ser humano uma habitação digna e, paralelamente, impor uma abstenção por parte do governo com intuito de proteger esse direito de possíveis agressões oriundas do próprio órgão protetor ou de particulares. (PINHEIRO, 2008)

O direito à moradia pode ser caracterizado como um direito complexo que, para seu alcance ser pleno, necessário se faz o acesso a tantos outros direitos fundamentais e sociais, aqui compreendidos como valores básicos para uma vida digna em sociedade, essenciais para o exercício da dignidade da pessoa humana.

A respeito dos elementos que fundamentam a compreensão da dignidade da pessoa humana, Sarlet (2002), esclarece:

> A qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração pro parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho desagradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2002, p.62)

De fato “condições existenciais mínimas para uma vida saudável” passam, efetivamente, pelo acesso á uma moradia digna, atrelado ao acesso de tantos outros direitos como saúde, educação e transporte.

O encaixe do direito à moradia dentre os direitos sociais tem a intenção de impedir a invocação, muito utilizada, do interesse social perante o individual, protegendo a sociedade sim, contudo, primeiramente, a necessidade do indivíduo:

Dada a complexidade do direito à moradia, podendo ser encarado como um direito absoluto, a discussão a seu respeito assume um novo viés, buscando compreender qual o papel do Estado na garantia deste direito e como este acesso será configurado considerando o cenário de crises econômicas e de desigualdades sociais.

Neste diapasão compreende-se que o percurso para garantia do acesso à moradia num cenário de desigualdades sociais passa pela intervenção do Estado. Para compreensão desta postura intervencionista e garantista do Estado necessária se faz a compreensão acerca das políticas sociais e da experiência do Welfare State.

Na perspectiva de compreender o papel do Estado na garantia do direito à moradia, necessário se faz configurar o processo histórico de constituição das políticas sociais e da constituição do welfare state.

A confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal são consideradas como espaço fecundo do desenvolvimento das primeiras iniciativas reconhecidas como políticas sociais(BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Segundo Pierson(1991) apud Behring e Boschetti(2011), a origem das experiências reconhecidas como políticas sociais podem ser

> comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial(pós-1945)(PIERSON , 1991 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 81)

Com o intuito de manter a ordem social algumas responsabilidades sociais foram assumidas pelas sociedades pré-capitalistas. Ações pontuais desenvolvidas por movimentos de caridade privada e de ações filantrópicas são destacadas como protoformas de políticas sociais.

Neste contexto são promulgadas leis que se propõem a normatizar a conduta a ser adotada com os mais pobres. Dentre elas destacam-se as legislações inglesas como Estatuto dos Trabalhadores (1349), Estatuto dos Artesãos (1563); Leis dos pobres elisabetanas(entre 1531 e 1601); Lei de Domicílio(Settlement Act, 1962), Speenhamland Act(1795) e a Poor Law Amendment Act(1834).

Na análise de Castel,

> Essas regulamentações que se espelharam pela Europa no período que antecedeu a Revolução Industrial, tinham alguns fundamentos em comum: estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver, obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido; regular a remuneração de trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos oferecidos" (CASTEL, 1998, p. 99)

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de expropriação do capital sobre o trabalho.

O período que vai de meados do Século XIX até a terceira década do século XX, portanto, é profundamente marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado.

O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal. O papel do Estado resume-se a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os benefícios aos homens. Adam Smith criticou duramente o Estado intervencionista e o Estado mercantilista

Estudos de Behring e Boscheti (2011) apresentam uma síntese de elementos considerados essenciais do liberalismo que podem colaborar para compreensão da reduzida intervenção do Estado na forma de políticas sociais neste contexto liberal, quais sejam: predomínio do individualismo, o bem-estar individual maximiza o bem estar coletivo; predomínio da liberdade e da competitividade, naturalização da miséria, predomínio da lei da necessidade, manutenção de um Estado mínimo, as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício e, por fim, para o liberalismo as políticas sociais devem ser minoradas pela caridade privada.

O reconhecimento dos direitos civis orientados para a garantia da propriedade privada foi uma marca do Estado europeu liberal do século XIX foi pródigo no reconhecimento dos direitos civis orientados para a garantia da propriedade privada. Ao Estado cabia proteger o direito à vida, à liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade. Este mesmo

Estado assumia postura policial e repressora, com a função primordial de não interferir na liberdade individual de modo a assegurar que os indivíduos usufruíssem livremente seu direito à propriedade e à liberdade.

A generalização dos direitos políticos é resultado da mobilização e organização da classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX. Esta mobilização contribuiu significativamente para ampliação dos direitos sociais, num contexto de tensão da compreensão do papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, sendo final do século XIX compreendido como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade.

As autoras Behring e Boschetti (2011) ao analisar as ideias de Pierson(1991), esclarecem:

> Discutindo a origem do Welfare State, Pierson (1991) entende que a simples presença de algumas medidas de regulação pública não é suficiente para definir sua existência. Para esse autor, o que ajuda a demarcar a emergência de políticas sociais são alguns elementos surgidos no final do século XIX, decorrentes da classe trabalhadora. O primeiro foi a introdução de políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social na Alemanha , a partir de 1883. O segundo elemento apontado pelo autor é que as políticas sociais passam a ampliar a ideia de cidadania e desfocalizar suas ações, antes direcionadas apenas para a pobreza extrema. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 64)

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, culminando com a crise de 1929, conhecida como o “crack” da bolsa.

A crise de 1929/1932 marcou uma mudança substantiva no desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa Ocidental. Os efeitos da crise , seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, consolidou a a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Na busca de compreender esta crise John Keynes defende a intervenção estatal com o intuito de reativar o processo produtivo.

Os argumentos acerca da origem do Estado interventor, o Welfare State, o Estado de Bem Estar Social são cercados de polêmicas e divergências, até mesmo quanto à utilização do termo para designar realidades históricas, econômicas e sociais particulares.

Se o Estado social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas em sua fase monopolista, o período pós-1970 marca o avanço de ideais neoliberais que começam a conquistar espaço a partir da crise capitalista de 1969/1973. Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação impulsionaram os argumentos neoliberais a criticarem o Estado social e o consenso do pós-guerra, que permitiu a instituição do Welfare State. (IDEM, p. 82)

As políticas sociais no Brasil, apesar das conquistas da Constituição de 1988, não foram e nem estão consolidadas. De fato, o texto constitucional anunciava uma importante

reforma democrática do Estado brasileiro e da política social, engendrando um formato social-democrata com mais de 40 anos de atraso, todavia o contexto econômico interno e internacional foram extremamente desfavoráveis para a consolidação e efetivação das politicas sociais.

Na busca da reflexão acerca do Estado de Bem Estar Social, da crise do Welfare State e como analisa Habermas (1987) do esgotamento das energias utópicas, Danner (2014) esclarece a defesa de Habermas a respeito da continuidade reflexiva do projeto de bem-estar social:

> O autor (Habermas) reafirma a vertente teórico-política social democrata, propugnadora do projeto de Estado de bem-estar social, apontando para a necessidade de se fortalecerem as funções interventoras (regulação econômica) e compensatórias(justiça social) do Estado de bem-estar social, mas ligando-as, concomitantemente, à realização de processos cada vez mais efetivos de democracia política, aproximando-se , com isso, o poder político-administrativo(partidos políticos, Estado) da sociedade civil, dos movimentos sociais e das iniciativas cidadãs. A necessidade do nosso tempo-que, por exemplo, a esquerda deveria levar a sério- consistiria em justiça social é democracia política, cuja efetivação dependeria de um movimento recíproco, correlato (DANNER, 1987, p. 569)

O período compreendido entre a década de 90 até hoje se configura como tempos de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, expansão do desemprego, da violência, de desmantelamento de direitos fundamentais e sociais conquistados historicamente.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os documentos internacionais e nacionais acerca do direito à moradia são claros e precisos no que diz respeito a esta garantia, todavia o contexto de globalização excludente e de desigualdades sociais revela uma realidade de desrespeito aos preceitos normativos acerca da garantia do acesso ao direito à moradia.

A Organização das Nações Unidas através do estudo *World Urbanization Prospects(2018)* concluiu que a população mundial tenha atingido a marca de mais de 7 bilhões de pessoas e que cerca de 330 milhões de lares ao redor do mundo, contabilizando aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas, não têm moradias acessíveis e seguras. Situação que se agrava a cada momento em decorrência dos processos desordenados de urbanização e das transformações no mundo do trabalho, num contexto de contínua precarização do trabalho e de acesso à renda.

A este respeito à reflexão de Castel, na discussão sobre as metamorfoses da questão social (1999) bem esclarece a situação da precarização do trabalho:

> O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalho” que Hannan Arendt evocava, os quais, literalmente, ocupam na sociedade um

lugar de supranumerários, de “inúteis para o mundo”. (CASTEL, 1999, p. 496)

Compreende-se então que o não acesso à moradia não se configura enquanto fenômeno isolado num cenário de desigualdades. A ausência do trabalho e da renda é compreendida como fundamento da dificuldade de acesso ao direit à moradia.

Neste sentido se faz necessário compreender que não se trata apenas do não acesso à moradia e sim à moradia digna. Na discussão acerca do déficit habitacional brasileiro depara-se com a situação de precariedade, onde pessoas vivem em moradias sem qualquer infraestrutura que garanta o acesso a direitos como saúde, saneamento básico, dentre outros.

A Constituição Federal de 1988 compreende saúde num sentido amplo, compreendida em seu artigo 196 como “ é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”

Segundo análises do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(2018) outros aspectos ainda são necessários para uma reflexão mais ampla acerca do déficit habitacional no Brasil como as situações de coabitação, quando pessoas dividem o mesmo imóvel próprio por questões financeiras; de adensamento, quando pessoas habitam um mesmo cômodo que não é próprio e os casos de ônus, quando o aluguel do imóvel compromete mais de 30% da renda de pessoas com renda familiar de até três salários mínimos.

Em 2005 foi construído um atlas da exclusão social no Brasil, sob a coordenação do Prof. Marcio Pochmann, abordando a disforme geografia da inclusão social no Brasil do limiar do século XXI, construindo mapas de inclusão educacional, em saúde, cultural, digital, da participação dos pobres na população, de acesso à previdência e de inclusão habitacional.

Considerando a discussão recorrente neste trabalho da impossibilidade de pensar o direito à moradia sem o devido entrelaçamento com o acesso a demais direitos fundamentais e sociais na consolidação do índice habitacional do Brasil foram consideradas as variáveis de destino de o lixo domiciliar, esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso à energia elétrica domiciliar e densidade de moradores por domicílio.

As pesquisas do Atlas da exclusão social revelam que o índice habitacional das regiões Norte(0,590) e Nordeste(0,408) apresenta-se inferior ao índice médio do Brasil(0,755). O mesmo estudo aponta uma discrepância de índices entre as regiões Nordeste/Norte e Centro-Oeste/Sul/Sudeste, validando a conclusão que a dificuld de acesso à moradia é resultante do não acesso a tantos outros direitos. Neste sentido as regiões brasileiras que apresentam mais desigualdades sociais são as que também apresentam maiores déficits habitacionais

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca do acesso ao direito à moradia, do papel do Estado na

consolidação deste acesso revelam que de, fato, este direito é negligenciado, agravando mais ainda o contexto de desigualdades sociais, comprometendo o exercício da dignidade da pessoa humana.

E diante da recomendação de ficar em casa, para onde vão os que não tem casa? Na verdade quem mais sofre com o esgotamento de um modelo de bem estar social -que efetivamente não se consolidou no Brasil- são os indivíduos e suas famílias que vivem em condição de vulnerabilidade social.

Todavia, como assim nos inspira Marmelstein(2)18, p. 690, diante da triste realidade não devemos "desanimar os que acreditam nos valores humanistas previstos na Constituição brasileira. Pelo contrário. Deve estimular ainda mais a luta pela democratização das normas constitucionais".

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

_________,1992. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 23 de março de 2022

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social-uma crônica ao salário**. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

DANNER, L. F. **Habermas e ideia da continuidade reflexiva do projeto de Estado do bem-estar social**. Análise Social, 212, XLIX, pp. 568-597

IBGE.**População.** Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao//> Acesso em 30 ago 2022.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2018

ONU .**Declaração Universal dos Direito Humanos.** Publicado originalmente em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/ Acesso em 15 jan 2022

_____. **World Urbanization Prospects 2018**. Disponível em: https://population.un.org/wup// Acesso em 15 jan 2022

PINHEIRO, Marcelo Rebello. **A Eficácia dos Direitos Sociais de Caráter Prestacional** : em busca da superação de obstáculos. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2008.

POCHMANN, Marcio(org.) Atlas da exclusão social no Brasil, volume 5: **agenda não liberal da inclusão social no Brasil**.São Paulo: Cortez, 2005

SARLET, Ingo W. Supremo Tribunal Federal, o direito à moradia e a discussão em torno da penhora do imóvel do fiado . In: FACHIN, Zulmar (coord.). **20 anos de Constituição cidadã**. São Paulo: Método, 2008. pp. 41-66.

_______SARLET, Ingo W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2002.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: RAÍZES E FRUTOS

Data de aceite: 01/01/2023

Luciana de Moura Ferreira
Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Pós Doutora pelo Programa de Educação da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Docente no Centro Universitário INTA– UNINTA, Sobral – CE, Brasil http://lattes.cnpq.br/0402458837479508https://orcid.org/0000-0001-8389-9530
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: O projeto terapêutico singular tem sua essência pautada na ação da coletividade que leva em conta o sujeito a partir dos aspectos biopsicossocial, espiritual e cultural. Logo essa investigação teve como finalidade compreender como ocorre a implantação do projeto terapêutico nos Centros de Atenção Psicossocial. Utilizamos a metodologia da revisão integrativa, a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva. Foram pesquisadas as bases de Dados BVS, *Lilacs e Scielo*. A análise do material coletado fundamentou-se na compreensão das leis e diretrizes e bases do Ministério da saúde embasadas pela legislação da atenção de um serviço de saúde. Por fim concluímos que a implantação do projeto terapêutico se dá com base nas necessidades de saúde dos usuários, mediante a parceria entre profissional/paciente/família, com o intuito de promover saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência integral à saúde; Saúde mental; Projeto Terapêutico Singular

SINGULAR THERAPEUTIC PROJECT: ROOTS AND FRUITS

ABSTRACT: The singular therapeutic project has its essence based on the collective action that takes into account the subject from the biopsychosocial, spiritual and cultural aspects. Therefore, this investigation aimed to understand how the implementation of the therapeutic project occurs in the Psychosocial Care Centers. We used the integrative review methodology, from a critical and reflective perspective. The BVS, Lilacs and Scielo databases were searched. The analysis of the collected material was based on the understanding of the laws and guidelines and bases of the Ministry of Health based on the legislation of the attention of a health service. Finally, we conclude that the implementation

of the therapeutic project is based on the health needs of the user, through the partnership between professional/patient/family, with the aim of promoting mental health.
KEYWORDS: Comprehensive health care; Mental health; Unique Therapeutic Project

1 I INTRODUÇÃO

O surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) marcou de forma indelével a maneira de oferecer assistência em saúde no Brasil. Superado o caráter previdenciário, portanto excludente, passou-se a compreender saúde como dever do Estado, logo acessível a toda a população. Forjado por princípios e diretrizes, vislumbrava atender de forma universal e integral a todos que dele necessitam.

Portanto, levando-se em consideração a relevância de uma assistência voltada a integralização e a humanização dos atendimentos no SUS, o objetivo desse artigo é realizar uma revisão histórica dos acontecimentos que subsidiaram a proposição do PTS, bem como refletir sobre as contribuições deste projeto no tecer de novas práticas em saúde

A Política Nacional de Humanização, foi criada em 2003, com a finalidade de aperfeiçoar e interferir na qualificação da atenção e gestão do SUS, pois era urgente o avanço e qualificação do sistema nacional de saúde, inclusive no que se refere a atuação dos gestores e profissionais da saúde. (AMORIM, 2020)

Pensar a integralidade pressupõe observar o ser humano a partir da ótica holística e singular, buscando oferecer uma assistência humanizada. A humanização por sua vez, traduzida em Política, propõe novas medidas no trato de saúde. Levando-se em conta as singularidades de cada sujeito, as necessidades e determinantes, o saber e o diálogo permanente entre profissionais de diversas áreas, quer-se promover co-responsabilidades e uma gestão participativa na produção de saúde.

A clínica ampliada é uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização, ela norteia a atuação dos profissionais da saúde e favorece a autonomia, logo, a ampliação da clínica favorece a autonomia dos usuários dos serviços de saúde. Afinal a equipe multiprofissional em saúde favorece a especialidade de cada caso e tratamento, além do que, “A vulnerabilidade e o risco do indivíduo são considerados e o diagnóstico é feito não só pelo saber dos especialistas clínicos, mas também leva em conta a história de quem está sendo cuidado” (BETTANIN; RODRIGUES; BACCI; 2020)

O Projeto Terapêutico Singular (PTS), é um dos ângulos da clínica ampliada, é fruto das discussões entre profissionais e do compartilhamento com o usuário, pois as condutas terapêuticas e as metas são constituídas a partir da especificidade de cada paciente, o que transcende os diagnósticos e sua inclinação para igualar os sujeitos (BRASIL, 2009).

Em linhas gerais, o PTS constitui um modelo de cuidado pautado em ações articuladas e desenvolvidas por uma equipe de saúde, sendo ajustada de acordo com a singularidade do indivíduo, necessidades e contexto social. De acordo com o Ministério da Saúde, este projeto trata-se de um conjunto de ações terapêuticas, embasadas em discussão e construção coletiva de uma equipe multidisciplinar, em busca de assistir as necessidades do sujeito (BRASIL, 2007).

A execução do PTS neste contexto de terapêutica constitui como estratégia capaz de produzir cuidado e visa favorecer o acolhimento, formação de vínculo e Inter responsabilização entres as partes a fim de garantir atenção contínua e integral. Por meio da escuta qualificada e deste vínculo estabelecido pelo acolhimento da equipe, pode-se avançar com habilidade suficiente para tornar o cuidado mais apropriado às necessidades do indivíduo.

A equipe de referência desenvolve o vínculo entre os profissionais de saúde, usuário e família, bem como tem a responsabilidade de direcionar a terapêutica. A equipe, para cada caso, contará com um profissional de referência, que se encarregará de acompanhar aquele paciente ao longo de seu tratamento, sendo o intermediador e aquele mais próximo, cuidando do que for necessário a se intervir ou em busca de apoio necessário (MONROE e GONZALES et al., 2005).

O Trabalho com o PTS, inicia com o acolhimento e a identificação da individualidade, através da Todavia, há algumas dificuldades evidenciadas neste tipo de organização: o estabelecimento e estagnação no modelo biomédico por parte de equipes de saúde, as dificuldades na comunicação e acompanhamento de todos os casos, sobretudo relacionado à demanda populacional, o não provimento de uma assistência humanizada, também a individualização e incapacidade teórico-prática de muitos profissionais, todos esses fatores somados, limitam o desenvolvimento, construção e implementação deste projeto. (SILVA, 2019)

2 | METODOLOGIA

O arcabouço metodológico desse trabalho é uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 57), este método contribui para uma obtenção precisa do estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento. Para Minayo (2010, 89) a pesquisa qualitativa responde a perguntas muito particulares, com um nível de realidade que não pode, ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A pesquisa deu-se no período de abril a agosto de 2022, sendo as bases de dados utilizadas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletrônic Library Online (SCIELO) e National Library of Medicine (PUBMED), todas pertencentes à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram definidos como critérios de inclusão neste estudo: artigos publicados em português, na integra, com acesso gratuito e como critérios de exclusão, artigos em língua estrangeira, resumos e artigos de revisão. Ademais, vale ressaltar que por se tratar de um estudo retrospectivo, não se tornou obrigatório utilizar-se apenas de publicações dos últimos cinco anos.

Para a execução da pesquisa, utilizou-se apenas o descritor: “Projeto Terapêutico Singular”. Os resultados apresentados foram filtrados apenas para texto completos em

português e assunto principal Projeto Terapêutico Singular.

Obteve-se um total de 54 trabalhos entre artigos e teses, sendo que 21 destes atendiam aos objetivos da pesquisa. Viu-se a necessidade de se expandir o arsenal literário, tendo em vista as diversas imersões que este tema tem, sobretudo no campo da saúde pública. Após recolhimento dos artigos, deu-se a análise e tratamento destes. Inicialmente se propôs uma leitura flutuante, após leitura seletiva, buscando compreender o cerne de cada estudo e por fim, leitura interpretativa e resumo. Foi possível a eleição de sete categorias temáticas, que vão desde a gênese do Projeto Terapêutico Singular, até as contribuições deste para as práticas em saúde, constituindo o escopo deste estudo. As categorias denominam-se: A criação do SUS: Universalidade e Integralidade da Assistência; Política Nacional de Humanização e Clínica Ampliada: nova práxis no cuidado em saúde; Projeto Terapêutico Singular: um construto coletivo; Assistência singular; Trabalho em equipe e Multiprofissionalidade; Protagonismo dos sujeitos e fo talecimento de Vínculos.

Na discussão deste artigo, preferiu-se atentar para os entraves que por vezes, podem estagnar o processo de construção do PTS, constituindo-se como desafios à nova prática terapêutica. Estes fortalecem a necessidade do planejamento e implementação do PTS, sobretudo na perspectiva de atender cada cliente de forma singular.

3 I A CRIAÇÃO DO SUS: UNIVERSALIDADE E INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) datada da década de 1980 incorporou a saúde na agenda político-administrativa do governo. O que outrora era direito de poucos, passara a abranger todas as parcelas da população, garantido pela ação permanente do Estado. Com uma proposta de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde e direcionada por princípios e diretrizes, visou-se atender de forma integral a todos, sem distinção, na perspectiva de superar as desigualdades no atendimento da saúde (MENICUCCI, 2014).

Partindo de uma visão holística e singular e embasada no conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) este sistema propõe repensar o cuidado, entendendo que esta não é somente a ausência de doenças, mas qualidade de vida, à medida que se constrói possibilidades de acesso igualitário a bens de consumo que garantam dignidade como: emprego e renda, educação, saneamento básico e alimentação, transporte, cultura e lazer (COSTA, 2014).

Segundo Costa (2014) os países da América Latina e Caribe, ficaram fascinados pela existência do SUS em um país do tamanho do Brasil, pois o SUS é alicerçado nos princípios do universalismo e igualitarismo além de ser calcado na concepção de saúde enquanto direito de todos e dever do Estado. Enfim, a implantação do SUS, com a constituição de 1988 instaurou a incorporação da saúde, como direito dos cidadãos, não apenas os direitos formais, mais especialmente a instalação de uma democracia total que envolve o bem estar e a igualdade. Logo, a criação do SUS, ampliou o conceito de saúde, objetivando à redução dos riscos de doença e de outros agravos, garantindo o acesso

universal e igualitário aos bens e serviços.

3.1 Clínica Ampliada e a Política Nacional de Humanização: Nova práxis no cuidado em saúde

Pensar uma clínica ampliada pressupõe pensar saúde de forma expandida, que não se limita a diagnósticos e que está em constante construção coletiva. A valorização dos diversos profissionais, em seus saberes e questionamentos, a produção de espaços democráticos de discussão e encaminhamentos, a valorização das subjetividades e a abertura de canais para participação efetiva dos pacientes, perfazem o ideal desta clínica (HUBNER, MOREIRA. 2019)

A Clínica Ampliada destina-se a ser uma ferramenta útil na melhoria das condutas profissionais e de gestão, em vista de uma atuação além da fragmentação atual, mas valorizando o saber, a capacidade e as complexidades do outro (BRASIL, 2009b).

Para consolidar essa nova prática terapêutica, faz-se necessário coragem para enfrentar os riscos subjetivos e sociais de uma clínica baseada nos vínculos, nas subjetividades e nas individualidades de cada sujeito, somente assim, se poderá romper o modelo medicalocêntrico em detrimento de um cuidado centrado na pessoa e em suas necessidades (BATISTA, ET ALL, 2020).

Os profissionais devem comprometer-se em seu papel de cuidador e educador, valorizando o ser humano em suas capacidades e potencialidades, estimulando-o ao protagonismo e a busca da autonomia, transformando sua prática em processos dinâmicos, participativos e solidários (OLIVEIRA, ALMEIDA, FELIX, XIMENES NETO, 2015).

A Política Nacional de Humanização, por sua vez objetiva dar ênfase aos princípios do SUS, efetivando-os nas práticas de atenção e gestão, estimulando trocas solidárias entre trabalhadores, gestores e pacientes, na prerrogativa da produção de sujeitos. Baseia-se no respeito à vida, na participação democrática, na autonomia, no protagonismo dos sujeitos, na co-responsabilização, nos vínculos, na indissociabilidade entre gestão e atenção (BRASIL, 2009).

Humanizar pressupõe reconhecer o outro naquilo que tem de mais nuclear: sua integralidade. Portanto ao se propor cuidar com humanização, há que se criar meios para que essas individualidades sejam respeitadas, ao passo que se promove autonomia, a participação social, o respeito à equidade e a integralidade da assistência (CASATE; CORREA, 2005).

Ponderando as duas interfaces de ações apresentadas, o desafio que se apresenta aos profissionais e gestores de saúde, é transpor os limites que foram se cristalizando: do saber, das práticas, dos tratamentos. Reconhecer que assistir o paciente significa atender todas as suas necessidades e que um só profissional não é capaz de tal intento, redireciona o foco das ações, passando da totalidade à variação, da certeza à ponderação, construindo um cuidado dialógico, ético e comprometido (CAMPOS; AMARAL, 2007).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PTS é uma proposta do Ministério da Saúde compreendida como uma estratégia de cuidado organizada por meio de ações articuladas e desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, dirigida a indivíduos ou coletividades e resultante da discussão coletiva entre equipe e usuário implicado. O PTS busca constituir-se como instrumento de organização e sistematização do cuidado, considerando as singularidades do sujeito e o contexto social em que está inserido, sendo dedicado a situações de maior complexidade clínica (BRASIL, 2009a; HORI; NASCIMENTO, 2014)

Tendo em vista que o PTS constitui determinadas propostas de terapêuticas multidisciplinares, articuladas a peculiaridade e/ou subjetividade individual, resultado da discussão coletiva de uma equipe, com apoio matricial se necessário. Tem sua gênese no campo da saúde mental, onde se debatia a importância de uma assistência além da medicamentosa, envolvendo outros vieses fundamentais a esse processo: família, reintegração social, autonomia, independência (CARVALHO; MOREIRA, TEIXEIRA, 2012)

A racionalização da assistência e a necessidade de integração de práticas distintas na evolução da assistência à saúde (nova definição do processo saúde doença da OMS), acrescenta o âmbito social, cultural e coletivo como determinantes neste processo, em detrimento a uma perspectiva limitada e unicamente biológica. Desta forma, faz-se necessário a coexistência de equipes cientes dessa necessidade, de uma visão holística do ser humano, de um cuidado que almeja ser complementado (TRAD, ROCHA, 2011)

O projeto terapêutico singular, tem em sua essência a interdisciplinaridade que possibilita o diálogo entre as diversas especialidades. Dessa maneira, após o acolhimento e avaliação do paciente, são definidos os procedimentos a cargo da equipe multiprofissional denominada equipe de referência. (LINASSI, STRASSBURGER, SARTORI, ZARDIN, 2011)

As demandas de saúde, vão muito além das carências dos usuários que procuram o SUS, visto que o usuário que busca os serviços de saúde buscam ações e orientações que possibilitem que sua saúde seja mantida ou restabelecida. Assim, o PTS, tem como finalidade garantir a manutenção e a qualidade da vida a partir da autonomia ao usuário para a manutenção e melhoria da sua qualidade de vida e saúde. (LEMOS, 2016).

A logística pedagógica do PTS desenvolve-se em quatro passos: primeiramente, tem a fase do diagnóstico, que deve ser completo, resgatando o histórico biológico, social e psicológico do cliente. Também buscar compreender como o sujeito implicado responde à situação por ele vivenciada, como a sua doença, seus desejos e interesses, trabalho, cultura, convívio familiar e social (ARAUJO, 2007)

Por conseguinte, dar-se a construção de metas a serem alcançadas, estas sendo de curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que estas metas traçadas são pactuadas com o cliente, observando também seu anseio em realizá-las. Em consonância, ocorre um processo de divisão de responsabilidades entre os profissionais. Por fim, ocorre um momento de reavaliação, fazendo-se uma leitura crítica de todo o processo, reconhecendo as dificuldades e entraves do caminho e propondo meios para superá-las, buscando fidelidade ao objetivo hora proposto (LINASSI; STRASSBURGER; SARTORI; ZARDIN;

RIGHI. 2011)

A essência do projeto terapêutico é a sua singularidade, ela é o espaço que compreende o indivíduo em suas particularidades e a partir de onde determina-se a ação de saúde oferecida para atender as demandas da saúde, tais como: cuidar e melhorar a qualidade de vida dos usuários, ampliar o entendimento e a apropriação do processo saúde-doença, entre outros. Ademais, as equipes de referência são as responsáveis pela construção e manutenção do vínculo entre a equipe de saúde e usuário/família.

Cada profissional de referência terá o encargo de acompanhar as pessoas ao longo de todo seu tratamento naquela organização, providenciando a intervenção de outros profissionais ou serviços de apoio consoante necessário e, finalmente, assegurando sua alta e continuidade de acompanhamento em outra instância do Sistema (FERREIRA, 2011)

Ressalta-se que uma das maiores contribuições do PTS foi a ruptura com o modelo biomédico, com o intuito de atender as demandas sociais, psicológicas e biológicas, pois é a partir dessas demandas e definição do diagnóstico que a conduta terapêutica multiprofissional será direcionada. A diversidade de áreas, especificidades e olhares distintos se comportam de maneira a executar e gerir o cuidado, de maneira cooperativa e compartilhada de conhecimento partindo da necessidade do indivíduo. (BETTANIN, S. M.; RODRIGUES, J. C.; BACCI, 2020)

É notório, a partir de pesquisas relacionadas à implementação do PTS, em que é sugestivo o uso de plano e guias a fim de nortear o desenvolvimento do cuidado dispensado pela equipe ao sujeito. Logo, o objetivo fundamental é a melhoria da condição diagnosticada, sendo necessário que o plano estabelecido leve em consideração às singularidades do paciente e todos os aspectos e determinantes que a ele estão ligados (DEPOLE, 2018)

A partir da amplitude de visão que advém do trabalho em equipe, do compartilhamento das informações, se poderá propor a adoção de atitudes, mudanças nos hábitos de vida, que poderá contribuir na adesão à terapêutica. Também, infere-se que a atuação multiprofissional proporciona ao serviço de saúde, como vantagem, maior número de pacientes atendidos na demanda; adesão ao tratamento com maior efetividade, já que não é dependente de um único profissional; individualmente, o paciente tornar-se-á multiplicador de conhecimentos, sendo difusor de educação em saúde.

Para serem definidos os pontos a serem trabalhos no PTS, os encontros da equipe e sujeito requerem organização dos serviços, devendo, portanto, contemplar lacunas, efetivar discussões de casos e, claro, decisões conjuntas. Cabe aos profissionais envolvidos, pactuar os objetivos e atribuições, com transparência, junto aos indivíduos sob cuidados. É interessante que sempre haja espaço para que sejam discutidas propostas entre todos os integrantes deste processo: pacientes, família, equipe e até mesmo outras equipes, serviços que possam estar contribuindo no cuidado, compartilhando experiência e visões, fundamentadas no desenvolvimento do PTS. (CAMPOS, ET ALL, 2014)

Em última análise, a multiplicação dos espaços de debate, a formação e o fortalecimento dos vínculos, o estímulo à reflexão dos entes, o compartilhamento das responsabilidades, promovendo horizontalização do conhecimento e do cuidado, garante

uma assistência integral e holística. Sendo assim, a inovação trazida pelo PTS, está no fortalecer das novas competências a fim de se promover saúde, trazendo ganhos para usuários do serviço, os profissionais, a gestão e o sistema com um todo (FAUK, 2010)

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo trouxe esclarecimentos acerca do que é o projeto terapêutico singular e sobre o processo de implantação nos centros de apoio psicológico, além de possibilitar um aprofundamento sobre o campo de estudo 'os projetos terapêuticos'.

Ao longo do estudo compreendemos que os projetos terapêuticos tem em sua essência o cuidado a partir de ações da saúde.

A partir da pesquisa com os descritores nas bases de dados, tivemos a oportunidade de compreender os desafios fluxogramas descritores, ferramenta que possibilitou revelar desafios e avanços e desafios no desenvolvimento do projeto terapêutico, uma vez que exige por parte do profissional sensibilidade com a singularidade dos sujeitos ao mesmo tempo que dinamicidade pois o processo utiliza-se das relações sociais e afetivas, da multidisciplinaridade dentre outros saberes. Logo o projeto terapêutico é constituído a partir das necessidades de cada usuário, buscando perceber suas subjetividades, percepção de vida e de mundo.

Finalmente entre os avanços do processo terapêutico podemos destacar o desenvolvimento das competências sócio emocionais, pois o projeto terapêutico busca atender

Demandas de saúde complexas e para isso conta com uma equipe multidisciplinar, que dialoga sobre práticas, equipamentos de saúde e conhecimentos de áreas diversas.

Dessa forma, o Projeto terapêutico singular compromete-se com o cuidado em saúde e buscando aproximar-se das práticas transformadoras do modelo assistencial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. C. A Política Nacional de Humanização no SUS: a palavra como "dádiva" na subjetivação da atenção e gestão em saúde. **Research, Society and Development**, 9(12), 2020.

ARAUJO MBS, ROCHA PM. Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. **Ciênc. saúde coletiva**. [Internet] 2007; 12(2)

BETTANIN, S. M.; RODRIGUES, J. C.; BACCI, M. R. Educação permanente em saúde como instrumento da qualidade assistencial. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 7, p. 42986-42992, jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS.** Humaniza SUS: clínica ampliada e compartilhada. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada. **Revista Interface** - Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, SP, vl. 18, pp. 983–995, 2014

CARVALHO LGP, MOREIRA MDS, Rézio LA, TEIXEIRA NZF. A construção de um Projeto Terapêutico Singular com usuário e família: potencialidades e limitações. **O Mundo da Saúde** 2012; 36(3):521-525.

CASATE, J. C; CORREA, A. K. Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 105-111, Fev. 2005.

COSTA, A. P. C. O Acompanhamento terapêutico, uma ampliação da clínica. **Correio APPOA**. 2014. Não paginado. Disponível em: http://www.appoa.com.br/correio/edicao/237/o_acompanhamento_terapeutico_uma_ampliacao_da_clinica/117

DEPOLE BF. **A produção brasileira sobre o Projeto Terapêutico Singular: revisão de escopo**. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

FALK, M. L. R et al. Acolhimento como Dispositivo de Humanização: Percepção do Usuário e do Trabalhador em Saúde. **Rev. APS**, Juiz de Fora, v.13, n.4-9, p. 4-9, jan./mar. 2010.

FERREIRA. Elizabete O projeto terapêutico singular como estratégia de organização do Cuidado nos serviços de saúde mental**. Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo.** São Paulo, vl. 22, n.1, pp.85-92, 2011.

FRANCO, Túlio Batista e HUBNER, Luiz Carlos Moreira. Clínica, cuidado e subjetividade: afinal, de que cuidado estamos falando? **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. spe6, 2019. pp. 93-103.

HORI, Alice Ayako e NASCIMENTO, Andréia de Fátima. O Projeto Terapêutico Singular e as práticas de saúde mental nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em Guarulhos (SP), Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2014, v. 19, n. 08, pp. 3561-3571.

LEMOS CLS. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciênc. saúde coletiva.** 2016; 21(3): 913-22.

LINASSI J, STRASSBURGER D, SARTORI M, ZARDIN MV, RIGHI LB. Projeto Terapêutico Singular: vivenciando uma experiência de implementação. **Rev. Contexto Saúde.** [Internet] 2011.

MENICUCCI. Telma Maria Gonçalves. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.21, n.1, jan. Mar. 2014, p.77-92

OLIVEIRA em, Santana MMG, Eloia SC, ALMEIDA PC, FELIX TA, XIMENES NETO FRG. Projeto terapêutico de usuários de crack e álcool atendidos no centro de atenção psicossocial. **Rev Rene** [Internet]. 2015.

PINTO, Diego Muniz et al. Projeto terapêutico singular na produção do cuidado integral: uma construção coletiva. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2011, v. 20, n. 3 [Acessado 14 Dezembro 2022], pp. 493-502.

SILVA, Jordana Rodrigues da et al. O “singular” do projeto terapêutico: (im)possibilidades de construções no CAPSi. Rev. Polis Psique, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 127-146, abr. 2019.

TRAD, Leny Alves Bomfim; ROCHA, Ana Angélica Ribeiro de Meneses e. Condições e processo de trabalho no cotidiano do Programa Saúde da Família: coerência com princípios da humanização em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p. 1969-1980, 2011.

LIGA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR EM GESTÃO HOSPITALAR COMO FERRAMENTA DE APOIO À FORMAÇÃO DISCENTE

Data de aceite: 01/01/2023

Inês Élida de Aguiar Bezerra
Enfermeira. Mestre em Gestão e Saúde Coletiva pela UNICAMP. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6574727999139529
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, Ceará, Brasil.

Antônio Kelton de Brito Carvalho
Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/3119317428408553
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, Ceará, Brasil.

Márcia Eduarda França
Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1203253066688015
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, Ceará, Brasil.

Camila Frota Paiva Alves
Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1557863261589154
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, Ceará, Brasil.

Ana Beatriz Oliveira
Graduanda em Enfermagem pela Faculdade 5 de Julho. Link ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6137-3351
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, Ceará, Brasil.

Tatiane de Araújo Rodrigues
Graduada em Educação Física pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Educação Física Escolar - Unopar. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/5744770915958957
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, Ceará, Brasil.

RESUMO: As ligas acadêmicas surgiram no século XX como uma ferramenta estratégica em saúde com o objetivo de combater a alta prevalência dos casos de tuberculose e hanseníase. A gestão hospitalar é um ramo que cuida de processos burocráticos internos de um hospital em prol da organização dos serviços de saúde públicos ou privados, promovendo que seja oferecido uma assistência de qualidade aos pacientes, e, na maioria das vezes, quem ocupa os cargos destes profissionais gestores, são graduados da área da saúde. O presente estudo objetivou descrever a experiência das contribuições da Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar (LIAMGH) vinculada ao Centro Universitário

Inta – UNINTA, dos seus membros e tratou-se de um estudo do tipo relato de experiência baseado na fundação e desenvolvimento de atividades realizadas através da liga supracitada. A LIAMGH foi fundada em setembro de 2021 e neste percurso de um ano, conseguiu oferecer aos ligantes atividades de ensino, pesquisa e extensão os capacitando para chegar no futuro mercado de trabalho com conhecimento suficiente, já que, há lacunas nas grades curriculares dos cursos da saúde quanto a gestão hospitalar. A Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar (LIAMGH) trouxe grandes ganhos para comunidade acadêmica, promovendo reconhecimento institucional por disponibilizar uma LA com uma temática tão escassa e necessária, e contribuiu efetivamente no processo de formação de seus ligantes.
PALAVRAS-CHAVES: Ligas Acadêmicas, Gestão Hospitalar e Ensino Superior.

MULTIDISCIPLINARY ACADEMIC LEAGUE IN HOSPITAL MANAGEMENT AS A TOOL TO SUPPORT STUDENT TRAINING

ABSTRACT: The academic leagues emerged in the twentieth century as a strategic tool in health with the aim of combating the high prevalence of cases of tuberculosis and leprosy. Hospital management is a branch that takes care of the internal bureaucratic processes of a hospital in favor of the organization of public or private health services, promoting the offer of quality care to patients, and, most of the time, those who occupy the positions of these professional managers are graduates from the health area. The present study aimed to describe the experience of the contributions of the Multidisciplinary Academic League in Hospital Management (LIAMGH) linked to the Inta University Center - UNINTA to its members. LIAMGH was founded in September 2021 and in this course of one year, managed to offer its members teaching activities, research and extension, enabling them to reach the future labor market with sufficient knowledge, since there are gaps in the curricula of health courses regarding hospital management. The Multidisciplinary Academic League in Hospital Management (LIAMGH) brought great gains for the academic community, promoting institutional recognition by providing an LA with such a scarce and necessary theme, and effectively contributed to the training process of its leaguers.
KEYWORDS: Academic Leagues, Hospital Management and Higher Education

1 I INTRODUÇÃO

As Ligas Acadêmicas (LAs) são entidades estudantis vinculadas a uma Instituição de Ensino Superior (IES) juntamente com uma coordenação de curso de ensino superior. A priori estas têm papel fundamental na aproximação dos estudantes na comunidade e capacitação em um tema específico. De acordo com Silva 2015, no âmbito da área da saúde, as LAs emergiram da necessidade de combater a alta prevalência de agravos à saúde ocasionados pela tuberculose e hanseníase no início do século XX, período esse de transição da economia agroexportadora, que seguia para a industrialização e urbanização do Brasil.

Essas Ligas Acadêmicas eram formadas por voluntários representantes das elites

intelectuais da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e esse tipo de ação sobressaia quanto à ausência do Estado do Brasil no campo de Saúde Pública, conferindo as LAs como uma natureza filantrópica ou criativa. (NASCIMEN O, 2002)

As LAs são consideradas como um espaço transformador que possibilitam o desenvolvimento baseado na tríade de ensino, pesquisa e extensão, promove o estabelecimento de vínculos entre estudantes e professores e ademais proporcionam um cenário diferenciado de práticas, aproximando os alunos da comunidade/população.

No século passado, as ligas surgem como uma estratégia desenvolvida no âmbito de Universidades e Faculdades de Medicina, organizadas por estudantes e professores que se interessavam por temas, assuntos ou práticas específicas seguindo conceitos de saúde e doença.

Hodiernamente existe um aumento frequente de Ligas Acadêmicas nas Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil em diversas áreas da saúde, sendo a maioria nos cursos de Medicina e Enfermagem. A priori essas LAs possuem princípios que norteiam suas ações, que estão contidos por estatutos que estabelecem denominação, os fins e a sede da Liga, os requisitos de admissão e exclusão dos membros, os direitos e deveres, o modo de constituição e de funcionamento da Liga, as condições para disposições regimentais e dissolução, e a forma de gestão administrativa. (SILVA, 2015). Dito isso, as Ligas atuam como uma ponte, conectando alunos e professores a comunidade no que concerne a temas, assuntos e práticas específicas os capacitando e promovendo saúde a população.

Todo e qualquer hospital, possui internamente uma equipe de profissionais que atua no que diz respeito a atividades de fiscalização, auditorias, notificações, qualidade e organização, sendo estes em muitas das vezes, o profissional da área da saúde. A Gestão Hospitalar, assim chamada, é entendida por um grupo que elabora essas práticas e estratégias relacionadas à liderança, gestão e administração de sistemas públicos e privados de saúde.

Sendo assim é de competência de um Profissional Gestor, habilidades de comunicação, administração, elaboração documental, auditorias baseadas na prática, notificações de doenças, planejar estratégias para controle de infecções hospitalares, garantir qualidade da assistência, gerir os leitos disponíveis e transferências, dentre outras.

Nos cursos de graduação em saúde, não há disciplinas que retratem certamente competências de um profissional da saúde no campo da Gestão Hospitalar, por vezes, alguns conteúdos são vistos apenas de maneira transversal, provocando uma fragilidade na prestação desses serviços futuramente.

Com base na abordagem acima, percebe-se a fragilidade e deficiência no preparo dos alunos neste ramo tão importante, e partindo desta perspectiva foi fundada a Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar (LIAMGH) vinculada ao Centro Universitário Inta - UNINTA, localizado em um interior do Estado do Ceará, Brasil.

Este estudo tem como objetivo descrever a contribuição de Ligas Acadêmicas como apoio na formação do discente, em específico a LIAMGH. Sendo relevante em divulgar a

comunidade acadêmica de que, no ensino há fragilidades e que existem formas de suprir algumas delas, seja de forma teórica ou prática, além de desmistificar as ações que as LAs promovem, sendo uma aliada ao ensino e à saúde pública.

2 I METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa do tipo relato de experiência da apresentação dos resultados de uma Liga Acadêmica no que concerne a sua contribuição na formação dos estudantes de nível superior.

O Relato de experiência de acordo com Mussi, Flores & Almeida 2021 é o tipo de estudo que retrata a vivência acadêmica de discentes e/ou docentes do ensino superior relacionados com atividades em um dos pilares do tripé de ensino, pesquisa e extensão.

A Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar (LIAMGH) é uma liga vinculada ao Centro Universitário Inta - UNINTA, localizado no interior do estado do Ceará, formada por discentes dos cursos de graduação em saúde. A LIAMGH foi fundada em Setembro de 2021 por um aluno do 6º semestre do curso de enfermagem com apoio de uma docente do curso de enfermagem e coordenadora do curso superior de tecnologia em gestão hospitalar.

A implementação da LIAMGH em sua Instituição de Ensino Superior (IES), partiu-se da observação de que, nos cursos de graduação em saúde, havia um déficit no que implica a essa temática de gestão hospitalar na sua grade curricular, sendo que, no atual cenário Brasileiro a maioria dos cargos de gestores, são ocupados por profissionais da área da saúde.

Hodiernamente a LIAMGH é formada por 33 discentes dos cursos de graduação em saúde, sendo destes, 14 de enfermagem, 11 de fisioterapia, 01 de biomedicina, 01 de nutrição, 01 de psicologia, 01 de gestão hospitalar e 04 de odontologia, sendo estes atuando todos forma multidisciplinar.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão Universitária é tida como um processo educativo, cultural e científico que associa o ensino e a pesquisa de forma inseparável possibilitando uma conexão de transformação entre a Universidade e a sociedade. E essa relação da teoria com a prática, acaba enriquecendo o conhecimento acadêmico, promovendo benefícios para a formação científica individual e coletiva. De acordo com Carneiro, o aprendizado produzido fora da sala de aula, atinge não somente os alunos, mas também os profissionais que atuam nos serviços e comunidade, além de proporcionar dados científicos (CARNEIRO; COSTA; DE FREITAS; 2015).

Nesse contexto, as Ligas acadêmicas (LAs) foram criadas como uma oportunidade de aperfeiçoar os conhecimentos, a fim de, tornar um currículo acadêmico diferenciado, caracterizando-se como uma base complementar na formação do estudante, e não sendo obrigatório, que, no entanto, é fundamental na construção do desenvolvimento profissional e

pessoal dos "ligantes" (MERCÊS, 2019). Geralmente as LAs são formadas por estudantes, podendo ser do mesmo curso ou variados, promovendo a educação continuada dos alunos em prol da cidadania através de atividades de vivências interdisciplinares e multidisciplinares (SILVA; COSTA, 2022).

De acordo com Hamamoto Filho (2011), os discentes inseridos nesses espaços procuram a construção e o fortalecimento no currículo, pois, a maioria está insatisfeito com a grade do curso. E dessa forma, encontram nesse tipo de organização diversas esferas englobando o ensino-aprendizagem, autonomia, interação ativa com outras pessoas, o trabalho em equipe, além de estimular a escrita de artigos, realizações de seminários, congressos, e cursos envolvendo a liga, sendo possível a ligação entre saberes das outras áreas de formação acadêmicas, sempre trazendo reflexões críticas e maneiras de trabalhar com a sociedade (ANDREONI et al.,2019).

Desde modo, para que uma liga atue, é necessário a supervisão e acompanhamento de um docente capacitado para promover ideias e técnicas corretas, preservando sempre a ética e uma boa conduta profissional, precavendo certos cuidados para que estas não tenham baixo rendimento de conteúdo e evasão dos integrantes, mas, valorizar o objetivo da liga, que é a extensão curricular, atividades de prevenção e promoção à saúde (QUEIROZ et al., 2014)

Os estudos sobre essa temática consideram que as LAs possibilitam a preparação e planejamento voltada para o ato educativo, tendo como objetivo a relação da comunidade com os alunos, acarretando diversas variáveis que se inter-relacionam de forma complexa, e se expressa no micro sistema da sala-campo, ocasionando vivências em diversos cenários da atenção à saúde realizado pelo SUS. A presença nesses contextos, acaba influenciand todos os participantes, principalmente aos discentes, que nesse momento percebem os indicativos que estão direcionados para a sua formação enquanto profissionais, no qual precisará seguir um modelo de cuidado transversal do SUS. (BRASIL, 2011)

Contudo, retoma-se aqui, afirmar a importância das LAs como lugares potencialmente incentivadores de aquisição de aprendizagem e experiências que, por sua vez, estão interligadas com a comunidade, propiciando a inserção dos estudantes nesses lugares, levando transformações significativas para ambas as partes, no qual utilizam-se de metodologias ativas e bem estruturadas para intervenções por meio de assistência, gestão, controle social na perspectiva de práticas educativas permanentes (SILVA; FLORES, 2015)

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor interpretação dos resultados e discussões, separamos em quatro subseções, sendo elas: Importância das Ligas Acadêmicas no contexto brasileiro, O impacto do ensino em Gestão, A importância da Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar e A extensão da Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar: um diferencial**.**

4.1 Importância das Ligas Acadêmicas no contexto brasileiro

As ligas acadêmicas surgiram no século XX, e desde então vêm sendo utilizadas principalmente pela área da saúde. A importância das ligas na academia é algo incontestável, pois promove muitos benefícios para os acadêmicos sendo o principal deles o aprendizado. Através dos encontros, é possível que haja palestras, ações em saúde voltadas para a comunidade, aulas práticas, enfim, uma infinidade de atividades que irão proporcionar mais conhecimentos para o discente que participa de tais grupos, fornecendo conhecimentos práticos e o capacitando para ser um multiplicador de informação, o transformando em um profissional mais preparado para enfrentar o mercado de trabalho. Nas ligas também é incentivada a participação de eventos científicos, como congressos, simpósios e amostras onde o estudante poderá ampliar seus conhecimentos através da produção científica e apresentações de trabalhos, fazendo assim com que o tripé do ensino, pesquisa e extensão seja efetivado de todas as formas possíveis na formação do mesmo.

Além disso, as ligas podem promover informações e conhecimento sobre uma área específica, suprindo a defasagem de tais conteúdos na grade de ensino das academias, e ampliando os horizontes para os discentes. Assim, observa-se a relevância de uma liga acadêmica voltada apenas para a gestão hospitalar, já que as universidades atualmente não dispõem de tal disciplina, fazendo com que muitas vezes o profissional recém-formado não esteja totalmente preparado para atuar nessa área como gestor.

4.2 O impacto do ensino em Gestão

A gestão em saúde é extremamente necessária em todos os serviços, pois irá garantir que todos os processos, dentro dos estabelecimentos, funcionem de forma eficaz O gestor tem um papel fundamental, e fica responsável por se certificar de que todos os equipamentos estejam funcionando plenamente e que os colaboradores sejam capacitados para exercerem suas funções sem causar nenhum dano desnecessário. (BORBA, 2015)

Com isso, a atuação de uma liga voltada para essa temática se torna indispensável, principalmente se for algo multidisciplinar, já que todos os profissionais podem ser gestores, fazendo com que os estudantes já aprendam a usar a tão importante comunicação com diversas áreas da saúde tornando-se um diferencial.

4.3 A importância da Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar

A Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar (LIAMGH), parte do princípio de contribuir e desenvolver o perfil do futuro profissional em saúde o direcionando para uma postura de gestor dos serviços da saúde, seja público ou privado.

A LIAMGH capacita seus alunos ligantes, assim os denominando após admitidos na liga através de processos seletivos, por meio de encontros semanais, onde que nestes se desenvolve diversas atividades contemplando o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Nas reuniões que duram em média de 01 hora e 30 minutos, são debatidos temas específicos da gestão hospitalar com apoio de profissionais especializados e atuantes na área, planejamento de atividades educativas permanentes em saúde, desenvolvimento

de oficinas em formas de seminários, desenvolvimento de eventos regionais e nacionais, incentivo à escrita científica, visitas à hospitais referência, visita à clínicas e atividades de extensão em hospitais parceiros, colocando em prática tudo visto em reunião/sala de aula.

Sendo assim, podemos caracterizar a LIAMGH como uma aliada na formação discente os capacitando integralmente no que diz a práticas de gestão hospitalar e contribuindo com a comunidade e hospitais parceiros através de suas práticas (atividades de extensão).

4.4 A extensão da Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar: um diferencial

A LIAMGH possui sua carga horária igual a 180 horas, sendo essas compensadas durante dois semestres de 90 horas, destas 90 horas, ficam divididas 50 horas em atividades de ensino e pesquisa e 40 horas voltadas somente em atividades de extensão.

A extensão da LIAMGH funciona com apoio de instituições parceiras (hospitais e clínicas), como se fosse um "estágio" objetivando que os alunos ligantes consigam colocar em prática as atividades vistas em sala de aula/encontros efetivando ainda mais seus processos de aprendizagem.

Atividade	Tripé contemplado	Contribuição acadêmica
Encontros em sala de aula	Ensino	Formação da temática através de aulas e seminários sobre gestão hospitalar
Visita à hospitais e clínicas	Ensino	Formação da temática através de hospitais mediados por profissionais atuante na área de gestão hospitalar
Elaboração de eventos científicos	Extensão	Contribuição profissional na desmistificação de elaboração de eventos acadêmicos
Participação em eventos científico	Pesquisa	Incentivo a participar de eventos e contribuição ao currículo acadêmico
Elaboração de trabalhos científico	Pesquisa	Iniciação a escrita e pesquisa científica
Realização de atividades de extensão	Extensão	Aplicação na prática de todos os conteúdos vistos em sala

QUADRO 01: Contribuições da LIAMGH aos seus alunos ligantes durante o ano de 2021-2022

Fonte: próprio autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem evidências suficientes que retratam o assunto de Ligas Acadêmicas, sendo precário os estudos na literatura, não obstante, as LAs são um fenômeno ascendente

no cenário brasileiro que eclodiu no recorte temporal, contribuindo com as reformas curriculares. (CAVALCANTE, 2017)

As Universidades incluem as ligas para atuar a partir do tripé de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando uma formação diferenciada em saúde, antecipando a inserção dos seus participantes em ambientes diferenciados, preenchendo assim lacunas no ensino encontrados ao decorrer da graduação.

A Liga Acadêmica Multidisciplinar em Gestão Hospitalar (LIAMGH) trouxe grandes ganhos para comunidade acadêmica, promovendo reconhecimento institucional por disponibilizar uma LA com uma temática tão escassa e necessária. Além disso, assim como outras ligas, a LIAMGH proporciona aos seus membros atividades práticas em hospitais parceiros, garantindo uma inclusão destes no cenário brasileiro, no que concerne às práticas de gestão hospitalar.

A LIAMGH tem como base, priorizar a formação dos seus participantes por meio de sua área de atuação, sendo uma liga que proporciona diversas experiências através de pesquisas científicas, eventos, visitas, estágios (extensão) e educação permanente em saúde. Estas experiências contribuem positivamente para a construção profissiona de cada ligante os tornando proativos, responsáveis, éticos, maduros e capacitados, que poderão assim cumprir com maestria atividades da gestão hospitalar.

REFERÊNCIAS

ANDREONI, Stephani et al. **O perfil das ligas acadêmicas de angiologia e cirurgia vascular e sua eficácia no ensino da especialidade.** Jornal Vascular Brasileiro, v. 18, 2019.

Bastos, MLS.; Trajman, A.; Teixeira, EG.; Selig, L.; Belo, MTCT**. O papel das ligas acadêmicas na formação profissional.** Jornal Brasileiro de Pneumologia, Brasília, v. 38, n. 6, p. 803-805, 2012.

Botelho, NM.; Ferreira, IG.; Souza, LEA. **Ligas acadêmicas de medicina: artigo de revisão.** Revista Paraense de Medicina, Pará, v. 27, n. 4, dez. 2013.

Brasil. Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília. Brasília: Decanato de Extensão.

CANEIRO, Jair et at. **Liga acadêmica: instrumento de ensino, pesquisa e extensão universitária.** Revista Gestão e Saúde, Minas Gerais, v. 06, n. 01, 667-79, 2015.

Cavalcante, A. S. P. et al. **As Ligas acadêmicas na área da saúde: lacunas do conhecimento na produção científica brasileira.** Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília, v. 46, n. 3, 197-204, mar. 2018.

Cecílio, L.C.D.O.; Mendes, T.C. **Propostas alternativas de gestão hospitalar e o protagonismo dos trabalhadores: por que as coisas nem sempre acontecem como os dirigentes desejam?** Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n.2, p. 39-55, ago.2004.

Da Silva, JHS.; Chiochetta, LG.; Oliveira, LF.; Sousa, VO**. Implantação de uma liga acadêmica de anatomia: desafios e conquistas**. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 320-325, 2015.

Da Silva, S. A. D.; Flores, O. **Ligas acadêmicas no processo de formação dos estudantes.** Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília, v. 39, n. 3, p. 410-417, jul.2015.

De Borba, G. S.; Neto, F.J.K. **Gestão Hospitalar: identificação das práticas de aprendizagem existentes em hospitais.** Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n.1, p. 44-66, mar. 2008.

Farias, D.C.; De Araújo, F.O. **Gestão hospitalar no Brasil: revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 1895-1904, jun. 2017.

Hamamoto Filho, PT. **Como as ligas Acadêmicas podem contribuir para a formação médica?.** Diagnóstico e Tratamento, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 137-138, 2011.

Imakuma, ES. **As ligas acadêmicas no ensino médico.** Revista Medicina**,** São Paulo, v. 92, n. 4, p. 271-272, 2013.

MERCÊS, M. O. et al. Ação de extensão de uma liga acadêmica: ensinando primeiros socorros. Revista eletrônica extensão em debate, v. 2, n. 1, p. 142-156, 2019.

Monteiro LLF. **Ligas acadêmicas: o que há de positivo? Experiência de implantação da Liga Baiana de Cirurgia Plástica**. Rev. Bras. Cir. Plást. 2008;23(3):158-161.

Nascimento DR. **Fundação Ataulpho de Paiva: Liga Brasileira Contra a Tuberculose – Um século de luta**. São Paulo: Quadratim; 2002

QUEROZ, Silvio at et**. A importância das ligas acadêmicas na formação profissional e promoção de saúde.** Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, v 24, n. 8, p. 73-78 dez.2014

SILVA, Natanael Manoel Da et al.. **A importância da liga acadêmica como extensão universitária na formação curricular e profissional: percepções dos integrantes.** VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021..

Torres, AR.; Oliveira, GM.; Yamamoto, FM.; Lima, MCP. **Ligas acadêmicas e formação médica: contribuições e desafios.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 713-720, dez. 2008

CAPÍTULO 10

PRÁTICAS DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO AO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Data de aceite: 01/01/2023

Ana Cíntia Marques Magalhães
Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA Lattes: https://lattes.cnpq.br/7286482300190136
Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral, CE, Brasil

Vanessa Mesquita Ramos
Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Especialista em Saúde Pública pelo Instituto de Teologia Aplicada (INTA) e UTI neonatal e pediátrica pela Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia - EFSFVS. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará, Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9373222050522349
Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral, CE, Brasil

Adilio Moreira de Moraes
Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) e em Pedagogia pela Faculdade Kurios – FAK. Especialista em Treinamento Desportivo, Metodologia do Ensino Superior, Gestão Escolar e Fisiologia do Exercício e Biomecânica do Movimento. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física das Universidades de Pernambuco UPE/Universidade Federal da Paraíba UFPB. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio der Janeiro (UFRJ). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1836381861391709
Universidade Aberta do Brasil (UAB)/ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) Meruoca, CE, Brasil

RESUMO: O câncer do colo do útero é uma neoplasia maligna invasiva que se desenvolve a partir de lesões no colo do útero. O objetivo principal deste estudo foi identificar as práticas do Enfermeiro na prevenção ao câncer de colo de útero na Atenção Primária em Saúde. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva do tipo qualitativa, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário de perguntas abertas. Participaram desta pesquisa onze enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde da Família do município de Bela Cruz. Os dados qualitativos adquiridos neste estudo foram submetidos à análise de conteúdo do tipo análise temática proposta por Minayo. Esta pesquisa respeitou os princípios éticos da Resolução n° 466/12, do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde (MS) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em

Pesquisa do Centro Universitário INTA – UNINTA. A partir da análise das informações obtidas, observou-se que as estratégias de captação consistem predominantemente em ações de busca ativa realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), somadas à utilização de práticas de educação em saúde e o fornecimento de transporte para mulheres que moram distante das unidades de atendimento. Identificou-se ainda que o auxílio dos ACS nas visitas domiciliares, a coleta semanal do exame preventivo e a presença de material de qualidade são os principais fatores facilitadores da assistência, ao passo que sentimentos como medo, constrangimento e insegurança somados à demora no atendimento e no recebimento dos resultados do exame podem ser classificados como os principais fatores restritivos. Neste contexto, destaca-se a necessidade de aprimorar e intensificar as ações de educação em saúde, investir na ampliação da estrutura física das salas onde são realizadas a coleta do exame Papanicolau e implementar a flexibilização dos horários de atendimento
PALAVRAS-CHAVE: Neoplasias do Colo do Útero. Atenção Primária à Saúde. Prevenção de doenças.

NURSES' PRACTICES PREVENTION ABOUT CERVICAL CANCER IN PRIMARY HEALTH CARE

ABSTRACT: Cervical cancer is an invasive malignancy that develops from lesions in the cervix. The main objective of this study was to identify the Nurses' practices in the prevention of cervical cancer in Primary Health Care. This is an exploratory-descriptive qualitative research, the data collection instrument used was a questionnaire with open questions. Eleven nurses from Basic Family Health Units in the city of Bela Cruz participated in this research. The qualitative data acquired in this study were submitted to content analysis of the thematic analysis type proposed by Minayo. This research complied with the ethical principles of Resolution No. 466/12, of the National Health Council - Ministry of Health (MS) and was approved by the Research Ethics Committee of the INTA University Center – UNINTA. From the analysis of the information obtained, it was observed that the capture strategies predominantly consist of active search actions carried out by the Community Health Agents (ACS), added to the use of health education practices and the provision of transportation for women who live far from the service units. It was also identified that the help of the ACS in home visits, the weekly collection of the preventive exam and the presence of quality material are the main facilitating factors of care, while feelings such as fear, embarrassment and insecurity added to the delay in care and in receiving the test results can be classified as the main restrictive factors. In this context, there is a need to improve and intensify health education actions, invest in expanding the physical structure of the rooms where the Papanicolaou test is collected and implement the flexibility of service hours
KEYWORDS: Uterine Cervical Neoplasms. Primary Health Care. Diseases Prevention.

1 I INTRODUÇÃO

O Câncer do Colo do Útero é uma neoplasia maligna invasiva que se desenvolve a partir de lesões no colo do útero. Essas lesões têm início na forma de uma lesão precursora, que pode ou não evoluir para um processo invasivo no decorrer de um período de 10 a 20 anos. Esse intervalo de tempo permite que ações preventivas sejam realizadas com o objetivo de romper a cadeia epidemiológica da doença. (DAMACENA; LUZ; MATTOS, 2018).

De acordo com o Ministério da Saúde, os fatores responsáveis pelos altos índices de câncer cérvico-uterino e a não adesão ao exame Papanicolau no Brasil devem-se à insuficiência de recursos humanos e de materiais disponíveis na rede de saúde para prevenção, diagnóstico e tratamento, utilização inadequada dos recursos existentes, baixo nível de informações de saúde da população em geral e insuficiência de informações necessárias ao planejamento das ações de saúde (BRASIL, 2021).

O enfermeiro atuante na Atenção Primária em Saúde desenvolve ações e intervenções que o tornam um dos profissionais mais dinâmicos no rastreamento do câncer do colo do útero. Com base no exposto, o presente estudo teve como objetivo identificar as práticas do enfermeiro na prevenção ao Câncer de Colo de Útero na Atenção Primária em Saúde, descrevendo as estratégias utilizadas para a informação e captação das mulheres para a realização do exame preventivo e conhecendo os fatores facilitadores e restritivos da assistência na prevenção e controle dessa neoplasia.

2 I METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva do tipo qualitativa, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário de perguntas abertas. Participaram desta pesquisa onze enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde da Família do município de Bela Cruz. Os dados qualitativos adquiridos neste estudo foram submetidos à análise de conteúdo do tipo análise temática proposta por Minayo (2016). Esta pesquisa respeitou os princípios éticos da Resolução n° 466/12, do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde (MS) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário INTA – UNINTA.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

Um maior contingente de pessoas está sobrevivendo ao câncer de colo uterino, devido à detecção precoce e às várias modalidades de tratamento disponíveis para esta neoplasia. Sabe-se que à medida que aumenta o número de mulheres sobreviventes ao câncer do colo do útero, os enfermeiros estarão cada vez mais envolvidos com questões relacionadas à sobrevivência, ajudando no tratamento e combate aos efeitos da doença, bem como trabalhando para a promoção da prevenção (LINARD; SILVA; SILVA, 2002).

A prevenção primária do câncer cérvico-uterino refere-se à redução da exposição aos fatores de risco, como o início precoce da atividade sexual, a multiplicidade de parceiros,

as doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a infecção causada pelo HPV. De modo contextual, a prevenção primária é realizada a partir da identificação da presença de fatores de risco com vistas a prevenir o surgimento da doença. (FERNANDES, 2007).

As estratégias de prevenção secundária ao câncer de colo do útero consistem no diagnóstico precoce das lesões, antes de se tornarem invasivas, a partir de técnicas de rastreamento compreendidas pela colpocitologia oncológica ou teste de Papanicolau, colposcopia e cervicografia. O exame colpocitológico ou teste de Papanicolau é considerado o mais eficiente a ser aplicado coletivamente. (PINHO; FRANC JUNIOR, 2003).

É imprescindível que o enfermeiro realize uma ação integrada com uma equipe multiprofissional pois a colaboração entre os serviços de saúde ajudará a assegurar uma assistência contínua, o que significa que a mulher será acompanhada desde a prevenção até o tratamento. Dessa forma, o enfermeiro faz o elo entre as mulheres e os demais profissionais de atenção à saúde. Espera-se que assim o cuidado se concretize de forma humanizada, qualificada e individualizada. (LINARD; SI VA; SILVA, 2002).

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das informações permitiu conhecer as práticas realizadas pelos enfermeiros na prevenção ao câncer de colo uterino na atenção primária em saúde do município de Bela Cruz. Analisando o perfil dos participantes da pesquisa, a tabela 1 mostra que a grande maioria dos profissionais, 72%, era do sexo feminino, com idade entre 24 a 47 anos, enquanto 27% era do sexo masculino, com idade entre 32 a 45 anos. Quanto ao tempo de atuação na ESF, verificou-se que os profissionais possuem 4,2 anos como média do tempo de experiência, variando entre 1 e 8 anos. Na UBS investigada, por sua vez, a média do tempo de experiência foi 1,5 variando entre 1 e 5 anos.

Participante	Idade	Sexo	Tempo de atuação na ESF	Tempo de atuação na UBS investigada
Enfermeiro 1	32	Masculino	5 anos	1 ano
Enfermeiro 2	27	Feminino	2 anos	1 ano
Enfermeiro 3	47	Feminino	8 anos	1 ano
Enfermeiro 4	27	Feminino	5 anos	1 ano
Enfermeiro 5	24	Feminino	1 ano	1 ano
Enfermeiro 6	40	Feminino	6 anos	3 anos
Enfermeiro 7	25	Feminino	5 anos	5 anos
Enfermeiro 8	24	Feminino	2 anos	2 anos
Enfermeiro 9	32	Feminino	7 anos	1 ano

Enfermeiro 10	35	Masculino	1 ano	1 ano
Enfermeiro 11	45	Masculino	4 anos	1 ano

TABELA 1 - Perfil dos participantes da pesquisa, Sobral, 2022

Fonte: primária.

4.1 Estratégias utilizadas para captação das mulheres na faixa etária priorizada para a realização do exame preventivo

Acerca das estratégias utilizadas para a captação das mulheres na faixa etária priorizada para a realização do exame preventivo 81% dos enfermeiros entrevistados relatou utilizar visitas domiciliares. Destes, a maioria (72%) relatou que as visitas de captação das mulheres para realização do exame preventivo são predominantemente realizadas por Agentes Comunitários de Saúde.

> Estou em constante comunicação com as agentes de saúde, elas me ajudam nesse processo de captação convidando as mulheres para realizar o exame por meio das visitas domiciliares. (E.07)

> Entrego uma lista das mulheres que estão há mais de 3 anos sem realizar o exame aos ACS, eles aproveitam as visitas para fazer essa captação. (E.01)

> Para captação temos a ajuda das ACS que fazem essa busca ativa por meio da visita domiciliar. (E.08)

Em contrapartida, apenas 1 participante (9%) relatou fazê-las pessoalmente, sem mencionar o auxílio dos ACS nesta captação.

> Para captação eu faço visitas domiciliares, esse contato pessoal é muito importante e costuma trazer bons resultados (E.02).

A prática das visitas domiciliares se encontra descrita na literatura como aponta Vale et al (2010) quando afirma que o trabalho dos agentes de saúde é primordialmente inserido na comunidade e existe uma estreita relação proporcionada com a população. Acredita-se no grande potencial destes profissionais para o auxílio às ações de rastreamento do câncer do colo do útero. Estas ações devem ser introduzidas nos programas de capacitação dos ACS e, obviamente, deve ser uma preocupação de toda a equipe da ESF, sobretudo do enfermeiro, que deve supervisionar as ações a fim de manter um padrão de eficiência nos resultados oriundos destas práticas.

Dentro da análise das estratégias de captação observou-se ainda a utilização de atividades de educação em saúde. Todavia, esta foi mencionada apenas por 36% dos participantes:

> A educação em saúde é uma das estratégias mais importantes utilizadas para este fim, com ela podemos captar as mulheres coletivamente, por meio de

palestras e rodas de conversas, por exemplo. Nós já utilizamos tudo isso, mas é preciso intensificar a frequência. (E.09)

Utilizamos momentos de educação em saúde sempre que possível, mas não com uma constância satisfatória. (E.04)

Santos, Macêdo e Leite (2010) acreditam que os profissionais da área devem promover a educação em saúde e não somente esperar que as usuárias busquem uma consulta, mas que usem da criatividade, através de campanhas educativas, visita às escolas dentre outras ações. É necessário entender a educação como um processo ativo e continuado, para tanto, é imprescindível mantê-la presente de forma constante na rotina da comunidade.

Houve ainda 18% dos entrevistados que indicaram estratégias diferentes das demais, como identificado nas falas a seguir

[...] nós realizamos o exame preventivo toda quinta-feira, isso facilita o agendamento (E.06).

O fornecimento de transportes para mulheres que moram distantes da UBS é uma das estratégias para aumentar a captação, geralmente ocorre toda quinta-feira (E.05).

Estes optaram por descrever detalhes da rotina da UBS em que trabalham como estratégias utilizadas para captação das mulheres na faixa etária priorizada para a realização do exame preventivo. Paula et al. (2012) salientam que é na assistência básica e especificamente na ESF que se executam as maiores ações de prevenção ao câncer de colo de útero e isso acontece mediante ações adaptadas a realidade de cada unidade. Dessa forma, o tipo de rotina desenvolvido em uma unidade de saúde é um meio para consolidar um determinado processo de produção de ações ou para transformá-lo. Como visto, as ações descritas pelos enfermeiros entrevistados, apesar de pouco mencionadas, são de significativa relevância para o aumento da adesão das mulheres da comunidade as práticas de prevenção, considerando que a utilização delas pode facilitar o acesso as ações preventivas, eliminando barreiras como a distância, a dificuldade de agendamento do exame ou a demora no atendimento.

4.2 Fatores facilitadores e restritivos da assistência na prevenção e controle do câncer de colo de útero na atenção primária

Fatores facilitadores	Fatores restritivos
Auxílio dos ACS's nas visitas (72%)	Medo (81%)
Coleta semanal do exame (63%)	Constrangimento (63%)
Educação em saúde (18%)	Insegurança (54%)

Material de qualidade disponível (9%)	Horário de funcionamento somente diurno das UBS's (18%)
	Preconceito com profissionais do sexo masculino (9%)
	Demora no atendimento e recebimento dos resultados dos exames (36%)

TABELA 2 – Fatores facilitadores e restritivos da assistência na prevenção e controle do câncer de colo de útero na atenção primária, Sobral, 2022.

Fonte: primária.

Quando questionados sobre os fatores que facilitavam a assistência 72% dos entrevistados voltaram a citar o auxílio dos ACS nas visitas domiciliares.

> [...] ajuda dos ACS que estão sempre buscando as mulheres que são mais resistentes. (E.10)

> [...] facilitadores: busca ativa dos ACS. (E.07)

> [...] o auxílio dos agentes de saúde que captam as pacientes que estão há muito tempo sem fazer o preventivo. (E.01)

Outro ponto citado nos discursos foi a coleta semanal do exame, sobre a qual 63% dos entrevistados relataram que é rotina das UBS da cidade realizar o exame toda quinta-feira.

> Fator facilitador: a coleta do exame acontece toda quinta-feira (E.08).

> Coleta semanal do exame nas quintas-feiras para facilitar o acesso e agendamento. (E.11)

> Temos um dia da semana reservado exclusivamente para a coleta do citopatológico (quinta-feira). Apesar do exame poder ser feito todo dia, deixamos a quinta reservada para facilitar os agendamentos. (E.03)

Ainda sobre os fatores facilitadores da assistência na prevenção e controle do câncer de colo uterino na atenção primária, convêm trazer a utilização de ações de educação em saúde, que foi mencionada por 18% dos participantes.

> Como fator facilitador vou começar citando a educação em saúde, ela faz muita diferença, mas é preciso mais recursos para aprimorar as ações. (E.07).

> Facilitador: práticas de educação em saúde voltadas a prevenção ao câncer de colo de útero. (E.11)

Por fim, ressaltamos um discurso onde um dos participantes apontou a presença de material de qualidade disponível como fator facilitador.

Fator facilitador: material de qualidade disponível. (E.10)

A confiabilidade dos resultados do exame papanicolau depende diretamente da utilização de materiais de qualidade, sendo estes imprescindíveis para uma coleta satisfatória. (LIRA NETO, 2000). Para tanto, é imprescindível manter um padrão de qualidade nos materiais utilizados.

Em relação aos fatores restritivos da assistência na prevenção e controle do câncer de colo de útero, verificou-se nos discursos a tríade: constrangimento, medo e insegurança. Destes relatos, 81% dos participantes citaram o medo, 63% o constrangimento e 54% a insegurança como fatores que afastam as mulheres da adesão às práticas de prevenção ao câncer de colo uterino, além de 9% relatar a presença de preconceito com profissionai do gênero masculino, especialmente na coleta do exame papanicolau.

> [...] medo (muitas mulheres relatam não realizar o exame por conta do medo, não só o medo de realizar o exame em si, mas também do resultado). (E.02)

> [...] constrangimento em realizar o exame, principalmente quando o profissional é do sexo masculino. (E.10)

> [...] presença de insegurança em realizar o exame por parte das mulheres (E.03)

Esse cenário nos faz refletir sobre muitos aspectos, dentre eles a importância da ética durante as nossas atuações quando assistimos a algum paciente. De acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (COFEN, 2017) a privacidade do paciente constitui-se em uma obrigação ético legal que deve ser respeitada nas comunicações orais ou escritas. É dever profissional da equipe de enfermagem garantir sua privacidade e o resguardo de sua autonomia, sendo este, o primeiro passo para uma assistência humanizada.

A problemática da demora no atendimento e no recebimento dos resultados dos exames de prevenção ao câncer de colo uterino foi mencionada por 36% dos entrevistados.

> [...] a demora no atendimento e no recebimento dos resultados afasta as mulheres da prevenção (E.01)

> [...] a demora dos resultados do exame preventivo. (E.11)

> [...] ultimamente os resultados estão demorando bastante a chegar, fazendo com que algumas mulheres nem compareçam ao retorno para avalia-los. (E.07)

A demora no atendimento revela uma desconsideração com a fragilidade do usuário, além de prejudicar sua autonomia, resultando em um círculo vicioso, que tem início na fil para obtenção de fichas para agendamento de consulta e quando consegue ultrapassar essa barreira, depara-se com a segunda, que é a espera para chegada dos resultados

(DEGANI, 2002). É de fundamental importância investigar as causas que estão gerando essa demora buscando compreender o que pode ser feito para reverter esse cenário.

Outro problema citado foi o horário de funcionamento das UBS, 18% dos participantes relataram ser esse um importante fator restritivo.

> [...] um fator restritivo é o horário de funcionamento das UBS ser somente diurno, pois coincide com o horário de trabalho de muitas mulheres. (E.04)

> [...] restritivos: ausência de horários alternativos de atendimento para mulheres que não tem disponibilidade de tempo durante o dia. (E.11)

A falta de tempo é frequentemente citada pelas mulheres como causa de não adesão a realização do exame papanicolau, podendo ainda ter relação com a sobrecarga das mulheres com as responsabilidades pelo cuidado da família, influenciando diretamente no acesso da população feminina aos serviços de saúde e contribuindo para que o cuidado da mulher com sua própria saúde fique em segundo plano (LEITÃO, 2011). Desse modo, a flexibilização dos horários de atendimento seria uma alternativa para alcançar as mulheres que não aderem as práticas de em razão da falta de tempo, estimulando-as a superar os obstáculos que as impedem de realizar o exame com a frequência necessária.

Ainda sobre este tópico de discussão, um dos participantes citou o preconceito com profissionais do sexo masculino como fator restritivo

> [...] medo e constrangimento em realizar o Papanicolau com profissional do gênero masculino, chegando ao ponto de desistir na sala de espera (E.04).

Na relação entre gênero e enfermagem, é notório destacar que, culturalmente, devido ao cuidado ter sido associado a mulher, a enfermagem sempre esteve ligada ao gênero feminino. (ALMEIDA et al, 2016). No entanto, esse preconceito deve ser trabalhado com empenho e seriedade para que esses tabus sejam eliminados, conscientizando as mulheres sobre a importância da realização do exame, independente do gênero do profissional que irá acompanhá-la

4.3 Estratégias de aprimoramento da qualidade dos serviços prestados a mulher visando a prevenção e detecção precoce do câncer de colo do útero

O último questionamento utilizado no instrumento de pesquisa foi acerca do que poderia ser feito, na percepção dos enfermeiros entrevistados, para melhorar a qualidade dos serviços prestados a mulher visando a prevenção e detecção precoce do câncer de colo do útero.

Uma sugestão recorrente feita pelos entrevistados foi aumentar as estratégias de educação em saúde, sendo citado por 63% dos enfermeiros.

> [...] é preciso aumentar a educação em saúde, utilizando-a como ferramenta para conscientizar o público desejado sobre a importância da prevenção e detecção precoce do câncer de colo uterino. (E.05)

> seria interessante investir mais em estratégias de educação em saúde, nós já

> realizamos algumas ações mas é preciso melhorar. (E.01)

> Poderíamos utilizar estratégias de educação em saúde voltadas para a temática do câncer de colo uterino com maior frequência. (E.11)

Quando relacionamos a prática de educação e saúde sempre nos deparamos com o trabalho do profissional da enfermagem, pois é aquele que acompanha todo desenvolvimento funcional e, das mudanças ocorrentes no cotidiano das pessoas, tendo assim maior possibilidade de desenvolver trabalhos para educar os cidadãos de forma mais eficiente sobre as causas e prevenções de doenças. (SANTOS; MAECÊDO; LEITE, 2010).

Existe uma notória necessidade de aumentar o uso da educação em saúde na rotina das UBS investigadas, o interesse por parte dos entrevistados em aprimorar a utilização dessa estratégia pode facilitar a implementação de novas medidas dentro dessa perspectiva.

O aceleramento no recebimento dos resultados do exame citopatológico voltou a ser citado, dessa vez por 18% dos participantes.

> [...] as mulheres reclamam muito da demora, precisamos resolver isso, mas não depende só de nós. (E.03)

> [...] um ponto interessante seria acelerar a entrega dos resultados dos exames, muitas mulheres desistem por conta dessa demora. (E.05)

Uma organização estrutural satisfatória aproxima a comunidade das unidades de atendimento, é preciso que todos os setores se relacionem de forma harmônica gerando uma assistência ágil e facilitada (DEGANI, 2002). Diante dos discursos ficou claro a presente insatisfação perante a demora do atendimento e no recebimento de resultados de exames, esse problema pode estar associado a organização estrutural do funcionamento dos serviços de saúde do município. A melhoria desse cenário pode trazer um maior envolvimento das mulheres as práticas de prevenção.

A necessidade de ampliação dos horários de atendimento foi citada por 9% dos participantes quando propuseram discutir os horários de funcionamento da UBS.

> [...] a ampliação da coleta para o período noturno seria uma estratégia interessante, assim poderíamos alcançar as mulheres que não realizam o exame por não terem tempo por trabalharem durante o dia. (E.09)

Conforme discutido anteriormente, sabe-se que a falta de tempo por parte das pacientes é um problema presente na comunidade, resolvendo esse problema certamente seria possível aumentar a abrangência das práticas de prevenção em saúde relacionadas ao câncer de colo de útero.

Identificou-se ainda a sugestão de melhorar a estrutura física, ideia proposta por um dos participantes (9%).

> [...] melhorar a estrutura física ampliando as salas onde são realizadas a coleta, objetivando proporcionar maior conforto as pacientes (E.08)

Reportando o pensamento da política de humanização do Ministério da Saúde, deve-se lembrar que para que o cuidado prestado aos pacientes seja adequado é necessário que haja um ambiente satisfatório, recursos e condições dignas de trabalho para que os profissionais de enfermagem desenvolvam suas atividades laborais adequadamente (SILVA; MELO, 2006). Devemos considerar que inadequações na estrutura física implicam diretamente na qualidade dos serviços prestados, podendo afetar tanto o processo de trabalho do profissional quanto o conforto e segurança dos pacientes. Assim sendo, esforços devem ser direcionados para reverter esse cenário.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa alcançou seus objetivos uma vez que possibilitou a avaliação das práticas do enfermeiro na prevenção ao câncer de colo de útero na Atenção Primária. No que concerne à análise dos métodos utilizados pelos enfermeiros para captação das mulheres para a realização do exame preventivo é notório a vasta utilização das visitas domiciliares, principalmente as realizadas pelos ACS, como estratégia. Além disso, observou-se ainda a utilização de ações de educação em saúde, no entanto, com ressalvas sobre a necessidade de aumentar a frequência da sua utilização.

Particularidades da rotina das UBS como dia fixo para realização do exame e fornecimento de transporte para as áreas mais distantes também foram citadas. Por outro lado, a análise da percepção dos participantes acerca dos fatores restritivos, grande parte dos participantes citaram o medo, constrangimento e insegurança por parte das mulheres como fator limitante.

Contudo, conclui-se que é necessário, além das medidas educativas, compreender mais profundamente as necessidades de cada realidade para que as barreiras associadas a participação das mulheres nas ações de controle e prevenção ao câncer de colo uterino sejam minimizadas. É de fundamental importância a efetivação de ações que visem a melhoria do atendimento, diminuição dos fatores restritivos e oferecimento do exame Papanicolau a todas as usuárias. As informações colhidas poderão subsidiar a análise e o planejamento das futuras ações prestadas a mulher dentro dessa perspectiva de cuidado e prevenção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. et al. Estereótipos sexistas na enfermagem portuguesa: Um estudo histórico no período de 1935 a 1974. **Escola Anna Nery,** v. 20, n. 2, abr-jun 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/1414-8145-ean-20-02-0228.pdf> Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Câncer do colo do útero.** Disponível em: https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero/. Acesso em: 26 nov. 2021.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução n. 564/2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Acesso em: 17 jun. 2022. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>

DAMACENA, A.; LUZ, L.; MATTOS, I. Rastreamento do câncer do colo do útero em Teresina, Piauí: estudo avaliativo dos dados do Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero. 2006-2013. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília: v. 26, n. 1, p. 71-80, mar. 2018.

DEGANI, V. C. **A resolutividade dos problemas de saúde: opinião de usuários em uma Unidade Básica de Saúde**. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FERNANDES, N. **Enfermagem e Saúde da Mulher**, São Paulo, Manole, 2007.

LEITÃO, G.C.M. Reflexões sobre gerenciamento. **Texto e contexto enfermagem**, UFSC, v. 10, n. 53, p. 104-115, 2011.

LINARD, A. G.; SILVA, F. A. D. S.; SILVA, R. M. Mulheres submetidas a tratamento para câncer de colo uterino - percepção de como enfrentam a realidade. **Revista Brasileira de Cancerologia**. v.48, n.4, p: 493-498, 2002.

LIRA NETO, J. B. **Atlas de Citopatologia e Histologia do Colo Uterino.** 1. ed. São Paulo: Medsi, 2000.

MINAYO, M. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016

PAULA, A. F.; FIGUEIREDO, E. S.; AMARAL, M. A.; GUEDES, C. A enfermagem na prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama no Ambulatório Carlos Chagas (ACC)/UFMG: uma proposta de trabalho. Nursing, São Paulo, v. 5, n. 45, p. 30-34, 2012.

PINHO, A. A.; FRANCA-JUNIOR, I. Prevenção do câncer de colo do útero: um modelo teórico para analisar o acesso e a utilização do teste de Papanicolaou. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant**., Recife, v. 3, n. 1, mar. 2003.

SANTOS, M. S.; MACÊDO, A. P. N.; LEITE, M. A. G. Percepção de usuárias de uma unidade de saúde da família acerca da prevenção do câncer do colo do útero. **Rev. APS**, v. 13, n. 3, p. 310-19, 2010.

SILVA, J. L. L.; MELO, E. C. P. Estresse e implicações para o trabalhador de enfermagem. I. Informe-se em promoção da saúde. v. 2, n. 2, p. 16-8, 2006.

VALE, D. B. A. P. do; MORAIS, S. S.; PIMENTA, A. L.; ZEFERINO, L. C. Avaliação do rastreamento do câncer do colo do útero na Estratégia Saúde da Família no Município de Amparo, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 383-90, fev. 2010.

RESOLUÇÃO, PROPOSIÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PROBLEMAS: UM OLHAR METODOLÓGICO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

Data de aceite: 01/01/2023

Michele Christiane Alves de Brito
Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Psicopedagogia, e em Orientação e Supervisão Educacional, pela Faculdade Integrada de Patos. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3917049318045749
Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil

RESUMO: O contexto social tem sido historicamente caracterizado pela desigualdade de gênero, a qual se encontra presente, inclusive, no âmbito da Matemática, no que se refere ao acesso e oportunização da aprendizagem e desenvolvimento da profissionalização feminina nesta área. Tal realidade nos sugere reflexõe acerca da necessidade de um ensino em matemática que seja equitativo, considerando as implicações que tal desigualdade tem ocasionado na situação desigual da mulher no âmbito social e científico. Desta forma, objetivamos nesse estudo, identificar na Resolução, Proposição e Exploração de problemas uma perspectiva metodológica comprometida com a justiça social, e, portanto, capaz de promover a equidade de gênero, a partir de processos de ensino norteados pela investigação e reflexão, conferindo oportunidades iguais de aprendizagem. Para tal, realizamos uma pesquisa bibliográfica, baseada principalmente em autores e pesquisadores internacionais da área de Resolução de Problemas e justiça social em matemática, como Ernest, Kilpatrick, Schroeder, Jurdak, Gutstein entre outros, com o intuito de nos subsidiar teoricamente.
PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Equidade. Resolução de Problemas. Investigação.

ABSTRACT: The social context has historically been characterized by gender inequality, which is even present in the field of Mathematics, with regard to access and opportunities for learning and development of female professionalization in this area. This reality suggests reflections on the need for an equitable teaching in mathematics, considering the implications that such inequality has had on the unequal situation of women in the social and scientific spheres.

Thus, in this study, we aim to identify in the Resolution, Proposition and Exploration of problems a methodological perspective committed to social justice, and, therefore, capable of promoting gender equity, from teaching processes guided by investigation and reflection, giving equal learning opportunities. To this end, we carried out a bibliographic research, based mainly on international authors and researchers in the area of Problem Solving and Social Justice in Mathematics, such as Ernest, Kilpatrick, Schroeder, Jurdak, Gutstein, among others, in order to support us theoretically.
KEYWORDS: Gender. Equity. Problem Solving. Investigation.

1 I INTRODUÇÃO

A matemática tem sido uma área do conhecimento percebida, principalmente a nível dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como uma disciplina complexa e de difícil compreensão, com a qual alguns alunos e alunas afirmam ter pouca identificação ou aversão; realidade legitimada por estereótipos sexistas circundantes que disseminam ser necessário ter o dom para melhor compreender esta disciplina, o que ocasiona exclusão e silenciamento que excedem os entraves no processo de ensino e aprendizagem, corroborando para a produção de desigualdades sociais entre homens e mulheres, sobretudo, quanto aos encaminhamentos profissionais

Convictos portanto, da necessidade de um olhar atento às desigualdades produzidas pela relação das alunas e alunos com a matemática, nos inquietamos por pesquisar estratégias metodológicas que se configurem enquanto ações afirmativas em relação a equidade de gênero na referida disciplina, capazes de oportunizar situações igualitárias de aprendizagem em sala de aula, rompendo com as práticas de memorização e aprendizagem mecânica de fórmulas e procedimentos, que embora representem caminhos direcionados às resoluções, nem sempre trazem significados reais e funcionais para os educandos, o que dificulta ou inviabiliza a compreensão de conceitos dessa á ea do conhecimento.

Nesse sentido, objetivamos nesse estudo, identificar na abordagem metodológica Resolução, proposição e exploração de problemas a oportunidade de potencialização da aprendizagem e da igualdade de gênero em matemática, considerando constituir-se em uma perspectiva de ensino que prioriza os processos reflexivos e investigativos, nos quais alunas e alunos vão ampliando sua compreensão em situações problemas que os instigam a novas percepções e proposições de problemas.

Para tal, realizamos uma pesquisa qualitativa, considerando a subjetividade do fenômeno a ser investigado, desenvolvido a partir de um levantamento bibliográfico em estudos teóricos que versam sobre a temática Resolução, Proposição e Exploração de Problemas na ótica dos principais autores da área como Ernest, Gutstein, Kilpatrick, Freitas, Lester, Cai, Schroeder entre outros, a fim de que nos embasem na compreensão acerca de que maneira tal abordagem metodológica poderia promover a equidade de gênero nas práticas de ensino e aprendizagem em matemática.

Acreditamos que pensar estratégias diferenciadas e reflexivas para as práticas

pedagógicas em matemática, especificamente, permite que alunas e alunos tenham suas subjetividades respeitadas, desenvolvendo processos de aprendizagem a partir da investigação em situações problemas vinculados à realidade social na qual estão inseridos, o que traz significado e ampliação da compreensão de conceitos numa perspectiva crítica.

Pretendemos, portanto, instigar não apenas a reflexão acerca de uma estratégia que amplia a capacidade de aprendizagem igualitária de alunas e alunos, rompendo os estereótipos de gênero e as desigualdades nesse campo do conhecimento, mas uma perspectiva de prática pedagógica da matemática comprometida com a justiça social, com as problematizações que surgem a partir da necessidade de grupos culturais.

2 | METODOLOGIA

A perspectiva sob a qual abordamos o estudo acerca de um fenômeno, constitui-se enquanto forma decisiva ao grau de compreensão desejado. Portanto, considerando a subjetividade que permeia às questões de gênero na atual conjuntura social, e suas implicações no âmbito da matemática, e os processo de aprendizagem, optamos por uma abordagem qualitativa dos dados, cujo foco é "aprofundar o mundo dos significados das ações e das relações humanas, o aspecto não perceptivo, não captável em equações, médias e estatísticas." (MINAYO, 1997, apud BRENNAND et al., 2012, p.64)

Desta forma, o processo de produção de dados para subsidiar nosso estudo desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, considerando que "pesquisar no campo bibliográfico é procurar no âmbito dos livros e documentos escritos as informações necessárias para progredir no estudo de um tema de interesse (Carvalho, 2006, p. 100), constituindo-se ,portanto, numa forma de oportunizar ao pesquisador o contato com as informações produzidas a partir de outras pesquisas acerca da temática a ser investigada.

Debruçaremos-nos sobre produções e estudos teóricos acerca de autores referenciados na área a ser investigada, como Kilpatrick, Schroeder, CHROEDER, Bonotto, Ernest, entre outros que nos subsidiem na compreensão da Resolução, Proposição e Exploração de Problemas, enquanto estratégia metodológica em matemática, no sentido do compromisso com a justiça social e, portanto, a equidade de gênero.

3 | A MATEMÁTICA NUMA PERSPECTIVA ABSOLUTISTA: A RACIONALIDADE QUE LEGITIMA A EXCLUSÃO DE GÊNERO

Perceber a matemática enquanto área de conhecimento que exclui, e que se postula enquanto habilidade restrita a poucos indivíduos é limitar-se a um único olhar acerca deste campo, é vislumbrar numa perspectiva teórica, a generalização de saberes e possibilidades, é negar que o âmbito da pesquisa e da investigação possam trazer novas concepções.

Tal percepção está condicionada à perspectiva sob a qual a matemática é percebida, sendo influenciada pelas abordagens filosófica que oportunizam visões diferenciadas da Matemática, as chamadas Filosofias Absolutistas e Filosofias Construtivistas, ambas com pontos em comum, mas divergentes no que se refere à concepção de neutralidade inerente

à Matemática enquanto campo do conhecimento, posicionamento que implica direta ou indiretamente no comprometimento de tais saberes com o cenário sociocultural.

As Teorias Absolutistas trazem uma visão da Matemática enquanto conhecimento que representa a neutralidade e racionalidade, baseado na objetividade e na Teoria Científica, e isenta de valores, considerando que "não há nada de errado com o concreto, informal, subjetivo, particular ou o contexto da descoberta, de acordo com esta visão. É só que não é ciência, e certamente não é matemática (Popper, 1979, apud ERNEST, 2004, p.259)

Portanto, a Filosofia Absolutista não reconhece enquanto legítimo o conhecimento construído na informalidade, a partir da necessidade de grupos culturais, com o intuito de solucionarem problemas de seu cotidiano, mas uma perspectiva de universalização do saber, que rejeita outras representações e consequentemente coloca a Matemática num patamar elitizado, o qual atende a uma minoria que perfaz o âmbito acadêmico e científico, onde "levam vantagem, os machos sobre as fêmeas, os brancos sobre os negros e as classes médias sobre as classes mais baixas, em termos de sucesso acadêmico e desempenho na escola matemática." (ERNEST,2004, p.260)

Essa concepção absolutista, ao ser incorporada ao currículo educacional produz silenciamento e exclusão de gênero, visto que " a matemática é uma "porta de entrada" para muitas áreas de estudos posteriores"(Sells,1973, 1976 apud ERNEST, 2004p.274), ocasionando uma reduzida representação feminina em carreiras profissionais que envolvam as áreas STEM(Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) restringindo, assim, oportunidades educacionais e profissionais e privando as pesquisas científicas do olhar diferenciado das mulheres, aspectos que corroboram com as desigualdades sociais.

Segundo Ernest (2004) essa perspectiva neutra da matemática, acarreta danos ainda maiores, implantando o sexismo institucional e social, num processo cíclico de desigualdade e exclusão feminina evidenciado no esquema abaixo:

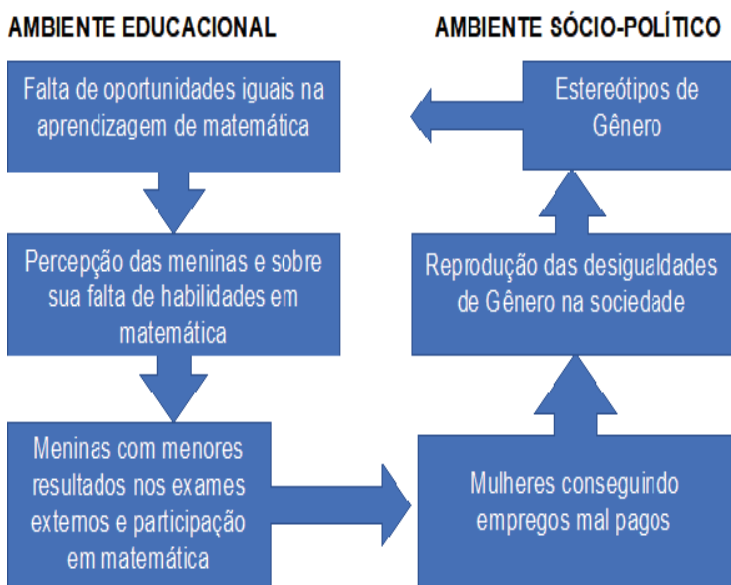



Figura1: O Ciclo Reprodutivo da Desigualdade de Gênero em Educação Matemática

Fonte: ERNEST,2004, p.276.

O ciclo reprodutivo de exclusão das mulheres na Educação Matemática, sugerido por Ernest(2004) não se constitui enquanto um discurso de verdade, mas uma forma de evidenciar que a desigualdade de gênero em matemática, é produto não apenas do ambiente educacional, em ações como a diferença de oportunidades de aprendizagem em matemática para meninas e mulheres, mas produz consequências no contexto sociopolítico, no qual à medida que estas apresentam baixo desempenho em matemática, poderão ocupar cargos com menores remuneraç**ões**, reproduzindo sequencialmente a desigualdade de gênero na sociedade, corroborando com os estereótipos de gênero que trazem em si os discursos de que as mulheres são menos capazes que os homens.

Cientes, portanto, da dimensão de tal problemática no contexto educacional e social, percebe-se a necessidade de medidas afirmativas diversas com o intuito de sanar cada ponto do ciclo que determina a exclusão feminina dessa área do conhecimento, cujo compromisso compete a todo o corpo social e não apenas **à**s mulheres, na luta pela equidade de gênero.

Nesse sentido, a Filosofia Construtivista, enquanto concepção da Matemática vinculada às atividades dos sujeitos e seus diversos contextos sociais e culturais, que surgem da necessidade de resolução de problemas cotidianos, e que está interelacionada a outros campos do conhecimento, e vinculada aos valores culturais, pressupõe que “como parte da cultura de uma sociedade, a matemática contribui para seus objetivos gerais [...] para ajudar as pessoas a entender a vida e o mundo, e fornecer ferramentas para lidar com

toda a gama de experiências humanas.”(ERNEST, 2004, p.263)

4 | RESOLUÇÃO, PROPOSIÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PROBLEMAS: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DE APRENDIZAGEM CRÍTICA E INVESTIGATIVA NA MATEMÁTICA

Algumas metodologias de ensino da matemática incorporam situações do cotidiano dos alunos e alunas em suas problematizações, enquanto forma de potencializar a compreensão e a aprendizagem, mas permanecem descontextualizados, pois “a maioria dos exemplos de aplicações da “vida real” estão menos preocupados com a cidadania e justiça social e mais preocupados em aumentar o domínio das habilidades matemáticas ao mesmo tempo em que abordam o aluno em termos de lucro e consumismo”. (FREITAS, 2008, p.80)

Observa-se que embora os problemas matemáticos tragam em suas nuances aspectos do cotidiano, estão restritos a uma resolução mecânica, que será parâmetro para problemas semelhantes, numa perspectiva denominada por Paulo Freire de educação bancária, na qual alunas e alunos são passivos, recebem depósitos de informações, fórmulas e estratégias dos professores, que esperam que esses, em seguida, sejam capazes de aplicar o que foi “ensinado” em outras situações. A esse respeito, JURDAK (2016) afirma que est

> conceito de educação bancária nega “ a educação e o conhecimento como processos de investigação e considera o conhecimento um dom concedido por aqueles que se consideram conhecedores daqueles que consideram ignorantes; dessa forma, a educação bancária projeta a ideologia da opressão.” (p.110)

Essa percepção acerca do ensino e construção do conhecimento, em matemática, restringe possibilidades de exploração de múltiplos processos de resoluções nos quais alunas e alunos poderiam refletir a partir da ação e investigação, ampliando a apropriação de saberes e conceitos, ao passo que “As pedagogias de formulação de problemas aumentam a percepção esperançosa dos alunos sobre sua situação em termos de problemas que podem ser resolvidos através da práxis.” (JURDAK, 2016, p.110)

Nesse sentido, a perspectiva da Matemática Crítica, termo inicialmente utilizado por Frankenstein, estabelece certa relação com a filosofi da Educação Crítica de Paulo Freire, tornando essa área do conhecimento um campo essencial na busca por transformações sociais que representem uma emancipação social, contrapondo-se às ideologias dominantes que selecionam e excluem aqueles que não se apropriam dos conceitos padronizados.

Por outro lado, a Matemática crítica, sob a análise de Skovsmose, reconhece sutilezas, as quais refletem a vinculação entre a matemática, os discursos inerentes a esta área do saber e as relações de poder estabelecidas por meio de estereótipos que perfazem esse campo do saber, e naturalmente excluem os indivíduos que não se adequam a tal perspectiva, sinalizando a necessidade da proposição de estratégias metodológicas da matemática sob uma ótica investigativa e crítica.

Portanto, reconhecidas as relações de poder que, sob o olhar da Matemática crítica, norteiam o ensino e aprendizagem dessa área de conhecimento, Skovsmose se embasa no posicionamento de Foucault para estabelecer que “uma relação entre poder e linguagem no sentido de que a realidade assumida descrita pela linguagem científica pode refleti categorias incorporadas na linguagem descritiva, que por si só é uma poderosa ferramenta de formatação.” (JURDAK, 2016, p.111)

Portanto, a linguagem representa um elemento que padroniza, definida pela comunidade científica que implementa conceitos racionais e fixos, que perfazem a matemática tradicional, caracterizada pela formalidade e rigor, que delineiam caminhos pré-definidos de “fazer” matemática, implementando implicitamente a ideia de que é necessário ter habilidades natas para uma melhor compreensão, acarretando exclusão, e elitizando tais conhecimentos, por meio de relações implícitas de poder.

Contudo, frente a esta constatação do papel da linguagem, ainda segundo o autor, a matemática:

> pode ser vista como uma forma de ler o mundo (desenvolver a consciência crítica do mundo em termos de números e figuras); como uma forma de agir, através da qual se tenta apreender aspectos sociais, políticos, culturais, e características econômicas do mundo da vida de uma pessoa; e também como forma de escrever o mundo, ou seja, como a forma ativa de mudar este mundo através da matemática. (p.112)

Convictos, portanto, de que a matemática é um campo do saber capaz de abordar as dimensões políticas, sociais e culturais que perfazem o contexto social em suas problematizações, é que percebemos na abordagem metodológica da Resolução, proposição e exploração de problemas um elemento norteador para este fim, permitindo uma compreensão da matemática a partir de processos investigativos capazes de potencializar a aprendizagem de uma forma crítica.

Aspecto este, pouco explorado no contexto educacional, visto que os problemas matemáticos, embora presentes no currículo da disciplina, desde a antiguidade, constituiam-se numa perspectiva diferente, estruturado enquanto problemas tradicionais de palavras, onde estas eram “pistas” que direcionariam o caminho para a resolução centrada nas regras operacionais, a partir de um mapeamento entre a estrutura do problema e a expressão matemática, que serviria de modelo para a resolução de problemas semelhantes.

Desta forma, o conceito de Problema ao qual nos embasaremos enquanto perspectiva crítica e emancipatória no processo de ensino e aprendizagem em matemática, consiste em “uma situação na qual um indivíduo ou um grupo é chamado a realizar uma tarefa para a qual não há algoritmo que determina completamente o método de solução.” (Lester, 1980, apud KILPATRICK, 2016, p. 284), ou seja, o problema constitui-se enquanto situação que não deve ser algo rotineiro, mas que requeira um processo investigativo e reflexões críticas acerca de diversos conceitos matemáticos em busca da Resolução.

Nesse sentido, Kilpatrick (1987) aponta que embora houvessem os problemas matématicos, a concepção de proposição de problemas, numa perpesctiva de investigação autêntica, que transpõe os problemas de palavras, constituindo um processo no qual os

alunos a partir das experiências constróem interpretações pessoais de situações concretas e propõem problemas matemáticos significativos, teve pouca representatividade na instrução matemática e em seu currículo.

Normalmente, alunas e alunos são condicionados a resolverem problemas propostos por professores ou Livros didáticos, em tarefas que se resumem a encontrar soluções, muitas vezes condicionadas a fórmulas e estratégias pré-determinadas, sem a possibilidade de proporem problemas, ou refletirem sobre eles, numa concepção de Resolução e Proposição de problemas dispostos no currículo enquanto conteúdo que supostamente potencializaria a aprendizagem e não enquanto abordagem pedagógica em matemática.

Reconhecido o potencial da proposição de problemas, autores como Leung (1996) e English (1998) evidenciam o quão fundamental é a inclusão dessa estratégia nas aulas de matemática, ocasionando a melhoria no desempenho dos alunos, das habilidades de resolução de problemas, atitudes e confiança, com ampliação da compreensão dos conceitos pertinentes a essa àrea de conhecimento.

Diante disto, muitas pesquisas têm sido realizadas acerca da abordagem metodológica da Resolução e proposição de problemas e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem de Matemática, havendo consenso entre os pesquisadores, que esta deve estar presente em sala de aula, em todos os níveis de ensino, contudo, sob uma perspectiva diferenciada, com a transformação de “nossas visões de resolução de problemas como um tópico que é adicionado à instrução após os conceitos e habilidades terem sido ensinados [...] e tornar a resolução de problemas uma parte integral do aprendizado da matemática.”(LESTER & CAI, 2016,p.76), numa concepção na qual a “Resolução de problemas é uma estratégia pedagógica que propõe ao aluno enfrentar situações novas bem como desenvolvê-lo na busca de recursos e procedimentos próprios para resolvê-las.”(MEDONÇA, 1993, p.259).

Contudo, autores como Schoeder evidenciam 3 abordagens acerca da forma como é abordada a Resolução de Problemas, e como esta determina a apropriação criativa e investigativa dos conceitos matemáticos:

A primeira abordagem consiste no Ensino sobre a Resolução de Problemas,um modelo similar ao proposto por Pólya, cujo processo aconteceria em 4 fases, que se constituem interdependentes e sequenciais, onde o aluno deverá entender o problema, elaborar um plano de resolução, realizar esse plano e por último realizar uma retrospectiva do problema, o que o permitirá solucionar outros de forma semelhante. Nessa concepção, o professor terá a função de ensinar as estratégias para que possam transpor cada etapa ruma à resolução.

Numa segunda abordagem, o Ensino para resolver problemas, considerada a mais comum em sala de aula, o professor concentra sua prática na instrução de métodos que possam “capacitar” os alunos a aplicarem tais aprendizagens dos conceitos matemáticos em outros problemas de estruturas semelhantes.

E a terceira abordagem, consiste no Ensino via Resolução de Problemas, na qual os

problemas não se restringem à aprendizagem de técnicas em matemática, mas constituem-se enquanto instrumento através do qual os conceitos e procedimentos são desenvolvidos a partir dos problemas, em processos investigativos em direção à resolução, baseados em ações de reflexão e criatividade. Portanto

> desenvolver a capacidade dos alunos para resolver problemas não é uma tarefa isolada, ato instrucional ou um tópico que é abordado separadamente do restante do currículo de matemática. Em vez disso, é parte integrante do aprendizado da matemática em todas as áreas de conteúdo. Aprendizagem de conteúdo matemático e desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas não podem ser separadas umas das outras; a resolução de problemas deve ser infundidada em todos os aspectos da aprendizagem matemática.(LESTER & CAI, 2016,p.77)

No Ensino via Resolução de problemas, o processo investigativo permite aos alunos e alunas ampliarem suas possibilidades críticas de compreensão da matemática e seus conceitos, diante das múltiplas possibilidades rumo à Resolução, e novas proposições à questão inicial, permitindo maneiras subjetivas de pensar uma situação problema, e consequentemente, sendo estimulados à "questionar , experimentar , estimar , explorar e sugerir demonstrações, pois Resolução de problema, que é essencialmente uma atividade criativa, não pode ser construída exclusivamente sobre rotinas, fórmulas e receitas."(MENDONÇA,1993, p.264)

Diante dessa constatação, alguns pesquisadores no âmbito da Educação Matemática se dedicam por mais de uma década à Resolução de Problemas, concluindo que "desenvolver a capacidade de propor problemas matemáticos é pelo menos tão importante, educacionalmente, quanto desenvolver a capacidade de resolvê-los" (Stoyanova & Ellerton, 1996, apud BONOTTO & SANTO, 2015), visto que a ação de propor problemas, permite ao aluno que está envolvido na busca pela resolução da situação proposta inicialmente, uma reflexão ampliada e crítica que o conduz a perceber novas situações problemas, assim como novos conceitos e processos investigativos.

Evidenciamos, contudo, que na literatura o termo proposição de problemas pode ser expresso enquanto formulação de problemas, descoberta de problemas, problematização, entre outros, contudo, em nosso estudo a definiremos sob o olhar de Stoyanova & Ellerton (1996), a qual consiste num processo que baseado na experiência em matemática, os alunos têm a oportunidade de construírem suas interpretações pessoais a partir de situações concretas, e a partir destas, proporem novos problemas.

Portanto, no contexto da Resolução de Problemas, a proposição de problemas enquanto estratégia sugere um processo investigativo, que segundo Kilpatrick (2016) deve representar ao mesmo tempo o objetivo e o meio de ensino de Matemática, despertando o interesse, a curiosidade, e o aluno motivado no sentido da resolução, a partir dos conhecimentos que possui ou novos, em descobertas e posicionamentos críticos a respeito dos problemas que, além de tudo, trazem a realidade cotidiana na qual estão inseridos.

Essa oportunização de lidar com o problema de forma real, de manipular situações e investigar, garante uma maior compreensão dos conceitos e habilidades matemáticas,

estimulando a criatividade e permitindo que os alunos possam utilizar tais conhecimentos construídos, em outras situações.

5 I RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E JUSTIÇA SOCIAL: UMA POSSIBILIDADE DE EQUIDADE DE GÊNERO

A alfabetização matemática tem sido desenvolvida numa perspectiva funcional, adequada aos propósitos sociais e relações de poder que os determinam, por meio de "competências que não engendram a busca sistemática pelas raízes da injustiça, mas deixam desigualdades estruturais não examinadas que perpetuam a opressão" (GUTSTEIN,2006, p.6) algo que transcende a estrutura curricular, e constitui-se na forma como se apresenta a matemática em sala de aula e sua vinculação ao cenário social.

Em contrapartida, a alfabetização matemática crítica "inclui adquirir ou construir conhecimento de conceitos, ideias, habilidades e fatos", também é declaradamente político – ajudar as pessoas a reconhecerem os aspectos opressivos da sociedade (Macedo, 1994, apud Gutstein, p.6) numa construção de saberes que se comprometem com a justiça social, as desigualdades e exclusões, como a de gênero.

Considerando o potencial investigativo do ensino via Resolução, Proposição e Exploração de problemas, percebemos nessa abordagem uma possibilidade de promoção da equidade de gênero nas aulas de matemática, visto que:

> Nessa direção, usar o contexto dos Direitos Humanos, nas aulas de matemática, no sentido de problematizar situações e refletir sobre elas, é uma possibilidade de promover nos estudantes o exercício de sua cidadania crítica para que eles possam fazer a diferença na sociedade. (GIROUX, 1989, apud VIEIRA & MOREIRA, 2018, p.556)

Perspectiva que se adequa à abordagem do ensino via Resolução e Proposição de Problemas, cuja base é o processo investigativo, pois como afirma Kilpatrick (2016) "Se a abordagem investigativa for aplicada de modo a permitir ao aluno propor problemas e questões para investigação de forma relativamente livre, torna-se empoderador e emancipatório" (p.287).

O ensino baseado numa educação matemática crítica, norteado pela abordagem da Resolução e Proposição de Problemas fundamentados em ações investigativas e reflexivas num sentido emancipatório compromete-se com temáticas de cunho também emancipatório sob a vinculação aos Direitos humanos, como questões étnico-raciais, identidade de gênero entre outras, com o intuito de colocar os conceitos matemáticos a serviço da justiça social.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico nos permitiu uma reflexão ampliada acerca da perspectiva filosófi em matemática que concatenada à abordagem da Resolução, Proposição e Exploração de Problemas oportunizam um compromisso desse campo do conhecimento com os Direitos

Humanos e justiça social, potencializando o desenvolvimento da aprendizagem de alunas e alunos sob um prisma da formação crítica e cidadã.

A concepção filosófic da matemática numa perspectiva Construtivista Social oportuniza a inclusão de grupos multiculturais à medida que reconhece suas formas subjetivas de construção de saberes matemáticos a partir da busca pela resolução em problematizações provenientes de suas necessidades cotidianas, no reconhecimento do compromisso deste campo do conhecimento com a justiça social.

Nesse sentido, a abordagem metodológica Resolução, Proposição e Exploração de Problemas constituem-se enquanto elemento potencializador do processo de aprendizagem em matemática, à medida que rompe com as práticas mecânicas e descontextualizadas, na qual alunas e alunos apenas reproduzem fórmulas e procedimentos em prol da obtenção de respostas aos problemas propostos, e oportuniza um ambiente educativo baseado na investigação a partir de uma situação proposta, a qual poderá incitar novas indagações e portanto, proposições por parte dos educandos, que ampliam sua compreensão acerca dos conceitos matemáticos, numa participação ativa.

À medida que alunas e alunos são desafiados a buscarem a resolução ao problema proposto, dispõem de múltiplas possibilidades no processo investigativo, cujas reflexões a partir da situação inicial geram outras indagações, e, portanto, os incitam à proposição de seus próprios problemas, num cenário de exploração que permite olhares diferenciados por parte dos educandos, incluindo aqueles que não encontram espaço para o seu pensar subjetivo, muitas vezes rotulado de ineficiente

O ensino via Resolução de Problemas transcende os processos e "envolve uma mudança de poder com o professor abrindo mão do controle sobre as respostas, sobre os métodos aplicados pelos alunos e sobre a escolha do conteúdo da lição." (KILPATRICK, p.286) oportunizando uma formação crítica na qual o aluno torna-se sujeito da construção de seus conhecimentos, numa posição mais autônoma que o permite desenvolver processos investigativos com múltiplos direcionamentos, rumo à Resolução de problemas, os quais no percurso podem originar novas proposições

Desta forma, a estratégia de Resolução de Problemas promove processos emancipatórios em ações investigativas, que abrangem dimensões sociais e políticas em situações que são consideradas relevantes e "parcialmente baseado em materiais autênticos, como jornais, estatísticas oficiais e problemas[...] é um meio para desenvolver as habilidades de cidadania e engajamento social entre os alunos". (KILPATRICK,2016, p.289)

O autor afirma ainda, que um currículo relevante de acordo com essa perspectiva, é aquele que permite que os alunos se envolvam matematicamente com seu contexto social, de forma empoderadora. Trata-se de uma pedagogia da Proposição de problemas, a qual capacita os alunos a desenvolver habilidades amplas, envolver-se com questões sociais e tornar-se cidadãos criticamente conscientes, a partir de uma concepção da matemática que esteja comprometida com a justiça social, oportunizando um ensino anti-sexista, por se propor a capacitar uma totalidade, na desconstrução de mecanismos de exclusão e na

promoção da equidade de gênero.

Portanto, o ensino via Resolução, Proposição e Exploração de Problemas, constitui-se enquanto abordagem inclusiva, capaz de promover a equidade de gênero em matemática, considerando o potencial do processo investigativo que o permeia, no sentido de favorecer a aprendizagem igualitária e no sentido da oportunização de múltiplos olhares acerca de uma problematização que adentra às subjetividades sociais e do próprio sujeito na constituição de sua identidade, numa perspectiva de conhecimento dos conceitos matemáticos de forma emancipatória e inclusiva.

REFERÊNCIA

BONOTTO, Cinzia; SANTO, Lisa Dal. **Capítulo 5: On the Relationship Between Problem Posing, Problem Solving, and Creativity in the Primary School.** In: SINGER, Florence, Mihaela; ELLERTON, F. Nerida; CAI, Jinfa. ditors Mathematical Problem Posing From Research to Effective Practice. Springer. 2015.P.134-154.

BRENNAND, Eládio José de Góes. **Metodologia científica na educação à distância**/ Eládio José de Góes Brennand, José Washington de Morais Medeiros, Maria do Amparo Caetano de Figueiredo. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CARVALHO, S. H. **Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas**. 17. Ed. São Paulo: Papirus, 2006.

ERNEST, Paul**. Mathematics, Values and Equal Opportunities. In:** The Philosophy of Mathematics Education. Taylor & Francis e-Library, 2004.

FREITAS, Elizabeth de. **Educação Matemática Crítica: Reconhecendo a Dimensão Ética da Resolução de Problemas.** Jornal eletrônico Internacional de Educação Matemática, vol. 3, nº. 2, julho/2008.

KILPATRICK, Jeremy. **Reformulating: Approaching Mathematical Problem Solving as Inquiry.** In: FELMER, Patricio; PEHKONEN, Erkki; KILPATRICK, Jeremy. Posing and Solving Mathematical Problems Advances and New Perspectives. Springer, 2016.P.73-81

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LESTER, Frank k. Jr. CAI, Jinfa**. Can Mathematical Problem Solving Be Taught? Preliminary Answers from 30 Years of Research ....** In: FELMER, Patricio; PEHKONEN, Erkki; KILPATRICK, Jeremy. Posing and Solving Mathematical Problems Advances and New Perspectives. Springer, 2016.P.73-81

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa.**14ª ed. – São Paulo: Hucitec,2014.

SCHROEDER, T.L., & LESTER, F.K (1989)**. Developing understanding in mathematics via problem solving.** In P.R. Trafton and A.P Shulte (Eds.), New directions for elemetary school Mathematics, 1989. (pp.31-43) Reston, VA: National Council of Teachers of Mathematics.

CAPÍTULO 12

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DE RECURSOS HUMANOS EM UMA ORGANIZAÇÃO PRIVADA DE ENSINO

Data de aceite: 01/01/2023

Sara Sabino Sales
Graduada em Administração pela Faculdade 05 de julho (F5). Link Lattes: https://lattes.cnpq.br/9144115363450471
Faculdade 05 de Julho, Sobral, CE, Brasil

Priscila Portela de Azevedo
Mestranda em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (PPGA/UECE), Especialista em Tutoria em Educação à Distância e Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta - UNINTA, Graduada em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0992373125670802
Faculdade 05 de Julho, Sobral, CE, Brasil

Marília Linhares Sousa
Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Educação Lúcia Dantas (UNIPÓS), Especialista em Administração de Marketing pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Padre Dourado. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9217427082945752
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, CE, Brasil

Amaury Floriano Portugal Neto
Doutorando em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Especialista em Marketing de Serviços pela FIA/SP. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/8345300833382028
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, CE, Brasil

Aminadab Pereira Silva
Graduado em Direito pelo Centro Universitário Inta – Uninta, Pós-graduando em Advocacia Cível na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9446424527632802.
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral, CE, Brasil

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo geral de compreender como se configura o processo de inclusão no trabalho de pessoas com deficiência em uma instituição de ensino superior privada no

interior do Ceará. E como objetivos específicos o trabalho busca verificar as leis e incentivos que amparam as pessoas com deficiência, analisar a política empresarial de contratação de pessoas com deficiência em nível de gestão e descrever práticas empresariais de inclusão de pessoas com defici ncia. Quanto à metodologia, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com estudo realizado em uma instituição privada de ensino superior. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com uma gestora de Recursos Humanos da instituição. A entrevista foi gravada e transcrita para posterior análise. Para análise, foi utilizada a técnica de análise e interpretação dos núcleos de sentido (ANS) conforme Mendes (2007). Como discussão e resultados, destaca-se que a empresa estudada demonstra estar à frente de outras instituições no interior no que se refere ao processo de inserção da pessoa com deficiência no trabalho. A empresa adequou toda a estrutura, introduziu uma política organizacional para flexibilizar práticas e técnicas administrativas, tanto para receber funcionários como alunos que possuem deficiência, salientando que a empresa dispõe de uma gestão humanizada e igualitária.
PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Recursos Humanos. Inclusão no Trabalho.

THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES: A STUDY ON THE PRACTICE OF HUMAN RESOURCES IN A PRIVATE EDUCATION ORGANIZATION

ABSTRACT: The present study was developed with the general objective of understanding how the process of inclusion in the work of people with disabilities is configured in a private higher education institution in the interior of Ceará. And as specific objectives, the work seeks to verify the laws and incentives that support people with disabilities, analyze the business policy for hiring people with disabilities at the management level and describe business practices for the inclusion of people with disabilities. As for the methodology, a descriptive research with a qualitative approach was developed, with a study carried out in a private institution of higher education. Data were collected through a semi-structured interview with a Human Resources manager at the institution. The interview was recorded and transcribed for further analysis. For analysis, the technique of analysis and interpretation of meaning cores (ANS) according to Mendes (2007) was used. As a discussion and results, it is highlighted that the company studied demonstrates to be ahead of other institutions in the countryside with regard to the process of insertion of people with disabilities at work. The company adapted the entire structure, introduced an organizational policy to make administrative practices and techniques more flexible, both to receive employees and students with disabilities, emphasizing that the company has a humanized and egalitarian management.
KEYWORDS: People with disabilities. Human Resources. Inclusion at Work.

1 I INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência enfrentam diversos tipos de dificuldade desde a constituição da sociedade, quer sejam físicos ou morais. No Brasil, só com a aprovação

da Constituição Federal, em 1988, houve a efetivação legal dos direitos reservados a pessoa com deficiência que preveem direitos como: educação especial, saúde, direito ao trabalho, assistência social, direito a eliminação de barreiras arquitetônicas, lazer, ao transporte e outros definidos na constituição. A deficiência é vista pela sociedade como um problema individual da pessoa, sendo rotulados de incapazes de enfrentar a dinâmica social (MADRUGA, 2017).

O trabalho atua como ferramenta de reflexão e de transformação, com o intuito de proporcionar dignidade e bem-estar para a realidade dessas pessoas, fortalecendo direitos individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais. A preocupação com a diversidade no campo organizacional aumentado nas academias e organizações, no entanto, é necessário compreender como esse processo está ocorrendo para integração das pessoas no mundo do trabalho (MACCALI et al, 2015).

O Texto Constitucional brasileiro de 1988, artigo 5°, ocupa-se do princípio da igualdade permitindo a lei tratar igualmente os iguais ou desigualmente os desiguais, nesse sentido a lei enfatiza que as desigualdades decorrem das diferenças de aptidões pessoais. Assim, as leis específicas são criadas para proteger e amparar as pessoas que estão inseridas em categorias menos favorecidas, bem como combater a discriminação contra a pessoa com deficiência

Portanto, para garantir a igualdade às pessoas com deficiência e aplicar o princípio da não discriminação, não basta criar leis que venham garantir uma situação isonômica frente às demais pessoas, deve-se também implantar políticas compensatórias capazes de inserir e incluir essas pessoas dentro do contexto social. A inclusão das pessoas com deficiência traz a possibilidade que essa classe venha a ter seus direitos assegurados pela Constituição, além de ser fundamental a inclusão dessas pessoas nas empresas (FIGUEIRA, 2008).

Justifica-se a escolha do tema, devido ao fato de muitas empresas brasileiras ainda reduzirem a importância da inclusão das pessoas com deficiências no mercado de trabalho, não reconhecendo suas habilidades e as necessidades que estes possuem. Quanto a relevância se dá por existirem poucas pesquisas que abordem o tema com foco no planejamento da empresa para elaborar políticas de contratação de pessoas com deficiências

A inclusão de pessoas com deficiência possibilita o acesso ao trabalho, que é um direito garantido pela Constituição, além de proporcionar às empresas a efetivação da responsabilidade social, sendo um dever coletivo. Portanto, a questão norteadora da pesquisa se refere em investigar o seguinte: **Como se configura o processo de inclusão social de pessoas com deficiência em uma instituição privada de ensino do interior do Ceará?**

Deste modo, o objetivo geral desse trabalho é compreender como se efetiva o processo de inclusão no trabalho de pessoas com deficiência em uma instituição de ensino superior privada no interior do Ceará. Para isso, buscou-se também verificar as leis e incentivos que amparam as pessoas com deficiência, analisar a política empresarial

de contratação de pessoas com deficiência em nível da gestão estratégica e descrever práticas empresariais de inclusão de pessoas com deficiência

2 | METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, pois analisa o processo de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho a partir das percepções de gestores e funcionários que ocupam as vagas destinadas à pessoa com deficiência de uma Instituição de Ensino Superior privada do interior do Ceará. Esse tipo de pesquisa busca descrever o comportamento de fenômenos permitindo, por conseguinte, que sejam identificadas informações relevantes acerca do mesmo (COLLIS; H SSEY, 2005).

Nessa ótica, a investigação será realizada, com ênfase em uma abordagem qualitativa dada a subjetividade da proposta, por meio da qual será possível trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes dos sujeitos, PcD's e seus gestores. Nesse aspecto, busca-se compreender como os sujeitos fazem e interpretam suas ações a partir da realidade vivida e partilhada (MINAYO, 2001).

A unidade de análise do estudo será o processo de inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em uma Instituição de Ensino Superior privada, localizada no interior do Ceará, sendo os sujeitos da pesquisa os gestores que estão envolvidos no processo de contratação das pessoas com deficiências

Os dados foram coletados por meio de realização de entrevistas, aplicando-se um questionário semiestruturado com a gestora da empresa, de forma a conhecer sobre o planejamento estratégico, tomada de decisão, acompanhamento e no recrutamento, seleção e contratação de pessoas com deficiência, com o objetivo de conhecer a realidade da empresa no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Para tal, foi utilizada a técnica de Análise dos Núcleos de Sentido (ANS) conforme Mendes (2007).

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A inclusão de pessoas com deficiência no contexto de trabalho

Ainda nos dias atuais milhares de pessoas com algum tipo de deficiência continuam a sofrer discriminação ou são privadas da vida em sociedade. Desde os primórdios, a estrutura das sociedades sempre inabilitou as pessoas com deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem assistência, sem direitos, sempre foram vítimas de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.

A Organização da Nações Unidas criou em 1993 o documento que regulamenta as Normas de Equiparação de Oportunidades para Pessoa com Deficiência. Em sua essência as normas de equiparação abordam que o meio físico, serviços, atividades estejam à disposição de todos, especialmente à pessoa deficiente. Dessa maneira, os termos e as ações relativas ao deficiente devem ter um enfoque à inclusão social, onde a equidade

deve estar à frente como norteador da igualdade.

A inclusão social é definida como a adaptação da sociedade para a inclusão de pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade, buscando aplacar os problemas na sociedade e decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 2007). Nesse contexto, nos deparamos com o desafio de fazer com que a sociedade tenha um novo olhar para os deficientes, para que possam compreender que essas pessoas sejam vistas em sua totalidade, sem fragmentações ou segregações.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015 declara que todas as pessoas com deficiência são e não sofrerão nenhuma espécie de discriminação. É assegurado o direito ao trabalho em várias passagens da Constituição, regulando as normas de contratação e coibindo a discriminação contra a pessoa com deficiência, bem como proibindo a distinção de salários. A Constituição Federal, por meio da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989 também estabelece a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência

É nesse contexto, que a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho se torna essencial para que esse cidadão tenha a oportunidade de desempenhar suas habilidades desfazendo o estigma da sociedade que a pessoa com deficiência é incapaz de atuar no mercado formal do trabalho. Garantindo a estas o exercício pleno de seus direitos, bem como independência financeira, o convívio social, a satisfa ão pessoal e profissional

3.2 Responsabilidade Social Empresarial

O preconceito ainda é um dos grandes obstáculos para a inclusão de pessoas com deficiência, é por isso que o Ministério do Trabalho faz a fiscalização das empresas verificand se as mesmas estão cumpridas com a responsabilidade legal e social, estabelecida na Constituição Federal. E nesse contexto foi criada a Lei de Cotas n° 8.213/91 que trata dos planos e benefícios da Previdência Social, como forma de garantir a reserva de vagas no setor privado, com o objetivo de oportunizar a inserção das pessoas que possuem algum tipo de deficiência ao mercado de trabalho

Vale lembrar que as normas contidas na Lei 8.213, encontram resistência por parte dos empregadores, no entanto não resta alternativa a não ser cumprir com a reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência. Ficando a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego a função de estabelecer normas de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como gerar dados estatísticos referentes à atuação dessas pessoas no mercado de trabalho formal. A lei também prevê a criminalização do empregador caso ocorra casos de preconceito no âmbito do trabalho (LEI N° 7.853, 1989).

Além da reserva de vagas no setor privado, a pessoa com deficiência também encontra oportunidade de atuação profissional no setor público. A Lei n° 8.112/90, Regime Jurídico dos Servidores Públicos, concede às pessoas com deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência com a garantia de até 20% (vinte por cento) das vagas

oferecida no concurso (LEI 8.112, 1990).

Porém, a legislação ainda enfrenta diversas barreiras em sua aplicação decorrentes da história de preconceitos e dúvidas sobre a capacidade dessas pessoas. A discriminação precisa ser combatida, pois, segundo Souto (2019) há vários pontos positivos na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho como a cidadania, finanças, relações sociais, valorização pessoal, condições que visam ao desenvolvimento cognitivo e emocional favorecidos pelas diversas experiências no cotidiano do trabalho, possibilitando satisfação pessoa e valorização profissional

Melo Neto e Froes (2001) argumentam que as empresas socialmente responsáveis tendem a se destacar pelo seu padrão de comportamento ético-social, demonstrando comprometimento com a comunidade local e com seus funcionários, por meio de ações sociais, cujo principal objetivo não é o marketing, mas o desenvolvimento local. A responsabilidade social está relacionada ao compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, com ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (ASHLEY, 2005).

Desta forma, a responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (stakeholders): empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades (TINOCO, 2001).

No âmbito dessa visão, ser socialmente responsável não significa respeitar e cumprir devidamente as obrigações legais, mas, sim, o fato de as empresas, por meio de seus trabalhadores e de todos os seus interlocutores, irem além de suas obrigações em relação ao seu capital humano, ao meio ambiente e à comunidade (ZANITELLI, 2013). Nesse sentido a RSE não deve ser vista como algo emergencial e tão pouco pontual, mas, sim, como uma perspectiva a longo prazo e de consciência das empresas (FÉLIX, 2007).

Por conseguinte, para que a empresa, diante de seu público interno, seja reconhecida como socialmente responsável, ela deve, como mencionado, adotar posturas éticas, ambientais e sociais. Nesse sentido, internamente, a empresa deve estar atenta e impedir qualquer tipo de discriminação, oferecendo igualdade de oportunidade e concorrência a todos (KREITLON, 2004).

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste subitem, serão apresentados os dados e conclusões da pesquisa, levando-se em consideração as informações obtidas através da entrevista e questionário aplicado no estudo. Procurou-se responder as questões relativas à inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência

O questionário foi aplicado com a gestora do setor de Recursos Humanos, da empresa estudada que na pesquisa será identificada com o nome fictício Elisa, preservação de sua identidade. E a partir da coleta e análise dos dados, os resultados encontrados foram distribuídos em sete seções denominadas: 1) Recrutamento e Seleção da Pessoa com deficiência; 2) Remuneração; 3) Estabilidade e Desligamento e 4) Treinamento e

Qualificação profissiona

4.1 Recrutamento e Seleção da Pessoa com deficiência

Nessa categoria são apresentados quais são os meios adotados para captação de candidatos, os critérios de seleção estabelecidos e os procedimentos executados antes da contratação dos trabalhadores com deficiência

No que se refere ao processo de recrutamento e seleção, a gestora do setor de Recursos Humanos afirmou que a empresa inicia o processo fazendo a descrição do cargo, depois é realizado a avaliação das deficiências que se adequam às exigências da vaga que a empresa irá ofertar. Em seguida, acontece a divulgação que pode ser por divulgação interna ou externa, que acontece através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), órgão responsável pela viabilização de recrutamento e seleção para outras empresas.

A vaga também é divulgada por meio de portais, site da empresa e redes sociais. A seguir, tem-se a etapa da entrevista com os candidatos, seguida pelo contato com o candidato selecionado para posterior contratação. Esse é basicamente o processo de recrutamento e seleção de um candidato com deficiência na empresa do campo de estudo.

Percebe-se que o recrutamento e a seleção dos funcionários com deficiência têm pouca mudança com relação aos demais funcionários sem deficiência da empresa. Isso se reflete na escolaridade do quadro de profissionais com deficiência da empresa, que apresenta em sua composição menos da metade com segundo grau completo.

O fato da contratação de pessoas com deficiência ser vista com restrição por algumas empresas pode cooperar para o fato de que não é colocada a devida atenção para essa categoria. Portanto, pode-se inferir que determinadas empresas contratam somente porque a lei exige, dessa forma, a contratação de pessoas com deficiência é vista como custo. Portanto a empresa deve estar atenta quanto a inclusão de pessoas sem limitação de deficiência (LORENZO, 2017)

Na empresa estudada, os métodos utilizados no processo de recrutamento e seleção da pessoa com deficiência são muito similares ao da pessoa sem deficiência, o que difere é que é realizada uma seleção distinta, ou seja, tem que ser feito uma avaliação da deficiência do candidato, para saber se sua deficiência será adequada a função que ele irá exercer. Quando questionada sobre o que a empresa deve observar na contratação de uma pessoa com deficiência, a gestora afirmo

> Tem que avaliar a qualificação junto com as atividades. As vezes não precisa nem ter experiência, mais tendo conhecimento do que são as atividades a gente tende a contratar. Por exemplo, a gente tentou contratar uma pessoa para o setor de Marketing, que nós estamos precisando agora, e temos um candidato, ele é uma pessoa com deficiência, e ele não deixou claro qual é a deficiência dele, então eu liguei e era um cadeirante, então como é que esse rapaz que mora numa cidade distante, ele mora na serra, como é que esse rapaz vinha todo dia pra cá, então ele mesmo disse que não tinha condições, mas a vaga está aberta, não tem problema ser uma pessoa com deficiência, mas que possa se locomover para chegar em tempo hábil (ELISA).

O que se pode constatar, diante do que foi esclarecido pela gestora no decorrer na entrevista, é que a maior dificuldade no processo de recrutamento e seleção é a falta de escolaridade e formação dessas pessoas com deficiência, para ocupar alguns cargos que exigem um conhecimento mais específico e o mercado local parece possuir um menor número de pessoas com deficiência que procuram se qualificar para o mercado de trabalho. No entanto, as empresas devem dispor no processo de inclusão de treinamento para o cargo a ser ocupado, levando em consideração as suas limitações e capacidades da pessoa que irá ocupa-lo (DE ALMEIDA ESTEVAM et al, 2020).

Nessas circunstâncias, é importante investir em ações que visem qualificar pessoas com deficiência, contribuindo para a escolarização de cursos de nível técnico e superior, que tem uma grande importância, sabendo que o resultado dessa ação é o aumento do número de pessoas qualificadas e preparadas para desempenhar um número cada vez maior de atividades laborais (TANAKA; MANZINI, 2005).

4.2 Remuneração

Com relação à remuneração dos colaboradores com deficiência da Instituição, foi questionado qual a média de salário desses funcionários e se havia diferença em algum aspecto dos demais colaboradores. A entrevistada afirmou que

> Não. Não diferencia, é por função. Nós temos um PCCS aqui na empresa, temos um Plano de Cargo, Carreira e Salário, então vai depender do cargo, mas isso não vai diferenciar por ser uma pessoa com deficiência não. A gente não visualiza dessa forma, é através da necessidade. A gente acabou de contratar uma pessoa lá no setor do EAD, (...) com um salário bom, agradável e não é diferenciado não dos outros funcionários (ELISA).

O que se pode perceber, é que na empresa não existe uma vantagem salarial para os indivíduos que não possuem deficiência. E isso é um fator importante e positivo, pois demonstra que a empresa acredita no potencial do colaborador com deficiência para realizar a função da mesma forma dos demais, pois mesmo possuindo limitações, ele é capaz de alcançar bons resultados e gerar produtividade. Além de que, essa atitude de igualizar os salários é uma forma de não praticar a discriminação para com essas pessoas.

Mas, diferente do que foi evidenciado na fala da gestora, alguns estudos apontam que as coisas não acontecem realmente dessa forma. Primeiro, dependendo do tipo ou do grau de severidade, a deficiência pode reduzir a produtividade do trabalho, ou seja, limitar o número de horas que a pessoa pode trabalhar, determinar o tipo de tarefa que pode executar ou aumentar o número de ausências no trabalho por motivos de saúde. Como consequência, a menor produtividade associada ao grau de severidade da deficiênci poderá reduzir a empregabilidade e o salário dessa população (JONES, 2011).

Quando questionada sobre a oferta de algum tipo de benefício para esses colaboradores com deficiência, foi afirmado pela entrevistada que a empresa oferece benefícios.

> A empresa oferece benefícios sim. Toda a política da empresa que é dado pra uma pessoa sem deficiência, é dado para uma pessoa com deficiência, a empresa não faz essa diferenciação. Os benefícios que são proporcionados aos funcionários são: Plano de saúde, vale alimentação, parcerias com alguns restaurantes, cursos de língua estrangeira, convênios com escolas, farmácia, dentre outros. Todos os benefícios oferecidos contemplam a todos os funcionários (ELISA).

Dessa forma, com base no exposto a empresa concede vários benefícios aos seus funcionários e todos têm direito, quer tenham deficiência ou não. Os objetivos da concessão de benefícios em uma empresa é o de elevar a qualidade de vida dos empregados, reduzir distúrbios e queixas, diminuir a rotatividade de pessoal e o absenteísmo, melhorar o clima organizacional e incrementar a produtividade geral.

4.3 Estabilidade e Desligamento

Durante a entrevista, a gestora foi questionada sobre como funciona a permanência dos colaboradores com deficiência na empresa. E se existe algum tipo de estabilidade para o funcionário com deficiência

> Existe sim essa estabilidade. A estabilidade é dada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e não pela empresa. Então a gente não pode desligar uma pessoa com deficiência sem justa causa, e até podemos, se a gente substituir, se estiver dentro da cota, faz a substituição por outra pessoa que possua deficiência e não podemos demitir sem justa causa (ELISA).

Vale considerar que esse é um fator importante no âmbito do trabalho da pessoa com deficiência. Visando à proteção do mais vulnerável, a Constituição Federal mediante a Lei 8.213/91, no art. 93, prevê que a demissão de pessoa com deficiência contratada pelo sistema de cotas, só pode ocorrer se houver contratação de substituto, também deficiente para o mesmo cargo. Quando questionado à gestora, sobre como se dá o processo de desligamento dos colaboradores que possuem deficiência, e se há alguma diferencia dos demais colaboradores, foi afirmado que

> Existe o cuidado, pois a demissão da pessoa com deficiência contratada pelo sistema de cotas só pode ocorrer se houver a contratação de um substituto, também deficiente, e para o mesmo cargo. E existe sim a diferenciação entre o desligamento de uma pessoa com deficiência e uma pessoa sem nenhuma deficiência. A pessoa sem deficiência pode ser desligada de algumas formas, como, dispensa sem justa causa, dispensa por justa causa, que é causada pelo empregado, término de contrato, dentre outras (ELISA).

Diante disso, é possível reiterar que o desligamento da pessoa com deficiência da empresa em estudo se dá de forma cautelosa, pois existe uma diferença entre desligar um funcionário que possui deficiência dos demais colaboradores. Pois às PCD's são admitidas pelo sistema de cotas, e caso venha a ser desligada seja por justa causa ou sem justa causa, pela lei a empresa é obrigada a contratar um outro profissional que também possua deficiência, ou seja, tem que contratar um substituto para o me mo cargo em questão.

4.4 Treinamento e Qualificação profissional

No que se refere ao treinamento e qualificação profissional, foi questionado a gestora, se a empresa oferece algum tipo de treinamento e capacitação dos funcionários com deficiência. A entrevistada afirmou que os funcionários com deficiência recebem treinamento e são capacitados da mesma forma que os demais funcionários, ao entrar no setor ele passa por treinamento para exercer a sua função. Afirma ainda ser importante que eles recebam esse treinamento, pois estarão alinhados e capacitados para exercer a função que vão desempenhar.

Diante da afirmação acima, é possível inferir que apesar do treinamento na empresa ser igual para todos os funcionários com e sem deficiência, existem dificuldades para as pessoas com certas deficiências. Fica claro que não é possível o treinamento de ambos serem iguais, por que dependendo da deficiência, a pessoa possui certas limitações. Por exemplo, não foi esclarecido durante a entrevista se há a presença de um intérprete de Libras para a comunicação com os funcionários com deficiência auditiva, pois isso se torna um impedimento para o melhor aproveitamento do treinamento (DELGADO; GOULART, 2011).

E quando questionada sobre a empresa considerar o tipo de deficiência para definir a atividade que será desenvolvida pelo colaborador, a gestora do RH afirmou que a empresa não considera a deficiência ao cargo. Mas existe uma exceção para essa regra, pois por exemplo, não tem como contratar uma pessoa cadeirante para exercer o cargo de serviços gerais.

Diante disso, é possível inferir que a empresa não faz a consideração de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, mais deixa claro que existe algumas exceções, como uma pessoa que possui deficiência física e que faz uso de cadeira de rodas, não teria como exercer a função de auxiliar de serviços gerais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, pode-se observar que o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho está sendo construído gradativamente através do processo de conscientização da sociedade e pelas mudanças ocorridas no sistema legislativo brasileiro, ao qual busca integrar as pessoas com deficiências nos espaços de sociabilidade fazendo com que essa categoria exerça seus direitos como cidadãos.

No que diz respeito às ações afirmativas criadas para a inclusão, pode-se concluir que esses atuam no enfrentamento da discriminação, buscando esclarecer para a sociedade que às pessoas com deficiência são possuidoras de capacidade, e que através da inserção dessa categoria no meio social elas podem desenvolver suas habilidades e contribuir com seu trabalho na sociedade.

No entanto, apesar dos avanços na legislação voltados a pessoa com deficiência o caminho ainda é longo para que a inclusão seja efetivada na prática, pois existem muitos desafios, entre os quais podem ser citados: a falta de conhecimento da sociedade sobre

a deficiência, barreiras físicas que impedem o acesso aos serviços, à resistência do empregador na contratação de pessoas com deficiência, a precariedade nos serviços de saúde que dificulta a habilitação e reabilitação dos que precisam desses serviços, dentre outras barreiras que fazem parte do cotidiano das pessoas com deficiência

Sobre o resultado da análise de dados, constatou-se que a pergunta problema e os objetivos foram respondidos, pois a empresa estudada realiza a política de inclusão de funcionários com deficiência de forma planejada e procura garantir sua aplicabilidade. Nas observações realizadas, pode-se constatar que a empresa tem atuado de forma positiva para inserir essa categoria nos postos de trabalho, preocupando-se em proporcionar a acessibilidade e em não fazer distinção entre um funcionário com deficiência dos demais

Conforme estudo no setor de recursos humanos, a remuneração é a mesma para ambos os colaboradores que ocupam o mesmo cargo, o processo de treinamento e qualificação acontece da mesma forma. A empresa é responsável quando se refere ao processo de contratação de funcionários com deficiência, ela os trata de forma igualitária, o respeito é existente no ambiente de trabalho, o que torna o clima da organização propicio a relações sociais de mútua ajuda e amizade.

Pode-se inferir também que a empresa está à frente de outras instituições da região no que concerne ao processo de inserção da pessoa com deficiência. A empresa adequou toda a estrutura, introduziu uma política organizacional para flexibilizar práticas e técnicas administrativas, tanto para receber funcionários como alunos que possuem deficiência, o que se pode salientar é que a empresa dispõe de gestão humanizada e igualitária.

Nesse sentido, percebe-se que a simples prescrição de leis para assegurar os direitos da pessoa com deficiência em ter um trabalho não irá mudar a sua realidade se os fatores que dificultam a sua inserção no meio social não forem identificados, discutidos e minimizados por meio de uma ação conjunta entre o indivíduo, a família, a sociedade e o governo (TANAKA e MANZINI, 2005).

Quanto às limitações da pesquisa sugere-se que pesquisas futuras apliquem com mais gestores, colaborados e também com outras empresas de modo a realizar um estudo comparativo entre as realidades dos setores de recursos humanos. Além disso, é importante investigar sobre os diversos tipos de deficiência e se todos possuem aceitabilidade pelas empresas.

Assim, é possível afirmar que existem muitos benefícios na prática de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, dentre os benefícios se destacam, a gestão humanizada, o aumento da diversidade de talentos na empresa, o combate ao preconceito e o processo como ferramenta de conscientização e estímulo a construção de um espaço mais inclusivo e igualitário.

REFERÊNCIAS

ASHLEY. Patrícia Almeida. Responsabilidade Social Corporativa: uma investigação Sobre a Percepção do Consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, Maranhão, v. 11, n. 3, p. 20-21, jul./set. 2007.

BRASIL. Lei N° 8.213/91. Lei de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11345588/artigo-93-da-lei-n- 8213-de-24-de-julho-de-1991>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Lei N° 7.853, **de 24 de outubro de 1989, art. 1.** Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL. LEI N° 13.146, de 6 de julho de 2015, art. 2. Conceito de Pessoa com Deficiência Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho->. Acesso em: 23 out. 2022.

DELGADO, Isabelle Cahino; CAVALCANTE, Mariane Carvalho Bezerra. **A construção do aprendiz surdo na perspectiva da alfabetização e do letramento**. In. FARIA, Maria de Brito; CALVANTE, Mariane Carvalho Bezerra. Desafios para uma nova escola: um olhar sobre o ensino-aprendizagem de surdos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, v. 2, n.1, p. 65-108, 2011.

DE ALMEIDA ESTEVAM, Jhony; VIANNA, Denise Loureiro; DE SOUZA FERNANDES, Susi Mary. Inclusão da pessoa com deficiência no trabalho: estudo transversal **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 7766-7779, 2020.

FÉLIX, Lucio Frederico. A Responsabilidade Social nas Organizações: Percepções e Realidade. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 1-17, ago./dez. 2007.

FIGUEIRA, Emílio. Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 501-519, 2008.

JONES, M. K. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Revista Estud. Econ**., São Paulo, vol.49, n.1, p.39-64, jan./mar 2019.

KREITLON, M.P. **A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade:** Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. **Encontro anual da Anpad**, Curitiba, v. 28, n. 1, p. 12-15, 2004.

LORENZO, Suelen Moraes; SILVA, Nilson Rogério. Contratação de pessoas com deficiência nas empresas na perspectiva dos profissionais de recursos humanos **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, p. 345-360, 2017.

MACCALI, Nicole et al. As práticas de recursos humanos para a gestão da diversidade: a inclusão de deficientes intelectuais em uma federação pública do Brasil **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, p. 157-187, 2015.

MADRUGA, Sidney Sadad. Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 17, n. 3, p. 831-860, setembro/dezembro 2017 - ISSN 1677-6402.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, Melo, F.P.; FROES, C. **Gestão de responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2001.

NEVES P. S.; PRAIS F. G.; SILVEIRA A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2015, vol.20, n.8, pp.2549-2558. ISSN 1413-8123.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Incluindo pessoas com deficiência na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira. **R. Adm**., São Paulo, v.48, n.3, p.560-573, jul./ago./set. 2013.

PRAIS, Fabiana Gomes. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho **Ciência & Saúde Coletiva,** Belo Horizonte, v. 2. n. 8, p. 1-10, 2014.

SOUTO, Ricardo dos Santos. A dignidade da pessoa humana como um valor absoluto no Brasil. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 11, n. 3, p. 170-186, dez. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma.** Acta Fisiatr, São Paulo, v.14, n.4, p.242-248, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Bibliotecas escolares inclusivas. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 6, n. 45, p. 6-8 jul./ago. 2006.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro; MANZINI, Eduardo José. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista brasileira de educação especial**, v. 11, p. 273-294, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Responsabilidade social empresarial – Uma ferramenta estratégica de gestão. **Atlas**, São Paulo, v.1, n.2, p. 1-11, 2001.

ZANITELLI, L.M. **Capitalismo brasileiro e responsabilidade social empresarial.** Sequência, v.34, n.66, p.83-112, 2013.

CAPÍTULO 13

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) COMO ESTRATÉGIA PARA O ENADE NOS CURSOS A DISTÂNCIA

Data de aceite: 01/01/2023

Juliana Magalhães Linhares
Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Gestão e docência em Educação a Distância (ESTÁCIO), Mestre em História Social (PPGHS/UFC), Doutoranda em História Social (PPGHS/UFC). Coordenadora Pedagógica de Educação a Distância na Faculdade 05 de Julho; Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/1341793282507886
Faculdade 05 de Julho, Sobral, CE, Brasil

Francisca Nivalda da Silva
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (UNINTA). Orientadora Educacional no Centro Universitário Inta - UNINTA EAD; Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/0298782292265222
Centro Universitário Inta - Uninta EaD, Sobral, Ce, Brasil.

Maria da Paz Arruda Aragão
Graduada em Pedagogia (UVA) e em História (UNINTA). Mestranda em Educação (Lusófona 2019-2021). Especialista em Tutoria em Educação à Distância do Ensino Superior (2017/2018). Especialista em Gestão Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2014). Especialista em Gestão Escolar - UDESC (2004). Especialista em Educação Infantil - UVA (2000). Coordenadora do curso de Pedagogia na modalidade a distancia no Centro Universitário Inta -UNINTA. Link do lattes: https://lattes.cnpq.br/2291755554565010
Centro Universitário Inta - Uninta EaD, Sobral, Ce, Brasil.

Aline Alves Siridó de Souza
Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialização em Ciências da Educação pelo Centro Universitário Inta - UNINTA e Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta – UNINTA. Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade 05 de Julho(F5). Link do lattes http://lattes.cnpq.br/6034661267819492
Faculdade 05 de Julho, Sobral, CE, Brasil

Anderson Barbosa Rodrigues
Engenheiro de Computação (Telecomunicações; Controle e Automação) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). MBA em Gerenciamento de Projetos (FTDR). Especialização em Tutoria em Educação a Distância Docência do Ensino

Superior (UNINTA). Mestre em Engenharia Elétrica e de Computação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Curso Superior de Gestão da Tecnologia da Informação do Centro Universitário Inta - UNINTA. Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/3071576568028712
Centro Universitário Inta - Uninta EaD, Sobral, Ce, Brasil.

RESUMO: O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina o inciso 5° do art. da Lei n.º 10.861, de 2004 e o inciso 1° do art. 39 da Portaria Normativa - MEC n° 840, instituído pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Esta avaliação externa tem como objetivo de melhorar o desempenho da educação superior do país, assim como de avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes de nível superior. Portanto, os estudantes dos cursos na modalidade a distância seguem o ciclo regular de avaliação. Percebemos que os desafios para o acompanhamento dos estudantes da EAD para o ENADE requerem dinâmica própria da modalidade. O objetivo deste artigo foi refletir sobre a importância do ENADE para a avaliação dos cursos na modalidade a distância e as estratégias utilizadas pelo Centro Universitário Inta - UNINTA, para o acompanhamento destes alunos, considerando a distância geográfica e o volume de estudantes a realizar a prova no ano de 2021. A pesquisa foi embasada em bibliografia específica sobre o assunto, legislação do ministério da educação e estudo de caso do curso de Pedagogia EAD. Observamos uma importância significativa da formação de uma equipe multidisciplinar e do uso das TICs para uma ação eficaz junto ao levantamento, acompanhamento e suporte aos estudantes habilitados.
PALAVRAS-CHAVE: EAD; ENADE; Pedagogia; Ensino Superior

INFORMATION TECHNOLOGIES AND COMMUNICATION (ITC) AS A STRATEGY FOR ENADE IN DISTANCE LEARNING COURSES

ABSTRACT: The National Student Performance Examination (Enade) is a mandatory curricular component for undergraduate courses, as determined in item 5 of art. of Law No. 10,861 of 2004 and item 1 of art. 39 of Normative Ordinance - MEC No. 840, instituted by SINAES (National Higher Education Assessment System). This external evaluation aims to improve the performance of higher education in the country, as well as to evaluate and monitor the learning process of higher education students. Therefore, students in distance learning courses follow the regular assessment cycle. We realize that the challenges for accompanying EaD students to ENADE require a dynamic specific to the modality. The objective of this article was to reflect on the importance of ENADE for the evaluation of courses in the distance modality and the strategies used by the Centro Universitário Inta - UNINTA, for the follow-up of these students, considering the geographical distance and the volume of students to take the test. in the year 2021. The research was based on specific bibliography on the subject, legislation from the Ministry of Education and a case study of the Distance Education

Pedagogy course. We observed a significant importance in the formation of a multidisciplinary team and the use of ICTs for an effective action with the survey, monitoring and support of qualified students
KEYWORDS: EAD; ENADE; Pedagogy; University Education

1 I INTRODUÇÃO

É indiscutível o crescimento da educação a distância (EaD) no Brasil nos últimos anos, alguns fatores podem ser apontados como facilitadores deste crescimento como a democratização de acessos a aparelhos eletrônicos como computadores, celulares e tablets, assim como de acesso à internet e a Pandemia do coronavírus (SARSCOV - 19), que de certa forma descontruiu o preconceito que as pessoas tinham em ralação à EAD. Contudo, o crescimento vertiginoso do número de alunos na modalidade EAD tem gerado preocupação com a qualidade do ensino ofertado pelas instituições. Uma das preocupações é com a avaliação externa do Ministério da Educação (MEC), o ENADE. Para o desenvolvimento deste artigo foi de extrema importância o diálogo com diversos autores da área de educação e tecnologia, abordando temáticas como o desenvolvimento da EaD no Brasil, Avaliação externa, Tecnologias da educação e Gestão do ensino Superior. Este artigo tem como objetivo analisar o uso das TICs como estratégias para a aplicação do ENADE nos cursos na modalidade a distância. Tendo em vista o distanciamento geográfic e o volume de estudantes habilitados.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina o inciso 5° do art. da Lei n.º 10.861, de 2004 e o inciso 1° do art. 39 da Portaria Normativa - MEC n° 840, instituído pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) com o objetivo de melhorar o desempenho da educação superior do país, assim como de avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e tornando-se condição necessária para conclusão do nível superior.

Esta pesquisa mesclou o estudo de caso, com bibliografia e documentos na intenção de explorar os caminhos possíveis do material abordado. Em 2020 o ciclo avaliativo do ENADE englobava as licenciaturas, isso significava o acompanhamento de centenas de alunos em todo processo avaliativo, desde o levantamento das listas de estudantes habilitados, passando por formação até inscrição. Através do diálogo constante entre conceitos estabelecidos entre diferentes autores e dados publicados por diversas fontes como legislação educacional e o edital do ENADE discutimos como foi a experiencia.

2 I O ENADE NO ENSINO SUPERIOR

Avaliar é sempre uma grande, e importante, etapa de qualquer processo de trabalho. E, é sem questionamento, necessária para a consolidação de resultados e a busca da

melhoria contínua. Para a Educação, segundo Hoffman (2009), “a avaliação é essencial à educação. A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona para novas reflexões

Assim, para além do processo de ensino-aprendizagem, que é foco central da temática Educação, e tem sua discussão, em relação avaliação com perspectivas próprias, o campo educacional depara-se com a necessidade de avaliar o processo de forma global, na perspectiva política e administrativa. Para Dias Sobrinho (2003), “toda avaliação tem um forte significado político e uma importante dimensão ética, não apenas técnica.”

No ano de 2004, o sistema educacional brasileiro, da educação superior, passou por uma grande alteração em sua parte regulatória, tendo como prerrogativa legal a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SIANES. No SINAES, a avaliação da educação superior está organizada da seguinte forma:

Figura 1 – Organização da Avaliação da Educação Superior - SINAES

Fonte: internet, 2019.

O SINAES, e todo o arcabouço legal que o sustenta, normatiza e detalha como cada modalidade de avaliação (externa e interna) deve ser executada. A Avaliação Interna é operacionalizada, de forma sistêmica, pelas Instituições de Educação Superior – IES, através da Comissão Própria de Avaliação. A Avaliação Externa é responsabilidade do Ministério da Educação – MEC, operacionalizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Conforme seus objetivos, o SINAES, tem como propósito: Avaliação das instituições de educação superior, Avaliação dos cursos de graduação e a **avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação**.

A Lei do SINAES explica a finalidade da aplicação do ENADE, trazendo no artigo 5º, que a avaliação será realizada para **aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares.** Sendo o ENADE componente curricular obrigatório, devendo a situação do estudante ser inscrita no histórico escolar, tendo a aplicação periodicidade trienal. Ou seja, o estudante, que na época da aplicação do ENADE ao curso de graduação que estiver matriculado, deve estar em status de regular com o exame para ter a diplomação de sua colação de grau.

Para a aplicação do ENADE, conforme a legislação, são categorizados os estudantes em concluinte e ingressantes, sendo os últimos dispensados da prova. Já os concluintes, em regra geral, são (Portaria Normativa nº 840/2019, art.44, §2º):

I. De cursos de bacharelado e licenciatura: aqueles que tenham integralizado 80% (oitenta por cento) ou mais da carga horária mínima do currículo do curso definido pela instituição de educação superior e não tenham colado grau até o último dia do período de retificação de inscrições, ou que tenham previsão de integralização da carga horária do curso até julho do ano subsequente da edição do ENADE.

II. De cursos superiores de tecnologia: aqueles que tenham integralizado 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária mínima do currículo do curso definido pela instituição de educação superior e não tenham colado grau até o último dia do período de retificação de inscrições, ou que tenham previsão de integralização da carga horária do curso até dezembro do ano corrente da edição do ENADE. (Portaria nº 840/2019)

Os estudantes devem ser inscritos na plataforma como concluintes devem realizar a prova, responder ao questionário do estudante, obrigatoriamente para ser considerado regular no ENADE.

Já, para as IES, a aplicação do ENADE, a aferição do desempenho do estudante reflete em conceito de avaliação do curso, e da instituição. Isso se dá, pelo fato do EANDE ser o insumo principal para os indicadores de qualidade da educação superior. O SINAES institui os indicadores da educação superior, sendo: Conceito Preliminar de Curso – CPC e o Índice Geral de Curso – IGC.

O CPC é composto por diferentes variáveis, tendo sua base significativ representatividade do EANDE. Ou seja, na composição do conceito CPC, 70% de sua estruturação depende do EANDE (quer seja a prova, quer seja o questionário do estudante, ou o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD). Os outros 30% são atribuídos com os dados informados no Censo da Educação Superior, por curso de cada instituição.

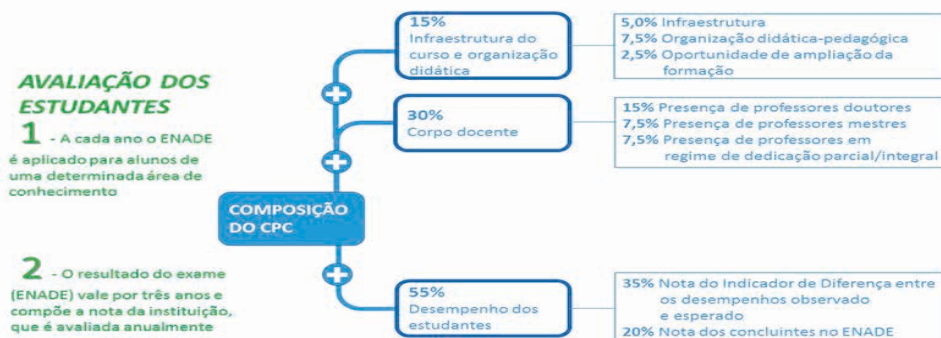



Figura 2 – Composição do CPC – Conceito Preliminar de Curso

Fonte: internet.

Já o IGC é a média dos CPC’s do último triênio ponderada pela base dos alunos.

O objetivo do SINAES, em aplicar como insumo base do indicador da qualidade da educação superior, o EANDE - processo que tem por sujeito o estudante do curso, é aferir na base, podendo assim ter dados para a construção de indicadores que sejam impactados, ou respaldem, por este foco de análise. Ou seja, enquanto na Avaliação Externa com as visitas *in loco* o MEC consegue ter um panorama da IES conforme o que seja apresentado, mesmo que de forma documental, testemunhal e de evidências, no EANDE a coleta de dados é realizada diretamente com a fonte que congrega a qualidade do ensino ofertada, o estudante.

Percebe-se que o ENADE consolida sua importância por congregar, ou representar todas as outras avaliações (tanto Interna, quanto Externa) num único produto: o estudante. Por ele, toda a estrutura da educação superior é desenvolvida, para a formação dele é que se empreende esforço para avaliar. E, para ele, para seu currículo, e ingresso de novos estudantes, é que se faz tão importante o peso que o EANDE tem nos indicadores.

Para o curso, esse indicador tem um peso muito grande, pois, como já refletid anteriormente, esse Conceito vem enraizado de significado e representatividade da execução do Projeto Pedagógico do Curso - PPC. Como a prova aplicada no EANDE contempla toda a formação, conforme o curso avaliado, e tem sua estrutura organizada para avaliar as competências, habilidade e atitudes que foram assumidas no PPC para o perfil do profissional egresso, o resultado do ENADE espelha a qualidade que o curso tem nesse processo formativo do profissional

3 I O USO DAS TICS PARA A EAD

A discussão acerca da importância das TICs no cenário educacional não é nenhuma novidade, desde a popularização dos aparelhos eletrônicos e da internet o cenário educacional vinha se adaptando a esta nova realidade, introduzindo na sua rotina o uso constante de alguns destes aparelhos, tais: computadores, tablets, lousa digital, aparelhos telefônicos. Assim como também algumas ferramentas e softwares para o uso em sala de aula, exemplo: *kahoot, clasroom, moodle*. Em alguns casos, utilizando até mesmo redes sociais como o *facebook,* para a criação de grupos de trabalho. Vamos chamar os exemplos citados acima de formais para distinguir o uso que os estudantes fazem das diversas redes sociais existentes no seu cotidiano, como *instagram, tiktok, myspace e twitter*. Além de jogos on line, sites, apps de mensagens e canais de vídeos como o youtube.

O cenário educacional atual passou a absorver o uso constante destas tecnologias para a mediação do processo de ensino e aprendizagem. Nesta conjuntura as mídias vêm auxiliando na construção de novos conhecimentos, facilitando o acesso a informação de gerações inteiras acostumadas com uso constante de aparelhos eletrônicos, aplicativos e softwares.

3.1 A tecnologia para educação a distância

Nos últimos anos, o uso de recursos tecnológicos sofisticados tem assegurado transformações nas práticas pedagógicas, o ano de 2020 representou um marco temporal para a inserção das tecnologias não só como ferramentas de aprendizagem, mas como grande responsável pelo processo de comunicação, interação e aprendizagem. Logo que, em 2020 o mundo inteiro se recolheu em regime de *lockdown*, por causa da pandemia do novo coronavírus (COVID 19), no UNINTA a adaptação tecnológica ocorreu de forma rápida e consolidada, devido a experiência com o ensino a distância e o uso de plataformas de ensino como o *Moodle*. Considera-se que a viabilidade da aplicação do ENADE para os alunos habilitados dos cursos na modalidade a distância foi um verdadeiro laboratório de discussão e implementação destas ferramentas tecnológicas.

Inicialmente as estratégias foram: o envolvimento do uso de plataformas, como: **TOTVS**, para auxiliar no levantamento do número de alunos, utilizando como critério o percentual existente no edital, 80% da carga horária integralizada; ***Moodle***, para aglutinar as informações e manter a comunicação com os estudantes no ambiente virtual de aprendizagem; **Plataforma Saraiva**, para treino de habilidades através de trilhas de aprendizagem e simulados. Neste sentido, o Núcleo de Tecnologia da Informação- NTI teve papel fundamental junto às coordenações de curso para a execução das seguintes atividades: Integração do ambiente virtual de aprendizagem e de páginas dos *websites* institucionais para disponibilização de acesso a plataformas voltadas ao ENADE; Integração do ambiente virtual à Plataforma Saraiva para o acesso dos estudantes; Configuração dos relatórios dinâmicos junto a Plataforma TOTVS para apoio na coleta de informações referentes a estudantes que deveriam ser inscritos no ENADE; Relatórios de acompanhamento da execução do simulado e acessos a sala virtual para informações do ENADE; Definição de estratégias para melhoria de comunicação, através do cadastro de e-mails de alunos.

A partir destas ações, houve uma intensa integração junto aos outros setores como: coordenação pedagógica, setor de comunicação, tutoria e demais setores responsáveis pela execução e acompanhamento do ENADE na IES, formando uma equipe multidisciplinar de trabalho, utilizando ferramentas que possibilitam aos cursos na modalidade a distância uma maior aproximação entre professores, alunos e equipe de acompanhamento.

3.2 Fluxo e ferramentas de comunicação para EAD

A comunicação na educação a distância é fator chave para a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Segundo SOUZA, SARTORI E ROESLER (2008, p.331), é necessário que haja “recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face”. Um dos fatores primordiais para execução destas ações foi a melhoria da comunicação e interação entre setores internos, professor/tutor e aluno. Desta forma, foi definido um fluxo de comunicação para “pulverização” das informações relacionadas ao ENADE nos setores internos para que os estudantes fossem acolhidos que informações assertivas e, portanto, mais bem

acompanhados, o fluxo ficou definido da seguinte for

Figura 04 – Fluxo de comunicação para as ações do ENADE

Fonte: o autor.

A comunicação ocorreu envolvendo diversos setores, com sintonia entre estes, havendo sempre uma sincronização das ações, envolvendo todos: professores/tutores, marketing, atendimento e polos de apoio presencial.

Nesse fluxo, o objetivo foi amparar com informações do cronograma do ENADE e ações relativas ao mesmo, todos os estudantes habilitados. Após a identificação dos estudantes seguindo o critério do edital, o aluno era inserido numa sala virtual acompanhado pela tutoria. A partir desta sala virtual os estudantes receberam informativos relativos aos prazos, tutoriais de acesso a Plataforma do INEP, acesso à plataforma para treino de habilidades, além de tira dúvidas com relação a sua situação junto a tutoria no chat.

Foi utilizada uma linguagem compreensível e acessível, e, a partir de um fluxo bem definido, sendo possível construir uma rede de comunicação robusta, utilizando mensagens por *chat* no AVA, *e-mail* e *post* nas redes sociais para diminuir a distância entre estudantes e a IES.

4 I A IMPORTÂNCIA DA TUTORIA PARA COMUNICAÇÃO NA EAD

Ao ingressar no ensino a distância, o estudante é cercado por um mundo repleto de novidades e conceitos, gerando incertezas a cerca dessa nova forma de aprendizagem. Quando se depara com o ambiente virtual, no primeiro momento, o impacto com as novas informações causam insegurança e dúvidas sobre o novo, e é neste momento que a função da tutoria se faz presente, que é dar suporte de forma humanizada, acolhedora e motivacional, incentivando o estudante a desenvolver uma rotina de estudos, mesmo estando fisicamente distante dos seus companheiros de turma e de seus docentes. Segundo Martins (2003):

> "A orientação tutorial é compreendida assim como um dos elementos do processo educativo que propicia a ruptura da noção tempo/espaço da escola tradicional, uma vez que o processo dialógico que se estabelece entre o aluno e o tutor deve ser único e exclusivo onde o entorno, o percurso, as expectativas, as dificuldades etc. constituem elementos dinamizadores desse processo." (2003, p.08.)

Por isso, a tutoria deve ter habilidades nas áreas: pedagógicas, administrativas, técnicas e também na social, dominando todo o conjunto em sua atuação, para que possa dar apoio aos alunos, em qualquer âmbito na qual necessitem durante seu percurso acadêmico. Sabemos que o ensino é a distância, mas não é desenvolvida uma educação distante, pois o tutor é o mediador, e auxilia o aluno em seu processo educacional, estimulando e desenvolvendo nele o ensino colaborativo e a autoaprendizagem. A função do tutor vai muito além do que apenas incentivar o estudante, mas desenvolver estratégias que fortaleça a relação, interação e mediação entre tutor-discente, tutor-docente, discente-docente.

4.1 A importância da interação tutor e discente

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um recurso tecnológico que permite enviar e receber mensagens e possibilita ao aluno a interação com o tutor através dos chats, acesso aos materiais didáticos disponíveis em suas disciplinas, a participação nos fóruns, comunicando-se com os demais estudantes e também o diálogo com o professor. Todos os meios utilizados para o processo devem estar em sintonia com as necessidades do público alvo e com a proposta pedagógica do curso na qual o discente pertence.

A utilização dos *chats* facilitou a comunicação entre os alunos, quando participavam dos fóruns, havendo sempre a orientação para prezar pelo respeito e boas condutas ao inserir a mensagem. Intermediou a comunicação entre os tutores e os alunos.

4.2 Sala do ENADE no Ambiente Virtual de Aprendizagem

A sala foi pensada e organizada no intuito de estreitar as relações entre o estudante-tutor; estudante-professor, estudante-polo e estudante-estudante, com o objetivo de apresentar e preparar os discentes para o ENADE. Sua primeira ação foi desenvolvida no ano de 2020, mas devido à pandemia da Covid-19, o Ano II do ciclo avaliativo do ENADE, foi interrompido e adiado para retomar em 2021, mas as ações preparatórias da sala

continuaram a ser aplicadas até encerrar o ciclo, que finalizou no ano de 2021.

A estrutura da sala do ENADE, no AVA, congrega informações, como por exemplo: edital, simulados preparatórios, manuais explicativos e um espaço que são esclarecidas as principais dúvidas técnicas: quanto à estrutura da prova, o que deve ser levado, o que deve ser estudado, qual horário da prova. Foi possível esclarecer dúvidas relativas ao acesso do site INEP, o que o estudante deve fazer e como fazer, assim como auxiliar nos passo-a-passo dos manuais, assim como deixá-los tranquilos para que pudessem realizar uma boa prova.

5 I ESTUDO DE CASO: PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

O ENADE representa um grande desafio para as instituições de ensino superior. Em se tratando do ENADE 2021, acreditamos, ter sido um marco para a educação brasileira, pois como é de praxe, os estudantes sempre apresentam uma grande resistência em realizar a prova do exame, por diferentes motivos, como, por entenderem que a nota não é para eles, mas sim para a IES.

Bem verdade, a nota recai diretamente sobre o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que integra a nota da instituição, e que influenciará o estudante, considerando que em seu diploma leva seu conceito. Sendo bem avaliada, influenciará na avaliação desse egresso no ingresso no mercado de trabalho.

O curso de Pedagogia na modalidade a distância do UNINTA, teve que enfrentar grandes desafios, um deles, a própria resistência do estudante em realizar a prova ENADE. Depois por ser o “ENADE da pandemia”[1], experiência nunca vivenciada dentro da educação brasileira, pois apesar do exame ser uma atividade já integrante do calendário trienal na educação superior, a edição de 2021, nos deixou apreensivos e temerosos com relação aos resultados, pois o isolamento social, causado pela COVID- 19[2], trouxe muitas outras consequências para a educação, pois embora a metodologia utilizada já fosse em Educação a Distância, outros problemas levaram os estudantes a evasão e a deficiênci na aprendizagem. Problemas estes, de ordem socioeconômica, como a perda de emprego, perda de familiar, dificuldade de acesso à internet, entre outros, afetaram diretamente a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

> No caso do Brasil, o atual contexto se torna ainda mais difícil devido ao baixo desempenho da economia nos últimos anos marcada pelo aumento da informalidade, aumento do número de desempregados, agravamento da desigualdade social e desestruturação de alguns serviços públicos (SEMESP, 2020).

Diante dos desafios apresentados, foi necessário intensificar nosso planejamento, seguindo o Cronograma de Ações do edital, onde tivemos 757 estudantes inscritos como iniciantes e 3.617 estudantes inscritos como concluintes, totalizando 4.374 estudantes

1. O ENADE 2020 foi adiado por causa da Pandemia do Coronavírus(SARS COV 19), ocorrendo apenas em 2021.
2. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) (OPAS, 2020).

inscritos, entre os mais de 90 Polos conveniados, localizados nos vários estados do país. Tivemos como primeiro desafio no processo de inscrição, a identificação dos estudantes habilitados segundo o edital. Em seguida, a própria inscrição, que dado ao número de estudantes, precisamos utilizar a metodologia de inscrição em lote, onde fizemos a busca dos dados fornecidos pelas ferramentas tecnológicas utilizadas pela instituição, como: sistema TOTVs, fazendo o cruzamento com os dados extraídos do cubo com os do sistema acadêmico, em um processo de refinamento da lista até chegarmos aos dados exatos, para em seguida realizar a conversão em arquivo específicos, orientado no edital, e finalment fechar a primeira fase do processo de inscrição de estudantes iniciantes e concluintes.

Concluída essa etapa do processo de inscrição, demos prosseguimento a etapa seguinte do cronograma, seguindo também as ações do Plano ENADE, elaborado pela Coordenação do Curso, juntamente com a Direção Pedagógica de Educação a Distância do UNINTA, tendo como ação realizada a mobilização dos polos conveniados, na pessoa de seus representantes legais, compartilhando as responsabilidades e envolvendo-os o máximo possível nas ações do Plano ENADE, de forma a tomarem consciência da responsabilidade que lhes competia, de envolver os estudantes inscritos para participarem de todo o processo para o exame, que iniciou-se com a inscrição, passando pela preparação e culminando com a realização da prova.

Quanto à preparação, essa também foi uma das ações do Plano ENADE, principalmente por considerar a deficiência no processo de aprendizagem dos estudantes, agravados pela pandemia da COVID-19, sendo que para a realização dessa ação, foi contratada pela IES, a Plataforma Saraiva[3], que teve como objetivo prepara os estudantes para o ENADE, com a aplicação de simulados, bem como apresentar às Coordenações de Cursos diagnósticos da situação de aprendizagem dos estudantes.

Como subsídios pedagógicos, a Plataforma Saraiva disponibilizou um simulador de aprendizagem com banco de questões oficiais de ENADE passados, apresentando comentários e identificando conteúdo da matriz de referência do curso, através de um banco de questões em que o próprio estudante era o protagonista da aprendizagem. Outro recurso da plataforma foi o diagnóstico, nessa ferramenta os estudantes realizaram a prova, que depois do resultado, pode se estabelecer um parâmetro de erros e acertos, e a partir deste resultado elaborar os próximos simulados.

E por fim, descreve-se a relevância do trabalho desenvolvido pela Tutoria no ENADE, pelo modo que a articulação de dúvidas e conteúdos entre professores e discentes, proporcionaram aos tutores papel de destaque neste processo de ENADE do UNINTA.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a importância do ENADE como avaliação externa e seu impacto na composição da nota dos cursos de ensino superior junto ao Ministério da Educação (MEC). Relatando o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como estratégia primordial de trabalho de uma equipe multidisciplinar

3. A Saraiva Educação oferta uma Plataforma de simulação e trilhas de aprendizagem para o ENADE.

que envolvia setores de tecnologia, marketing e pedagógico, na figura da coordenação, professores e tutores para um trabalho eficaz

O uso da tecnologia mostrou-se essencial para que fosse possível organizar, coordenar e acompanhar o volume de estudantes dos cursos avaliados em 2021. Exigindo da equipe além do uso de plataformas, salas virtuais, redes sociais e e-mail para comunicação, uma linguagem própria da rotina da Educação a Distância, ou seja, clara, objetiva, assertiva e acessível, encurtando as distâncias físicas e temporais entre professor/tutor e estudantes.

Acreditamos que a integração entre as equipes da área de tecnologia, marketing e pedagógico com o apoio institucional promoveu um trabalho excelência que resultou no cadastro de mais de sete mil estudantes entre concluintes e habilitados em 24h. Além do acompanhamento constante destes estudantes junto a tutoria para informes acerca de datas e prazos referentes ao preenchimento de cadastro, questionário e local de prova.

REFERENCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, ago. 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. SINAES - **Lei nº 10.861, 14 de abril de 2004**. Brasília, 2004.

DIAS SOBRINHO, J. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1221. Acesso em: 5 dez. 2022.

ENADE, Solução. Saraiva Educação, 2021. Disponível em: https://www.saraivaeducacao.com.br/solucao-enade/. Acesso em: 05 dez. 2022.

GAMIFICAÇÃO: o que é e quais os benefícios na aprendizagem? LudosPro, São Paulo-SP, 2021. Disponível em: https://www.ludospro.com.br/blog/o-que-e-gamificacao. Acesso em: 05 dez. 2022.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para Promover:** As Setas do Caminho. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e comunicação: interconexões e convergências. Educação & Sociedade [online]. 2008, v. 29, n. 104 [Acessado 4 Dezembro 2022], pp. 647-665. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000300002>. Epub 31 Mar 2009. ISSN 1678-4626. https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000300002.

KONRATH, M. L. P.; TAROUCO, L. M. R.; BEHAR, P. A. Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2009. DOI: 10.22456/1679-1916.13912. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13912. Acesso em: 4 dez. 2022.

LAMEZA, Jacqueline de Oliveira. O tutor a distância e a mediação eficaz de fóruns de discussão avaliativos. Congresso ABED, 2013. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/314.pdf>. Acesso em:05 set. 2016.

LUNKES, L.; SELLI, M. S.; PRATES, C. C.; ALVES, E. Interações em ambiente virtual de aprendizagem. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.22456/1982-1654.7945. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/7945. Acesso em: 2 dez. 2022.

MARTINS, Onilza Borges. Teoria e prática tutorial em educação a distância. **Educar em Revista**, p. 01-19, 2003.

MEC. **Portaria nº 840, de 24 de agosto de 2018.** Brasília, 2018.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. A interação como indicador de qualidade na avaliação da educação a distância: um estudo de caso com docentes, tutores e discentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, p. 869-887, 2018.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Brasília (DF); 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus. Acesso em: 05 dez. 2022.

PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; SCHMITT, Valdenise; DIAS, M. R. A. C. Ambientes virtuais de aprendizagem. **AVA-Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda**, p. 4-22, 2007.

ROESLER, Jucimara; BATTISTI DE SOUZA, Alba Regina; SARTORI, Ademilde. Mediação pedagógica na educação a distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas, **Revista Diálogo Educacional**, 2008, 8 (Malo-Agosto). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116834002>. Acesso em 05 dez. 2022.

SEMESP. Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo. **Estudo Efeitos da Pandemia na Educação Superior Brasileira**. São Paulo: SEMESP, 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/estudo-0904.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

SIMÃO, Ana Margarida Veiga et al. Tutoria no ensino superior: concepções e práticas. **Sísifo**, n. 7, p. 75-88/EN 73-86, 2016.

CAPÍTULO 14

A SALA DE ESPERA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA O CUIDADO EM SAÚDE

Data de aceite: 01/01/2023

Raila Souto Pinto Menezes
Graduada em Enfermagem pela UECE, mestre em Saúde da Família – RENASF/UVA. Doutoranda em Saúde Coletiva (UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9854581269711914
Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Idia Nara de Sousa Veras
Graduada em Biologia (UECE), mestre em Biotecnologia (UFC). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9285610489083436
Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Victória Maria Pontes Martins
Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2218522392196013
Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Maria Sabrina de Paula Calvacante
Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2179011669223962
Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Francisca Gercica Pontes Santos
Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/5370099928591982
Centro Universitário INTA-UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: As práticas interdisciplinares na formação em saúde constituem importantes estratégias de qualificação profissional na perspectiva da formação crítico-reflexiva de forma a ajustar seus saberes às novas exigências profissionais. O estudo teve como objetivo relatar a experiência de educação em saúde interdisciplinar desenvolvida junto às usuárias na sala de espera de um serviço de saúde. Tratou-se de uma pesquisa descritiva do tipo relato de experiência baseada em práticas interdisciplinares de acadêmicos do curso de Enfermagem e Fisioterapia do Centro Universitário INTA - UNINTA realizada no mês de março de 2022 através da abordagem da temática saúde da mulher. A intervenção foi realizada em um espaço de Integração Acadêmica do Centro Universitário localizado no interior do Ceará. O encontro possibilitou a adesão de em média 30 mulheres com idade de 30 a 65 anos. Os temas abordados foram relacionados a saúde da mulher e contemplaram atividade

física, saúde sexual e reprodutiva e alimentação saudável. O momento possibilitou uma ampla interação entre os facilitadores e as usuárias do serviço, com exposição das temáticas através da dialogicidade, facilitado pelo uso de metodologias ativas: roda de conversa e dinâmicas com uso de recursos que possibilitaram a participação ativa de todos os envolvidos. As dúvidas das usuárias foram esclarecidas e ao final as mesmas realizaram uma avaliação positiva do momento. As práticas interdisciplinares visualizam melhorias nas relações interpessoais dos acadêmicos e práticas profissionais mais promissoras. No entanto, ainda que não consiga atingir o número máximo de pessoas, as ações em educação em saúde por meio de ligas acadêmicas como a LAES têm sido de extrema importância no âmbito de levar conhecimento e tirar dúvidas aparentemente simples da população tornando-as pessoas esclarecidas quanto a como prevenir algumas doenças e promover saúde.
PALAVRAS-CHAVE: Sala de espera. Educação em Saúde. Saúde da mulher. Extensão universitária.

THE WAITING ROOM AS A SPACE FOR INTERDISCIPLINARY PRODUCTION FOR HEALTH CARE

ABSTRACT: Interdisciplinary practices in health education are important professional qualification strategies from the perspective of critical-reflexi e education to adjust their knowledge to new professional requirements. The study aimed to report the experience of interdisciplinary health education developed with users in the waiting room of a health service. It was a descriptive research of the experience report type based on interdisciplinary practices of academics of the Nursing and Physiotherapy course at the INTA University Center - UNINTA carried out in March 2022 through the approach of the theme of women's health. The intervention was carried out in an Academic Integration space of the University Center located in the interior of Ceará. The meeting enabled the participation of an average of 30 women aged between 30 and 65 years. The topics addressed were related to women's health and included physical activity, sexual and reproductive health, and healthy eating. The moment allowed a wide interaction between the facilitators and the users of the service, with exposure of the themes through dialogicity, facilitated using active methodologies: conversation wheel and dynamics with the use of resources that allowed the active participation of all involved. The users' doubts were clarified and, in the end, they made a positive evaluation of the moment. Interdisciplinary practices visualize improvements in academics' interpersonal relationships and more promising professional practices. However, even if it fails to reach the maximum number of people, actions in health education through academic leagues such as LAES have been extremely important in terms of bringing knowledge and answering seemingly simple questions from the population, making them enlightened people about how to prevent some diseases and promote health.
KEYWORDS: Waiting room. Health education. Women's health. University Extension.

1 | INTRODUÇÃO

O Núcleo de Atendimentos e Práticas Integradas (NAPI) é um serviço de saúde do Centro Universitário UNINTA que tem por objetivo promover formação para acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Biomedicina, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Medicina, Psicologia e Serviço Social. Trata-se de um espaço interdisciplinar que presta atendimento à população do município de Sobral-CE e adjacências que chegam aos serviços encaminhadas das unidades básicas de saúde, de atendimentos médicos particulares e demanda espontânea.

Através dos serviços ofertados pelo NAPI diversos estudantes dos cursos de formação na área da saúde vêm desenvolvendo conhecimentos e habilidades de forma a contribuir para uma formação crítico reflexiva, na perspectiva da interdisciplinaridade. Através da interdisciplinaridade os estudantes da área da saúde vêm transformando seus saberes para se ajustar às novas exigências da prática profissional. A educação nas profissões da saúde tem seguido esses passos. Para muitos especialistas em educação, é nítida a maneira como os estudantes estão envolvidos nessa transformação e têm sido vetores dessas mudanças, principalmente porque os universitários de hoje cresceram imersos nessa nova realidade de conexões e inovações. O estudante, que tem acompanhado e provocado todas essas mudanças durante a graduação, será o futuro educador (CARAMORI *et al.*, 2020).

Nesse contexto de formação do estudante para atuação no campo da Educação em saúde é que nasceu a Liga Acadêmica de Educação em Saúde (LAES) como grupo de extensão vinculado ao curso de Enfermagem do Centro Universitário UNINTA, composto por acadêmicos de alguns cursos da área da saúde: Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Odontologia e Nutrição. A liga tem como objetivo atuar na promoção da saúde através do desenvolvimento de práticas de Educação em Saúde com foco em contribuir para autonomia do sujeito através do desenvolvimento do conhecimento para tomada de decisões em relação aos cuidados em saúde. A contribuição das ações de extensão realizadas pela LAES, no âmbito de educação em saúde, tem impactos imprescindíveis no desenvolvimento profissional e pessoal dos acadêmicos, uma vez que os incentiva a adquirir mais conhecimento acerca das prevenções e métodos inovadores de reabilitação de patologias e seu alinhamento com a educação em saúde para conscientizar a sociedade. Mesmo enquanto estudantes, os acadêmicos fazem grande diferença na vida de muitas pessoas, pois entende-se que o conhecimento e o domínio da informação são de alta relevância para que ocorra a promoção do bem – estar da sociedade.

Nessa perspectiva, a sala de espera é uma das estratégias utilizadas no espaço acadêmico e vista como um espaço que proporciona escuta, informação e acolhimento possibilitando aos acadêmicos posição de protagonismo e troca de saberes, além de permitir um grande acolher a um grande número de pessoas e uma diversidade de atividades que podem ser aliadas sob intermédio de metodologias grupais (BECKER; ROCHA, 2017).

As ações de extensão universitária propiciam a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pois promovem a associação entre universidade e a sociedade,

além de prestar serviços assistenciais e favorecer, sobretudo, o desenvolvimento de competências e o conhecimento. A estratégia extensão universitária ganha relevância pela sua responsabilidade social na geração de conhecimento na população, por meio da motivação à participação, pelo estímulo à autonomia e o empoderamento para melhorar sua qualidade de vida (SANTANA *et al*., 2021).

De forma a atender uma demanda do NAPI, a Liga Acadêmica de Educação em Saúde foi convidada a desenvolver uma ação junto às usuárias do serviço de atendimento em ginecologia sobre os cuidados gerais à saúde da mulher na perspectiva de uma ação interdisciplinar. Pois era observada no acompanhamento das mesmas uma resistência às práticas alimentares saudáveis, atividades físicas e acompanhamento regular para preventivo do câncer de colo uterino e mama.

Segundo Bispo Junior, Tavares e Tomaz (2014) observa-se que ações interdisciplinares, seguindo os princípios orientadores do SUS, como a integralidade, apresentam-se como desafios no Ensino em Saúde. Em contrapartida à influência do modelo fragmentado de organização do trabalho, em que cada profissional realiza parcelas do trabalho sem uma integração com as demais áreas envolvidas. Entende-se, assim, que o conhecimento é um processo de construção compartilhada, o que proporciona um maior entendimento das ações interdisciplinares em saúde.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo relatar acerca de uma experiência de educação em saúde interdisciplinar desenvolvida junto às usuárias na sala de espera de um serviço de saúde.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa do tipo relato de experiência com a exposição da vivência Interprofissional dos ligantes da Liga Acadêmica de Educação em Saúde - LAES. O relato de experiência é um tipo de produção do conhecimento que trata sobre a vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação (ensino, pesquisa ou extensão) tendo como característica principal a descrição da intervenção (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

A ação ocorreu no Núcleo de Atendimentos e Práticas Integradas (NAPI) do Centro Universitário UNINTA, através da articulação entre acadêmicos do curso de Bacharelado em Fisioterapia e Bacharelado em Enfermagem, de maneira a colaborar com a temática “saúde da mulher” por meio da abordagem de saúde corporal, alimentação saudável e saúde sexual e reprodutiva, no mês de Março de 2022.

Dessa forma, facilitaram o momento 7 acadêmicos sendo 04 (quatro) do curso de enfermagem e 03 (três) do curso de Fisioterapia. E ainda a participação de uma das coordenadoras da LAES a qual contribuiu como mediadora na ação. As participantes foram mulheres que aguardavam atendimento na sala de espera do NAPI, assim, o grupo foi composto por em média 30 mulheres com idade de 30 a 65 anos.

A idealização do momento ocorreu de forma compartilhada entre os acadêmicos da Liga e a coordenação do NAPI, com a identificação dos principais temas que seria

relevante abordar com os usuários, de acordo com o relato dos profissionais do serviço. Desse modo, iniciamos o planejamento acerca da conscientização da prática de exercícios físicos, alimentação saudável e a realização de exames de rotina, visando abordar as temáticas de maneira eficazes e úteis segundo a realidade das p rticipantes.

A ação educativa foi realizada no turno da manhã com duração de 4 horas sendo dividida em três momentos. Os usuários aguardavam atendimento na sala de espera da unidade, então previamente foi acordado com as atendentes do serviço, que direcionassem as mulheres para o espaço onde a ação seria realizada, e informassem que na medida que elas fossem chamadas para o atendimento, seriam comunicadas e redirecionadas para o espaço dos respectivos atendimentos. Inicialmente foi realizado o acolhimento, com a apresentação dos facilitadores, dos objetivos da ação e apresentação das participantes.

O primeiro momento foi pautado na prática de atividades físicas, com os acadêmicos de fisioterapia, onde por meio do diálogo, foram instigadas a pensar sobre quais atividades físicas realizavam no cotidiano, e a quais as suas percepções de saúde. Após as devolutivas das mesmas, convidamos para realizar alongamentos globais e enfatizamos sobre a importância e os benefícios. No segundo momento abordamos a temática de saúde sexual e reprodutiva com os acadêmicos de enfermagem através da entrega de panfleto informativos onde continha orientações sobre alimentação saudável, atividades físicas, autocuidado emocional, e instruções sobre a busca de avaliação e realização de exames especializados. As facilitadoras aproveitaram o momento para uma exposição teórica com foco nos exames preventivos. No terceiro momento houve uma dinâmica denominada “dinâmica do semáforo dos alimentos” sobre alimentação saudável. Os momentos foram preparados e realizados como demonstrado no quadro 1.

Temática	Ferramenta de intervenção	Dificuldades identificadas
Alongamento + Importância da Atividade Física	Momento prático	Sedentarismo e/ou pouco realização de atividade física
Medidas Preventivas – Saúde sexual e reprodutiva	Entrega de panfletos + explicação teórica	Desconhecimento da importância e cuidado com a saúde sexual e reprodutiva e realização dos exames de rotina
Alimentação Saudável	Dinâmica do Semáforo	Alimentação não saudável e pobre em frutas e legumes

Quadro 1. Temática, ferramenta de intervenção e principais achados das intervenções com mulheres na Sala de Espera do NAPI, Sobral, Ceará, 2022.

FONTE: Própria autora

3 | REVISÃO DE LITERATURA

A prática de educação em saúde, visa promover a construção compartilhada de saberes, alinhando os conhecimentos do público, a teoria e a prática interdisciplinar e interprofissional (ROSA, BARTH, GERMANI, 2011). Sendo a educação em saúde uma grande aliada da promoção de saúde, os autores Andrade *et al*. (2021), destacam a

importância das estratégias terem como base a dialogicidade, humanização e empatia, para assim agregar os saberes da comunidade aos científicos, e construir um bom relacionamento entre profissionais/usuários

Ainda segundo os autores, esse espaço democrático para escuta, informação e acolhimento, através das problematizações e discussões, permitem que os profissionai compreendam que o cuidado não se limita a queixa-conduta, e se torna necessário um olhar holístico para o processo saúde-doença, orientando a atenção dos profissionais para múltiplos aspectos da vida dos sujeitos. Nessa perspectiva, é possível que os usuários estabeleçam uma comunicação mais efetiva com os profissionais de saúde, além de ser um espaço onde podem opinar, discordar, pensar e participar ativamente do seu processo de cuidado em saúde.

Merhy e Franco (2003), destacam que o cuidado ampliado requer o protagonismo de todos os atores, ou seja gestores, profissionais e usuários devem responsabilizar-se para que o cuidado em saúde seja de forma integral, ético e resolutivo. Para isso, é necessário que os profissionais trabalhem em equipe, com vista para uma atenção integral. Ceccim (2018), argumenta que quanto mais se trabalha em equipe, mais eleva a segurança da assistência e diminui o risco de erros ou prática insegura. O que repercute na integralidade da atenção e na adesão ao tratamento.

Os autores Puppin e Saboia (2017), acreditam que a interdisciplinaridade também exerce um importante papel no processo de educação e formação profissional, sendo entendida como condutor para agregação de saberes, respeitando e preservando a identidade de cada profissão. Em busca de desprender-se do olhar puramente biomédico, os profissionais da docência e pesquisa vêm defendendo a construção desses espaços de reflexão coletiva, visto que é um elemento fomentador para a fo mação profissional

A implementação de práticas assistenciais interativas e dialógicas, voltadas para a convergência dos saberes e fazeres, em torno de um projeto integral, garante que as necessidades dos sujeitos sejam atendidas e permite que a equipe de saúde e acadêmicos ampliem seus conhecimentos e rompam com os pensamentos individualistas, passando a aderir como objeto de trabalho o processo saúde-doença-cuidado (PUPPIN; SABÓIA; 2017).

Sousa e Chagas (2022) formulam que as transformações no modo de pensar a relação entre usuários/profissionais, ainda como acadêmico, potencializa essa assistência integral. Essas mudanças na atuação do estudante, tem potência para despertar habilidades que auxiliarão no seu futuro profissional e pessoal. Nessa perspectiva, a extensão amplia o conhecimento sobre a prática de saúde e a integração ensino-serviço-comunidade, ao mesmo tempo em que com a colaboração dos profissionais, o estudante se torna multiplicador da interprofissionalidade

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão dos resultados obtidos optou-se por dividi-los em 4

categorias, assim denominadas: Importância do exercício corporal para mulheres; A saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas; Importância da Alimentação Saudável e Desenvolvimento interprofissional no espaço acadêmico

4.1 Importância do exercício corporal para mulheres

A ação permitiu-nos evidenciar que algumas mulheres não possuem o costume de realizar atividades físicas adquirindo hábitos sedentários e/ou não saudáveis, assim como apresentaram uma resistência corporal na realização das atividades propostas. Durante esse momento, em que as usuárias foram incentivadas a refletirem sobre seus hábitos, surgiram dúvidas a respeito de quais atividades ou exercícios seriam mais adequados para sua realidade. A partir disso, foi possível realizar algumas orientações no que diz respeito a realização das práticas de atividade física, de acordo com a necessidade e singularidade de cada participante, visando o bem-estar geral e a prevenção de lesões incapacitantes futuramente.

De fato, a inatividade física é vista como um ambiente hostil para genes saudáveis tendo em vista que aumenta substancialmente a incidência relativa de doença arterial coronariana, Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), várias tipos de cânceres, Diabetes tipo II, assim como está associado a mortalidade, obesidade, maior incidência de queda e debilidade física em idosos, se configurando como um dos grandes problemas de saúde pública do século (GUALANO; TINUCCI, 2011).

Dessa forma, investir em ações de educação em saúde que colaborem com a disseminação de práticas promotoras de atividade física é também colaborar com a melhora da saúde pública nacional e consequentemente internacional, visto que, este é um sério problema que atinge várias pessoas no Brasil e no mundo.

4.2 A saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas

Foram realizadas com as mulheres discussões da importância da avaliação ginecológica rotineira assim como exames de glicose e colesterol. Para as mulheres entre 40 e 50 anos de idade foi abordada a necessidade de realização dos exames de mamografia de rotina e avaliação cardiológica assim como a criação do hábito de avaliação de autoexame das mamas e após os 50 anos acrescentar os exames para pesquisa de osteopenia osteoporose.

A saúde sexual e reprodutiva elenca um dos elementos constituintes do processo saúde e doença da mulher sendo uma das peculiaridades culturais e sociais existentes que podem demandas especificidades para o cuidado com a população feminina que deve abranger a mulher em caráter emancipatório e menos tecnicista (MARTINS *et al.*, 2013).

Além disso, essa avaliação ginecológica engloba também a realização do exame de prevenção do câncer de colo uterino como uma estratégia realizada principalmente por enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS) a fim de detectar precocemente esse tipo de câncer, tendo em vista sua elevada capacidade de morbimortalidade apesar da implementação de estratégias de prevenção e rastreamento (RAMOS *et al.*, 2014; OLIVEIRA; FERNANDES, 2017).

Estudos demonstram que a idade superior a 50 anos apresenta maior chance para osteopenia/osteoporose aumentando consequentemente as chances para fraturas em qualquer sítio quando realizada comparação com mulheres em idades inferiores com densitometria normal (SILVA *et al.*, 2015).

Percebeu-se que algumas das informações repassadas já eram de conhecimento das mulheres, no entanto, algumas não sabiam a importância científica e prática de desenvolvê-las. Assim, reforçar essas informações em estratégias de educação em saúde e trazer informações de base científica e dinamismo garante melhor atração e possibilidade de busca por serviços de saúde para colocar em prática.

Dessa forma, houveram contribuições pertinentes das participantes que relataram questões práticas associadas a suas rotinas que demonstravam atraso para o recebimento dos resultados de exames de prevenção realizados na Atenção Primária à Saúde (APS). Tais menções vão de encontro ao estudo realizado por Carvalho *et al.* (2016) na qual usuárias da APS relataram a dificuldade em adquirir o resultado do exame e conseguir marcar consultas para realizar a demonstração do mesmo para conseguir o correto tratamento.

4.3 Importância da Alimentação Saudável

A temática alimentação saudável foi abordada a partir de uma dinâmica, denominada dinâmica do semáforo em que se utilizava as cores do semáforo para fazer a demonstração dos alimentos que devem ser ingeridos frequentemente (verde), alimentos que poderiam ser ingeridos com atenção (amarelo) e os alimentos que deveriam ser evitados (vermelhos).

As participantes foram bastante proativas ao falar sobre alimentação saudável, principalmente as idosas que possuíam a comorbidade Diabetes Mellitus associada ao seu estilo de vida tendo em vista alguns comentários que enfatizavam a necessidade de moderação ao consumir certos tipos de alimentos. Tal processo, denota a importância das ações de educação em saúde exercidas por diversos profissionais que geram no senso comum o conhecimento sobre hábitos alimentares saudáveis.

Na ocasião foram ainda realizadas medidas informativas sobre alimentação como a necessidade de realização de refeições saudáveis contendo frutas, legumes e verduras, de forma a evitar alimentos industrializados e não saudáveis como doces, salgadinhos e refrigerantes assim como preferir comer devagar, mastigar bem os alimentos, beber água e diminuir a quantidade de sal e óleo e evitar adicionar açúcar nas bebidas.

De fato, na atualidade é pequeno o conhecimento acumulado sobre a efetividade das intervenções para prevenção de doenças crônicas mesmo sabendo-se que práticas de alimentação saudável e atividade física são forte aliadas nesse processo, grande parte das doenças crônicas, apresentam fatores de risco associados e investir em ações preventivas básicas resulta em resultados positivos para a saúde da população (SICHIERI *et al.*, 2000).

A alimentação saudável é aliada ao desenvolvimento humano desde o nascimento sendo a família e a escola aliadas no processo de introdução alimentar e de criação de hábitos alimentares no decorrer da vida que garante na fase adulta melhores resultados e diminuição da ocorrência de doenças crônicas tanto na perspectiva física como mental

(ALVES; CUNHA, 2020).

4.4 Desenvolvimento interprofissional no espaço acadêmico

Foi possível ainda perceber que o NAPI é uma ferramenta potencial de disseminação do trabalho interprofissional ainda no espaço acadêmico que busca desenvolver competências, habilidades e práticas acadêmicas com o foco na aproximação com a comunidade e na premissa da responsabilidade social oferecendo serviços de estágios para os cursos de enfermagem, biomedicina, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Medicina, Psicologia e Serviço Social (UNINTA, 2021).

A interprofissionalidade segundo Ricardo Ceccim (2018) traz à tona discussões sobre o encontro de práticas que envolvem duas ou mais profissionais que exploram um campo de saber comum abordando um cruzamento entre os diferentes saberes em prol do bem-estar de um paciente.

O NAPI permite a vivência dessa interprofissionalidade ainda no ambiente acadêmico de forma bem precisa possibilitando discussões de casos e visão conjunta e ampliada dos pacientes que ali são atendimentos sendo possível que sejam vistos sob uma perspectiva integral e holística.

Assim, percebe-se que a Educação interprofissional promove troca de saberes e um espaço de reflexão que são elementos indispensáveis para o cuidado integral, no espaço acadêmico, isso fica ainda mais positivo tendo em vista que é um espaço de formação que será levado para o cenário de prática profissional e essa proposta de ensino aprendizagem tende a colaborar com o sistema de saúde (PETERMANN; MIOLO, 2021).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa experiência foi possível perceber a sala de espera como um espaço fértil para construção do conhecimento dentro da proposta de educação em saúde no modelo dialógico possibilitando participação ativa da comunidade na produção do cuidado em saúde. Esse processo contribui para a formação de sujeitos críticos, tanto no tocante aos usuários, como também da formação profissional mais humana e ciente da importância de conhecer as necessidades de saúde para o planejamento das suas ações no tocante aos discentes.

Ressalta-se a importância do NAPI na formação dos alunos dessa instituição que possibilita essa integração entre os diferentes cursos ainda no espaço acadêmico enquanto campo de estágio e como fortalecimento de assistência à saúde gratuita à população. Dessa forma, as experiências aqui apresentadas refletem o comprometimento de estudantes que acreditam na inovação para a formação em saúde e na qualificação no ambiente acadêmico enquanto espaço transformador de práticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. M.; CUNHA, T. C. O. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Rev. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas.** v. 10, n. 27, p. 46-62. 2020. Disponível em: 10.25242/8876102720201966. Acesso em 28 set. 2022.

ANDRADE, Y. S. *et al*. Educação em saúde na sala de espera: espaço de produção de cuidado e trabalho. **Revista Saúde em Redes.** 2021. v. 7, supl 2. Disponível em: http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3166. Acesso em: 14 out. 2022.

BECKER, A. P. S.; ROCHA, N. L. Ações de promoção de saúde em sala de espera: contribuições da Psicologia. **Mental**, Barbacena, v. 11, n. 21, p. 339-355, dez. 2017 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. 2022.

BISPO, E.P.F.; TAVARES, C.H.F.; TOMAZ ,J.M.T. Interdisciplinaridade no ensino em saúde: o olhar do preceptor na Saúde da Família. **Rev.Interface** . V. 18, n. 49, p. 337-350, Jun.2014. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/icse/a/Hzkv4gBKqjS8fbbvksvHBZL/?format=pdf&lang=pt

CARAMORI, U. *et al*. Projeto Fellows: Habilidades de Educação para Estudantes das Profissões da Saúde. **Revista brasileira de educação médica.** V. 44 (1), n.42; 2020. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/c6DzMbd9C8m9FGLXCdSTVyk/?lang=en

CARVALHO, V. F. *et al*. Acesso ao exame Papanicolau por usuárias do Sistema Único de Saúde. **Rev. Rene.** V. 17, n. 2, p. 198-207, 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/2999/2314. Acesso em: 22 out. 2022.

CECCIM, R. B. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface**. v. 22, suppl. 2, p. 1739-49, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/XRJVNsRHcqfsRXLZ7RMxCks/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

GUALANO, B.; TINUCCI, T. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Rev. Bras. Educ. fís. Esporte**. v. 25. N. spe. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbefe/a/LdkT3DR37Cp8b7SzBXSjfhM/?lang=pt. Acesso em: 28 set. 2022.

MARTINS, V. V. *et al*. Saúde sexual e reprodutiva no âmbito cultural. **Revista de Pesquisa Cuidado é fundamental**. v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750897021.pdf. Acesso em 28 set. 2022.

MERHY, E. E., & Franco, T. B. Por uma composição técnica do trabalho centrada nas tecnologias leves e no campo relacional e nas tecnologias leves. **Revista Saúde em Debate**, 2003. 27(65), 316-327. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/territorio/composicao_tecnica_do_trabalho_emerson_merhy_tulio_franco.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Rev. Práxis Educacional**. v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134. Acesso em: 27 set. 2022.

OLIVEIRA, J. L. T.; FERNADES, B. M. Intervenções de enfermagem na prevenção do câncer cérvico-uterino: perspectivas das clientes. **Rev. Enfem UERJ**. v. 25, e26242, 2017. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/10/915884/26242-103129-1-pb.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

PETERMANN, X. B.; MIOLO, S. B. Educação interprofissional em saúde no ensino superior: Revisão integrativa sobre a experiência brasileira. **Educação: teoria e prática**. V. 31, n. 64, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14608/1 1987. Acesso em: 28 set. 2022.

PUPPIN, M.; SABÓIA, V. A interdisciplinaridade como estruturante no processo de formação e de cuidado em saúde. **Rev. enferm UFPE on line**, Recife, 11(Supl. 10):4065-71, out. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/231166/25129. Acesso em: 14 out. 2022.

RAMOS, A. L. *et al*. A atuação do enfermeiro da Estratégia saúde da família na prevenção do câncer de colo de útero. **SANARE**. v. 13, n. 1, p. 84-91, 2014. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/437/292. Acesso em: 27 set. 2022.

Rosa J.; Barth P.O.; Germani A.R.M. A sala de espera no agir em saúde: espaço de educação e promoção à saúde. **Perspectiva**. 2011 [12]; 35(129):121-130. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/129_160.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

SANTANA, R.R.; SANTANA, C.C.A.P; COSTA NETO, S.B.; OLIVEIRA, E.C. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde . **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 46, n. 2, 2021. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/?format=pdf&lang=pt

SICHIERI, R. *et al*. Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira. **Arq Bras Endocrinol Metab**. v. 44, n. 3, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abem/a/vvvr8GQ3xwMJThHrXQW4jSj/?lang=pt. Acesso em: 27 set. 2022.

SILVA, A. C. V. *et al*. Fatores associados à osteopenia e osteoporose em mulheres submetidas à densitometria óssea. **Rev. Bras. Reumatol**. v. 55, n. 3, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbr/a/Dx7Z5hNXwXrRTydp69rWqfP/?lang=pt. Acesso em: 27 set. 2022.

SOUSA, E.; CHAGAS, M. O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Interprofissionalidade: experiências de uma acadêmica de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica.** 2022. 46 (2): e066. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/br8frvqMLkwvZrzMfr6KL9m/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 14 out. 2022.

UNINTA. NAPI - UNINTA. **Oferece novo espaço para as práticas e amplia atendimentos**. 2021. Disponível em: https://uninta.edu.br/site/notícias/napi-uninta- oferece-novo-espaço-para-praticas-amplia-atendimentos/. Acesso em: 28 set. 2022.

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Data de aceite: 01/01/2023

Ivo Tabajara de Souza Paiva
Mestre em Direção Estratégica em Engenharia de Software pela Universidade Internacional Iberoamericana (UNINI - Porto Rico). Especialista em: Gestão e Docência no Ensino Superior pela Estácio de Sá; Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário INTA (UNINTA); Gestão Estratégica em Tecnologia da Informação pela Universidade Europea del Atlántico (UNEATLANTICO - Espanha); Jogos Digitais pela (UNYLEYA); MBA Executivo em: Gestão de Pessoas e Liderança pelo UNINTA; Gestão de Processos BPM-CBOK pela Faculdade Unyleya (UNYLEYA). Bacharel em Sistemas de Informação pela Estácio de Sá. Atua como Professor Universitário no UNINTA. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1997502854453277
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Sandra Maria Oliveira
Doutoranda em Nutrição, Mestre em Saúde Pública, Especialista em Saúde Pública. Bacharel em Nutrição. Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário - UNINTA, (disciplinas de Educação Alimentar e Nutricional, Técnica Dietética, Políticas de Alimentação e Nutrição e Direito Humano à Alimentação Adequada). Foi Consultora da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) no Ministério de Desenvolvimentos Social e Combate à Fome - MDS, acompanhando a execução de Programas de alimentação e nutrição, incluindo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do Brasil. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9981432965969815
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Evaneide Dourado Martins
Especialista em Educação a Distância; Gestão, Planejamento e avaliação Escolar; Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta - UNINTA e Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Cariri. Atuou como transpositora didática de materiais didáticos para os Cursos em Educação a Distância, atua como docente (gerência de processors de fluxo de materiais didáticos) na área de Educação a Distância no Centro Universitário UNINTA e como docente na Universidade Paulista – UNIP. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8234808360328601
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Joselena Lira de Albuquerque
Mestre em Ciências da Educação Emil Brunner Worl University. Especialização em Ensino do Português. Universidade Estadual Vale do Acaraú -IVA (2006). Licenciatura em Letras, habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú -UVA (2003). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Inta – UNINTA Sobral – CE (2019). Tenho experiências na Gestão Pedagógica entre outras comprovada no texto desse documento. Ministro aulas em minha área de formação no Nível Superior. Atualmente atuo como Revisora de Conteúdo Pedagógico no Centro Universitário Inta – UNINTA. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2370174718223690
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: Este artigo se propõe apresentar um conjunto de metodologias de ensino-aprendizagem, que podem ser aplicadas nas Instituições de Ensino Superior e contribuir, para que os professores conheçam essas metodologias e possam refletir sobre suas práticas pedagógicas. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada revisão bibliográfica integrativa para descrever as teorias aqui apresentadas e que abordassem práticas pedagógicas inovadoras em busca de produção do conhecimento. O objetivo não é apresentar todos os detalhes dessas metodologias, mas apresentar as vantagens das abordagens, que reconhecem o aluno como protagonista na aprendizagem, entendida como construções progressivas de conhecimento e habilidades. Pretende-se também mostrar que estas metodologias podem ser aplicadas simultaneamente, desde que existam entendimentos que se complementem entre si.
PALAVRAS-CHAVE: METODOLOGIAS ATIVAS. ENSINO. APRENDIZAGEM.

ACTIVE METHODOLOGIES IN THE COLLEGE (HIGH EDUCATION): LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This article provides a presentation of a group of teaching-learning methodologies that can be used in the College Education Instituitions, contributing and also helping professors to know those methods in order to reflect on their teaching practices.To develop this study , it was made an integrative bibliographic review with the main purpose of describing the theories we have presented and approaching innovative teaching practices to search for the knowledge production.The objective is not to presente all the details about those methodologies, however, the aim is to show the advantages of the learner-centered approachthat is understood as the knowledge and abilities of the progressive construction. This study also intends to show that those methodologies can be used at the same time as long as there are kinds of agreements that complemente each other.
KEYWORDS: Active Methodologies. Teaching. Learning.

1 I INTRODUÇÃO

Atualmente, o ensino superior está cada vez mais dissociado do que a sociedade e a modernidade exigem, no que diz respeito as práticas docentes. As Instituições de Ensino Superior fazem pesquisas, geram conhecimentos e distribuem estes conhecimentos, mas se estiverem amarradas ao método tradicionalista, não vão conseguir atender a grande demanda do número de estudantes, que já nasceram na era digital. Portanto, cabe as Instituições de Ensino Superior utilizar várias metodologias disponíveis pensando na maior participação do estudante de forma colaborativa e com maior autonomia na aprendizagem.

No processo de aprendizagem, o estudante desenvolve construções mentais variadas como: comparação (examinar dois ou mais objetos), observação (prestar atenção em algo), imaginação (ter alguma ideia sobre algo que não está presente), obtenção e organização dos dados (são a base de um trabalho independente).

Em seguida, o aluno executa ainda a elaboração e confirmação de hipóteses (algo apresentado como possível solução para um problema), classificação (colocar em grupos), interpretação (atribuir ou negar sentido a experiência), crítica (efetivar julgamento), busca de suposições (aceitar algo sem discussão), aplicação de fatos e princípios a novas situações (solucionar problemas e desafios), planejamento de projetos e pesquisas (lançar ideias, intenções, utilizando-se de esquema preliminar), análise e tomadas de decisão (agir a partir de valores aceitos e adotados na escolha) e construção de resumos (apresentar de forma condensada).

A pesquisa definiu como objetivo apresentar um conjunto de metodologias de ensino-aprendizagem, que podem ser aplicadas em Instituições de Ensino Superior e contribuir, para que os professores conheçam essas metodologias e possam refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Esta abordagem se justifica a partir das inquietações existentes, indagam se as Instituições de Ensino Superior têm formado profissionais para atuarem no mercado de trabalho com competência e autonomia. Com a vasta disponibilidade de informações, encontrar motivos para que o estudante desperte e saia do estado de espectador e desenvolva habilidades e competências, induz a equipe da educação a pensar e conhecer como se produz uma aprendizagem significativa e como se constró o conhecimento.

O estudo envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica considerando como referenciais teóricos os trabalhos de autores que se debruçaram sobre o assunto, dentre eles: FILATRO; CAVALCANTI (2018), (BORGES; ALENCAR, 2014), (ROCHA; LEMOS, 2014), (CYRINO; PEREIRA, 2004), (OLIVEIRA et al. 2016), (MONTEIRO et al. 2012), (SESOKO; NETO, 2014), (FERNANDES et al. 2010), (SCHMITZ, 2016), dentre outros.

Atualmente não foram identificadas informações concentradas de metodologias de ensino-aprendizagem em um único estudo e este artigo se propõe a apresentar alternativas para a busca de metodologias de ensino-aprendizagem específicas no mesmo estudo e, além disso, se propõe a expor a descrição destas.

2 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada revisão bibliográfica integrativa para descrever as teorias aqui apresentadas abordando práticas pedagógicas inovadoras em busca de produção do conhecimento. O trabalho de pesquisa bibliográfica foi desenvolvido por meio de coletas de materiais, utilizando a base de dados da Scielo (https://scielo.org/) e o Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/), em livros, revistas e periódicos. Foram selecionadas monografias, teses, artigos científicos e livros que possibilitaram o entendimento das Metodologias Ativas, que permitiram a utilização da técnica de observação para análise destes documentos.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

A Metodologia Ativa veio com a proposta de colocar o estudante em uma posição de um ser ativo e o professor um papel de mediador/ facilitador, e com isso o estudante tem a possibilidade de exercer a autonomia do seu aprendizado construindo seu próprio conhecimento. O professor não deixa de ser o detentor do conhecimento, pois ele se formou para exercer o magistério, conhecedor da didática e das teorias da educação, mas sim, deve ser o responsável para dar o direcionamento ao estudante com a intenção que este realize descobertas que possam colaborar para sua formação.

Nesta perspectiva apresentaremos neste artigo algumas das metodologias utilizadas como: *Experiential Learning Theory* – ELT, *Peer Instruction* – PI, *Problem Based Learning* – PBL, *Just-in-time teaching* – JiTT, *Discovery learning* – DL, *Team-based learning* – TBL, *Inquiry Based Learning* – IBL, *Project-Based Learning* – PJBL, *Project-Led Education* – PLE, Case Study – SC, *Flipped Classroom* – FC, *Hands On* – HO, Educação Imersiva e Educação Socioemocional – SEL.

A ELT (Teoria da Aprendizagem Experiencial), foi criada pelo teórico em educação, Charles A. Kolb – mestre e doutor pela Havard University. Consiste em um modelo de representação, que aborda o desenvolvimento profissional das pessoas, como elas aprendem, onde é atribuído um grande valor à experiência de atuação profissional, sendo este um recurso permanente de aprendizagem.

Segundo Filatro; Cavalcanti (2018), no ciclo de aprendizagem experiencial de Kolb, a compreensão da realidade abrange a Experiência Concreta (EC), que se refere às sensações e impressões da experimentação de novas experiências que servirão de base para a resolução e aprendizagem. Já a Conceituação Abstrata (CA), constitui-se basicamente em pensamentos para obter entendimentos, utilizando-se de reflexõe e comparativos entre fatos semelhantes, com o objetivo de estabelecer teorias lógicas nas trocas de opiniões e ideias. No ciclo de transformação da realidade, a Observação Reflexiva (OR), refere-se a um processo de reflexão da experiência concreta, vivenciada com utilização de opções de escolhas e a partir de diferentes concepções ou perspectivas e a Experiência Ativa (EA) é a aplicação prática dos conhecimentos e emprego dos conceitos que foram aprendidos em novas situações.

A PI (Instrução por Pares), foi criada pelo professor Eric Mazur, da Universidade de

Harvard, visando envolver o estudante com a finalidade de compreensão dos conteúdos disponibilizados para uma leitura prévia antes da aula, e com isso o estudante consiga explicar aos seus pares o seu entendimento sobre o assunto. Constitui-se em um conjunto de etapas que fazem parte do aprendizado como: leitura do material pelos estudantes, exposição em sala de aula, questionamentos, discussão em grupos, avaliação do professor, coleta de dados e análise das dificuldades dos estudantes (SI VA, 2013).

A aprendizagem acontece em um ambiente social cada vez mais complexo, dinâmico e imprevisível, onde a colaboração ajuda o desenvolvimento de competências, mas também pode provocar muitas tensões, desencontros, ruídos e decepções. O professor desempenha um papel importante sendo responsável por conteúdos, de seleção de materiais relevantes, sendo um mediador do processo e o estudante um ator principal e responsável pela sua aprendizagem.

A PBL (Aprendizagem Baseada em Problemas), originou-se como proposta metodológica, em 1969 na McMaster University, Canadá, mas é possível encontrar exemplos de implementação da PBL em todo o sistema educacional, pois já foi utilizado por vários pesquisadores. Considerada uma metodologia inovadora, faz a integração de várias teorias educacionais e operacionalizá-los na forma de um conjunto consistente de atividades (BORGES; ALENCAR, 2014). Trabalhar com aprendizagem baseada em problemas proporciona ao estudante visualizar a sua prática profissional, superando os requisitos teóricos e construindo o conhecimento em rede.

Esse processo contempla três princípios fundamentais sobre a aprendizagem: (1) O conhecimento é estruturado em redes de conceitos relacionados entre si, sendo essencial o conhecimento prévio do assunto; (2) Habilidades para o estabelecimento de objetivos, seleção de estratégias e avaliação dos resultados e (3) O contexto onde o ensino se dá favorece ou inibe a aprendizagem, autoavaliação e avaliação construtiva de colegas, imprescindíveis para uma aprendizagem autônoma e eficaz (RIBEIRO, et. al. 2003 apud GIJSELAERS,1996).

O conhecimento construído na busca de solucionar o problema é muito mais significativo que a própria solução, e isto é que torna a PBL interessante, pois o estudante não, somente adquiri o conhecimento, mas consegue desenvolver as habilidades e atitudes que serão ponto principal para sua atuação profissional (BORGES ALENCAR, 2014).

A JiTT (Ensino na Hora Certa), desenvolvido por Gregor Novak e colegas, combina alta velocidade de comunicação via *web* com a habilidade de combinar o conteúdo a ser ministrado na aula. O ponto principal é trabalhar e unir as atividades realizadas pela *web* e àquelas desenvolvidas em sala de aula, ou seja, a devolutiva para o discente do material lido (ROCHA; LEMOS, 2014).

Esta metodologia consiste na leitura antecipada do material que envolve uma atividade que proporciona um retorno aos estudantes antes da aula, para o conhecimento e compreensão do material. O método proporciona aos discentes a oportunidade de averiguar se sua leitura foi compreendida. Com este retorno, eles aprendem a avaliar a sua própria compreensão, assumindo a responsabilidade por sua aprendizagem, ao passo

que as respostas permitem ao professor uma melhor preparação para as aulas, auxiliando-os a saber quais são as dificuldades dos estudantes e assim o professor poderá traçar estratégias para desenvolver o conteúdo de forma satisfatória. (ROCHA; LEMOS, 2014).

O DL (Aprendizado por Descoberta), modelos concebidos pelo psicólogo Jerome S. Bruner, é uma metodologia de ensino que se concentra no estímulo dos estudantes, na busca de respostas para problemas fornecidos. Os discentes recebem as informações, para os quais devem descobrir suas possíveis soluções, adquirindo aprendizado conceitual ao prático durante este processo.

Um dos principais desafios referentes à aplicação desta metodologia, está a dificuldade para conseguir abranger, com qualidade, todos os assuntos necessários, considerando o tempo e esforço exigidos pela metodologia. Os resultados obtidos por esta metodologia comprovam uma maior capacidade de consolidar princípios previamente formados, transformando-os em novos conhecimentos práticos.

Diante desse pressuposto, entende-se que “a educação problematizadora trabalha a construção do conhecimento através das experiências significativas, apoiada nos processos de aprendizagem por descoberta” (CYRINO; PEREIRA, 2004, p. 781). Em oposição aos processos de recepção, os conteúdos não são colocados aos discentes de forma fechada, mas na forma de solução de problemas, nas quais devem ser descobertas e construídas pelo estudante. Na aprendizagem de modo significativo, o conteúdo deve buscar uma relação dos conhecimentos prévios do estudante, exigindo a assimilação dos conteúdos significativamente e o professor buscando estratégias mobilizadoras para que a aprendizagem ocorra. Ausubel (1978), apud Madruga (1996) mostra que tanto a aprendizagem por recepção como por descoberta pode desenvolver-se de modo significativo ou repetitivo

Quando o aluno não consegue se situar ou fazer uma conexão em relação ao conteúdo inédito com os anteriores, mostra que sua aprendizagem foi de forma repetitiva, mas para que tais conteúdos sejam significativos é necessária uma aprendizagem ativa. (CYRINO; PEREIRA, 2004). O aprendizado por descoberta proporciona ao estudante um ambiente atraente e motivador e com isso proporciona um melhor aproveitamento e desempenho em questões conceituais.

O TBL (Aprendizagem Baseada em Equipes), desenvolvida por Larry Michaelsen, nos anos 70, na Universidade de Oklahoma, foi projetada para fornecer aos estudantes, o conhecimento tanto teórico quando prático. Os estudantes são organizados em grupos e o conteúdo do curso organizado em grandes unidades. As atribuições da equipe devem visar o uso de conceitos para a tomada de decisão, para promover a aprendizagem através da interação do grupo, com a possibilidade de promover a autonomia e proatividade (ROCHA; LEMOS, 2014).

Os trabalhos em pequenos grupos em sala de aula e o contato com discentes que apresentam diferentes entendimentos, criam processos de argumentações e percepções que, em si, geram melhores entendimentos dos conteúdos. Em atividades em grupo, estes conseguem resolver problemas mais difíceis e as soluções encontradas são melhores do

que aquelas produzidas individualmente, no que diz respeito à análise qualitativa. Também favorece o ensino do conteúdo, a comunicação entre os alunos/alunos e entre professor/alunos, bem como a convivência em sociedade. (OLIVEIRA et al. 2016).

Antes de qualquer atividade da aula, os discentes devem estudar através de materiais específicos. É executado um teste sobre as ideias-chave, a partir das leituras individuais dos alunos; logo após, o teste é refeito em grupo, para a chegada de um consenso sobre as respostas da equipe. Os estudantes recebem retorno imediato sobre o teste da equipe e, em seguida, têm a oportunidade de fazer contestação baseados em evidências, para questões julgadas erradas (ROCHA; LEMOS, 2014). A etapa final do processo consiste em uma apresentação, no qual o professor esclarece os possíveis erros, que se tornam aparentes durante o teste de equipe e as contestações. O restante da unidade de aprendizagem é usado em atividades em sala e tarefas que exigem que os alunos pratiquem, utilizando o conteúdo do curso (ROCHA; LEMOS, 2014).

A IBL (Aprendizagem baseada em inquérito), é uma metodologia que proporciona o ensino ativo onde a curiosidade é o motivo propulsor para a aprendizagem. Segundo Banchi e Bell (2008), existem quatro níveis nesta metodologia, praticados de acordo com o conhecimento e a maturidade dos alunos.

O primeiro nível, indicado para índices menores de conhecimento, que recebe o nome de Confirmação, consiste em fornecer aos estudantes tanto com a pergunta quanto com o procedimento, para que eles alcancem uma resposta conhecida. Este nível é indicado para reafirmar um conteúdo já abordado, para incitar o estudante a realizar pesquisas através de coleta de dados. No segundo, denominado Estruturado, as perguntas e procedimentos são fornecidos, no entanto, os estudantes não conhecem a resposta, devem criar hipóteses baseada pelas pesquisas realizadas. O terceiro nível, denominado Guiado, o professor fornece somente as perguntas e os estudantes diante destas passam a desenvolver a pesquisa, a criação da hipótese, o método para teste e o esclarecimento dos resultados. Apesar de o professor deixar que os estudantes desenvolvam a pesquisa, seu papel é de orientação no processo. No próximo nível, considerado o mais elevado, denominado Aberto, os estudantes devem atuar como pesquisadores, elaborando e organizando as perguntas, buscando informações pertinentes, obter elementos, levantar a hipótese e defendê-la. (MONTEIRO et al., 2012).

A aprendizagem baseada na investigação, destaca-se como metodologia de ensino-aprendizagem, sendo uma estratégia, onde alunos/professores seguem processos iguais aos utilizados pelos investigadores, para construir conhecimento. Esta metodologia, baseada na aprendizagem através da descoberta e a construção de significados possibilita ao estudante, uma compreensão mais profunda, e destaca que a participação e responsabilidade do estudante para descobrir o conhecimento inédito é fundamental, necessitando de uma organização clara de forma sequencial de todo o processo investigatório.

O processo de investigação é dividido em fases relacionadas por unidades de ação, em que os estudantes focalizam a atenção nas características do pensamento reflexivo e

científico. A primeira fase, denominada de orientação, destina a incitar a curiosidade de um determinado conteúdo e propor um desafio de aprendizagem a partir da formulação de um problema; a segunda fase, denominada de conceitualização, destina a elaborar questões baseadas na teoria ou formulação de hipóteses; a terceira fase, denominada de investigação, destina ao processo de exploração ou experimentação, coleta e interpretação de dados, baseados nos procedimentos de investigação; a quarta fase, denominada de conclusão, destina a conclusões dos dados coletados, realizando a comparação das inferências, a partir da análise dos dados que permitem responder às questões problema; e a quinta fase, denominada de discussão, destina a apresentar as evidências que se destacam, comunicando-os aos outros e refletindo, em diferentes momentos do ciclo de investigação e aprendizagem (LOPES; MESQUITA, 2016).

A PJBL (Aprendizagem baseada em Projetos), é uma metodologia que promove a aprendizagem com participação do aluno em equipes de projeto. Os projetos realizados pelos discentes implicam na resolução de problemas complexos do mundo real e variam quanto a complexidade e abrangência. Os projetos envolvem os alunos em atividades de *design*, resolução de problemas, tomada de decisão, atividades de investigação e trabalho em equipe. O processo se dá através de duas etapas: a síntese e a análise; que se alterna durante o desenvolvimento do projeto. Segundo Tarricone; Luca (2002) apud Monteiro et al. (2012) o projeto consiste em: compromisso com o sucesso da equipe e compartilhamentos; interdependência, competências interpessoais, comunicação aberta e retorno positivo; composição da equipe apropriada; compromisso com os processos de equipe, liderança e responsabilidade.

Os benefícios para os discentes com a utilização desse tipo de metodologia são: maior frequência em sala de aula, melhoria da aprendizagem (THOMAS, 2000); ganhos acadêmicos similares ou melhores que aqueles obtidos por outras metodologias, com estudantes envolvidos em projetos e assumem maior responsabilidade pela sua própria aprendizagem (BOALER, 1997); oportunidades para desenvolver habilidades mais difíceis, tais como o pensamento racional, a resolução de problemas, colaboração e comunicação e; acesso a mais oportunidades de aprendizagem em sala de aula, proporcionando uma estratégia para envolver os estudantes com diversidades culturais (RAILSBACK, 2002).

A estrutura básica da metodologia é composta de: fornecer/escolher o tema do projeto; coletar fatos: entender o projeto proposto, formular problemas e os objetivos do projeto; criar ideias para elaborar o projeto. Entender os conteúdos necessários para a realização do projeto; discussão das propostas de solução e realização do trabalho, viabilidade para a chegada de uma solução a ser implantada; elaboração e implementação do projeto/produto; realização de testes, obtendo dados, avaliando e verificando os resultados; elaboração de relatório escrito e de um seminário (apresentação oral) contendo: o objetivo, a descrição do projeto, a metodologia aplicada, os resultados e análises realizadas; e conclusão do grupo com relação ao trabalho (SILVEIRA et al., 2008 apud SESOKO; NETO, 2014).

A PLE (Aprendizagem baseada em Projetos Interdisciplinares), surge no contexto dos desafios decorrentes do Processo de Bolonha, como estratégia assertiva para a

aprendizagem ativa e centrada no trabalho de equipe do estudante, resolução de problemas com a utilização da teoria e prática, através de projeto que resulta com a apresentação de uma solução/produto a partir de uma situação real, articulada com o futuro profissional. Os principais objetivos desta metodologia concentram-se em: colocar o estudante como centro na aprendizagem, trabalho em equipe, desenvolver o espírito de iniciativa e criatividade, a comunicação, o pensamento crítico e relacionar conteúdos interdisciplinares de forma integrada (FERNANDES et al. 2010).

Esta metodologia constitui, em uma estratégia de suma importância para a obtenção de competências interdisciplinares, possibilitando a integração dos vários conteúdos das disciplinas que participam do projeto, onde os estudantes aprendem através de projetos de forma colaborativa e interdisciplinar (FERNANDES et al. 2010).

O trabalho em equipe por parte dos estudantes é para planejar e realizar um projeto aberto, no qual desenvolvem as competências específicas das unidades curriculares, bem como competências transversais de forma colaborativa na realização de tarefas, monitorização, desenvolvimento do projeto, pesquisa e seleção de informação, negociação de conflitos e comunicação interpessoal (FERNANDES et al. 2010)

A SC (Estudo de Caso), foi criado 1880 por Christopher Columbus Langdell, no curso de Direito da Universidade de Harvard, que tem sua aplicação quando o estudante busca uma compreensão com mais objetividade e validade conceitual, onde ele passa a aprender melhor, com estudos de casos reais além dos textos. Apesar de não responder completamente a uma pergunta, fornecerá algumas informações que permitirá a elaboração e criação de hipóteses sobre determinado assunto.

Entre as metodologias de investigação científica, o estudo de caso tem sido um método bastante utilizado nas Universidades e isso tem acontecido por ser uma metodologia que pode ser aplicada a diversas áreas do conhecimento com sua utilização tanto em programas de pós-graduação e também ser uma metodologia que possibilita a realização de pesquisas aplicadas a casos reais (MALI, 2016).

A FC (Sala de Aula Invertida), é um modelo que tem a função de inverter o objetivo de cada espaço, onde os estudantes recebem o conteúdo em sala de aula e a fixação do aprendizado é feita em casa, com a realização de tarefas e estudos por conta própria. É um modelo que tem suas raízes no ensino híbrido (uma combinação dos recursos e dos métodos usados como presencial e *online*, com a qual se procura tirar vantagens de qualquer um dos dois métodos), conhecido como *blended learning* ou *b-learning*, que é um derivado do *e-learning* (Ensino eletrônico), em que se refere a um sistema de formação onde a maioria dos conteúdos é transmitido pela *internet*, também inclui aulas presenciais, daí a origem da designação *blended*, algo misto, combinado (SCHMITZ, 2016).

No entanto, é uma modalidade onde o conteúdo e as instruções são estudados por meio de videoaulas ou outros recursos interativos, em suas próprias casas, antes mesmo do aluno frequentar a sala de aula, que passa a ser o local para trabalhar os conteúdos já estudados, com atividades práticas de resolução de problemas e projetos, discussão em grupo, laboratórios e outros. O estudante antes de frequentar a aula deve estudar o

material transmitido e realizar alguma atividade de avaliação, e ao chegar na sala de aula, ocorrerá perguntas, discussões e atividades práticas.

Esta forma de trabalhar resulta em uma maior interação entre professores e estudantes que possibilita um aproveitamento bem mais satisfatório aos estudantes que apresentam dificuldades na aprendizagem. O professor torna-se o mediador e facilitador do processo e a tecnologia um suporte para que os estudantes acessem conteúdos e informações. (VALENTE, 2014).

A HO (Mãos na Obra), foi criado 1972 por Craik e Lockhart e são experiências de aprendizagem nas quais o aluno é o protagonista e desenvolvedor em atividades nas quais promoverá a compreensão da realidade de forma mais complexa, tornando a sala de aula um laboratório. É uma maneira bem-sucedida de ensinar os discentes que não se satisfazem apenas ouvindo ou visualizando aprendem melhor vendo exemplos, dessa forma conseguem resolver desafios cotidianos, porque desenvolvem as capacidades de interação, ter empatia, se expressar, além de constantemente aprender com seus erros e fazer reflexões através das atividades que desenvolvem. (CRAIK; LOCKHART, 1972).

A Metodologia Imersiva foi desenvolvida com base em estudos de neurociência e aprendizagem, focando na experiência prática que visa somar e complementar a vivência do aprendizado, apoiando-se em mídias e tecnologias. O processo acontece por meio de simulações e técnicas que contextualizam a rotina de trabalho dos profissionais onde é possível simular desafios, estimulando a tomada de decisão e possibilitando a experimentação e a aplicação prática do conhecimento adquirido. Há ferramentas vinculadas a esta metodologia como: gamificação, roleplaying, realidade aumentada, realidade virtual e simulações de computador. (BALOTIN, 2020 apud FILATRO; CAVALCANTI, 2018).

O caminho para a eficácia da aprendizagem em treinamento e desenvolvimento é a capacidade de equipar os educadores com o conhecimento e habilidades para um bom desempenho em seus trabalhos, pois o constante avanço tecnológico faz com que profissionais do aprendizado as utilizem para melhorar tanto o envolvimento quanto à eficácia, considerando todas as etapas do processo de aprendiza em, inclusive os erros.

A metodologia SEL (Educação Socioemocional), foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores, em 1994, nos Estados Unidos. É uma estrutura para atender as necessidades dos estudantes e apoiar o alinhamento de uma série de programas e iniciativas escolares, na qual os estudantes aprendem a refletir e aplicar conhecimentos, atitudes e competências necessárias ao longo da vida escolar. No processo de desenvolvimento de natureza afetiva e social, é que se encontram as bases da competência socioemocional que constitui o conjunto de habilidades, comportamentos, emoções e sentimentos individuais, onde o indivíduo tem que lidar com as próprias emoções. (GUIDE, CASEL, 2013).

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa observou-se que o docente pode trabalhar com várias metodologias, desenvolvendo o campo experimental do futuro profissional, envolver os estudantes para trabalhar com seus pares, trabalhar com situação problema dando a possibilidade de o

estudante não somente adquirir o conhecimento, mas conseguir desenvolver as habilidades e atitudes, aprendendo de forma significativa, apoiada nos processos de aprendizagem por descoberta.

Ressalta-se que trabalhar com equipes auxilia na interação entre estudantes possibilitando troca de ideias e discussões, bem como a aprendizagem através de investigação incita os estudantes a busca de pesquisas. A metodologia baseada em projetos envolve os estudantes a resolver problemas, tomar decisões, e trabalhar em equipe.

No entanto, baseado nos autores estudados foi constatado que o uso de metodologias ativas, é uma possibilidade de recurso didático, para uma formação crítica e reflexiva do estudante universitário e para isso, as metodologias devem ser utilizadas não isoladamente, mas sim simultaneamente, extraindo de cada uma, o que tem de melhor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos estilos de aprendizagem permite um maior esclarecimento de como acontece o processo de ensino-aprendizagem. Realizar a identificação das preferências de aprendizado dos alunos, possibilita o planejamento dos melhores métodos de ensino que serão utilizados, e dessa forma, possa se aperfeiçoar a construção do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem.

Com a mecânica de pontuação, prêmios e desafios, cria-se ambientes de aprendizagem e competitividade que recorrem a recompensas, pontos, alcance de níveis e outros, no enquadramento dos objetivos dos jogos educacionais, os quais incrementam o conhecimento do aluno, quer em contexto educativo formal ou informal.

Somente o esclarecimento da aprendizagem, não produz nem acontece o aprendizado, sem que haja investimentos em aperfeiçoamento do professor e a criação de instrumentos para a efetiva aplicação dos métodos aos alunos.

Portanto, considerando um questionamento constante na educação, a busca por opções, em contrapartida, aos métodos tradicionais de ensino para suprir as novas demandas da sociedade, surgi essa nova habilidade que intenciona em tornar o aluno protagonista do ensino aprendizado. As metodologias ativas de ensino, através de estratégias pedagógicas específicas, trazem à tona essa perspectiva de aprendizagem participativa e autônoma do estudante.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Mali. Estudo de Caso como metodologia de pesquisa aplicada. **Revista Gestão Universitária**. (2016) Disponível em: http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/estudo-de-caso-como-metodologia-de-pesquisa-aplicada. Acesso em: 5 out. 2022.

BALOTIN, Wendy Willian. **Inovação e Metodologias Inovadoras em uma Escola de Governo**: o uso de metodologias inovadoras em cursos de educação executiva da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6806/1/Wendy%20 Willian%20Balotin.pdf Acesso em: 13 nov. 2022.

BANCHI, H.; BELL, R. The Many Levels of Inquiry. **Science and Children,** v.46 nº 2, p. 26- 29, October, 2008.

BOALER, J. **Mathematics for the moment, or the millennium?** Education Week, 1997.

BORGES, Tiago Silva; ALENCAR, Gildélia. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: O uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em revista.** Ano 03, nº 04, p. 119-143, jul/ago. 2014.Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/napecco/Metodologias/Metodologias%20Ativas%20na%20Promocao%20da%20Formacao.pdf Acesso em: 02 out. 2022.

CYRINO, Eliana Goldfarb; PEREIRA, Maria Lúcia Toralles. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 20(3):780-788, mai-jun, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/mrrzr85SM93thZzwGFBm56q/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 02 nov. 2022.

CRAIK, Fergus I. M.; LOCKHART, Robert S. Levels of Processing: A Framework for Memory Research. **Journal Of Verbal Learning And Verbal Behavior, v.** 11, n. 6, p. 671- 684, 1972. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S002253717280001X Acesso em: 12 nov. 2022.

FERNANDES, Sandra Raquel; FLORES, Maria Assunção; LIMA, Rui Manuel. A aprendizagem baseada em projectos interdisciplinares: avaliação do impacto de uma experiência no ensino de engenharia. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v.15, n.3, p.59-86, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/bKGwZx9Dw8VzY6WfmZmbCSt/?lang=pt Acesso em: 06 nov. 2022.

FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. Metodologias Ativas. **Metodologias Inovativas na Educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Cap. 1. p.28.

GUIDE, CASEL. **Effective social and emotional learning programs. Preschool and Elementary School**, v. 9, 2013. Disponível em: https://ed.buffalo.edu/content/dam/ed/alberti/docs/CASEL-Guide-SOCIAL-EMOTIONAL-LEARNING.pdf Acesso em: 13 nov. 2022.

LOPES, Rui Pedro; MESQUITA, Cristina. A Gamificação e a IB na Aprendizagem dos Alunos do Ensino Superior. **Atas do VII Congresso Mundial de Estilos de Aprendizagem**. Bragança – Portugal, p 1162-1175, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/13694/1/2016_cmea_rpcm_full.pdf Acesso em: 02 nov. 2022.

MADRUGA, A. Aprendizagem pela descoberta frente à aprendizagem pela recepção: a teoria da aprendizagem verbal significativa. In: COLL, C.; ALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Organizadores). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: **Artes Médicas**; 1996. p. 68-78.

MONTEIRO, Simone Borges Simão et al. Metodologias e práticas de ensino aplicadas ao curso de Engenharia de Produção: Análise da percepção de alunos de projetos de sistemas de produção da Universidade de Brasília. In: **XI CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA**, 2012, Belém. Disponível em: http://www.abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/7/artigos/103920.pdf Acesso em: 16 out. 2022.

OLIVEIRA, Tobias Espinosa; ARAUJO, Ives Solano; VEIT, Eliane Angela. Aprendizagem Baseada em Equipes (Team-Based Learning): um método ativo para o Ensino de Física. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física,** v. 33, n. 3, p.962-986, dez. 2016, Disponível em https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/187938 Acesso em: 02 nov. 2022.

RAILSBACK, J. **Project-based instruction: Creating excitement for learning. Portland, OR:** Northwest Regional Educational Laboratory, 2002.

RIBEIRO, Luis Roberto C. et al; Uma experiência com a PBL no ensino de engenharia sob a ótica dos alunos. São Paulo: COBENGE, 2003. Disponível em: http://www.abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/16/artigos/NMT221.pdf Acesso em: 06 nov. 2022.

ROCHA, Henrique Martins; LEMOS, Washington de Macedo. Metodologias ativas: Do que estamos falando? Base conceitual e relato de pesquisa em andamento. In: **IX SIMPÓSIO PEDAGÓGICO E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO**. Disponível em: https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/41321569.pdf Acesso em: 05 out. 2022.

SILVA, Arlete, Aprendizagem Ativa. **Revista Educação**. Disponível https://revistaeducacao.com.br/2013/07/15/aprendizagem-ativa/ Acesso em: 03 out.2022.

SCHMITZ, Elieser Xisto da Silva. **Sala de aula invertida:** uma abordagem para combinar metodologias ativas e engajar alunos no processo de ensino-aprendizagem. Orientadora: Susa Cristina dos Reis. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, RS, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12043/DIS_PPGTER_2016_SCHMITZ_ELIESER.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 15 out. 2022.

SESOKO, Veronica Mariti; NETO, Octavio Mattasoglio. **O uso de estratégias ativas no curso de graduação de engenharia civil da escola de engenharia de Mauá**. Disponível em: https://docplayer.com.br/14597616-O-uso-de-estrategias-ativas-no-curso-de-graduacao-de-engenharia-civil-da-escola-de-engenharia-maua.html Acesso em: 06 out. 2020.

THOMAS, J.W. **A Review of Research on Project-based Learning.** San Rafael, CA: Autodesk.2000.

VALENTE, José Armando, Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em revista 2014**. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155037796006. Acesso em: 15 out. 2022.

WEB RÁDIO COMO MEIO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE COM OS ESTUDANTES SOBRE OS CUIDADOS A GESTANTES E RECÉM-NASCIDOS NO CONTEXTO DA COVID- 19

Data de aceite: 01/01/2023

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras
Graduada em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutoranda em cuidados clínicos em enfermagem e saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Link Lattes: http: http://lattes.cnpq.br/5269064271273231 , Link Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7464-1992
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Sobral – CE, Brasil

Raimundo Augusto Martins Torres
Graduado em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Educação Brasileira, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9343125201221506, Link Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8114-4190
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Sobral – CE, Brasil

Edine Dias Pimentel Gomes
Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutoranda em cuidados clínicos em enfermagem e saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2937030520683444, Link Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5990-6358
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Sobral – CE, Brasil

Isabela Gonçalves Costa
Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE). Doutoranda em cuidados clínicos em enfermagem e saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9737237121868114 . Link Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9972-8258
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: O presente artigo apresenta o objetivo de descrever os saberes da juventude sobre a atenção a saúde das gestantes e recém-nascidos no contexto da pandemia da Covid-19, mediados na *web* rádio, através do Programa em Sintonia com a Saúde. Foi realizada uma pesquisa do

tipo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa no ciberespaço virtual da *web* rádio, tendo como conexão as interações dialógicas produzidas no Programa Em Sintonia Com a Saúde (S@S), em conexão com jovens estudantes de ensino médio e universitários nos territórios no Estado do Ceará, Brasil. durante a transmissão do programa foram realizadas 56 perguntas- discursos sobre a temática COVID-19 relacionado a gestantes, recém-nascidos e amamentação, sendo 15 perguntas- discursos produzidos pelas juventudes escolares e 41 pelos universitários. Os estudantes de escolas públicas e universitários, relataram a preocupações em relação aos cuidados e tratamento das gestantes diagnosticadas com COVID-19, reações às medicações, riscos com o bebê, pré-natal em tempos da pandemia, atendimento nas maternidades e vias de partos em gestantes diagnosticadas com o novo coronavírus. Os participantes também apresentaram questões indagativas relacionados à transmissão do vírus durante a amamentação. E sobre a infecção nos Recém- nascidos pelo coronavírus, os estudantes indagaram sobre: diagnóstico, sintomas da covid-10 em recém-nascidos, protocolos de tratamento, sequelas da doença, tempo de isolamento e tempo de permanência do recém-nascido no hospital. Nessa perspectiva, considera-se que a comunicação produzida pela *Web* Rádio foi de suma importância, para sanar todas as dúvidas presentes nos estudantes sobre essa temática, visando à disseminação das informações para outros jovens também.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Educação em Saúde. Gravidez.

WEB RADIO AS A MEANS OF HEALTH INFORMATION AND COMMUNICATION WITH STUDENTS ON CARE FOR PREGNANT WOMEN AND NEWBORN IN THE CONTEXT OF COVID-19

ABSTRACT: This article aims to describe the knowledge of youth about the health care of pregnant women and newborns in the context of the Covid-19 pandemic, mediated on the web radio, through the Program in Tune with Health. Exploratory-descriptive research, with a qualitative approach, was carried out in the virtual cyberspace of the web radio, having as a connection the comfortable dialogues produced in the Em Tune With Health Program (S@S), in connection with young high school students and university students in the territories in the State of Ceará, Brazil. During the broadcast of the program, 56 questions-speeches were asked about the COVID-19 theme related to pregnant women, newborns and breastfeeding, with 15 questions-speech produced by school youth and 41 by university students. Students from public and university schools reported concerns regarding the care and treatment of pregnant women diagnosed with COVID-19, reactions to medications, baby care, prenatal care in times of a pandemic, care in maternity wards and delivery routes in pregnant women diagnosed with the new coronavirus. Participants also presented informational questions related to transmission of the virus during breastfeeding. And about the infection in newborns with the coronavirus, the students asked about: diagnosis, symptoms of covid-10 in newborns, treatment protocols, sequelae of the disease, time of isolation and length of stay of the newborn in the hospital. hospital. In this perspective, it is considered that the communication produced by the Web Radio was of paramount importance, to solve all the doubts present

in the students about this theme, aiming at the dissemination of information to other young people as well.
KEYWORDS: Technology. Health education. Pregnancy.

1 I INTRODUÇÃO

A pandemia da infecção COVID-19, que teve início na China, se espalhou rapidamente pela Europa, Estados Unidos e América Latina (VILLELA, 2020; DA SILVA, 2020) e desde então, o Ministério da Saúde do Brasil (MS) e sociedades científica nacionais e internacionais têm publicado documentos e materiais informativos, com a finalidade de orientar a comunidade e os profissionais da saúde, sobre manejo clínico e ações que possam reduzir o contágio e minimizar os efeitos da infecção.

Era final de dezembro quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi acionada sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, era identificada uma nova cepa de coronavírus, nunca antes conhecida em humanos. E de repente e aos poucos o vírus foi atravessando fronteiras e em cada lugar as atividades iam parando e se propagando de forma muito rápida.

O agente responsável pela doença um novo tipo de coronavírus, Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (SARS-CoV-2). Pertencente à família *Coronaviridae*, esse vírus causa uma doença respiratória, denominada COVID-19. A doença disseminou-se rapidamente, e atingiu países dos cinco continentes. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como pandemia (HUANG *et al*, 2020).

Dessa forma, alguns grupos populacionais são considerados mais vulneráveis para a infecção COVID-19 (CDC, 2020a), dentre eles os idosos, as pessoas com doenças crônicas ou imunossuprimidas, os profissionais da saúde, gestantes e recém-nascidos (SCHWARTZ e GRAHAM, 2020; QIAO, 2020; SCHWARTZ, 2020; WANG et al., 2020a).

Neste sentido, apenas em março de 2020, o Ministério da Saúde (MS) do Brasil incluiu as gestantes como grupo de risco à COVID-19 com base nas alterações fisiológica da gestação, as quais tendem a gerar agravamento em quadros infecciosos devido à baixa tolerância à hipóxia observada nesta população (WHO, 2020; Dong Y et al., 2020).

Evidências disponíveis apontam que gestantes e crianças podem não desenvolver quadros mais graves da doença (ACOG, 2020; BRASIL, 2020a; UNFPA, 2020) e por falta de evidências científicas sobre as formas de contágio, fisiologia e patogênese do vírus, incluindo transmissão vertical e amamentação, esses grupos devem ser tratados com prioridade (BRASIL, 2020; SPB, 2020).

Sabe-se que as mulheres grávidas são particularmente suscetíveis aos patógenos respiratórios e pneumonias graves devido às alterações imunológicas e adaptações fisiológicas durante a gestação, como a elevação do diafragma, aumento do consumo de oxigênio e edema da mucosa do trato respiratório. Logo, as gestantes são grupo de risco para a morbidade e mortalidade pelo coronavírus (Chen et al, 2020).

Neste contexto, a literatura aponta que gestantes com infecção por Sars-Cov-2

e que evoluem para um quadro grave associado a uma comorbidade têm probabilidade aumentada de passar por um parto cesariano de emergência ou um parto prematuro, o que eleva o risco de morte materna e neonatal (LI et al., 2020).

Com isso, a pandemia do coronavírus trouxe diversas mudanças no campo da saúde, principalmente no manejo clinico das gestantes, puérperas e recém-nascidos, pois essas categorias fazem parte da classificação de risco, embora ainda não existam estudos que demonstrem quais os malefícios que esse vírus possa causar tanto é importante que os cuidados com a saúde sejam redobrados.

A atenção prioritária às gestantes se dá pelas características peculiares dessa fase, quando ocorrem alterações no metabolismo e no sistema imunológico adaptativas à gestação (RCOG, 2020); e os recém-nascidos por possuírem sistema imunológico imaturo, característica da fase de desenvolvimento na qual se encontram (WANG et al., 2020b). Com isso, há preocupação destes serem infectados pelo vírus SARS-CoV-2 e desenvolverem formas graves da doença, requerendo suporte de saúde em unidades de terapia semi-intensiva ou intensiva (LIU et al., 2020a; ZHU et al., 2020).

Assim, os serviços de atenção obstétrica e neonatal são considerados essenciais e, portanto, é indispensável que profissionais que atuam no cuidado, estejam atualizados e treinados para tomada de decisões daqueles com suspeita ou infecção confirmada por SARS-CoV-2 (ICM, 2020; RASMUSSEN e JAMIESONM, 2020; SILVA, 2020).

A pandemia de SARS-CoV-2 produziu estresse e ansiedade nas mulheres grávidas e nas puérperas em diferentes partes do mundo. Preocupação e estresse na gravidez e no puerpério estão associados a efeitos colaterais como pré-eclâmpsia, depressão, aumento de náuseas e vômitos, trabalho de parto prematuro, baixo Apgar e peso ao nascer do bebê (Mardani, Pourkaveh, 2020; Qiao, Wang, Li, Wang, 2020).

As preocupações das mulheres grávidas ou puérperas durante a pandemia estão relacionadas ao risco de exposição ao coronavírus desde o trajeto às unidades de saúde até os procedimentos pré, intra e pós-parto. Algumas desejam o término precoce da gestação com cesárea eletiva e outras têm dúvidas sobre o pós-parto, como transmissão do coronavírus durante amamentação e cuidados neonatais (Alder, Fink, Bitzer, Hosli, Holzgreve, 2020). De acordo com a OMS (ano) é necessário um acompanhamento mais contínuo dessas gestantes, puérperas e recém-nascidos para poder atualizar e revisar as rotinas aplicadas ao cuidado em saúde dessa categoria quando acometidas pelo novo coronavírus.

Diante dos dados expostos acima, têm-se a preocupação de além dos profissionai da saúde, capacitar futuros profissionais de saúde, que estão no ambiente acadêmico, como a graduação e repassar esses conhecimentos também para jovens escolares que ajudam na multiplicação dessas informações para a comunidade. É necessário um reforço no processo no processo de educar como de cuidar, a partir de estratégias de informação e comunicação em saúde, para o desenvolvimento de novas práticas de saúde e educação.

Neste sentido, no momento de pandemia, onde todos estão distantes, faz necessário a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDC), na cultura digital

de jovens escolares e universitários. As TDCS serão ferramentas pedagógicas utilizadas para capacitar seus profissionais, bem como para promover a educação para o cuidado em seus aspectos multidimensionais, ou seja, no processo de ensino e aprendizagem para práticas de prevenção, promoção e até na reabilitação da saúde humana (TORRES, 2018).

Assim, a cultura digital é aquela em que as diversas interfaces das TDIC são incorporadas ao dia a dia das pessoas, em vários aspectos da vida, de forma ubíqua, e consequentemente, acabam invadindo também o espaço de ensino e aprendizagem (VIDAL e MERCADO, 2018).

Sabe-se que são poucas as evidências científicas acerca do novo Coronavírus e, menos ainda, em relação ao manejo de gestantes positivas para o SARS-CoV-2 ou com suspeitas de infecção. Deste modo, para este momento de alerta das juventudes e universitários sobre os cuidados com gestantes e recém-nascidos no contexto da pandemia da COVID-19, a Web Rádio AJIR (Associação de Jovens de Irajá) entra em ação como uma tecnologia digital, importantíssima para as orientações, como forma de transmitir conhecimento científico *online* com este público em isolamento social.

Nessa perspectiva, a questão norteadora do estudo é: Quais são os saberes da juventude sobre os cuidados com as gestantes e recém-nascidos em tempos de Covid-19? Assim, o presente artigo apresenta o objetivo de descrever os saberes da juventude sobre a atenção a saúde das gestantes e recém-nascidos no contexto da pandemia da Covid-19, mediados na *web* rádio, através do Programa em Sintonia com a Saúde.

2 | METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa do tipo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa no ciberespaço virtual da *web* rádio, tendo como conexão as interações dialógicas produzidas no Programa Em Sintonia Com a Saúde (S@S), em conexão com jovens estudantes de ensino médio e universitários nos territórios no Estado do Ceará, Brasil. O Programa é veiculado pelo *site* da *web* rádio e pelo Canal do Youtube da web rádio: https://www.youtube.com/channel/UC0Fk_WVUbeH7r9L0zXd6-rw, tendo como conexão as interações dialógicas produzidas como conteúdo de comunicação do programa e conexão com as juventudes nos territórios do Ceará: jovens do ambiente escolar e universitários do ensino superior.

Neste sentido, o conteúdo audiovisual é direcionado para o espaço do *site* da *web* rádio e devido à pandemia Covid-19, a produção dos programas necessitou sofrer alterações de ambientação, desta forma, saindo do estúdio da *Web* Rádio AJIR localizado no campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Fortaleza, Ceará, Brasil, para residências dos membros da equipe de produção, logo após o Decreto Nº33.510, de 16 de março de 2020 de estado emergencial de isolamento social e aulas remotas nas instituições de ensino (CEARÁ, 2020). Ressalta-se que a *Web*Tv", hospeda o canal do *YouTube* no *site*: *http://www.uece.ajir.com.br*, da *Web* Rádio AJIR, com repercussão para as demais redes sociais do canal online na Internet (TORRES, *et al*, 2015).

Assim, o programa com a temática do estudo foi realizado em maio de 2020 e teve a participação de 75 jovens de escolas públicas dos municípios de Sobral e Ubajara e 55 universitários de instituições privadas da região do norte do Estado do Ceará, com o tema: Covid-19 no contexto de gestantes, puérperas e recém-nascidos. Os participantes interagiram de suas residências utilizando seus provedores de internet através de aplicativos uma comunicação digital compondo uma rede de interconexões do ciberespaço na Internet.

Neste contexto, o ciberespaço da Internet compõe o estúdio virtual da web rádio em conexão com a juventude nos territórios escolas e universidades, que são facilitadas pelos estudantes de graduação, bolsistas de pesquisa e extensão, do curso de enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará.

A interconexão do programa com os jovens escolares e universitários foram possibilitadas através do "desenho" de uma comunicação e extensão síncronas com conteúdo audiovisual no espaço da "WebTv", que hospeda o canal do YouTube no site da web rádio, http://www.uece.ajir.com.br, com repercussão nas redes sociais do canal online na Internet.

Desta maneira, a organização da produção do programa foi realizada pelo coordenador da web rádio, que roteiriza, dirige e faz a mediação com o (a) convidada com expertise no tema, a partir de sua residência utilizando computadores com aplicativos digitais, que capturam imagem e áudio do (a) convidado(a) e demais mediadores(as) dos territórios que recebem a denominação de platô, cuja função é transmitir as perguntas-discursos dos jovens presentes na sala digital no *Google Meet*, nos grupos de WhatsApp de cada instituição cadastrada no programa e no chat do Youtube. Assim, para a coleta de dados foram captadas as Perguntas-Discursos (PD) dos (as) jovens que foram coletadas através destes dispositivos, que são saberes produtores de práticas de si e de suas coletividades.

Deste modo, as perguntas-discursos constituem os dispositivos discursivos de saber e poder imanentes que anunciam práticas de si no contexto escolar (TORRES, 2018). Assim, utilizou-se para identificação das PD a classificação numérica Jovem 1, 2 para o ensino básico e universitário A, Universitário B para o ensino superior. A opção pela terminologia juventude(s) e jovem(s) se relaciona com as abordagens dos estudos culturais juvenis, pois expressam os diversos modos de vida dessa população (Torres et al, 2019; Torres et al, 2015).

As Perguntas-Discursos foram sistematizadas em categorias temáticas e analisadas baseada no referencial teórico da analítica do discurso em Michel Foucault que considera os discursos como acontecimentos que devem ser lidos dentro de uma perspectiva de "descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de contornos e de transformação" (FOUCAULT, 2012).

E a pesquisa faz parte de um projeto: "Uso da Web Rádio na formação e no cuidado em saúde: experimentando estratégias de comunicação e educação em saúde com as

juventudes", e atende à Resolução 466/12. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará.

Ressalta-se que o projeto guarda-chuva "Uso da *Web* Rádio na formação e no cuidado em saúde: experimentando estratégias de comunicação e educação em saúde com as juventudes" apresenta como opção a coleta de dados por meio dos canais de comunicação oficiais do Projeto em Sintonia com a Saúde, que são: *Twitter*; *YouTube*, *Google Meet*; *Web* TV do *site* oficial da *web* rádio e *WhatsApp.*

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

No processo de comunicação na *web* rádio são convidadas expertises em diversas áreas da saúde e educação e privilegiando temas, como: métodos contraceptivos, saúde sexual e reprodutiva, gênero, gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis, sexualidades, gêneros, gravidezes, culturas, Infecções Sexualmente Transmissíveis, violências, *bullying*, entre outros (TORRES, *et al*, 2015).

Segundo Torres *et al* (2020), foram realizadas adaptações e mudanças desde março de 2020, com início da Pandemia, com organização da produção do programa, reordenada com o coordenador, que roteiriza, dirige e faz a mediação com o(a) convidada com expertise no tema, a partir de sua residência com um computador e outros dispositivos digitais, que capturam imagem e áudio do(a) convidado(a) e demais mediadores(as) dos territórios onde se encontram os(as) jovens, cuja função é transmitir os discursos e perguntas dos jovens presentes na sala digital no *Google Meet* e nos grupos de *WhatsApp* de cada instituição cadastrada no programa.(TORRES *et al*, 2020).

Deste modo, um dos programas exibidos neste canal, foi sobre os cuidados as gestantes e recém-nascidos, sendo uma forma de orientar os estudantes de escolas públicas e universitários do ensino superior, sobre as alterações que o covid-19 pode levar para esse público-alvo.

Neste contexto, a gestação é um período com diversas alterações fisiológicas, e esse público, durante as infecções causadas pelos vírus SARS-CoV, influenza H1N1 e MERSCoV, ocorridas em 2002, 2009 e 2012, respectivamente, apresentou complicações diversas, como febre, tosse e dispneia (ALFARAJ; AL-TAWFIQ; MEMISH, 2019).

Tendo em vista esse cenário, muitas mulheres têm receio dos problemas que possam ocorrer durante o período da gestação e no momento do parto, como a possibilidade de transmissão vertical do vírus. Sobre isso, os estudos ainda não são conclusivos: há aqueles que sinalizam a possibilidade do aparecimento de sintomas semelhantes ao da mãe infectada no recém-nascido; e outros que referem à impossibilidade de rompimento da barreira placentária (HOFFMANN et al., 2020).

Devido a todas essas informações e incertezas da ciência sobre os possíveis riscos de infecção, é compreensível o medo que as mulheres têm. Por isso, é importante que elas estejam atentas às fake news, devendo verificar se as notícias proveem de fontes confiáveis. Assim o Programa em Sintonia com a Saúde, surgiu como um aliado ao combate

das fake News aliadas ao covid-19 nas gestantes e recém-nascidos.

Assim, percebe-se que, para os futuros profissionais de saúde, surgem os novos desafios de acompanhar a gestante a partir de um plano de cuidado especial, assegurando o devido suporte social e institucional nesse momento tão delicado. Diante disso, importante que os(as) acadêmicos dos cursos da saúde, como estudantes de escolas públicas, conheçam a sintomatologia da Covid-19 para que possam levar informações fiei e científicas sobre o agravo dessa enfermidade, ajudando e intervindo antecipadamente por meio de orientações necessários para cuidar da saúde da gestante e do feto.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo possibilitou apresentar os saberes da juventude escolares e universitários sobre os cuidados com as gestantes e recém-nascidos em tempos de Covid-19, mediados na *web* rádio, através do Programa em Sintonia com a Saúde. Desta forma, na discussão do estudo, foi realizado um mapeamento da produção de conhecimento sobre as recomendações para a assistência à gestante e recém-nascido no enfrentamento do novo Coronavírus.

Assim, durante a transmissão do programa foram realizadas 56 perguntas- discursos sobre a temática COVID-19 relacionado a gestantes, recém-nascidos e amamentação, sendo 15 perguntas- discursos produzidos pelas juventudes escolares e 41 pelos universitários e com elas se compôs duas categorias temáticas no estudo: “Saberes sobre a atenção à saúde das Gestantes e amamentação no contexto da Covid-19” e “Indagações sobre infecção aos Recém- nascidos pelo vírus SARS-CoV-2” conforme apresentadas abaixo.

4.1 Saberes sobre a atenção à saúde das Gestantes e amamentação no contexto da Covid-19

As perguntas- discursos sobre gestantes e a COVID-19 foram estimuladas pelo mediador (locutor) do programa permitindo aproximação entre profissional de saúde, juventudes escolares e universitários, com interação mediada no meio virtual, carregada de aprendizado, facilitada por uma comunicação circular pautada por uma linguagem que colocou em encontro a ciência e a cultura, conforme observado abaixo nas dúvidas dos participantes:

> Já foi comprovado que o coronavírus pode ser transmitido de forma congênita? (Jovem 02, WhatsApp).

> A COVID-19 pode afetar o bebê de uma gestante de alguma forma? (Jovem 04, WhatsApp).

> Como o coronavírus trata-se de um vírus é possível quando a gestante estiver contaminada passe para o bebê e cause algum risco grave? (Jovem 08, WhatsApp).

> Quais os riscos que as gestantes sofrem durante as visitas ao obstetra ou até mesmo riscos durante o parto? (Jovem 10, WhatsApp).

> A gestante com suspeita de infecção do vírus deve ser necessariamente submetida ao parto cesariano? (Jovem 11, WhatsApp).
>
> A gestante pode perder o feto, caso desenvolva um caso mais letal da doença? Jovem 12, WhatsApp).
>
> (Universitário 09, WhatsApp).
>
> Quais os principais cuidados que uma gestante diagnosticada com COVID-19 precisa ter? (Universitário 38, WhatsApp).

Esta categoria temática fundida pela síntese das perguntas- discursos, possibilitou compreender que os saberes dos participantes do programa na web rádio reproduzem o conjunto de forças destes saberes, tendo em vista que a convidada para debater o tema trouxe, os conhecimentos atualizados da ciência em relação ao Covid-19 e gestantes.

Deste modo, os saberes das juventudes escolares e universitários vão mapeando suas preocupações em relação aos cuidados das gestantes no contexto da COVID-19, onde relataram a preocupações em relação aos cuidados e tratamento das gestantes diagnosticadas com COVID-19, reações às medicações, riscos com o bebê, pré-natal em tempos da pandemia, atendimento nas maternidades e vias de partos em gestantes diagnosticadas com o novo coronavírus.

Sobre as recomendações quanto à via de parto, pergunta feita por alguns jovens e universitários, discute-se a relação da via de parto com a transmissão vertical do vírus SARS-CoV-2, no entanto, as referências encontradas a partir desta revisão são inconclusivas. Não há resultados que demonstram maior risco de transmissão durante o parto normal ou que sustentem a hipótese de que a cesariana atuaria como fator de proteção recomendando a via de parto (DASHRAATH et al., 2020; ICM, 2020; UNFPA, 2020).

Chen et al. (2020a) acompanharam nove gestantes de 26 a 40 anos, submetidas a cesariana no terceiro trimestre de gestação. Os sintomas mais comuns observados para a infecção foram febre, tosse, mialgia, dor de garganta, linfopenia, aumento das concentrações de aminotransferase e mal-estar geral. Em nenhuma das referências houve relato de óbito materno.

Os participantes também apresentaram questões indagativas relacionados à transmissão do vírus durante a amamentação. Assim, durante o programa apresentaram-se cinco perguntas sobre esta temática:

> A criança que ainda mama pode ser contaminada pelo coronavírus? (Jovem 01, WhatsApp).
>
> Uma mulher com COVID-19 pode amamentar seu filho normalmente? (Jovem 15, WhatsApp).
>
> Uma gestante que contraiu COVID--19, as orientações sobre parto e amamentação mudam para elas? (Universitário 05, WhatsApp).
>
> As novas mães que apresentam sintomas de COVID-19 devem amamentar seus recém-nascidos? (Universitário 42, WhatsApp).

O leite materno é sem dúvidas o melhor alimento para o recém-nascido, além disso contém uma variedade de componentes biologicamente ativos que aparentemente agem

como moduladores do desenvolvimento do sistema imunológico neonatal (DOARE et al., 2018).

Sobre as recomendações do aleitamento materno, algumas referências incluídas defendem que o aleitamento materno deve ser mantido em casos de suspeita ou confirmaçã da infecção materna, desde que a mulher apresente o desejo de amamentar e que esteja em condições clínicas adequadas para fazê-lo (ABENFO/SOBEP, 2020; DASHRAATH et al., 2020; BRASIL, 2020b; ICM, 2020; UNFPA, 2020) ou solicitam que seja adiada até que seja estabelecida as medidas de proteção da contaminação do recém-nascido (ABENFO/SOBEP, 2020).

Porém, quanto ao SARS-CoV-2, as evidências científicas disponíveis são insuficientes para afirmar sobre a transmissão do vírus durante a amamentação e há controvérsias encontrada nos textos quanto aos riscos e benefícios do aleitamento materno no contexto da pandemia e da infecção COVID-19.

4.2 Indagações sobre infecção aos Recém- nascidos pelo vírus SARS-CoV-2

Há preocupação relacionada à infecção pelo vírus SARS-CoV-2 em recém-nascidos, principalmente quanto às formas de contágio e manejo. Porém, a literatura ainda é limitada quanto aos relatos de casos e estudos com evidências para sustentar quaisquer hipóteses associadas a este tema.

Desta forma, nesta categoria são apresentados os questionamentos dos jovens escolares e universitários sobre a infecção nos Recém- nascidos pelo coronavírus, onde indagaram sobre: diagnóstico, sintomas da covid-10 em recém-nascidos, protocolos de tratamento, sequelas da doença, tempo de isolamento e tempo de permanência do recém-nascido no hospital.

> Bebês recém-nascidos infectados com a COVID-19 ficam no hospital ou são librados para o isolamento em casa? (Jovem 03, WhatsApp).

> Os sintomas da covid - 19 são os mesmos para os RN'S? (Universitário 01, WhatsApp).

> O neonato confirmado com diagnóstico para COVID-19, existe algum protocolo específico a ser seguido no tratamento? (Universitário 22, WhatsApp).

> Como é feito o teste para diagnósticos em bebês, através do teste rápido ou até mesmo pelo Swab nasal, visto que trás muito desconforto? (Universitário 23, WhatsApp).

> Há algum relato de bebês que foram infectados com o novo coronavírus, que tenham desenvolvido sequelas? (Universitário 35, WhatsApp).

A comprovação diagnóstica do recém-nascido é feita após o resultado positivo para o SARS-CoV-2 por RTPCR, em amostras do trato respiratório com coleta de swabs de nasofaringe e cavidade oral (BRASIL, 2020).

Sobre a caracterização dos recém-nascidos filhos de mulheres infectadas por SARS-CoV2, algumas referências apresentaram relatos de casos de recém-nascidos filho

de mulheres infectadas por SARS-CoV-2 (LIU et al., 2020a, b, c; LI et al., 2020; CHEN et al., 2020a, b; ZHU et al., 2020; WANG et al., 2020b), em vários países. No total foram descritos 48 casos, desses sete (14,6%) necessitaram de cuidados especializados e dois (4,17%) foram a óbito. Observa-se que 31 (64,58%) nasceram via cesariana.

Nets contexto, entende-se que ainda há muito o que se definir sobre a doença especialmente em recém-nascidos, mas à medida que a pandemia se expande, informações adicionais poderão ajudar no melhor entendimento fisiopatológico da doença, nas formas de transmissão e consequentemente melhora no diagnóstico precoce e tratamento. No momento sabe-se que a prevenção é a melhor forma de controlar a propagação da doença.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que uma *web* rádio, como exemplo de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação, tornou-se uma ferramenta importante e complementar à discussão, problematização e construção de saberes dos jovens sobre a covid-19 em gestantes e recém-nascidos, onde se mostrou como uma forma de quebra barreiras, favorecendo a discussão acerca dessa temática, que não possui visibilidade e prioridade pedagógica na formação dos estudantes.

Nessa perspectiva, considera-se que a comunicação produzida pela *Web* Rádio foi de suma importância, para sanar todas as dúvidas presentes nos estudantes sobre essa temática, visando à disseminação das informações para outros jovens também.

Desse modo, foi possível observar que a *Web* Rádio AJIR configurou-se como forte potencializador de um processo educativo, uma vez que, a internet torna-se mecanismo para amplas e ricas discussões cotidianamente para alimentar curiosidades e diminuir vulnerabilidades. E o "Programa em Sintonia com a Saúde" transmitido através da *Web* Rádio AJIR, se consolida como instrumento de educação em saúde para jovens escolares e universitários, sendo um avanço tecnológico que está cada vez mais conquistando o ambiente educacional e trazendo um diferencial no processo de ensino-aprendizagem nas escolas e universidades, sendo uma ação educativa onde deu oportunidades aos jovens de dialogarem com outras pessoas de forma *online* e inovadora sobre os cuidados á gestante e recém- nascido.

REFERÊNCIAS

ALFARAJ, S. H.; AL-TAWFIQ, J. A.; MEMISH, Z. A. **Middle East Respiratory Syndrome Coronavirus (MERS-CoV) infection during pregnancy:** Report of two cases & review of the literature. Journal of Microbiology, Immunology, and Infection, v. 52, n. 3, p. 501-503, jun. 2019. Doi: https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.jmii.2018.04.005 » https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.jmii.2018.04.005

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIROS OBSTETRAS E OBSTETRIZES. Sociedade Brasileira de Enfeiras Pediatras. Nota técnica referente aos cuidados da equipe de enfermagem obstétrica, neonatal e pediátrica diante de caso suspeito ou confirmado Abril, 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde**. Nota Técnica nº 6 - Atenção às gestantes no contexto da infecção SARS-CoV-2. Ministério da Saúde: Brasília, 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde**. Nota Técnica nº 7 - Preservação da amamentação em situação de risco iminente de transmissão de SARS-CoV-2. Ministério da Saúde: Brasília, 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde [**homepage on the Internet]. Atenção à saúde do recém-nascido no contexto da infecção pelo novo coronavírus. Nota Técnica COCAM/CGCIVI/ DAPES/SAPS/MS Nº 6/2020. [cited 2020 Aug 20]. Available from: http://www.crn2.org.br/crn2/conteudo/nt%206.pdf.

CHEN, H. et al. **Clinical characteristics and intrauterine vertical transmission potential of COVID-19 infection in nine pregnant women**: a retrospective review of medical records. The Lancet, v. 395, n. 10226, p. 809–815, 2020a.

CHEN, H, Guo J, Wang C, Luo F, Yu X, Zhang W, et al. **Clinical characteristics and intrauterine vertical transmission potential of COVID-19 infection in nine pregnant women: a retrospective review of medical records.** *Lancet*. 2020; 395: 809-15. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30360-3

DA SILVA, A. A. M. **On the possibility of interrupting the coronavirus (Covid-19) epidemic based on the best available scientific evidence**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, p. 1–3, 2020.

DASHRAATH, P. et al. **Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Pandemic and Pregnancy. American Journal of Obstetrics and Gynecology, 2020.** [In-Press].

Huang C, Wang Y, Li X, Ren L, Zhao J, Hu Y et al. **Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China**. The lancet. 2020; 395: 497–506. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30183-5

DI MASCIO D, Khalil A, Saccone G, Rizzo G, Buca D, Liberati M, et al. **Outcome of Coronavirus spectrum infections (SARS, MERS, COVID 1 -19) during pregnancy**: a systematic review and meta-analysis. *Am J Obstet Gynecol*. 2020. https://doi.org/10.1016/j.ajogmf.2020.100107

DOARE, K.L.E et al. **Mother's Milk: A purposeful contribution to the development of the infant microbiota and immunity.** Frontiers in Immunology, v. 9, n. FEB, 2018.

DASHRAATH, P. et al. **Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Pandemic and Pregnancy. American Journal of Obstetrics and Gynecology, 2020**. [In-Press].

DONG Y, Mo X, Hu Y, Qi X, Jiang F, Jiang Z, et al. **Epidemiological characteristics of 2143 pediatric patients with 2019 coronavirus disease in China**. Pediatrics. 2020. doi: 10.1542/peds.2020-0702 .

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 8° edição, Rio de Janeiro, Editora Fourense Universitária, 2012.

INTERNATIONAL CONFEDERATION OF MIDWIVES. **Los derechos de la mujer en el parto deben mantenerse durante la pandemia del Coronaviru**s. 2020.

Mardani M, Pourkaveh B. **A Controversial Debate: Vertical Transmission of COVID-19 in Pregnancy. Arch Clin Infect Dis. 2020**; 15(1): e102286. https://doi.org/10.5812/archcid.102286

QIAO, J. **What are the risks of COVID-19 infection in pregnant women?** The Lancet, v. 395, n. 10226, p. 760-762, 2020.

LIANG, H.; ACHARYA, G. **Novel corona virus disease (COVID-19) in pregnancy**: What clinical 0. recommendations to follow? Acta Obstetricia et Gynecologica Scandinavica, v. 99, n. 4, p. 439–442, 2020.

LIU, W. et al. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19) during pregnancy: a case series**. Preprints, 2020a. [In-Press].

LI, N. et al. **Maternal and neonatal outcomes of pregnant women with COVID-19 pneumonia: a case-control study.** MedRxiv, 2020. [In-Press].

RASMUSSEN, S.A.; JAMIESON, D.J. **Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) and Pregnancy. Obstetrics & Gynecology,** v. 00, n. 00, p. 1, 2020.

ROYAL COLLEGE OF OBSTETRICIANS & GYNAECOLOGISTIS. Coronavirus (COVID-19) Infection in Pregnancy. March, 2020.

SCHWARTZ, D. A. **An Analysis of 38 Pregnant Women with COVID-19**, Their Newborn Infants, and Maternal-Fetal Transmission of SARS-CoV-2: Maternal Coronavirus Infections and Pregnancy Outcomes. Archives of Pathology & Laboratory Medicine, 2020.

Torres RAM, et al. **Promotion of webcare in nursing through a WebRadio**: knowledge of schoolage youth on collective health themes. Int J Develop Res [Internet]. 2019 [cited 2020 Mar 21]; 9(2):25661-6. Disponível em: https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15243.pdfPortuguese

Torres RAM, et al. **Comunicação em saúde:** uso de uma web rádio com escolares. J. Health Inform [Internet]. 2015 [cited 2018 Fev5]; 7(2):58-62. Disponível em: http://www.jhi-sbis.saude.ws/ojs-jhi/index.php/jhi-sbis/article/view/325.

TORRES, RAM. **Livro Tecnologias da Educação**: passado, presente, futuro. Capítulo 2: Tecnologias Digitais na Educação em Enfermagem: Análise dos discursos das juventudes com as experimentações na Web Rádio (pág.159- 173). Fortaleza, Edições UFC, 2018.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Sexual and Reproductive Health and Rights, Maternal and Newborn Health & COVID-19:** Coronavirus Disease (COVID-19) Preparedness and Response UNFPA Interim Technical Brief. 2020. Acesso em 10 de Abril de 2020. Disponível em <https://www.unfpa.org/resources/sexual-and-reproductive-health-and-rights-maternal-and-newborn-health-covid-19-0>.

VIDAL, O. F, MERCADO, L. P. **Reflexões teóricas acerca da produção de material didático para educação a distância.** XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Florianópolis/SC, 05 – 08 de agosto de 2014. Disponível em: http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126816 pdf. Acesso em: 28/07/2020.

VILLELA, D.A.M. **The value of mitigating epidemic peaks of COVID-19 for more effective public health responses**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 53, n.4, p. e20200135, 2020.

Zeng L, Xia S, Yuan W, Yan K, Xiao F, Shao J, et al. **Neonatal Early-Onset Infection With SARS-CoV-2 in 33 Neonates Born to Mothers With COVID-19 in Wuhan, China**. JAMA Pediatr. 2020.

ZHU, H.; WANG, L.; FANG, C.; PENG, S.; ZHANG, L.; CHANG, G.; XIA, S.; ZHOU, W. **Clinical analysis of 10 neonates born to mothers with 2019-nCoV pneumonia**. Transl Pediatr, v. 9, n. 1, p. 51-60, 2020.

CAPÍTULO 17

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DOCENTE

Data de aceite: 01/01/2023

Tereza Mara Lopes Abreu
Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Pós-graduanda em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1377153610218016
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – CE, Brasil

Iza Mara de Souza Lopes
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Link Lattes: https://lattes.cnpq.br/4918788954583623
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Leandro Teles Feitosa Júnior
Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), MBA em Secretariado Executivo pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/8523486585708678
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Luciana Rodrigues de Carvalho
raduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialização em Gestão, Planejamento e Avaliação Escolar pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), MBA em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), bacharela em Direito pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), Mestranda em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2399774340910293
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Elane Cristina da Silva Fernandes
Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), MBA em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), Especialista em Didática do Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Inta (UNINTA), Mestranda em Direito e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Unifacvest (UNIFACVEST). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9793596369009595
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: A avaliação educacional atua como parte integrante no processo de ensino-aprendizagem, exercendo uma função de auxílio ao docente em relação ao

aprendizado dos discentes. No entanto, essa concepção não é unânime. Embora saibamos que seja uma tarefa árdua avaliar o conhecimento, é dever do educador, ao elaborar o processo avaliativo, verificar qual é a melhor maneira de avaliar e obter resultado satisfatório. Além disso, o educador tem que levar em consideração que cada aluno tem suas dificuldades e peculiaridades ao se referir à aprendizagem e consequentemente estas deve ser observado na avaliação. Com base nessa análise, este trabalho tem como objetivo conhecer as diversas concepções de avaliação da aprendizagem considerando os paradigmas influenciadores da prática docente no processo avaliativo. Na Metodologia recorremos a abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando o procedimento de levantamento bibliográfi o e de caráter e exploratória. Para melhor entender e compreender a temática buscou-se apoio teórico nos principais autores como Luckesi (1996), Haydt (1992), Perrenoud (2001), Pimenta (1983), Tardiff (2002) entre outros. Concluímos que a aprendizagem é importante para ações e reflexões, pois é a partir do que se avalia que se pode ter resultados satisfatórios ou não. Assim pode-se criar soluções para se obter uma melhor ação pedagógica. A avaliação deve acontecer de forma responsável, traçando metas para melhorar a construção do saber. Reflete, os educadores que quanto mais aprende novas técnicas e abrange metodologias de ensino e avaliação, não ficando somente amarrados as velhas práticas avaliativas o crescimento é notável dentro e for a da sala de aula.
PALAVRAS-CHAVE: Avaliação da Aprendizagem. Ensino-Aprendizagem. Formação Docente.

LEARNING ASSESSMENT AND TEACHER EDUCATION

ABSTRACT: Educational evaluation today acts as an integral part of the teaching-learning process. This exercises a function of aid to the teacher in relation to the learning of the students. However, this conception is not unanimous. Although we know that it is an arduous task to evaluate knowledge, it is the duty of the educator, in elaborating the evaluation process, to verify the best way to evaluate and to obtain a satisfactory result. In addition, the educator has to take into account that each student has its difficulties and peculiarities when referring to learning and consequently these must be observed in the evaluation. Based on this analysis, this paper aims to know, in the light of the theory the different conceptions of learning assessment and considering the paradigms influencing the teaching practice in the evaluation process. We resorted to qualitative research, configuring a bibliographical and characterizing and exploratory approach. In order to better understand and understand the theme, we sought theoretical support in Luckesi (1996), Haydt (1992), Perrenoud (2001), Pimenta (1983) Tardiff (2002) and others. The theme of evaluation of learning was presented as important for actions and reflections, because it is from what is assessed that one can have satisfactory results or not. Thus it is easier to create solutions to obtain a better pedagogical action. Particularly in the teaching-learning process, evaluation must take place in a responsible way, in the sense of not harming the student, but setting goals to improve the construction of knowledge. The educator is a fundamental part in the process of teaching and learning of the student, through

methodologies and reasoning intercepts the student's training. It reflects, educators that the more they learn new techniques and encompass teaching and assessment methodologies, not only being tied to the old evaluative practices, the growth is remarkable inside and outside the classroom.
KEYWORDS: Learning Assessment. Teaching-Learning. Teacher Training.

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação educacional atua como parte integrante no processo de ensino aprendizagem. Esta exerce uma função de auxílio ao docente em relação ao aprendizado dos discentes. No entanto, essa concepção não é unânime. A avaliação, de acordo com Luckesi (1996) surgiu por volta do século XVII através das atividades pedagógicas dos padres jesuítas e pelo bispo protestante Jan Amós Comenius. Na sequência tivemos Thorndike, Tyler, Smith, Mager, Cronbach, Bloom, Grounlund, Ebel, Ausubel, Allal, Cardinet e Perrenoud que, com suas teorias, muito contribuíram para o modelo de avaliação brasileiro. (FERREIRA, 2011).

Nesse sentido, para o estudo, temos como objetivo conhecer, à luz da teoria as diversas concepções de avaliação da aprendizagem e a considerando os paradigmas influenciadores da prática docente no processo avaliativo. A temática sobre avaliação é um componente de estudo importante para as ciências da educação, no que, refletiremo nesse artigo.

O interesse na pesquisa surgiu ainda como aluna do curso de Pedagogia, a partir das observações feitas durante as aulas da disciplina Avaliação Educacional, onde foi notado que há influência de outras ciências, como, a psicologia, a psicometria, a sociologia, a antropologia, a economia, entre outras, que determina novos enfoques metodológicos.

Nossa investigação tomou como ponto de partida as seguintes questões norteadoras: Qual a relação entre a nota obtida pelo aluno (a) e sua aprendizagem? Que relação existe entre planejamento e avaliação da aprendizagem? Qual a relação da avaliação da aprendizagem e a formação docente? Os questionamentos contribuem para o desenvolvimento teórico proporcionando as respostas as inquietações.

Nos Estados Unidos, os estudos sobre a avaliação iniciaram no século XIX com um sistema de testagem que tinha como finalidade melhorar os padrões educativos da época. As principais mudanças ocorridas nesse sistema foram à substituição dos exames orais por escritos, das questões gerais por específicas e o aumento quantitativo de questões e sua padronização.

Na França e Portugal, Henri Piéron (1881-1964) desenvolveu em 1920 o termo Docimologia, que origina do grego dokimé e significa teste, para denominar o estudo sistemático dos exames, em particular, do sistema de atribuição de notas e dos comportamentos dos examinadores e examinados. Anos depois, Pierón sistematizou seus estudos no livro: Estudos docimological sobre o desenvolvimento de exames e concursos (1934).

No século XX, Thorndike (1874-1949), baseado em sua pesquisa com pombos em

uma gaiola, descobriu que um ser vivo em resposta a uma consequência agradável tende a repetir o comportamento, entretanto ele faz exatamente o contrário quando recebe uma consequência desagradável. (MARQUES, 2003)

Com base em seus experimentos, Thorndike afirma que os testes educacionais tem como obejetivo mensurar as mudanças comportamentais dos alunos. Dessa forma, inicia a avaliação da aprendizagem como medida do rendimento escolar. Partindo desse presuposto, resultou na década de 30 a padronização dos testes visando medir as habilidades e apitidões dos alunos. (MARQUES, 2003)

Seguindo a linha histórica, encontramos Tyler e Smith com o “Estudo dos Oito Anos” no qual defendem a avaliação como testes, escalas de atitudes, inventários, questionários e registros comportamentais dos alunos. Introduziram vários procedimentos metodológicos na avaliação a fim de coletar dados referentes ao desempenho escolar do aluno e da eficiência da escola como sistema educacional. Depresbiteris (1989) relata que a concepção de avaliação pode ser separada em dois momentos. No primeiro, a avaliação servia para julgar comportamentos, já que um dos objetivos da educação, para Tyler e Smith, era o de modificá-los. No segundo, consideravam que a avaliação não deveria ser realizada num único momento.

Na visão de Depresbiteris (1989) a proposta inovadora de Tyler e Smith torna-se limitada por considerar a avaliação com um fim em si mesmo. Enquanto sabemos hoje que esta faz parte de um processo sistêmico, contínuo, inacabado e que possui juízo de valor.

Depois das contribuições de Tyler e Smith, aparece no cenário histórico o conceito de avaliação segundo Mager. Sua principal contribuição foi a divisão entre o ato de avaliar, o ato de medir e a definição de teste. Após a separação feita por Mager, Cronbach (1963) define avaliação como um processo de coleta de dados que auxilia na tomada de decisão educacional. Na concepção de Cronbach é necessário definir os objetivos da avaliação para só depois aplicar o teste. Nessa percepção, a avaliação deixa de ser um fim para ser parte do processo. (MAUAD, 2003).

Dando sequência aos pensamentos de Cronbach temos Benjamin Bloom que aborda a aprendizagem voltada para o domínio e a escola seria a responsável por capacitá-los para a dominação. De acordo com Pophan (1983, apud Mauad 2003), Bloom subdivide os objetivos educacionais em três categorias: cognitiva que se refere às habilidades intelectuais; afetivas na qual se refere às atitudes, valores e interesses dos alunos e psicomotoras que se refere às habilidades físicas e motoras que os alunos devem adquirir.

2 I METODOLOGIA

No estudo, nos aspectos metodológicos recorremos a pesquisa qualitativa, com o procedimento de levantamento bibliográfica e de caráter e exploratório. No tocante a pesquisa bibliográfica, esta segundo Gil (2008) apresenta como principal vantagem por possibilitar ao pesquisador uma maior amplitude da cobertura dos fenômenos.

Do ponto de vista do estudo exploratório, este tipo de pesquisa conforme Gil (2008) contribuem na medida em que proporciona aos estudos uma visão geral, de tipo

aproximativo, acerca de determinado fato. Mesmo consciente da amplitude da discussão, a ideia aqui é compor o cenário das reflexões críticas sistematizadas no percurso de nossa investigação no sentido da ampliação e qualificação do debate, visando fortalecer as lutas pelo direito à educação em todos os níveis de nossa organização escolar.

A pesquisa em questão está fundamentada no abordagem qualitativa sobre esse tipo de pesquisa Ludke e André (1986, p.23) afirmam que

> A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Investiga os sujeitos a partir de sua cultura, de sua história, de suas condições de trabalho, seus saberes fazeres, sua subjetividade.

Portanto, a pesquisa qualitativa contém características essenciais e específicas que colabore com nosso objetivo de estudo. Dessa forma Neves (1996, p.1) evidencia que ela tem por objetivo "[...] traduzir e expressar o sentido do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação".

Como procedimento se recorreu ao levantamento bibliográfico e buscou-se apoio teórico nos principais autores como Luckesi (1996), Haydt (1992), Perrenoud (2001), Pimenta (1983), Tardiff (2002). Esses autores são considerados na literatura básica importantes para compreender sobre avaliação e aprendizagem.

São muitos os processos e modelos avaliativos presentes na literatura, teorizados na escola e ainda os que são teorizados e praticados na escola. Estudá-los inicialmente, em linhas gerais, levando em consideração os processos avaliativos que são aplicados com todos os alunos constituem a fase inicial desta discussão teórica.

A pedagogia do exame usa os resultados obtidos para medir a capacidade ou desempenho do aluno ou da escola; se negativos a culpa é sempre do aluno. Os resultados não são utilizados para que haja melhorias no processo de ensino-aprendizagem e sim para buscar culpados ou inocentes. Assim, muitas provas são elaboradas com a intenção, muitas vezes, de testar os alunos, como uma forma punitiva e não como um processo de auxílio na aprendizagem. (LUCKESI, 2010)

Característica da pedagogia do exame vê-se que a pedagogia comeniana, representada na figura de Comênio diz que o medo é um excelente fator para manter a atenção dos alunos. A pedagogia jesuítica (séc. XVI) tinha por objetivo a construção de uma hegemonia católica contra as possibilidades heréticas, especialmente as protestantes. Davam muita importância às provas e exames, bem como à divulgação de seus resultados. (LUCKESI, 2010)

O método chamado de "pedagogia do exame", como assinala Luckesi, é um tipo de avaliação centrado na resolução de provas, onde as notas se tornam principal indicativo de sucesso ou fracasso, não se levando em consideração as outras características dos alunos. Este método avaliativo de natureza somativa, ou seja, que leva em consideração somente o que é feito na "prova", desconsidera, pois, o caminho que o aluno percorreu (LUCKESI, 2010).

O ato de avaliar deve obedecer a uma sequência que leve o aluno a uma

aprendizagem consolidada. Os fatores que fazem parte dessa sequência dizem respeito ao conhecimento do aluno, a partir de suas necessidades e carências a fim de promover intervenções no processo de ensino-aprendizagem por meio de avaliações que procurem abranger a maioria, se não todas as características dos alunos (LUCKESI, 2010).

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

Até o começo do século XX a educação no Brasil não era considerada um valor social importante. A prática de ensino estava voltada apenas para a catequese da comunidade indígena. Para a elite colonial era oferecido outro tipo de educação, com aulas ministradas em casa pelos sábios da época.

Entre 1930 a 1940, o Brasil adota o sistema tradicional de ensino, modelo este centrado na figura do professor tendo o aluno como mero receptor e as avaliações são realizadas de forma oral ou escritas. Paralelamente, surgiu no Brasil o modelo escolar denominado Escola Nova chamada por Libâneo (1989, apud Mauad, 2003) de renovada progressista. Esse modelo propunha que o aluno aprendesse fazendo, e utilizava com metodologia resoluções de problemas, trabalhos em grupo, pesquisas. No entanto, esse modelo promoveu mudança apenas para um pequeno grupo de professores. Betti (1991, apud Mauad 2003) afirma que

> Essa corrente entrou em conflito direto com a Igreja Católica, que até então possuía um papel fundamental na história da educação brasileira e era contra o controle da educação pelo Estado. A Igreja também era contra a laicidade do ensino e classes com alunos de ambos os sexos.

Por volta de 1950 a 1960 surge outro modelo educacional chamado de tecnicista ou comportamentalista. Esse modelo buscou-se adequar o sistema educacional ao novo regime político e econômico do Brasil no qual priorizava a formação para o trabalho e mão-de-obra qualificada

Nesse modelo, a avaliação exercia a finalidade de verificar quantitativamente os conteúdos transmitidos. Tal concepção de ensino foi denominada por Paulo Freire como educação bancária onde o aluno era compreendido como uma “tábua rasa” (John Locke) e o professor, “dono do conhecimento”, transmitia o conhecimento ao aluno. Percebe-se sua indignação na crítica que Freire (1983) faz ao modelo de educação do sistema capitalista.

> O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos. (FREIRE, 1983, p.68)

Em oposição ao tecnicismo, ressurgiu entre os anos 70 e 80, no Brasil, a proposta de Paulo Freire, denominada de Pedagogia Libertadora. Essa pedagogia concebia ao aluno sugerir o que gostaria de aprender, defendia a democratização do ensino, da cultura e da valorização do homem, além de propor a auto avaliação como instrumento de avaliação.

Por volta 1978, iniciam através da pedagogia tradicional discussões sobre a avaliação qualitativa e a quantitativa. Essa concepção de avaliação que visa o rigor com os instrumentos e coleta de dados, utilização de pré-testes e pós-testes, lembra-nos muito a escola tecnicista.

Em contradição a corrente quantitativa surge a corrente qualitativa que considerava a primeira insuficiente para estabelecer relação entre o que o professor ensina e o que o aluno aprende. Essa nova corrente caracterizava-se por defender que a educação e a avaliação não são neutras e nem desvinculadas a valores. Em confronto as correntes quantitativas e qualitativas surgiram outros modelos que complementam ou somam as correntes já citadas.

No final dos anos de 1980 e início de 1990 surgiu o modelo de avaliação educacional, como "vínculo indivíduo-sociedade". Essa tendência de avaliação toma como base teórica as ideologias da pedagogia crítica social dos conteúdos que tem como representante Dermeval Saviani. Nessa linha de pensamento, os conteúdos não podem ser dissociados da realidade social.

No entanto, Lima (1994, apud Mauad, 2003) acredita que apesar das inúmeras correntes ideológicas não se construiu no Brasil uma linha teórica a ser seguida. O que procede é uma justaposição de todos os tipos de correntes acentuada uma ou outra de acordo com os valores e princípios educacionais da escola e do educador.

Segundo Ferreira (2011) os paradigmas são compostos por tendências de toda e qualquer orientação de cunho filosófic e pedagógico que determina padrões e ações educativas, ainda que esteja desprovida de uma reflexão e de uma intencionalidade mais concreta.

No Brasil encontramos três correntes ideológicas que, do ponto de vista de Ferreira (2011), se tornaram grandes paradigmas. O primeiro paradigma encontra-se na pedagogia tradicional ou tecnicista. Nessa corrente a avaliação é feita com o uso de testes formais orais ou escritos e a nota obtida na prova medirá exatamente o quanto o aluno aprendeu dos conteúdos ministrados pelo professor. Essa avaliação falha por não levar em consideração fatores psicológicos, afetivos, sociais, econômicos, religiosos, entre outros, que estão imensamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e por desconsiderar o conhecimento que o aluno já possui e suas aptidões para selecionar o que lhe interessa a aprender.

O segundo paradigma educacional é defendido pela Pedagogia Nova ou Escola Nova, nesta ideologia o aluno é tido como centro de toda a prática pedagógica, respeitando-o como capacitado a aprender desde que se produza ações para tal. Nesse modelo, o processo avaliativo consta não apenas com teste (orais ou escritos), mas com registros diários, anedótico ou não, dos avanços da turma. Delimitam-se nesta perspectiva todas

as pedagogias progressistas surgidas no século XX: a Pedagogia Libertária, a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia crítico-social dos conteúdos.

O terceiro paradigma concentra as correntes mais recentes e tem como proposta uma escola que reflita sobre as composições societárias visando à emancipação dos sujeitos a partir de suas aprendizagens. Nessa concepção, o conteúdo não pode ser dissociado da realidade ao qual o aluno está inserido, o professor e o aluno permeiam juntos no processo de ensino-aprendizagem e o processo de avaliação é feito com o foco na qualidade mediante os instrumentos: auto avaliação, trabalhos em grupos, seminários, debates, sociograma e testes.

Embora saibamos que seja uma tarefa árdua avaliar o conhecimento, é dever do educador, ao elaborar o processo avaliativo, verificar se este é a melhor maneira a se avaliar e se está tendo resultado satisfatório. Além disso, o educador tem que levar em consideração que cada aluno tem suas dificuldades e peculiaridades ao se referir à aprendizagem e consequentemente estas deve ser observado na avaliação.

Para facilitar o processo avaliativo, o educador deve fazer uso de um planejamento. É necessário relatar que o ato de planejar e avaliar não são neutros. Dessa forma, o planejamento deve ser compreendido como um processo de reflexão que tem como intuito principal propiciar o despertar do sujeito enquanto a necessidade de mudanças e capacitá-lo para atingir suas metas.

Luckesi (1996) acredita que o ser humano não age sem fins – independentemente de quais sejam e de que nível de consciência esteja. Para ele o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir e a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificaçã de como estamos construindo o nosso projeto.

Quando se discute o planejamento escolar logo se pensa num processo burocrático de preenchimento de formulários. No entanto, o planejamento auxilia o docente a mensurar seus objetivos levando em consideração os diversos fatores que influenciam no rendimento escolar e no desenvolvimento da disciplina assim como acompanhar dia-a-dia o aprendizado dos alunos.

A avaliação da aprendizagem é um fenômeno importante no dia-a-dia da sala de aula, pois através dela que o professor tem condições de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. É uma ação continua que deve acontecer sistematicamente, para que sua função realmente aconteça no processo de ensino-aprendizagem.

A Avaliação deve auxiliar a aprendizagem do aluno, portanto, é essência que o professor tenha consciência da importância do ato de avaliar, para detectar os avanços e as dificuldades. É necessário que sua concepção sobre a avaliação seja ampla, não restringindo em apenas uma prova no final do mês ou bimestre, com a única finalidade de dar uma nota ao aluno.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Faremos brevemente uma explanação do sentido do ato de avaliar, buscando

compreender a importância da a avaliação no ambiente escolar. Nessa perspectiva entendemos que a avaliação da aprendizagem é uma ação que deve estar presente constantemente no processo ensino-aprendizagem. Assim, o ato de avaliar exige do professor um posicionamento consciente e seguro, esta ação docente, não deve acontecer apenas em determinado período, muito menos por imposição da escola, tampouco escolhido apenas pelo professor.

A avaliação é um subsídio importante numa educação transformadora. Sendo necessário que esta seja efetivada de forma dinâmica no dia-a-dia da sala de aula, direcionando a tomada de decisões. No entanto, não somente o professor, mas também os alunos devem ter consciência da prática educativa "[...] O entendimento correto de avaliação consiste em considerar a relação mútua entre aspectos quantitativos e qualitativos [...]" (LIBÂNEO, 1994, p.199). É através da análise dos resultados que se constata as dificuldades, para que seja tomada decisões e melhoria da apren izagem.

Sabemos que no atual processo educacional a avaliação é entendida também como um ato de medir ou classificar o aluno, entretanto, o processo de verificação dos resultados pelo professor é bastante subjetivo. Com isso, o aluno é condicionado a apenas memorizar determinado conteúdo a ser cobrado nas avaliações que esse por sua vez não vai contribuir no processo de aprendizagem do educando.

A relação professor/aluno influência de forma negativa ou positiva na prática avaliativa, este fato ocorre principalmente quando o professor rotula uma turma ou alguns alunos, trazendo graves consequências que prejudicam seus resultados. Muitos professores, usando sua autoridade, colocam a avaliação como uma arma para castigar ou premiar o educando. Para que isso não ocorra, é necessário que o docente conheça a verdadeira função da avaliação, saiba utilizá-la de forma adequada e que seus objetivos estejam realmente voltados a aprendizagem do aluno. A avaliação tem um caráter dinâmico e tende a atender de forma individual as necessidades dos alunos, exigindo que estes sejam avaliados de forma diversificada. Para isso, é importante que o professor conheça o nível de aprendizagem de seus alunos, e isso só será possível se o processo de ensino ocorrer com seriedade.

O ato de avaliar não deve ocorrer aleatoriamente, sem os objetos propostos, é uma ação que se torna importante no processo ensino-aprendizagem, que se estiver vinculada a um projeto educativo. Este, por sua vez, deverá ser elaborado por todos os interessados no desenvolvimento educativo, envolvendo educadores, pais e alunos. Na concepção de Kenski (1998),

> [...] O projeto educativo desenvolvido na escola deve ter como premissa básica o alcance de objetivos que correspondam aos interesses e necessidades dos alunos, garantindo-lhes instrumentos que possibilitem o acesso aos conhecimentos necessários a formação de uma consciência crítica, que os liberte da fragilidade e importância diante do poder e da dominação [...] (KENSKI, 1998, p.136).

Diante desta proposta que visa transformar a sociedade, o professor deve se posicionar não apenas como um simples transmissor de conhecimentos, mas um orientador

ou parceiro que possibilite aos educandos subsídios que possam auxiliá-los na construção de seus próprios conhecimentos. Partindo dessa linha de trabalho "[...] o compromisso do professor estará ligado a um processo mais amplo, onde o saber adquirido pelo aluno será de forma crítica e desafiadora [...]" (KENSKI, 1998, p.137)

Por isso, professor e aluno são sujeitos importantes no processo avaliativo, ambos têm interesses individuais e coletivos para um bom desenvolvimento desse processo. Pois só há aprendizagem satisfatória, quando o ensino alcança seus objetivos. Partindo desse pressuposto a avaliação é elemento fundamental para que o ocorra o feedback, elemento essencial para o professor rever sua ação pedagógica.

Outro aspecto importante na ação docente é a construção de um clima favorável e participação educandos, assim, se faz necessário que eles sejam motivados. O professor necessita utilizar metodologias atrativas e fazer com que o conteúdo seja útil a sua vida, tudo isso, tem como resultado a interação professor/aluno, possibilitando assim uma aprendizagem satisfatória. O ato de avaliar não deve se resumir apenas a realização de provas, com a finalidade de atribuir um conceito ou nota. É uma ação complexa que abrange vários aspectos no processo ensino-aprendizagem, em que professor e educando se empenham em atingir objetivos fundamentais em busca de melhores resultados.

Atualmente, a prática avaliativa ainda é utilizada de forma inadequada nas escolas, o ato de avaliar tem assumido o caráter de classificar o educando. Muitos professores ainda usam a avaliação como uma forma do aluno apenas repassar o conteúdo que lhe foi transmitido, essa prática é preocupante, pois, muitas vezes o professor exige que o aluno reproduza na avaliação da mesma forma que lhe foi passado. A lógica do trabalho pedagógica do professor é considerar a capacidade criativa do aluno, no caso da reprodução do conteúdo na prova, a ação docente acaba bloqueando o desenvolvimento do raciocínio lógico do educando, formando assim um indivíduo incapaz de interagir de forma crítica no mundo social.

Todo esse mal presente no ato avaliativo, não se restringe ao ambiente escolar, mas abrange também os lócus familiar, os pais se satisfazem nos simples dados quantitativos, não considerando a aprendizagem real do conteúdo, portanto, a nota neste sentido tem correspondido o nível de aprendizagem do aluno por reprovação ou aprovação.

Os professores que em muitas situações não possuem formação adequada, ainda utilizam recursos que não tem uma relação direta com os objetivos proposto para o alcance da aprendizagem. O que ainda prevalece muitas nas escolas como instrumento avaliativo é conhecido prova. Esta, muitas vezes é elaborada de forma totalmente descontextualizada, não apresenta enunciados de forma clara, ocasionando equívocos na compreensão dos educandos, não se trata aqui na extinção da prova como ferramenta avaliativa, mas entendemos que uma prova que consideram os pontos aqui citados pode torna-se um rico instrumento avaliativo.

Para que haja mudança em relação ao papel da avaliação da aprendizagem para que seus objetivos sejam realmente alcançados, é necessário que as escolas deem mais importância ao processo e não somente aos resultados. É fundamental que o corpo docente

seja mais orientado sobre a importância do ato de avaliar seus educandos para além da nota. Assim, a avaliação irá compor realmente um processo em busca da aprendizagem do aluno e também a formação docente.

A principal função da avaliação da aprendizagem é orientar o trabalho docente, fazendo assim as correções necessárias. Por isso, no processo de ensino e aprendizagem, ela se faz necessária, por meio dos resultados se pode comparar os objetivos propostos pelo professor com os que são desenvolvidos pela escola. O ato de avaliar possibilita constatar os avanços e problemas de aprendizagem dos alunos, facilitando assim o trabalho docente, neste capítulo elucidaremos um pouco sobre limites e possibilidades do processo avaliativo dos alunos.

Através dos resultados, sejam positivos ou negativos há a necessidade de uma reflexão para analisar o que está dando certo e o que precisa mudar. Sendo assim, a avaliação é uma tarefa didática que deve acompanhar o desempenho do educando. Ela não se limita na aplicação de provas, com a única finalidade de atribuir uma nota ou conceito, é uma tarefa que abrange vários aspectos, onde resultados quantitativos devem levar dados qualitativos.

A função diagnóstica possibilita o professor analisar desempenho dos alunos, verificando seus avanços e dificuldades, constatando assim, seu nível de aprendizagem. Quando o professor é realmente comprometido com a aprendizagem de seus alunos, utiliza com frequência esta função. Assim, ele poderá se apropriar de dados que levam a uma análise diante sua prática docente e aprendizagem do educando. O exercício de rever sua ação pedagógica, sua metodologia de ensino é imprescindível, pois um bom professor nunca deve se acomodar ou até mesmo culpar os educandos, quando estes não estão demonstrando um bom desempenho. Resumindo, o diagnóstico deve caminhar junto o processo de ensino e aprendizagem.

A função de controle da avaliação é o momento em que o professor se apropria dos resultados para fazer uma análise qualitativa. Assim durante o processo pode diagnosticar seu trabalho, contatando se seu papel está sendo bem desempenhado, em que aspecto está realmente contribuindo para a construção de conhecimentos de seus alunos. Para isso, é necessário que a avaliação ocorra de forma sistemática e continua, através de atividades diferenciadas.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema avaliação da aprendizagem foi apresentado como importante para ações e reflexões, pois é a partir do que se avalia é que se pode ter resultados satisfatórios ou não. Assim é mais fácil criar soluções para se obter uma melhor ação pedagógica. Principalmente no processo ensino-aprendizagem, a avaliação deve acontecer de forma responsável, no sentido de não prejudicar o aluno, mas traçar metas para melhorar a construção do saber.

Em primeiro momento, é fundamental analisarmos a concepção de aprender, a aprendizagem só acontece, quando o aluno é capaz de construir seu próprio conhecimento,

integrando-os as diferenças sociais, através de suas experiências vividas e interagindo com o mundo. Este conceito de aprendizagem contribui para uma educação transformadora, sem que os educandos desenvolvem sua criticidade, tendo consciência de sua contribuição na transformação da sociedade.

Partindo desta concepção de avaliação da aprendizagem, o papel do professor consiste em proporcionar situações desafiadoras, oferecendo recursos, onde os educandos desenvolvam suas potencialidades para a construção de conhecimentos. Neste contexto, a avaliação da aprendizagem tende a ir além da simples aplicação de provas e testes, devendo acompanhar o progresso do aluno em todos os aspectos.

Não adianta apenas a constatação de uma aprendizagem não satisfatória, se nada for feito para transformar esse resultado. Nesse sentido, a avaliação deve ser utilizada apenas para constatar erros ou dificuldades de aprendizagem, mas proporcionar soluções para as correções.

Propõe-se que a formação do professor é resultado do desenvolvimento das práticas escolares, sociais e trabalhistas. Pensando nisso, o professor ocupa um espaço razoável na construção do conhecimento do aluno.

Entende-se a partir da composição e da diferença que o professor é, o tipo de profissional predominante da estrutura que o envolve e, diferente dos outros lançando propriedades comportamentais, comunicativas, organizadas e transmissoras.

O educador é peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem do aluno, através de metodologias e raciocínio intercepta a formação do aluno. Reflete, os educadores que quanto mais aprende novas técnicas e abrange metodologias de ensino e avaliação, não ficando somente amarrados as velhas práticas avaliativas o crescimento é notável dentro e for a da sala de aula.

O professor deve procurar entender o aluno, isso enfatiza a importância da preocupação que tem com a contextualização, e a produção dos saberes. Para assegurar que o conteúdo é repassado para uma compreensão adequada e notável, inovando e buscando novos métodos, trabalhando com o educando técnicas que venham do convívio diário, ou de suas experiências relatadas, conhecendo assim, quais as dificuldades que interferem na execução das atividades.

Para que não aconteça a reprodução repetitiva, ou seja, não fixa os conteúdos permanentes, isto é, o aluno não aprende, pois, esse método desvincula a aprendizagem e o aluno não interpreta o que aprende, pois, o aluno só aprende quando relaciona os conteúdos adquiridos, assimilando com conteúdo propostos, construindo assim suas indagações e assimilações, e nesse contexto o professor e exatamente a “mola matriz”, ou seja o impulsiona ao processo da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

DEPRESBITERIS, Lea. **O Desafio da Avaliação da Aprendizagem:** dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1983). 13.ed.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia:** cotidiano do professor. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.** São Paulo: Ática S.A, 1992.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRA, Liliana Soares. **Educação, paradigmas e tendências…** OEI-Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653). Disponível em: < http://pt.scribd.com/doc/6837721/ Soareseducacao-paradigmas-e-tendencias> Acesso em: 03 de mar de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo. Cortez, 1994.

MARQUES, Paula. **O Behaviorismo. Revised: Setembro 27, 2003. Disponível em:<**http://pcmarques.paginas.sapo.pt/Li4.htm> Acesso em 18 de mai de 2017.

MAUAD, Juçara Maciel. **Avaliação em educação física escolar: relato de uma experiência**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

KENSKI, Vani Moreira. Avaliação da aprendizagem. *In:* VEIGA, L. P. A. (coord) *et al.* **Representando a didática**. Campinas: Papirus, 1994.

NISBET, John & SHUCKSMITH. **Estratégias de Aprendizagem**. Madrid, Santillana, 1994.

PIMENTA, S.G. (org.) **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez 1999.

PIAGET, J. **A Epistemologia Genética**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM: UMA DISCUSSÃO DIALÓGICA

Data de aceite: 01/01/2023

Ilani Marques Souto Araújo
Graduada em Pedagogia (UVA), Especialista em Tutoria em Educação a Distância (UNINTA), Mestre em Ensino na Saúde (UECE). http://lattes.cnpq.br/7605301498686683
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Carlos Natanael Chagas Alves
Graduado em Fisioterapia (UNINTA), Especialista em Fisioterapia Dermatofuncional (FAVENI), Mestrando em Gestão em Saúde (FCU). http://lattes.cnpq.br/5357749886200158
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Hellane Joyce Medeiros de Almeida
Graduada em Fisioterapia (UNINTA), Especialista em Fisioterapia Traumato Ortopedia e Desportiva (FATEC). http://lattes.cnpq.br/4203093933111786
Centro Universitário INTA - UNINTA, Itapipoca – CE, Brasil

Ricelia de Moraes Lima
Graduada em Serviço Social (UNOPAR), Especialista em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior (UNINTA). http://lattes.cnpq.br/5359986848980804
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Elizabeth Oliveira de Figueiredo Cruz
Graduada em Pedagogia (UNIFIP), Especialista em Psicopedagogia (CHRISTUS). http://lattes.cnpq.br/2313717228754091
Secretaria de Educação de Itapipoca – CE, Brasil

RESUMO: Esta pesquisa teve como objeto, a Educação a Distância no curso de Enfermagem no Centro Universitário INTA-UNINTA, localizado na cidade de Sobral-CE. O problema da investigação surgiu no cotidiano de como ocorre o diálogo entre os discentes em Disciplinas a Distância, com o intuito de investigar se existe diferença entre o ensino presencial e EaD e os percursos dos alunos sobre a atuação produtiva no curso de Enfermagem da modalidade em EaD, além de promover uma discussão dialógica do discente em face da sua participação no Ambiente Virtual. O objetivo do estudo foi analisar a EaD no curso de Enfermagem do UNINTA, na perspectiva da percepção da atuação do aluno no âmbito virtual. Foi

uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa, como técnica de coletas de dados utilizamos questionários online. Utilizando a análise temática de Minayo; os resultados apresentados nos permitem afirmar que, as pesquisas em EaD no curso de Enfermagem, possibilitam identificar novas ideias e fatos na compreensão da EaD, além de evidenciaram que existe certa fragilidade e um cenário com pouca relevância atribuída as instituições de ensino, mais especificamente aos cursos de graduação no Ensino na Saúde em Educação a Distância.
PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância. Enfermagem. Diálogo. Saúde.

DISNTANCE EDUCATION IN NURSING TRAINING: A DIALOGICA DISCUSSION

ABSTRACT: This research had as object, distance education in the nursing course at the University Center INTA-UNINTA, located in the city of Sobral-CE. The problem of the investigation arose in the daily routine of how the dialogue between the students in Distance Disciplines occurs, in order to investigate whether there is a difference between the classroom teaching and THE and the students' paths on the productive performance in the nursing course of the modality in Distance, in addition to promoting a dialogical discussion of the student in the face of their participation in the Virtual Environment. The aim of this study was to analyze THE in the nursing course of UNINTA, from the perspective of the perception of the student's performance in the virtual scope. It was an exploratory, descriptive, qualitative research, as a data collection technique, we used online questionnaires. Using Minayo's thematic analysis; the results presented allow us to affirm that, research in Distance in the nursing course, allows identifying new ideas and facts in the understanding of Distance, besides showing that there is a certain fragility and a scenario with little relevance attributed to educational institutions, more specifically to undergraduate courses in Health Teaching in Distance Education.
KEYWORDS: Distance Education. Nursing. Dialogue. Health.

1 | INTRODUÇÃO

A evolução crescente da modalidade EAD, ainda imbuída de preconceitos, é um reflexo das mudanças sociais, científicas e tecnológicas presentes na sociedade contextualizada hodierna. Inicialmente, a utilização da EAD foi apontada como a grande solução para resolver a crise de analfabetismo do país. Com o passar do tempo, entretanto, percebeu-se que essa modalidade de ensino não deveria ser utilizada somente para esse propósito, mas também com o objetivo de promover o ensino nas diversas fases, bem como locais e culturas (MACHADO, 2010).

O uso da tecnologia neste contexto configura-se como um axioma cada vez mais presente, voltado especificamente para a área da saúde, observa-se rápido crescimento da Educação a Distância, tanto no ensino de graduação como nas formações continuadas, tais como: pós-graduações e especialmente, na Enfermagem, área em que se constitui esta pesquisa. Tal expansão vem sendo impulsionada pelas Tecnologias da Informação e

Comunicação (TICs), vislumbrando o uso de ferramentas computacionais facilitadoras do processo ensino/aprendizagem (PEIXOTO, 2011).

De acordo com o Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que revoga o Decreto 2.494/98 e regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB) e o Decreto Nº 9.057/2017, a EAD é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

Vislumbrando esse cenário, o Centro Universitário INTA-UNINTA, procurou atender o que preconiza a Portaria do MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e o Decreto Nº 9.057/2017, que normatiza a oferta em EAD de até 20% (vinte por cento) da carga horária em cursos de graduação, bem como oferecer aos docentes e discentes diversificaçõe no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, o mesmo instituiu a Portaria 011/2017 normatizando a oferta de disciplinas na modalidade EAD nos cursos de graduação da referida IES (UNINTA, 2019).

Vale ressaltar que no contexto da Educação a Distância o diálogo entre os estudantes e os professores é cerne de uma Educação como prática de liberdade na medida em que estabelecemos relações democráticas. Para Freire (2005), na obra Pedagogia do Oprimido, o diálogo se evidencia como um fenômeno humano, em que estarão sempre presentes as dimensões da ação e da reflexão. O autor defende que, ao nos pronunciarmos no mundo, mostramos que humanamente existimos, se existimos, agimos e consequentemente, transformamos o mundo em que vivemos. Onde há diálogo, há encontro, amorosidade e respeito. Valores imprescindíveis para uma educação democrática e equitativa.

A relevância do estudo está em refletir e compreender de forma mais efetiva, o campo da modalidade EAD, no curso de Enfermagem, considerando a percepção de alunos que vivenciam em sua prática, dificuldades e conflitos, e benefícios advindos de uma metodologia diferenciada e de proposta de comunicação acessível. É imperativo destacar que na sociedade acadêmica, discussões sobre diferentes metodologias de ensino e aprendizagem estão desmistificando alguns aspectos que desfavorecem a modalidade em EAD. Para Belloni (2006), na oferta em EAD o aluno é o protagonista, tendo em vista que ele é o ator principal no processo de ensino-aprendizagem, e somente ele sabe e conhece a melhor maneira para aprender.

Justificativa pedagógica da escolha do tema da pesquisa se deu pelo fato de no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde (CMEPES), existir a área de concentração de “Formação e Desenvolvimento Docente na Saúde”, tendo como temáticas: o processo de formação dos profissionais na área da saúde, as Diretrizes Curriculares, o processo ensino- aprendizagem, o currículo, avaliação de conteúdo, e pressupostos e estratégias de formação docente que contemplam a interdisciplinaridade e a multiprofissionalidade no ensino em saúde (CMEPES, 2020).

Ancorada na experiência empírica da pesquisadora no UNINTA, entendemos que, a oferta de diferentes propostas em EAD, é possível de aperfeiçoamento, pois o público

alcançado é formado em grande parte por estudantes que tem participação ativa no processo ensino aprendizagem. O estudo tem por objetivo Analisar a EAD no curso de Enfermagem do UNINTA, na perspectiva de atuação do aluno no âmbito virtual, visando a identificação de fatores que determinam sua organização e avali ção.

Os referenciais teóricos da pesquisa estão centrados em Moran (2015), Aretio (1994), Mara (2003) e Freire (1980), autores que afirmam ou que oportunizam afirmar a EAD como possibilidade de democratização do acesso à educação utilizando a comunicação de forma democrática.

2 I METODOLOGIA

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa e descritiva, selecionada por nos dar a oportunidade de elaborar ideias, fazer novas descobertas e trazer informações qualificadas. Para Minayo (2012, p. 623) "[...] o verbo principal da análise qualitativa é compreender, exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento". Neste sentido, entende-se que esse tipo de pesquisa busca compreender a realidade vivida pelos sujeitos pesquisados, seu significado e valores

A pesquisa desenvolveu-se no município de Sobral-CE, localizado na Região Norte do Estado do Ceará, distante aproximadamente 250 km da capital, Fortaleza. Sobral é o segundo município mais desenvolvido do Ceará e o segundo maior do interior, com população de 206.644 habitantes, ostentando, ainda o título de cidade universitária, pois aporta quatro grandes instituições de Ensino Superior em nível Federal, Estadual e Privado, e desenvolver-se-á no Centro Universitário INTA-UNINTA. (IBGE, 2018).

Participaram da pesquisa: acadêmicos regularmente matriculados no curso de Enfermagem do Centro Universitário INTA-UNINTA nos primeiros semestres do curso, pois esse é o período que as disciplinas em EAD são ofertadas. Não foi realizada nenhuma divisão por gênero, idade e etnia.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: estar regularmente matriculado no curso de Enfermagem; e ter cursado no mínimo três disciplinas em EAD. Os estudantes participantes serão convidados através de contato pessoal sendo utilizado e-mail e *whatzapp* pessoal destes. Como critérios de exclusão foram observados: alunos que por algum motivo trocou de curso; alunos que mudaram de instituição; e alunos que desistiram do curso. Aqueles que não atenderem aos critérios citados foram excluídos da pesquisa.

Os estudantes matriculados nos semestres iniciais do curso de Enfermagem que se dispuseram a participar dos momentos solicitados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados ocorreu de forma virtual utilizando conferências no *Google Meet*. Foi aplicado um questionário sociodemográfico do participante, indicando um codinome, idade, identidade de gênero, escola que concluiu o Ensino Médio, estado civil. As principais vantagens dessa técnica estão na economia de tempo, obtenção de respostas mais rápidas

e precisas, maior tempo para respostas e em horário mais favorável.

Utilizamos na pesquisa um questionário de Auto Regulação da Aprendizagem Online (OSLQ) com o intuito de avaliar se as disciplinas em Educação a Distância foram eficazes no processo ensino/aprendizagem, o questionário foi adaptado a partir do manual desenvolvido por (CROOKS *et al.*, 2008) e (BERNARD, LAN e TO, *et al.*, 2009).

O instrumento apresenta uma escala de 24 itens com um formato de resposta do tipo Escala de Likert de 5 pontos, com valores variando entre 'concordo totalmente' (5) até 'discordo totalmente' (1), essa coleta ocorreu por meio eletrônico via *Google Forms*. Para análise dos dados utilizamos o e-mail pessoal dos participantes. Foi aplicado um terceiro questionário online contendo quatro questões abertas, essa técnica se torna flexíve e dinâmica, podendo o sujeito envolvido responder no conforto do seu lar, há qualquer momento.

Os instrumentos utilizados foram os computadores pessoais dos participantes, com internet para responder os questionários no *Google Forms*®. Utilizamos aparelho celular iphone6 para gravar o áudio durante as entrevistas, também um Diário de Campo utilizado em todo o processo.

Análise de dados obtidos se deu pela de análise temática de Minayo (2014). Segundo esta autora, a entrevista possibilita vantagem para o entrevistado, pois permite que ele discorra sobre o tema proposto pelo pesquisador sem respostas pré-determinadas. Assim sendo, o entrevistado pode falar livremente sobre o assunto revelando seus conhecimentos e experiências fazendo com que o pesquisador capte apenas as informações desejadas.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O histórico do ensino na EAD

A Educação a Distância (EAD), também chamada de Teleducação, em sua forma embrionária e empírica é conhecida desde o século XIX, mas somente nas últimas décadas assumiu status que a coloca no cume das atenções pedagógicas de um número cada vez maior de países. Podemos afirmar que na Grécia antiga e, depois, em Roma (Cartas de Platão e Epístolas de São Paulo) existia uma rede de comunicação que permitia o desenvolvimento significativo da experiência (PICONEZ, 2003)

A modalidade de Ensino a Distância, comumente é tratada com "status" de "novidade" ou "inovação" no cenário educacional brasileiro. Estudiosos divergem com relação ao marco inicial dessa modalidade de ensino no Brasil. Há aqueles que, como Vianney (2003), defende que o início da EAD no Brasil ocorreu em (1904). Entretanto, ressaltamos que outros autores, tais como Saraiva (1996 *apud* Costa, 2008) e Costa (2012), consideram que a EAD no Brasil tem real aplicação a partir de 1923, por meio da criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

No Brasil, no final da década de 30 e 40, a presença de instituições como o Instituto Universal Brasileiro e o Instituto Rádio Monitor, representam o pioneirismo nos cursos EAD (Costa, 2008). Apesar de pioneiros, esses cursos não possuíam nenhum tipo de avaliação

ou monitoramento por parte dos órgãos educacionais. Eram modelos de cursos livres, que disponibilizavam apostilas, K7's e VHS.

A partir das décadas de 60 e 70, a Educação a Distância, passa a incorporar e articular o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o computador e mais recentemente, a tecnologia de multimeios, que combina textos, sons, imagens, assim como, mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem, diferentes linguagens e instrumentos para fixação de aprendizagem com feedback imediato (programas tutoriais informatizados) etc., (PICONEZ, 2003).

Ressalta-se que os cursos EAD, assim como os cursos de graduação presenciais, necessitam de avaliações periódicas e devem atender à todas as exigências legais feitas às demais instituições, sejam públicas ou privadas, no que se refere à questão da qualidade do ensino. São questões que devem ser discutidas não apenas com relação à modalidade EAD, na atualidade ainda há deficiências qualitativas no Ensino Superior, por isso, criticar a qualidade do Ensino Superior focando apenas na modalidade EAD, seria excluir dos debates outros cursos presencias, com mais dificuldades e limitações estruturais (BORGES, 2015).

3.2 Uso das tecnologias virtuais na educação a distância na enfermagem

Segundo Garcia (2015), podemos classificar processos educativos envolvendo duas variáveis: tempo e espaço. Na Educação Presencial o professor e aluno encontram-se no mesmo espaço e tempo, na Educação à Distância (EAD) há uma separação do professor e do aluno no que se refere a espaço e tempo. Muitas foram às dificuldades e consequentes modificações que ocorreram na estrutura dessa modalidade de ens no.

Nesse contexto, há uma variedade disponibilizada para os alunos na EAD, tais como:

a. Atividades individuais ou em grupo;

b. Professores especialistas e facilitadores/tutores de aprendizagem;

c. Diferentes tipos de tecnologia e material instrucional, sendo que todo o material do curso é disponibilizado de forma digital: textos, vídeos, e-books, bibliotecas on-line, etc.; e

d. Métodos diferenciados de ensino-aprendizagem: como atividades podem ser desenvolvidas, e podem acontecer de forma assíncrona ou síncrona. Na forma assíncrona a interação entre os participantes ocorre em diferentes tempos como em fóruns, listas de discussão ou e-mail. Na forma síncrona, os participantes estão em diferentes espaços, mas se comunicam ao mesmo tempo, como exemplo temos os chats e web conferências.

Garcia (2015) afirma que, para além das questões de espaço e tempo a EAD, pode romper com a exclusão da informação e possibilitar a Educação Permanente. A autora ressalta que os cursos podem ocorrer de uma maneira híbrida com encontros presenciais e atividades a distância, com o suporte da sala de aula e a flexibilidade do estudo *e-learning*

(educação on-line). Em estudos realizados pelos autores com estudantes de Enfermagem, não se identificou diferenças estatísticas significantes entre os grupos que utilizam *e-learning* e os sistemas tradicionais, relacionados ao conhecimento, habilidades e satisfação.

As abordagens de EAD, por meio de redes telemáticas, são três tipos: broadcast, virtualização da sala de aula presencial e o estar junto virtual (PRADO, 2002). No *broadcast*, a tecnologia computacional é utilizada para entregar a informação ao aluno como ocorre com o uso das Tecnologias Tradicionais de Comunicação (TTC) como o rádio e a televisão. Já a virtualização da sala de aula se dá quando as redes telemáticas são utilizadas para repetir os modelos utilizados nas salas de aula presenciais, ou seja, a mera transferência para o meio virtual do modelo do espaço-tempo da aula presencial. Porém o estar junto virtual, ou Aprendizagem Assistida por Computador (AAC), explora a potencialidade interativa das TIC, viabilizadas pela comunicação multidimensional, que aproxima os emissores dos receptores dos cursos, permitindo a criação de condições de aprendizagens colaborativas (VALENTE, 2001).

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizamos três questionários online por meio da ferramenta *Google Forms*®. O primeiro questionário buscou absorver o perfil sócio demográfico (Apêndice D) dos alunos, o encontro ocorreu através da plataforma *Google Meet*, a pesquisa foi apresentada a uma turma mista de 30 alunos dos cursos de Farmácia, Nutrição e Enfermagem, desses, 15 eram do curso de Enfermagem. Foi enviado e reenviado o formulário online para os 15 alunos, porém, apenas 07 alunos deram devolutivas dos questionários, quase 50% da turma e a partir desse momento os 07 vão representar os 100% desta pesquisa.

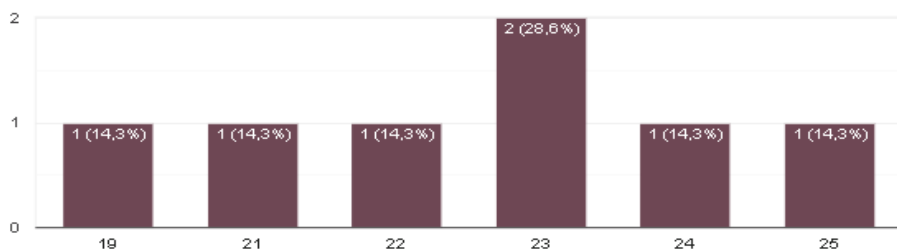



Gráfico 1 - Característica por idade dos participantes

Fonte: *Google Forms*®, pela autora (2021).

O gráfico 01 demonstra que os alunos estão dentro da média de idade para o ingresso em um curso superior, evidenciando a faixa etária ideal de escolarização, levando em conta o término do ensino médio, contudo, foi constatado que alguns alunos estavam há 08 anos fora do ambiente escolar, o que aponta possíveis desatualizações acerca do

ambiente educacional e o ingresso no ensino superior um desafio de adaptação, para este grupo específico

Quando pesquisados se já fizeram curso complementar utilizando a internet, 71,4% informaram que já fizeram cursos à distância, o que pressupõe alguma habilidade e noções básicas sobre a ambientação nos estudos EAD, de modo que essa modalidade pode possibilitar que façam diversos cursos em outras instituições. Quando perguntados, se dominam a internet os 100% deles disseram ter esse domínio.

Dos questionados, 100% afirmam que o Ensino Superior significa ter mais oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. O ensino superior ainda é um privilégio que poucos conseguem acessar, segundo dados da Pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, lançada pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso ao ensino superior, ainda é muito restrito, estabilizado em 32,7% de acesso levando em conta o público jovem entre 18 e 24 anos. Nesta pesquisa, caracteriza também que para muitos o ensino superior ainda é um sonho, quando na verdade deveria ser simplesmente direito garantido, pois nem todos têm essa oportunidade garantida, com a Educação a Distância esse direito se torna mais acessível e inclusivo para dadas camadas da população, o que pode significar a realização de um sonho

No segundo Questionário de Auto Regulação (OSQL), os alunos responderam por meio da ferramenta *Google Forms*®, sobre as competências necessárias ao aluno para que se possa obter bons resultados no seu processo de aprendizagem, neste sentido podemos citar aqui a atitude como uma das competências. Entende-se que são as atitudes que determinam como os indivíduos se posicionam em relação aos outros e aos acontecimentos. É em função delas que se avaliam sentimentos, comportamentos e escolhas.

Inicialmente questionamos sobre a atitude de estabelecer metas, seja de curto, médio ou longo prazo, os resultados encontrados apontam que 50% dos alunos defin algum tipo de meta, os outros 50% se fracionam entre aqueles definem parcialmente metas (12,5%), os que não sabem responder (12,5%) e chama a atenção o índice daqueles que discordam parcialmente com a definição de metas para a realizaç o de tarefas (25%).

Detectamos que os alunos apresentam uma atitude observadas em termos comparativos de porcentagem os itens de mensuração “concordo totalmente” e “concordo parcialmente”, acerca do estabelecimento de metas e de metas a curto e longo prazo, se somados respectivamente, representam 62,5% dos respondentes que articulam a atitude de definir metas como um aparato de Auto Regulação, o que demonstra possível interesse e gerência dos resultados obtidos em curso. Em oposição, tem-se a soma dos que “nem concordam, nem discordam” e os que “discordam parcialmente”, em 37,5%.

Observou-se ainda que os alunos demonstram uma diversificação equânime entre os índices de concordâncias e discordâncias, neste aspecto de autoavaliação 25% dos alunos estão de acordo com seu desempenho de aprendizagem, 25% estão de acordo apenas parcialemnte, outros 25% nem concordam e nem discordam, os últimos 25% discordam parcialemnte.

Demonstrou-se que apenas 12% dos alunos concordam totalmente com a definiçã

de metas para a realização de tarefas, o que aspira preocupação, pois enquanto atitude que gera resultados positivos para o processo de aprendizagem a definição de metas para as atividades em EAD, visto que estimula a autonomia, é um passo importante.

Merece destaque o resultado observado quando os alunos foram questionados se o trabalho/estudo era comprometido por ser uma modalidade EAD, segundo estes, 63% dos estudantes pesquisados acreditam ter seu aprendizado prejudicado por estudar nessa modalidade.

É importante observar que embora os alunos se sintam nesse contexto, prejudicados, alguns autores, dentre eles Silva (2007) nos mostra que a EAD é a estratégia ideal para levar educação aos que não teriam acesso à atualização de conhecimentos, todavia, nem todos que aderem essa modalidade percebem os ganhos e os pontos fortes dentro desse processo. Em sua pesquisa, a mesma autora apontou que as maiores dificuldade dos estudantes foram relacionadas a iniciativas e o desenvolvimento de um processo de autoaprendizagem mais crítico e reflexivo, nos levando a crer que, o prejuízo mencionado pelos alunos de nossa pesquisa está diretamente relacionado a dificuldade de condução de autoaprendizagem.

A soma dos alunos que estão de acordo e de acordo parcialmente é de 75% de concordância com a procura de um lugar confortável para estudar. Ou seja, na visão da maioria destes alunos a estruturação do AVA dispõem que essa procura ocorra de forma positiva. os alunos evidenciam, em soma, que 62,5% estão de acordo que ambiente AVA fornece para eles o conhecimento de modo que possam estudar de forma eficiente

Nessa perspectiva, estes resultados corroboram com o que foi apresentado por Almeida (2003), no qual a EAD é uma modalidade que permite ao aluno a administração de seu tempo, e autonomia, para desenvolver aquilo que lhe é proposto, podendo ainda o mesmo dialogar com o conhecimento, com seus pares, professores e acumulação de um maior número de informações acessíveis, respeitando-se as limitações temporais impostas pelos cursos, independentemente do local de estudo.

Nessa mesma linha, Bastos (2003) aponta em seus estudos que o aluno deve ser estimulado a exercer sua autonomia e para isso ele precisa de disciplina e boas estratégias de estudo, tendo em vista que, na modalidade EAD o acadêmico passa a ter papel ativo no se aprendizado, tornando-se capaz de contribuir com experiências e materiais além daqueles fornecidos pelo curso.

Destarte, em sua tese, Feijó (2010) afirma que a Enfermagem não pode ficar à margem dos avanços que a modalidade EAD tem promovido. A construção de Projetos Pedagógicos, e a configuração curricular devem assegurar ao aluno estrutura suficient que permita sua inserção no mundo digital e virtual e promoção de conhecimento científico

Quando questionados sobre as suas estratégias de estudo, 75% dos estudantes responderam que possuem o hábito de organizar os conteúdos de estudo através de esquemas e anotações relacionadas com os conteúdos. Os dados mostram que 62,5% indicaram como forma de buscar melhor aprendizado dos conteúdos disponibilizados, a leitura dos materiais em voz alta para não sofrer distrações.

Observou-se que a maioria deles não participa e não se preparam para participar dos chats e fóruns de discussões, e que 62,5%, utilizam material extra disponibilizados na plataforma virtual de aprendizagem para estudar. Estes dados nos levam a ponderar sobre a melhoria destas ferramentas coletivas e, também, sobre como implementar formas de estímulos para que esses estudantes tenham interesse em buscar essas ferramentas, formando grupos de discussão e garantir um aprendizado mais robusto.

Segundo Moran (2009) o professor deve se tornar um incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento, pois, precisa se sentir motivado e incentivado para desenvolver sua autonomia, visando à efetivação da sua aprendizagem. Nesse contexto, Bastos (2003) aponta que o acesso às universidades demanda uma mudança de comportamento para garantir a eficiência no processo de ensino-aprendizagem. Aponta-se a necessidade de o ambiente virtual favorecer a criação de um "relacionamento" entre os alunos, criando momentos coletivos, transformando o ambiente "online" em um ambiente seguro.

No que se refere ao processo de busca de ajuda pelos alunos para resolverem suas dúvidas no processo de aprendizagem, há uma variação de 50 a 62,5% deles que apontam procurar amigos para tirar dúvidas sobre os conteúdos e, que apesar de75% deles não buscarem amigos em cursos presenciais, apenas 37,5% deles procura pedir ajuda ao tutor ou professor através de e-mail ou mensagem via plataforma.

Autores como Whipp e Chiarelli (2004) apontam que a busca por ajuda é importante, e destaca que um nível menor ou moderado em relação às estratégias de procura por ajuda pode influenciar diretamente na qualidade dos resultados obtidos por esses alunos, fato que merece maior atenção por parte das instituições.

Whipp e Chiarelli (2004) afirma que os alunos melhoraram sua aprendizagem com interações virtuais e pessoais com tutores e colegas, mencionaram ainda, que, um frequente e oportuno feedback por parte dos tutores e professores são considerados essenciais para o sucesso da maioria dos alunos.

No 3º questionário Online (Apêndice F), trouxemos quatro questões abertas, que foram estruturadas a partir do enunciado introdutório "Estamos pesquisando sobre os 20% do ensino em EAD": 1) O que você enquanto Acadêmico do curso de Enfermagem considera de diferente entre o ensino/aprendizagem em EAD e presencial?; B) Quais os pontos que facilitam a aprendizagem?; C) Dificuldades relacionados a utilização ao ambiente virtual?; e D) Qual a importância do tutor na relação ensino/aprendizagem? De modo geral, os discentes mantiveram-se de forma positiva quando responderam às quatro perguntas: A primeira pergunta buscou saber dos acadêmicos, enquanto estudantes do curso de Enfermagem, se eles consideravam diferente o ensino/aprendizagem em EAD e Presencial.

De acordo com as respostas os alunos classificam como diferente as modalidades, para eles, o ambiente de casa traz muita distração e não conseguem se concentrar, quanto a presença do professor, consideram importante o contato e o diálogo, ainda centrado na figura do professor. O que caracteriza que os alunos não se veem como protagonista

de seu sucesso, autônomos suficientes para a realização do contato com os saberes disponibilizados e, que a modalidade que favorece o ensino aprendizagem é o presencial.

Para Moran (2009) o professor deve se tornar um incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento. Porém, cabe ao aluno se sentir motivado e incentivado para desenvolver sua autonomia, visando a efetivação da sua aprendizagem.

Considerando os resultados da pesquisa apresentados, percebe-se que a experiência da formação por meio da Educação a Distância não é percebida por eles como dificuldade em relação à organização do tempo para a realização das atividades, os resultados obtidos nos mostram que, os alunos não possuem um planejamento eficient de suas atividades, 50% deles afirmam planejar seus estudos a curto prazo, não havendo referências significativas quanto aos prazos de médio e longo t mpo.

A falta dessa prática enquanto hábito, podemos afirmar que no planejamento dos estudos, denota, pelo menos, uma das razões para a subutilização da Plataforma Virtual e a pouca demanda pelo acompanhamento tutorial, mesmo que os alunos considerem que essas duas ferramentas atendam satisfatoriamente suas necessidades.

Dentre os aspectos positivos no uso da modalidade EAD, alunos, citam a flexibilidad de horários e a democratização do acesso. Com destaque para a negação de dificuldades e desafios com as habilidades tecnológicas. São apresentadas queixas, quanto a existência de poucos encontros e aproximação entre alunos e tutores, nos levando a crê que os espaços “coletivos” como Chats e fóruns, precisam ser mais estimulados e responsivos para atrair os alunos.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados confirmam a hipótese de que a experiência da formação por meio da Educação a Distância foi evidenciada como dificuldade na organização do tempo para a realização das atividades, no entanto para conteúdo dos cursos, a avaliação ocorre de forma positiva. A plataforma virtual e acompanhamento tutorial foram satisfatórios no desenvolvimento da Educação a Distância, assim como a flexibilidade de horários e a democratização do acesso, bem como os desafios, a habilidade tecnológica, com a existência de poucos encontros e aproximação entre alunos e tutores.

O estudo registrou ainda, que, nessa modalidade, a avaliação da aprendizagem está a desempenhar novas posturas, tanto por parte do professor quanto do aluno. Que a avaliação deve ser compreendida, como uma estratégia de acompanhamento da aprendizagem. Afirmamos neste contexto que o aluno precisa se sentir motivado e incentivado para desenvolver sua autonomia, visando a efetivação da sua aprendizagem.

Nos resultados apresentados, evidencia-se um cenário com pouca relevância na EaD pelas instituições de ensino, mais especificamente aos cursos de graduação no Ensino na Saúde em Educação a Distância como estratégia a ser inserido na formação ensino/aprendizagem; esses indicativos trazem importantes contribuições que possibilita a melhoria do processo ensino-aprendizagem nessa modalidade.

É importante levar em consideração que, em cursos na modalidade a distância,

utilizar uma inovação tecnológica atual, por si só não é suficiente para que haja benefícios significativos. É preciso selecionar os meios mais apropriados para aquisição de ensino-aprendizagem, considerando os objetivos a serem atingidos.

Identificamos nos resultados da pesquisa que na modalidade EAD, o processo educativo envolve três componentes: o professor, o aluno e o tutor. A partir desses resultados o que podemos identificar é que todos os três componentes devem aprimorar suas atitudes em relação à prática. No EAD, o professor tem seu papel ampliado de simples transmissor de informação para gestor do processo, criador de conteúdo, facilitador do processo e tutor.

Nesse mesmo pensamento construtivo, o aluno passa de um receptor de informação para um agente ativo da construção, reelaboração de conhecimento e, deve exerce sua autonomia e pró atividade. O tutor, como elemento mediador, deve viabilizar a interação entre professor e aluno, estimulando o uso individual e coletivo do ambiente virtual previamente definidos como espaço de diálogo e aprendizagem sig ificativa

Entendemos, ser esta pesquisa importante, com carência de publicações referentes a EAD, ressaltando-se que este tipo de estudo contribui a motivar os educadores e estudantes a pesquisar essa temática. Paulo Freire, defende que o diálogo é essencial para a construção da interatividade e que ela precisa ser: autônoma, promotora da dialogicidade, da conscientização, problematizada a libertária.

De forma conclusiva, podemos afirmar que, faz-se necessário que os professores participantes da EAD, tenham acesso a projetos de formação, entendendo ser ela um instrumento de ensino/aprendizagem na sociedade onde as TICs estão presentes, não só como instrumento de compreensão, como também do acesso as mídias digitais e que os alunos podem estabelecer diálogos sobre temas do seu interesse, confrontando ideias, compartilhando as TICs e espaços de pesquisa propício de interação.

REFERÊNCIAS

BARNARD-B, L.; LAN, W. Y.; PATON, V. O. **Profiles in self-regulated learning in the online learning environment.** International Review of Research in Open and Distance Learning, v.11, n.1, p.149-156, mar. 2010.

BORGES, F. A. F. A **EaD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Diálogos Possíveis.** Revista Cientifica em Educação a Distância; em foco. Disponível em: Vista do A EAD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Diálogos Possíveis (cecierj.edu.br). Acesso em: 27 ago. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Portaria n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 2004. p. 34.

COSTA, M. L. F. (2012). **História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil:** o programa Universidade Aberta do Brasil em questão. HISTEDBR On-line,12(45), 281-295. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art18_45.pdf. Acesso em: 29/06/2021.

COSTA, M. L. F. **Educação a distância no Brasil:** perspectiva histórica. In: M. L. F. COSTA e R. M. ZANATTA (Orgs.). Educação a Distância no Brasil: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: Eduem, 2008.

CMEPES. Universidade Estadual do Ceará. **Dissertações. Produto Técnico**. Disponível em:http://www.uece.br/cmepes/index.php/areas-de-concentracao.Acesso em: 22/01/2020.

FEIJÓ, E. J. **Avaliação do desempenho de discentes na disciplina administração dos serviços de enfermagem na modalidade de educação a distância**. Edmar Jorge Feijó. Niterói: [s.n.], 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GARCIA, V. L. **Educação à distância (EAD) – conceitos e reflexões**. Medicina (Ribeirão Preto), 2015. Disponível em: http://revista.fmrp.usp.br. Acesso em: 20/06/2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. IBEGE - Coordenação da População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf. 20/08/2021.

MACHADO, M. **Educação a distância no ensino superior**: impasses e possibilidades. **Revista científica intraciência**, ano 2, n. 1, p. 61-105, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo (SP): Hucitec, 2014.

MORAN J. M. **Avaliação do Ensino Superior a distância no Brasil. Escola de Comunicações e Arte**. Universidade de São Paulo (USP); 2008. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/avaliacao.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2010.

MOORE, M. G.; KEASLEY, G. **Educação à distância**: **uma visão integrada**. São Paulo: Cenage Learning, 2007.

PEIXOTO, H. M; PEIXOTO, M. M.; ALVES, Elioenai Dornelles. **Aspectos relacionados à permanência de graduandos e pós-graduandos em disciplinas semipresenciais**. Acta paul. Enferm: São Paulo, v. 25, n. spe2, p. 48-53, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000900008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2019.

PICONEZ, S. C. B. **Introdução à Educação a Distância:** os novos desafios da virtualidade. Portal do Núcleo de Estudos de Eja e Formação de Professores, 2003. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?user=kT6nf4cAAAAJ&hl=pt-BR. Acesso em: 23 jun. 2008

SILVA, E. C. **Educação à distância:** Ambientes digitais para o processo de ensino-aprendizagem em enfermagem psiquiátrica. Ribeirão Preto, 2007.

UNINTA, C. U. I. **Normatiza a unificação de disciplinas a serem ofertadas em ead de cursos de graduação presenciais e ead na ies**. Disponível em: https://uninta.edu.br/site/portarias/portarias-de-2016/

CAPÍTULO 19

ATENDIMENTO INFANTIL EM UMA CLÍNICA-ESCOLA DO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Data de aceite: 01/01/2023

Ana Isabelle Carlos Barbosa
Graduanda do curso de Psicologia e Gestão de Tecnologia da Informação pelo Centro Centro Universitário INTA - UNINTA. Atua como Técnica/Gestora de Ambientes Virtuais de Aprendizagem na Diretoria de Inovação Educacional do Centro Universitário INTA-UNINTA na modalidade de Educação a Distância desde 2018. Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/5844943861210601
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Ana Ramyres Andrade de Araújo
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Sobral. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Sobral. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário INTA – UNINTA. Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/6151810891453992
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Germana Albuquerque Torres
Psicológa, pedagoga, mestre em Psicologia. Atua como Diretora Acadêmica da Faculdade UNINTA Fortaleza. Integrante do Grupo de Pesquisas CNPQ Laboratório de Ciências do Cérebro e Aprendizagem (LACCA). Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/9126793017370432
Faculdade UNINTA, Fortaleza – CE, Brasil

Isabela Cedro Farias
Graduada em Psicologia e Letras pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário INTA-UNINTA. Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/4393473105684072
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Jeciane Lima da Silva
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Neuropsicóloga. Especialista em Saúde Mental e Redução de danos. Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo-Sul Catarinense (UNESC – em andamento). Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário INTA-UNINTA. Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/0389844892230718
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Thamyles de Sousa e Silva
Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Especialista em Saúde Pública e da Família pela

Faculdade de Quixeramobim - UNIQ. Integrante do Grupo de Pesquisas CNPQ Laboratório de Ciências do Cérebro e Aprendizagem (LACCA). Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/3266568917899957
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir, por meio de um relato de experiência, acerca de um atendimento infantil em uma clínica-escola do interior do estado do Ceará, bem como, sobre as distintas formas como o racismo estrutural pode afetar o desenvolvimento de uma criança negra. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), lançado em 2010, o racismo causa impactos danosos, psicologicamente e socialmente na vida de toda e qualquer criança ou adolescente. Desse modo, torna-se urgente que a Psicologia possa discutir sobre tal temática. Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, na modalidade relato de experiência, possui abordagem qualitativa na qual as experiências dos sujeitos são demasiadamente importantes para a pesquisa. Desse modo, refere-se a um relato de experiência de estágio de uma discente de psicologia em uma clínica-escola no interior do Ceará ou também dito como Serviço de Psicologia Aplicada (SPA). Como ferramentas foram utilizados recursos lúdicos sob a visão da abordagem analítico-comportamental. Como resultados pode-se notar que havia uma associação da negritude a elementos negativos e da branquitude a elementos positivos por parte do cliente. A criança não tinha acesso, em seu cotidiano, a conseguir enxergar uma representatividade negra com que se identificasse, como por exemplo, por meio de desenhos, fato que colaborava para que a associação citada perpetuasse. Conclui-se que a partir dessa vivência de estágio entendeu-se que tratar ainda na infância sobre racismo é de fundamental importância para que crianças negras consigam perceber sua representatividade. Reitera-se também a importância da atuação da Psicologia no combate ao racismo, é preciso que esteja atuante e colaborando na diminuição de opressões.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento infantil; Racismo; Psicologia.

CHILD CARE IN A CLINIC-SCHOOL IN THE INTERIOR STATE OF CEARÁ: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: The present work aims to discuss, through an experience report, about child care in a school clinic in the interior of the state of Ceará, as well as about the different ways in which structural racism can affect the development of a black child. According to the United Nations Children's Fund (UNICEF), in 2010, racism causes harmful impacts, psychologically and socially, in the lives of each and every child or adolescent. Thus, it becomes urgent that Psychology can discuss about this theme. This work is a descriptive study, in the experience report modality, it has a qualitative approach in which the subjects' experiences are too important for the research. Thus, it refers to an internship experience report of a psychology student in a teaching clinic in the interior of Ceará or also known as Applied Psychology Service (SPA). As tools, ludic resources were used under the view of the behavioral-analytic

approach. As a result, it can be noted that there was an association between blackness and negative elements and whiteness with positive elements on the part of the patient. He did not have access, in his daily life, to be able to see a black representation with which he could identify, for example, through drawings, a fact that contributed to the perpetuation of the aforementioned association. It is concluded that from this internship experience, it was concluded that dealing with racism still in childhood is of fundamental importance for black children to be able to perceive that there is representation. The importance of the role of Psychology in the fight against racism is also reiterated, it must be active and collaborating in the reduction of oppression.
KEYWORDS: Child care; Racism; Psychology.

1 I INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discutir, por meio de um relato de experiência, acerca de um atendimento infantil em uma clínica-escola do interior do estado do Ceará, bem como, sobre as distintas formas como o racismo estrutural pode afetar o desenvolvimento de uma criança negra. Por conseguinte, a discussão sobre tal vivência torna-se importante para que seja possível analisar as distintas particularidades existentes nos atendimentos em psicologia. Assim, é preciso ampliar a escuta psicológica e os locais que funcionem com graduandos em psicologia devem voltar-se para as realidades dos usuários, sendo de suma importância conhecer e questionar tais ambientes (LEVANDOWSKI, 1998).

Diante disso, com o objetivo de contribuir com a formação do discente surgem as clínicas-escola de psicologia que são serviços obrigatórios de acordo com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, em seu art. 16, a qual determina que os cursos de psicologia precisam ter serviços clínicos e nos quais possam existir aplicação à educação e ao trabalho, sendo dirigidos por professores (BRASIL, 1962). Nesse viés, torna viável que os graduandos possam ter a experiência prática da profissão que escolheram. Assim, as clínicas-escola surgem para que seja possível aplicar na prática as técnicas psicológicas e conhecimentos adquiridos em sala de aula, bem como, para possibilitar atendimento para grande parcela da população que não pode pagar por um serviço privado (PERES; SANTOS; COELHO, 2003).

Por conseguinte, é de suma importância trazer como a clínica psicológica foi constituindo-se no decorrer dos anos. Em seu início, apoiava-se no modelo médico no qual as intervenções eram muito mais voltadas para remediar e tratar, ou seja, um fazer higienista. Em decorrência disso, existia-se uma prática em que se buscava realizar uma adequação dos sujeitos, havia-se um fazer totalmente desvinculado de práticas políticas e sociais. No entanto, ao longo dos anos a psicologia precisou rever sua prática à medida que as desigualdades sociais se apresentavam de maneira ainda mais frequente. Para Moreira, Romagnoli e Neves (2007, p. 615):

> O contexto social passou a adentrar os consultórios de forma a convocar os psicólogos a saírem dele, ou seja, para responder às novas formas de subjetivação e de adoecimento psíquico, o psicólogo deveria compreender

a realidade local. A Psicologia “tradicional” é “obrigada” a se redesenhar, tornando-se mais crítica e engajada socialmente.

Sendo assim, a psicologia passa a enxergar sua prática por meio da intersecção de vários saberes, entendendo que os diferentes conhecimentos e a compreensão das demandas sociais são imprescindíveis. Por conseguinte, torna-se relevante citar que se atentar a tais fatores é enxergar questões estruturais como o racismo. Neste trabalho será pontuado as distintas maneiras como o racismo pode fazer-se presente no cotidiano, relatando de forma específica os impactos gerados no desenvolvimento de uma criança negra por meio de alguns atendimentos psicológicos a partir de uma vivência de estágio.

Desse modo, é válido citar que “[…] a infância é a condição social que unific as crianças como grupo etário e as coloca em experiências comuns, uma vez fazendo parte da mesma experiência histórica e cultura” (ARENHART, 2016, p. 33). No entanto, é imprescindível que não seja esquecido que cada criança terá vivências particulares e distintas umas das outras, bem como, os marcadores de raça, gênero e classe exercerão demasiada influência no que se refere as possibilidades que tais crianças encontrarão ao longo da vida.

Concomitante a isso, Silvio de Almeida afirma (2020, p. 21): “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.”. Ademais, estrutura-se nas relações cotidianas e afeta aqueles que são vítimas dessa estrutura, aumentando, assim, a probabilidade de maiores danos. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), lançado em 2010, o racismo causa impactos danosos, psicologicamente e socialmente na vida de toda e qualquer criança ou adolescente.

Afirma-se que o interesse pessoal para a escrita deste trabalho parte de um atravessamento no que se refere à maneira como foi possível fazer a intersecção entre teoria e prática, optando, assim, por relatar essa vivência pois observou-se que há pouca discussão acerca de temáticas como essa. Ou seja, realizar este trabalho é mostrar a potência que existe no atendimento psicológico quando se articula as diversas demandas sociais existentes com o saber da psicologia. A justificativa em discutir acerca dessa experiência refere-se à inserção da discente no serviço ao longo de seu período de estágio, tendo em vista que se trata de uma vivência rica em aprendizados e que colaborou de forma demasiada para um olhar mais crítico referente a prática psicológica.

Sendo assim, a Resolução nº 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia estabelece normas para a atuação de psicólogos no que se refere ao preconceito e discriminação racial, afirmando em seu art. 1º que os psicólogos precisam agir de modo a contribuir na reflexão sobre o preconceito e eliminação do racismo, bem como, em seu art. 2º reiterando que não se deve utilizar de instrumentos ou técnicas que reforcem preconceitos, estigmas e estereótipos (CFP, 2002). Diante disso, afirma-se a relevância deste trabalho em discutir dentro do saber da psicologia voltando o olhar sobre as formas como o racismo tem se estruturado na sociedade, assim como, a respeito das consequências que pode gerar. Com isso, pautando-se na realização de uma atuação comprometida com as distintas realidades

existentes. Fato primordial para um fazer psicológico ético e sem estruturar-se em uma adequação do sujeito.

2 I METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, na modalidade relato de experiência, que se define por valorizar a prática vivenciada e a riqueza da subjetividade humana (ALMEIDA; PORTELA, 2020). Possui abordagem qualitativa na qual as experiências dos sujeitos são demasiadamente importantes para a pesquisa, bem como, a realidade é construída de forma conjunta entre os participantes (PATIAS; HOHENDORFF, 2019, p. 2).

Desse modo, refere-se a um relato de experiência de estágio de uma discente de psicologia em uma clínica-escola no interior do Ceará ou também dito como Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), que de acordo com Farias e Vieira (2022, p. 159): "É um dispositivo que complementa a formação do aluno, ao mesmo tempo que promove o contato com a comunidade. Entre as atividades realizadas, tem-se: acolhimento, triagem, atendimentos individuais e atividades grupais.".

A perspectiva teórica-metodológica que fundamentou este trabalho concerne a autores do campo da Psicologia e pesquisadores em temáticas referentes à raça e infância. A experiência ocorreu no segundo semestre de 2021 e primeiro semestre de 2022, através do acompanhamento de uma professora supervisora, profissional de Psicologia, atuante na referida instituição de ensino em que a discente realizou o estágio. Ao longo desse referido período foi possível realizar o acompanhamento de uma criança de 8 anos de idade, chegando ao serviço com queixas referentes a dificuldade em lidar com as diferenças, nesse caso, da dificuldade de aceitação da retirada do olho que a irmã precisou realizar em decorrência de um câncer. O estágio ocorria em apenas um turno por semana, com atendimento semanal, possibilitando uma maior vinculação terapêutica e progresso das evoluções do cliente.

Ao decorrer dos atendimentos foi necessário utilizar-se de alguns instrumentos e recursos lúdicos. Tais materiais são um meio de expressão para as crianças quando utilizados adequadamente (GADELHA; MENEZES, 2004). Ainda assim, deixava-se com que a criança pudesse expressar-se de forma própria por meio do brincar, para que fosse possível ter acesso a medos, questionamentos e angústias que, por vezes, a mesma não conseguiria verbalizar. Para a realização dos atendimentos em psicologia também é preciso a orientação sob o olhar de uma determinada abordagem teórica, neste caso, aqui trabalhou-se através da Análise do Comportamento que, para Tavares (2021), é uma abordagem que analisa o contexto no qual o indivíduo está inserido, considerando a psicoterapia como espaço para estimular o cliente a discriminar as situações em que é submetido, aumentando, assim, a auto-observação.

Desse modo, foram utilizados recursos lúdicos como forma de ter acesso aos eventos privados do cliente, obtendo as informações necessárias para o prosseguimento dos atendimentos. Segundo Naves e Ávila: "Na Análise do Comportamento, considera-se

que o comportamento de brincar permite novas interações do indivíduo com o meio, isto é, o contato com novas contingências." (NAVES; ÁVILA, 2018, p. 188). Desta maneira, por meio de desenhos, vídeos e jogos foi possível realizar a identificação de comportamentos-alvo, o que os afeta e as consequências mantenedoras desse comportamento. O uso de elementos concretos como o desenho é de extrema relevância para obter informações, tendo em vista que é uma atividade lúdica frequentemente reforçadora para a criança e não precisa de um demasiado repertório verbal (FIGUEIREDO; NAVES, 2018).

Essa vivência foi mediada por meio de uma disciplina de Estágio Profissional I componente da grade curricular do oitavo período do curso de Psicologia. Tal disciplina é dividida em atividades teórico-práticas que proporcionam aos alunos a inserção na prática colaborando para um bom desenvolvimento profissional. Reitera-se que o estágio ocorre sob supervisão e que ao final do estágio precisa-se obrigatoriamente ser elaborado um relatório apontando assim pontos percebidos, intervenções realizadas e o manejo estabelecido com o cliente. Assim, através dessa vivência foi possível apontar potencialidades e fragilidades percebidas ao longo do estágio.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão (NUNES, 2006). Um fato que reverbera em diversos âmbitos das vidas de pessoas negras até os dias atuais. Vive-se hoje as consequências da segregação que os negros sofreram no longo período da escravidão. Como consequência, a falta de políticas públicas hoje voltadas para essas pessoas reflete no que se tem hoje: racismo, violência e desigualdade (SANTOS, 2019). Desde muito cedo crianças negras entram em contato com comentários violentos acerca de suas características corporais, como a cor de sua pele, afetando a forma como enxergam-se.

O racismo passa a atuar por meio de perspectivas distorcidas acerca da cultura negra, fato que colabora para que meninos e meninas negros queiram ter cabelo liso, serem brancos, rejeitando características que os singularizam. Com isso, nota-se que as infâncias frequentemente são violentadas e apartadas de sua negritude, acreditando que precisam adequar-se a uma cultura eurocêntrica (SANTIAGO, 2019). Assim, com as crianças um espaço que passa a ser aversivo é a escola, de acordo com Alexandre (2017, p. 11): "As crianças brancas e negras aprendem que o "outro", que não é representado na escola, não é somente invisível como também desconhecido, um subalterno. No imaginário ocidental construído, é que "humanos", "civilizados", "cultos" são os brancos.". Dessa maneira, quando a escola silencia diante de questões raciais está colaborando para a reprodução de práticas racistas.

A escola é um dos primeiros espaços de socialização das crianças, assim, é de suma importância tratar acerca de questões que perpassem o racismo. Compreende-se que existe manutenção de desvantagens para grupos minoritários que afetam a forma como vivem suas vidas. Assim, trazendo também as vantagens que são usufruídas por grupos majoritários, como afirma Fanon (2008, p.26)

> Não se pode tratar as questões relativas ao negro sem levar em consideração o seu outro: o homem branco. Homem esse que, não raro, tem sido o modelo a ser seguido como padrão acabado do ser humano, o espelho que foi/é imposto pelas potências colonialistas.

Por conseguinte, os processos envoltos a como cada sociedade pensa e se relaciona com a infância associa-se diretamente à concepção diante do que signific ser criança. Ademais, a infância vem sendo repensada e reescrita ao longo dos tempos. O desenvolvimento infantil é uma etapa fundamental, sendo os primeiros anos de vida importantes para o desenvolvimento físico, afetivo e intelectual (CAMPOS; CURY, 2009). Cuidar e educar dentro dos mesmos padrões que reverberam o desenvolvimento das crianças, permaneceram por muitos anos como sendo atribuições exclusivas das mães e/ou de mulheres que pertencem ao ciclo familiar.

A teoria e a ciência psicológica da infância estruturam-se imersa em contextos políticos, sociais e culturais frente a demandas sociais. Desse modo, o interesse pelo estudo do desenvolvimento da criança formou-se valendo-se da necessidade de melhorar sua saúde, criação e educação. Para Niehues e Costa (2012, p. 284) antes "as crianças eram representadas como adultos em miniatura, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos.". Ao longo dos anos, foi-se percebendo que as vivências infantis são singulares e ímpares, não sendo possível a homogeneização dessas experiências. Com isso, o entendimento de tal pressuposto sobre a infância, rompe com um olhar meramente reducionista e comparativo entre modelos de infância existentes ou mesmo frente dinâmica daquilo que se observa nas vivências com o adulto.

No que se refere ao atendimento infantil, ao longo da história os pioneiros trabalhos clínicos com crianças desenvolvidos por Melanie Klein e outros diversos autores (OLIVEIRA, 2007), assim como em tantas publicações, a psicoterapia infantil empreende uma variedade de condicionalidades que em seu caráter primário nem sempre preenchem critérios diagnósticos como se pensa nos moldes da institucionalização clínica e social da psicologia.

A psicoterapia infantil configura-se como práxis imprescindível frente à demanda existente na contemporaneidade. Essa atuação mostra-se como um amplo espaço para produção e pesquisa científica no campo. Surge, assim, processos psicoterápicos estruturados para dar conta das demandas que devem ser pensadas cada vez mais contextualizadas (REGRA, 2000). Ou seja, diálogos que amplificam pesquisas interseccionais com variáveis filogenéticas culturais e sociais que atravessam a vida da criança, entendendo como são, ao passo que chegam aos atendimentos de psicoterapia infantil.

Nesse contexto, propor discussões acerca da psicoterapia infantil é também se ater a aspectos da cultura em que a sociedade atribui as formas de validar desde o choro ao brincar na infância (BRITO *et al.,* 2020). Verificar tais questões remete a necessidade e o espaço cada vez maior para a importância da psicoterapia infantil. Desde cedo abre-se um campo de intervenções frente a influência da cultura na vida das crianças e suas implicações nos encaminhamentos para a psicoterapia, bem como no desenvolvimento dos

atendimentos realizados com a criança.

Assim, se faz necessário criar espaços políticos e sociais para observar como a infância se entrelaça com as vivências e as relações sociais e culturais. Outro fator abordado a ser discutido dentro da temática é a compreensão do brincar na psicoterapia infantil. Segundo Brito *et al.* (2020), o brincar mostra-se como principal articulador para expressão da singularidade, ao que é simbólico e trazido pela criança. Assim, validar tais experiências abre a dimensão ludicidade no processo de psicoterapia infantil, como crucial ao entendimento das particularidades da criança e a construção de um vínculo sólido na psicoterapia.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Impactos do racismo no desenvolvimento de uma criança negra

As diferenças estarão presentes em qualquer âmbito, entretanto, a forma como serão vistas tornam-se particulares para cada sujeito. Diante disso, faz-se necessário pontuar sobre como algumas percepções sobre uma única questão variam a depender do grupo. Ao falar sobre raça é preciso compreender que a reprodução de preconceitos reforça estereótipos (ALMEIDA, 2020), bem como, colabora para que alguns indivíduos se considerem superiores a outros em decorrência da forma como organizam-se.

Desse modo, a partir da experiência vivenciada pela discente pode-se compreender que a forma como o racismo afeta uma criança torna-se muito particular, visto que desde muito cedo diversas violências já são direcionadas ao sujeito sem sequer o mesmo compreender por quais motivos. Por exemplo, ao escutar determinados comentários a respeito da cor de sua pele e não conseguir discriminar o que legitimaria estar sendo alvo de tais falas. Por vezes a negritude é retratada como sinônimo de feiura (MOREIRA, 2020), fato que pode impactar em situações como o que foi escutado nesta vivência de estágio.

Quando solicitado sobre qual lápis de cor usaria para pintar sua pele, o cliente, de forma inicial, pegou o lápis dito como ‘cor de pele’, mas quando questionado se de fato era sua cor, mostrou-se pensativo, olhou para seu braço e disse: “A cor da minha pele é bege, não, pera! Marrom” (sic). Aqui é preciso afirmar que durante muitos atendimentos a criança não verbalizava a palavra ‘negro’, a primeira hipótese seria de que o cliente não tinha repertório verbal suficiente. No entanto, após alguns atendimentos, foi possível perceber que a palavra ‘negro’ era demasiadamente aversiva para ele. Com isso, somente conseguiu verbalizá-la após várias sessões e intervenções realizadas, que serão descritas no próximo tópico. Desse modo, retratando a violência que ocorre direcionada a corpos negros. Para Moreira (2020, p. 48):

> A negritude está ligada a uma séria infinita de significações de caráter negativo do qual as pessoas procuram se fastar. As associações da negritude com a escuridão, com a falta de caráter e com a degradação moral estruturam a atitude de desagrado que pessoas brancas sentem em relação a negros.

A partir disso, tornava-se nítido como havia uma associação da negritude a elementos negativos e da branquitude a elementos positivos. Para a criança branco significa beleza, já o preto, feiura. Quando mostradas imagens de crianças loiras, brancas e olhos azuis juntamente com crianças negras, cabelo crespo e olhos escuros, a criança afirmava que as mais bonitas eram as brancas. Com isso, afirmava-se o quanto ela almejava estar nessa posição de branquitude, para que, assim, conseguisse ter acesso a situações mais positivas que não possuía, como exemplo ao falar: “Queria muito ter olhos azuis, sabia que quando eu era pequeno eu tinha? Aí escureceu, todo mundo achava bonito”. Ou seja, para ele seria preciso ter características ditas de uma branquitude para que fosse elogiado. Ainda assim, recebia críticas dirigidas ao seu cabelo que afetavam de forma exacerbada sua autoimagem, com isso, os próprios colegas o excluíam das brincadeiras, restando-lhe o âmbito privado, estar em casa tendo acesso a outras ferramentas que também colaboravam para a violência, como a televisão.

Algumas ferramentas têm contribuído bastante para que o racismo continue sendo colocado em prática como a televisão e o cinema (BERTH, 2019), criando significado sobre grupos minoritários e veiculando ideias da negritude como sendo inferior, como mulheres negras em papéis e empregadas domésticas e desenhos animados retratando personagens brancos, não existindo, dessa forma, a presença da raça. Nesse sentido, o próprio cliente sequer tinha acesso a desenhos com personagens negros, fato que colaborava para uma não representatividade e percepção de que pessoas negras apenas deveriam estar ocupando posições já colocadas pela mídia, de forma marginalizada e sendo excluídas.

4.2 O atendimento infantil e as possibilidades criadas no percurso

A interação junto à criança torna-se de fundamental importância para a construção do vínculo terapêutico, tendo em vista que colabora para a construção de um processo de confiança entre cliente e terapeuta (NETO; PINTO; OLIVEIRA, 2011). Existindo o vínculo, é mais provável o relato de situações, por parte do cliente, que por vezes não seriam ditas em outros espaços. Desse modo, um ambiente acolhedor e uma escuta não julgadora permite com que o processo terapêutico ocorra de forma mais efetiva.

Nesse sentido, a partir do vínculo construído foi possível a realização de algumas intervenções voltadas para os comportamentos-alvos relatados acima. Havia-se uma relação entre ‘ser negro – ser feio’ e ‘ser branco – ser bonito’. Com isso, ao utilizar-se do paradigma de equivalência de estímulos trazido por Sidman e Tailby (1982), foi possível denotar que não houve a necessidade de uma relação direta para que o cliente realizasse essa associação entre ‘negro – feio’, ou seja, que alguém o ensinasse. Ao longo da sua vida, foi relacionado a partir dos relatos, comentários e meios de comunicação que foi tendo acesso que a negritude estaria nessa posição de inferioridade.

Além disso, ao trazer também estudos relacionados à equivalência de estímulos a qual afirma que a habilidade de derivar relações entre eventos permitiria aos sujeitos relações entre os mais distintos eventos (HAYES *et al.,* 2002), foi possível ampliar o repertório do cliente no que se refere a perceber a existência da representatividade. Desse

modo, mostrando figuras de pessoas negras famosas, personagens negros de filmes animações e desenhos, bem como, pontuando a pluralidade de forma demasiada. Assim, nos atendimentos buscou-se colaborar para que tais equivalências fossem rompidas, sendo possível que a criança não enxergasse o 'ser negro' de maneira negativa.

Sendo assim, nas intervenções realizadas com o cliente foi buscado relacionar a cor negra com atributos positivos por meio de fotografias de pessoas negras, assim como, foi buscado tentar ampliar o repertório do cliente. Assim, na tentativa de modificar as relações de equivalência que foram estabelecidas anteriormente, bem como, em uma tentativa de que a palavra negro pudesse ser associada a atributos ditos como positivos e não apenas, como ocorria, sendo relacionada a atributos negativos.

Concomitante a isso, por meio das intervenções realizadas de forma didática e lúdica, tentou-se mostrar ao cliente como alguns grupos ocupam lugares sociais privilegiados, restringindo oportunidades de outros (BERTH, 2019), assim como, o quanto tal fato tem colaborado para a perpetuação de privilégios de alguns enquanto de outros não. Ao avançar dos atendimentos foi de fato sendo rompida a associação da palavra 'negro' com características ruins. Certo dia os pais do cliente chegaram afirmando: "Ele esses dias viu uma criança rindo da outra por ser negra, aí disse que era errado e que ela podia ser presa, ele tem ficado muito atento a essas coisas agora."

A partir dessa fala, vale afirmar a importância do trabalho em conjunto realizado com a família, tendo em vista que os pais passaram a falar sobre tais temáticas em casa, inseriram na rotina do filho o contato com representatividades negras em desenhos, jogos e filmes, bem como, passaram a falar mais em casa sobre o racismo. Tais fatos tornaram primordiais para o desenrolar dos atendimentos e para a evolução do cliente. O engajaram-se de forma efetiva no desenvolvimento da criança permitiu alterações na forma como a criança se enxergava.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, com este relato de experiência foi possível discutir acerca de um atendimento infantil em uma clínica-escola do interior do estado do Ceará, bem como, sobre as distintas formas como o racismo estrutural pode afetar o desenvolvimento de uma criança negra. Desse modo, contribuindo para a formação da discente e, também, trazendo possibilidades de um manejo comprometido no que se refere ao fazer psicologia. Foi possível concluir que trazer para os atendimentos intervenções que mostrassem as distintas cores de pele, bem como, a existência de diversos corpos negros, colaborou demasiadamente para que o cliente consiga perceber sua representatividade.

Além disso, ao ser questionado sobre qual a cor de sua pele o mesmo afirmou ser negro, uma palavra que, como dito anteriormente, o cliente sequer conseguia verbalizar. Com isso, percebeu-se a efetividade das intervenções. As associações existentes foram sendo rompidas, assim, cedendo lugar a novas percepções que permitiram uma maior possibilidade de existência e de reconhecimento enquanto uma pessoa negra.

A partir dessa vivência de estágio concluiu-se que tratar ainda na infância sobre racismo é de fundamental importância para que crianças negras consigam perceber que há representatividade, ou seja, para que vejam outras pessoas também como referências, com a cor da pele igual a sua, o cabelo e a cor dos olhos. Ainda assim, é preciso que se reconheçam a partir de suas próprias características, sendo possível olhar-se de forma a compreender a própria representatividade a partir de si.

Assim, tendo a possibilidade de crescer em um meio que oferte formas de construção da sua autoestima dentro de uma comunidade verbal que não negligencie questões como o racismo. Por isso, também a importância do trabalho realizado em conjunto com a família, colaborando, assim, para que a criança construa relações respeitosas consigo e com aqueles que o cercam.

Nesse sentido, vale citar que é de suma importância tratar acerca de tal temática dentro do âmbito escolar, tendo em vista que, como citado anteriormente, é um meio que, por vezes, torna-se omisso a essas questões. É demasiadamente relevante que possam ser trabalhadas formas de diminuir as consequências violentas que o racismo gera, por isso, a necessidade de que sejam pensadas formas de trazer tal tema para dentro do ambiente escolar. Ademais, para que seja possível que a criança negra tenha uma boa relação dentro desse espaço, bem como, sendo respeitada pelos colegas.

Por conseguinte, afirma-se que a experiência de estágio relatada neste trabalho foi de fundamental importância para a formação da discente, permitindo a existência de olhares mais ampliados no que se refere a atuação da Psicologia. Ademais, compreendendo que existem inúmeras possibilidades de luta e resistência perante diversas violências. Sendo assim, foi notável a evolução do cliente ao longo do processo psicoterápico. Desse modo, reitera-se também a importância da atuação da Psicologia no combate ao racismo, é preciso que esteja atuante dentro de questões como essa, colaborando na diminuição de opressões, assim como, pautando-se em uma prática ética apoiada no respeito aos direitos humanos, atenta as desigualdades e as violências direcionadas a grupos que são subalternizados.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, I. J. “Aquela preta não é minha amiga!”: interação e socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em Sinop/MT. Trabalho apresentado no GT-21- Educação e Relações Étnico-Raciais. **Anais da 38ª Reunião Científica da ANPEd**. São Luís-MA. ISSN: 1298, 2017.

ALMEIDA, N. B.; PORTELA, M. V. Z. A força do silêncio na criança: um relato de experiência. **Revista Subjetividades,** v. 20, n. 2, p. 1-10, 2020.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2020.

ARENHART, D. **Culturas infantis e Desigualdades Sociais: questões de geração e classe social em duas escolas cariocas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 4.119, que dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, DF, 1962.

BRITO, R. A. C.; MONTEZUMA, S.; MELO, A. K.; MOREIRA, V. A psicoterapia no *setting* clínico: uma revisão sistemática de literatura. **Contextos Clínicos,** v. 13, n. 2, 2020.

CAMPOS, A. P. S.; CURY, V. E. Atenção psicológica clínica: encontros terapêuticos com crianças em uma creche. **Paideia,** v. 19, n. 42, p. 115-121, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 018, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF, 2002.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EdUFBa, 2008.

FARIAS, I. C.; VIEIRA, C. A. L. Encaminhamentos da Atenção Básica a uma Clínica-Escola de Psicologia. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 14, n. 1, p. 157-169, 2022.

FIGUEIREDO, C., NAVES, A. R. C. X. O uso do desenho na avaliação de repertórios comportamentais de crianças. **Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica**. Porto Alegre: Artmed, p. 214-237, 2018.

GADELHA, Y. A.; MENEZES, I. N. Estratégias lúdicas na relação terapêutica com crianças na terapia comportamental. **Univ. Ci. Saúde**, Brasília, v. 2, n. 1, 2004.

HAYES, S. C.; NICCOLLS, R.; MASUDA, A.; RYE, A. Prejudice, terrorism, and behavior therapy. **Cognitive and Behavioral Practice**, v. 9, p. 296-301, 2002.

LEVANDOWSKI, D. C. Caracterização da população atendida por clínicas-escola: Breve revisão da literatura nacional. **Torre de Babel**, v. 5, p. 87-110, 1998.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2020.

MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

NAVES, A. R. C. X., ÁVILA, R. R. A formulação comportamental na terapia analítico-comportamental infantil. **Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica**. Porto Alegre: Artmed, p. 185-213, 2018.

NETO, R. O. R.; PINTO, A. C. T.; OLIVEIRA, L. G. A. Acompanhamento terapêutico: história, clínica e saber. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 1, p. 30-39, 2011.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006.

NIEHUES, M. R.; COSTA, M. O. Concepções de infância ao longo da história. **Rev. Técnico Científica**, v. 3, n. 1, p. 284-289, 2012.

OLIVEIRA, M. P. Melanie Klein e as fantasias inconscientes. **Winnicott E-prints**, v. 2, n. 2, p. 81, 2007.

PATIAS, N. D., HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicol. estud.,** v. 24, 2019.

PERES, S. R.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. D. Atendimento psicológico a estudantes universitários: Considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 45-57, 2003.

REGRA, J. A. G. Formas de trabalho na psicoterapia infantil. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 2, n. 1, p. 79-101, 2000.

SANTIAGO, F. GRITOS SEM PALAVRAS: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 129-153, 2019.

SANTOS, T. C. As consequências da escravidão na história do negro no Brasil. **Diamantina Presença 'Educação e Pesquisa'**, v. 2, n.1, p. 47-57, 2019.

SIDMAN, M.; TAILBY, W. Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the test paradigm**. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, v. 37, n.** *1*, p. 5-22, 1982.

TAVARES, F. M. F. Atendimento clínico pelo viés da Análise do Comportamento. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 3, p. 366-380, 2021. ISSN: 2675-7451.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Impacto do racismo na infância.** Brasília, 2010.

DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DA LEITURA NUMA TURMA DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA CARLOS JEREISSATI EM SOBRAL–CE

Data de aceite: 01/01/2023

Flávio Pimentel Cavalcante
1º SGT da Polícia Militar do Ceará (PMCE). Lotado atualmente na 4ª CIA COPAC (SOBRAL-CE). Especialista em Gestão Escolar da Universidade Estadual Vale do Acaraú (2014), Metodologia e Didática em Ensino de Segurança Pública pela Academia Estadual de Segurança Pública – AESP (2020). Licenciado em História - 2006 (Universidade Estadual Vale do Acaráu – UEVA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9292470242727041
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

Célia Camelo de Sousa
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado em Educação (UFC). Especialização em Libras (Signorelli). Licenciatura em Pedagogia (UECE). Lattes: http://lattes.cnpq.br 1520876270995232
PARFOR, Urucui-PI, Brasil

Maria do Socorro de Morais
Doutora em Ciências da Educação (UA). Mestrado em Ciências da Educação (UC). Especialização em Docência Superior (UCAM). Psicopedagogia (ISESJT). Lattes: http://lattes.cnpq.br 7463869584181239
Escola Moderna Monteiro Lobato, Floriano-PI, Brasil

Edmilsa Santana de Araújo
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Educacional Cristão (IEC). Lattes: http://lattes.cnpq.br 6894141367426249
Universidade Federal do Piaui-UFPI, Floriano-PI, Brasil

RESUMO: O presente trabalho intitulado “Dificuldades na Aprendizagem da Leitura Numa Turma de Ensino Fundamental da Escola Carlos Jereissati”, é o fruto da observação e dialogo com professores, alunos e pais da escola. O trabalho tem como identificar as dificuldades de aprendizagem da leitura na turma pesquisada. Tendo também como compreender as metodologias que facilitem o processo de aquisição da leitura, analisar como materiais didáticos

podem ser diversificados para a questão da leitura e analisar a relação escola e família. Na pesquisa realizada, abordou-se as dificuldades dos alunos numa turma do 2º ano da escola pública de ensino fundamental Carlos Jereissati em Sobral foram desenvolvidas pesquisas dentro da escola, entrevistas com professores e familiares dos alunos que tiveram uma grande participação no desenvolvimento da pesquisa, foram feitas observações em sala de aula com aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas. Foram realizadas pesquisas bibliográficas onde autores contribuíram no desenvolvimento do trabalho na qual se destacou Apple Cagliari (2001), Freire (1996), Minayo (2000) foram importantes para auxiliar na pesquisa. Conclui-se o presente artigo na perspectiva que as novas metodologias apresentadas nesta pesquisa possam ajudar no desenvolvimento da leitura e compreensão para desta forma formamos alunos capazes de compreender a realidade onde estão inseridos.
PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Metodologia. Escola

DIFFICULTIES IN LEARNING TO READ IN AN ELEMENTARY EDUCATION CLASS AT THE CARLOS JEREISSATI SCHOOL IN SOBRAL -CE

ABSTRACT: The present work entitled “Difficulties In Learning To Read In An Elementary Education Class At Carlos Jereissati School”, is the result of observation and dialogue with teachers, students and parents of the school. The work aims to identify the difficulties of reading learning in the researched class. It is also possible to understand the methodologies that facilitate the reading acquisition process, analyze how teaching materials can be diversified for the issue of reading and analyze the relationship between school and Family. In the research carried out, the difficulties of students in a class of the 2nd year of the public elementary school Carlos Jereissati in Sobral were developed research within the school, interviews with teachers and family members of the students who had a great participation in the development of the research, observations were made in the classroom with the application of questionnaires with semi-structured questions. Bibliographic research was carried out where authors contributed to the development of the work in which Cagliari (2001), Freire (1996), Minayo (2000) stood out were important to assist in the research . The present article is concluded in the perspective that the new methodologies presented in this research can help in the development of reading and comprehension so that in this way we form students capable of understanding the reality where they are inserted.
KEYWORDS: Reading. Methodology. School

1 | INTRODUÇÃO

O que vemos em pleno século XXI, é que o professor consciente de seu trabalho, não leciona motivadamente ao visualizar o desinteresse dos alunos pela disciplina, fazendo-se necessário, portanto, um ensino mais abrangente, em busca de uma concepção crítica, retirando os alunos da alienação, tornando as aulas mais significativas e dinâmicas, induzindo-os a tornarem-se cidadãos reflexivos e questionadores através da leitura.

Visando alcançar seus objetivos de sala de aula, o professor precisa estabelecer

um clima adequado e estimulante para que o aluno se sinta motivado a participar da aula e assim concretizar seu aprendizado, para isso, o educador deve ser criativo e dinâmico, tendo claro a intenção de sua ação, e que diante das respostas de seus alunos, crie situações para a produção de novos conhecimentos, ampliando assim seus saberes. Para tanto, a relação entre professores e aluno deve ser feita de muito respeito, afetividade, dialogo e amizade.

Tendo em vista o contexto explicitado acima e com base nisso, o artigo vem com o tema: Dificuldades de aprendizagem da leitura numa turma do 2º ano do ensino fundamental da escola Carlos Jereissati em Sobral-Ce, como objetivo identificar as dificuldades de aprendizagem da leitura na turma pesquisada. Tendo também como compreender as metodologias que facilitem o processo de aquisição da leitura, analisar como materiais didáticos podem ser diversificados para a questão da leitura e analisar a relação escola e família.

Este artigo foi desenvolvido durante a disciplina de trabalho de conclusão do curso no curso de pós-graduação em gestão escolar da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Tendo como local de pesquisa a Escola E. B. F Carlos Jereissati localizada no município de Sobral-CE, em uma sala de 2º ano com 35 alunos, tentando acima de tudo corrigir os problemas e as dificuldades de aprendizagem da leitura, apontando elementos que possam servir ao debate cada dia mais necessário em torno de novas formas didáticas e metodológicas para o ensino.

O desenvolver desse artigo foi de fundamental importância para o enriquecimento do leitor, pois o mesmo além de permitir o conhecimento das dificuldades de aprendizagem de leitura, traz também o reconhecimento de novas metodologias de aprendizagem, tornando assim de um simples leitor a um ser crítico e ativo na sociedade.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho trata de um estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa, com o intuito de analisar as dificuldades de aprendizagem na leitura dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado (MIN YO, 2000).

Minayo e Trivinos definem a fase exploratória como a escolha do tema, delimitação do problema, assim como a caracterização do objeto e dos objetivos, os quais são importantes no desenrolar da investigação (MINAYO, 2000). Para Trivinos (2002), o estudo exploratório permite ao pesquisador aumentar suas experiências em torno de um determinado problema. Ainda, o estudo descritivo permite conhecer uma comunidade, seus traços, características, seus problemas, seus valores e seu cotidiano.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola de Ensino Fundamental Carlos Jeressati localizada na cidade de Sobral-CE. Foram pesquisados dois professores do 2° ano do turno manhã da Escola de Ensino Fundamental Carlos Jereissati sobre as dificuldade na aprendizagem da leitura. Para a presente investigação foi realizada uma entrevista

semi-estruturada e observação participante. A escolha dos instrumentos deve-se ao fato de possibilitarem um maior contexto com a realidade educacional no âmbito das práticas de leitura da escola em questão, possibilitando uma melhor compreensão desta realidade.

Considerando que a entrevista semiestruturada, segundo Triviños (1992) tem privilégio na pesquisa qualitativa, pois ao mesmo tempo em que valoriza a presença do pesquisador, oferece liberdade aos entrevistados. Não há uma distinção necessária entre as técnicas de coleta de dados qualitativa e quantitativa, assim, o questionário estruturado pode ser usado na qualitativa, o que importa é o modo como esses dados foram tratados.

3 I CONCEITOS DE LEITURA

Tomando por base a importância da leitura como mecanismo de sedução, é possível que o texto, além de facilitar a compreensão da criança, contribua também para o resgate da função social da leitura, que vai além do nível de decodificação, compreensão restrita e equivocada do processo de alfabetização. Assim, o ato de ler transpõe o código alfabético e assume a função de comunicação que esse ato permite – o entendimento a partir das operações de pensamento humano. São as operações cognitivas que exercitadas, vão produzindo novas operações, elevando o nível de maturação da pessoa, tornando a prática da leitura uma maneira de ler o mundo e a realidade circundante de uma forma mais clara e objetiva.

Neste sentido, a percepção da criança se desenvolverá com maior facilidade, quando mantiver contato direto com os objetos concretos e com situações reais nas quais está inserida. Então, o ato de ler, segundo Zilberman e Silva (1991, p.46), não deve:

> [...] restringir-se apenas a interpretação dos códigos impressos. Por isso o que registramos não se esgota apenas no que lemos, mas sim naquilo que vivemos, ou seja, naquilo que sentimos, ouvimos ou vemos. A escola não está preparando sujeito munido dessa formação, o qual dá uma importância fundamental à reflexão sobre o fenômeno do leitor como instância maior para a formação humana. A intenção é que o leitor compreenda criticamente o que ler. Só há leitura quando o sujeito estiver automaticamente motivado e descubra o sentido dessa leitura para ele.

A leitura é um importante hábito cotidiano, percebemos que ela é um ato de aprender, de conhecer, de compreender e ajudar a viver com mais plenitude. Formar amantes de bibliotecas faz parte do processo de emancipação de um país. Um dos primeiros passos para a formação de leitores é oferecer livros e materiais que estejam próximos da realidade do leitor, que levantem questões significativas na sua vida

As atividades com literatura se tornam mais eficientes quando o professor fic atento à expectativa do estudante. Por isso, é importante levar em conta que os leitores são pessoas diferenciadas que têm interesses variados. Essa assertiva é convergente às ideias defendidas por Zilberman e Silva (1991, p.53), quando diz que: “ [...] o ato de ler e o gostar de ler diz respeito a atitudes externas do leitor, circunscritas a poucos dados observados no comportamento das pessoas. Dificilmente estes limites são ultra assados”.

Para as autoras,

> Então, escrever e ler são duas atividades da alfabetização, conduzidas mais ou menos paralelamente. Ensinamos a ler e a escrever letras, famílias silábicas, palavras, frases e textos. Na prática, ao longo do ano escolar, se dá muito mais ênfase a escrita do que à leitura. Exigimos muito mais do aluno com relação à escrita do que com relação à leitura.

Ao realizar a leitura, os alunos não se limitam apenas a decodificação, mas utilizem procedimentos necessários para a compreensão do que leu, com o objetivo de aprimorá-la. É preciso que o leitor solte a imaginação e busque soluções de leitura e escrita para utilizá-las no seu dia-a-dia, de forma criativa e inovadora.

E nesse processo, a escola desempenha significativa função, manifestada a partir da vinculação entre a escrita e a comunicação oral, evitando informações fragmentadas, por vezes contraditórias, que dificultam a compreensão da realidade em sua totalidade pelo leitor. E no caso específico da criança que incorpora os personagens que fazem parte dos textos lidos, construindo sua imaginação criadora, conforme afi ma Zilberman (1991, p.10) no trecho abaixo, afirma que

> [...] ler é uma grande viagem, uma aventura de espírito, algo que nos faz ir além e além. Como ir além? Refletindo, contestando, concordando, esclarecendo dúvidas com pais, professores e amigos e até tentando avançar para horizontes que talvez sequer o autor tenha imaginado. Essa é a viagem da leitura.

A partir do momento em que a criança é colocada numa situação de leitura, ela inicia o desenvolvimento de aprendizagem e passa a fortalecer o processo de sua aquisição social e pedagógica no que concerne a linguagem. Segundo Freire (1996, p.24) “a escola tem a incumbência de ensinar a ler, de despertar o gosto pela leitura”. Contudo, esta tarefa, ao longo dos séculos, tem sido realizada muitas vezes, de modo estático e mecânico, confundindo o processo de ler com um simples reconhecimento de palavras em páginas impressas.

O ato de ler nas expressões de Freire (1996, p.25), “[...] é um processo de compreensão e associação de significados do que foi lido”. Por isso, a criança deve ser preparada como agente e sujeito do ato de ler. A leitura é um incentivo bastante valioso, pois, proporciona aos alunos o gosto por alguns procedimentos adotados nas aulas, tais como: a leitura em grupo, a discussão sobre o conteúdo do texto, deixando assim, questões técnicas e/ou estilísticas para um segundo momento.

4 I A VISÃO DA LEITURA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: BREVE DISCUSSÃO

Tomando por base a importância da leitura como mecanismo de sedução, é possível que o texto, além de facilitar a compreensão da criança, contribua também para o resgate da função social da leitura, que vai além do nível de decodificação, compreensão restrita e equivocada do processo de alfabetização. Assim, o ato de ler transpõe o código alfabético e assume a função de comunicação que esse ato permite – o entendimento a partir das

operações de pensamento humano. São as operações cognitivas que exercitadas, vão produzindo novas operações, elevando o nível de maturação da pessoa, tornando a prática da leitura uma maneira de ler o mundo e a realidade circundante de uma forma mais clara e objetiva.

Neste sentido, a percepção da criança se desenvolverá com maior facilidade, quando mantiver contato direto com os objetos concretos e com situações reais nas quais está inserida. Então, o ato de ler, segundo Zilberman e Silva (1991, p.46), não deve:

> [...] restringir-se apenas a interpretação dos códigos impressos. Por isso o que registramos não se esgota apenas no que lemos, mas sim naquilo que vivemos, ou seja, naquilo que sentimos, ouvimos ou vemos. A escola não está preparando sujeito munido dessa formação, o qual dá uma importância fundamental à reflexão sobre o fenômeno do leitor como instância maior para a formação humana. A intenção é que o leitor compreenda criticamente o que ler. Só há leitura quando o sujeito estiver automaticamente motivado e descubra o sentido dessa leitura para ele.

A leitura é um importante hábito cotidiano, percebemos que ela é um ato de aprender, de conhecer, de compreender e ajudar a viver com mais plenitude. Formar amantes de bibliotecas faz parte do processo de emancipação de um país. Um dos primeiros passos para a formação de leitores é oferecer livros e materiais que estejam próximos da realidade do leitor, que levantem questões significativas na sua vida

As atividades com literatura se tornam mais eficientes quando o professor fic atento à expectativa do estudante. Por isso, é importante levar em conta que os leitores são pessoas diferenciadas que têm interesses variados. Essa assertiva é convergente às idéias defendidas por Zilberman e Silva (1991, p.53), quando diz que: “ [...] o ato de ler e o gostar de ler diz respeito a atitudes externas do leitor, circunscritas a poucos dados observados no comportamento das pessoas. Dificilmente estes limites são ultra assados”.

Para as autoras,

> Então, escrever e ler são duas atividades da alfabetização, conduzidas mais ou menos paralelamente. Ensinamos a ler e a escrever letras, famílias silábicas, palavras, frases e textos. Na prática, ao longo do ano escolar, se dá muito mais ênfase a escrita do que à leitura. Exigimos muito mais do aluno com relação à escrita do que com relação à leitura.

Ao realizar a leitura, os alunos não se limitam apenas a decodificação, mas utilizem procedimentos necessários para a compreensão do que leu, com o objetivo de aprimorá-la. É preciso que o leitor solte a imaginação e busque soluções de leitura e escrita para utilizá-las no seu dia-a-dia, de forma criativa e inovadora.

4.1 Leitura e Cidadania

A leitura pode ser analisada enquanto mecanismos indispensáveis aos processos de ensino-aprendizagem desde a alfabetização até os demais ciclos e graus de toda a vida acadêmica, mas igualmente como poderosos instrumentos de formação política de cidadania.

A educação contemporânea trabalha numa linha horizontal, centrada na aprendizagem

do aluno e na inclusão social. A diversidade, as emoções e os sentimentos bem como o cuidado que se tem com alguém estimulam o aluno para desenvolver a criatividade e a afetividade alterando o comportamento social. Desta forma, o afeto confere o modo da relação do indivíduo com a vida e será por meio desta tonalidade de ânimo que a pessoa o perceberá e atuará no mundo bom ou mau. De acordo com as suas potencialidades, participará com propostas alternativas e sugestões (CAGLIARI, 2001).

Ainda que a princípio possa parecer contraditório, em se tratando de um país com índices de analfabetismo como o Brasil, o fato é que todo o nosso processo de ensino do português tem sido orientando precipuamente para a prática da leitura, chegando mesmo, de acordo com linguistas como Cagliari (2001, p.96), "a se preocupar mais com a aparência da escrita do que com o que ela realmente faz e representa". Mas isto explicaria apenas o valor social que é atribuído à escrita na esfera do discurso e da tradição cultural, onde saber ler e escrever é referência para pessoa inteligente e, consequentemente, poderosa, influente

Essa valorização não se reflete necessariamente na adoção de políticas públicas de incentivo à leitura, muito pelo contrário, as elites sempre fizeram questão de manter o povo iletrado, no máximo assinando nome, como forma e perpetuar dominação e a exploração. Partindo do pressuposto de que, em geral, se considera leitor aquele que aprendeu o processo mecânico da leitura, o domínio dos signos linguísticos escritos, Quevedo (2002) lembra que, desde o nascimento, o homem passa a ler o mundo com seus diversos sentidos, captando a realidade à sua volta, estabelecendo interações e acumulando referências incontáveis, uma vez que "o conhecimento prévio do mundo, mesmo que fragmentado, constitui-se num dos pressupostos básicos o processo de leitura" (p.70). Ele cita Ângela Kleimann (1995) e Marcuschi (1999) para afirmar que o sentido de um texto não produz compreensões definitivas, pois não reside no texto. Ele é o ponto de partida de onde o sentido vai sendo construído mediante a interação de conhecimentos linguísticos, textuais e de mundo que possui o leitor.

Portanto, ler é sempre um ato interativo e criativo, que exige descobrir novas realidades e maneiras inéditas de relacioná-las entre si, de acordo com o contexto. A escola, neste sentido, deveria buscar trabalhar vários tipos de textos, desde os formativos (livros técnicos e didáticos) até os informativos (jornais, revistas), mas também os literários (QUEVEDO, 2002, p.71-73).

Ainda sobre a importância da leitura, Cagliari (2001, p.148) argumenta que, "se um aluno não se sair muito bem nas outras atividades, mas for bom leitor, penso que a escola cumpriu em grande parte sua tarefa". Pensam assim todos aqueles que consideram ser a leitura uma atividade fundamental para a escola no processo de formação do aluno. Muitos dos problemas que ele geralmente encontra em seu trajeto da pré-escola à pós-graduação pode, inclusive, dever-se a deficiências ligadas à leitura. Neste sentido, diz o autor que tudo que se ensina na escola está diretamente ligado à leitura e depende dela para se manter e desenvolver.

Todo processo de leitura envolve um esforço de decodificação em que o leitor

primeiro decifra a escrita; depois, entende a linguagem que lhe serve como intermediária para, finalmente, lograr refletir sobre o conteúdo que lhe foi transmitido. Ele o interioriza e passa a formar seu próprio conhecimento e opinião sobre o que leu. Se houver falha em alguma etapa deste processo, o resultado final ficará comprometido. Significado e significante estarão fora de sintonia. Por isso uma criança não lê como um adulto. Da mesma forma que pessoas com referências sociais, ideológicas e culturais distintas podem também ler um mesmo texto e produzir interpretações bastante diferentes.

Quevedo (2002) enumera, entre as especificidades necessárias à leitura da palavra, a concentração e o raciocínio, que permitiriam um mergulho nas possíveis significaçõe do texto. Lembra, a propósito, que ler de maneira constante e sistemática textos escritos ajuda a ampliar as habilidades cognitivas e a agilizar o intelecto. A leitura da palavra é, de fato, uma das mais complexas, pois sintetiza todas as habilidades requeridas pelos demais tipos de leitura. Tal característica provavelmente é uma das fontes que alimentam a crença comum de que o domínio da habilidade da leitura confere naturalmente um tal status aos indivíduos que mesmo aqueles que não leem desejam se passar por leitores de livros. E frequentemente o fazem. De qualquer maneira, conclui Quevedo (2002, p.81), "tornar-se leitor e auxiliar na formação de novos leitores parece ser um compromisso de cidadania para quem acredita que ler não é apenas decodificar signos, mas um ato que pode mudar o rumo da (s) ida (s)".

Mesmo com as mudanças ocorrida nas últimas décadas no sistema educacional brasileiro, não significa que a educação esteja dentro dos padrões de qualidade, na realidade, o ensino atual está muito desvalorizado, principalmente, pelos familiares da crianças e adolescentes que frequentam as aulas do ensino público. Atualmente, isso é um dos maiores problemas enfrentado no ensino público, salas de aulas lotadas de alunos rebeldes, e desinteressados, que estão ali obrigados pelos pais, apenas de corpo presente, já que não recebem dos pais uma motivação concreta para o aprendizado, não veem no estudo uma expectativa de futuro melhor.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos foram analisados através do agrupamento em categorias temáticas, que reúnem e organizam os principais falas e assuntos comuns encontrados nas respostas dos diversos sujeitos da pesquisa. Na pesquisa foram respondidos questionários pelos 30 alunos do 2º ano no da escola pesquisada. Os dados obtidos por meio de questionários foram dispostos em tabelas conforme abaixo apresentados, onde obtemos os seguintes resultados:

Respostas	Nº de Alunos	Alunos (%)
SIM	27	90
NÂO	3	10
TOTAL	30	100

TABELA 1 – Percentual de alunos que acha importante criar novas metodologias no processo de aprendizagem da leitura.

FONTE – Dados da Pesquisa do próprio autor (2014)

Conforme a Tabela 1 percebe-se que 90% dos entrevistados acha importante criar novas metodologias para o aprendizado da leitura em sala de aula, já os outros 10% não tem a mesma convicção.

Respostas	Nº de alunos	Alunos (%)
SIM	15	50
NÃO	15	50
TOTAL	30	100

TABELA 2- Percentual dos alunos que são acompanhados pela família no desenvolvimento das atividades escolares em casa.

FONTE – Dados da Pesquisa do próprio autor (2014)

Conforme a Tabela 2 percebesse que 50% dos alunos tem ajuda de algum familiar em casa para acompanhar e ajudar nas atividades escolares. e os outros 50% dizem realizam suas atividades sozinho ou muitas vezes não fazem.

Respostas	Nº de alunos	Alunos (%)
SIM	23	90
NÃO	3	10
TOTAL	30	100

TABELA 3- Percentual dos alunos que acha que a escola fornece diversos materiais didáticos a professora para o desenvolvimento da leitura

FONTE – Dados da Pesquisa do próprio autor (2014)

Conforme a Tabela 3, 90% dos alunos entrevistados acha interessante os materiais e os jogos que a professora traz para as aulas que ajudam no aprendizado da leitura, já os outros 10% não tem a mesma visão.

Com a tabulação dos dados da entrevista com os alunos percebeu-se que, mesmo em algumas respostas que os alunos estão divididos, a construção do aprendizado da leitura é um processo complexo, pois necessitam do engajamento de todos, escola e família.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

É dever da escola formar através da leitura educandos críticos conscientes de suas realidades, mas sabemos, no entanto, que a escola pública está longe de atender essas finalidades. Outro problema sério que se percebeu durante a pesquisa e vem ocorrendo dentro da educação diz respeito ao professor, quando este não tem vocação para educar. Situação que compromete por demais o aprendizado dos alunos, pois o ensino passa a ser visto por ele com uma alternativa de ganha dinheiro, não se preocupa em buscar soluções para as dificuldades de seus alunos, principalmente no processo de leitura. E se os alunos já são desinteressados, sem o estimulo do professor, essa falta de interesse aumenta ainda

mais, levando muito deles a desistência da escola.

Diante dos estudos realizados, conclui-se que há muita dificuldade entre educando e educadores quanto a atenção individual no processo de aprendizado da leitura, é preciso muita dedicação para que se possa fazer a diferença. Foi possível refletir melhor sobre a importância do aluno e do professor quanto profissional, ele é um espelho refletido e para que o aluno se torne um ser conhecedor de seus direito e deveres, é preciso canalizarmos com maior compreensão as ações pedagógicas que possibilitam a disponibilidade do aluno para um melhor aprendizado.

Mas é preciso criar situações favoráveis a seu interesse, ensinar o que o aluno quer aprender e compartilhar momentos com sentimentos e emoções. Finalizando pode-se dizer que dependendo de salas lotadas ou não, é possível apostar em uma modificação e mudar esse quadro, fazendo a diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**:** língua estrangeira**.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. 1997.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetizando sem o Bá – Bé** – Bi – Bó – **Bu**. São Paulo: Scipione, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KLEIMAN, A. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento***:* perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto:** o que é e como se faz. Recife: UFP, 1999. (Série Debates).

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 2000.

QUEVEDO, Hercílio F. Ler é nossa função essencial (ou não?). In: Tânia Rösing; Paulo Becker (orgs). **Leitura e animação cultural**. Passo Fundo: UPF, 2002.

SILVA, Ezequiel Teodoro. **Leitura & Realidade Brasileira.** São Paulo: Mercado Aberto, 1999.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo. Atlas. 2002.

ZILBERMAN & SILVA. **Literatura e Pedagogia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. Falta o nome dos autores.

CAPÍTULO 21

O ENSINO DA LIBRAS NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Data de aceite: 01/01/2023

Nádia Rodrigues de Medeiros
Graduada em Pedagogia (UNINTA), Pós graduanda em Gestão, Coordenação, Planejamento e Avaliação Escolar (UNINTA). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/4947166713976930.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral -CE, Brasil

Francisca Talicia Vasconcelos
Graduada em Serviço Social (UNINTA), Especialista em Saúde Pública e da Família (UNINTA), Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas (UFC). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/5298146094052575.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral -CE, Brasil

Lyna Katia Cavalcante Alves
Graduada em Recursos Humanos (UVA), licenciada em Ed. Física (UNINTA), Especialista em Libras (FLATED) e Tutoria Docência no Ensino Superior (UNINTA), Graduanda em Fisioterapia. (UNINTA). Link Lattes: https://lattes.cnpq.br/3621318188577824.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral -CE, Brasil

Andréia Souza Cunha
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1997). Especialista em Psicopedagogia Institucional, Universidade Vale do Acaraú(2002). Mestranda em Educação - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0737163984836328.
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral -CE, Brasil

Andreia Medeiros de Almeida
Graduação tecnológica em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Graduanda MBA em Educação e Gestão e Gestão Ambiental pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú (IVA) -Pós Graduanda em Gestão de Pessoas e Liderança pelo Centro Universitário Uninta (UNINTA)- Link Lattes: https://lattes.cnpq.br/4873178740986529.
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral -CE, Brasil

Daniel Luis Madeira Carneiro
Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior (UVA), Especialista em Tutoria e Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Uninta (UNINTA) e Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (CMEPES/

UECE). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/5449723269602685.
Centro Universitário INTA - UNINTA, Sobral -CE, Brasil

RESUMO: A trajetória dos surdos é marcada por lutas em busca de igualdade, inclusão social e reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. A Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS foi reconhecida e regulamentada no ano de 2002 bem como a indicação do ensino da LIBRAS. Diante disso, o objetivo deste estudo é realizar uma pesquisa bibliográfica acerca do ensino de LIBRAS no Brasil, destacando seu percurso histórico, bem como os desafios e possibilidades para sua efetividade. Trata-se de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, a partir da análise das obras de autores que abordam a temática da surdez como: Quadros (1997), Goldfeld (2002), Gesser (2009), Felipe (2009) e Skiliar (2010). O estudo em questão revelou que a bibliografia que versa sobre LIBRAS é bastante escassa. As leis de inclusão são relativamente recentes e em relação às políticas públicas de educação inclusiva, o que se observou foi a falta de investimento. As conquistas dos surdos pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e que merecem usufruí-los igualmente, como por exemplo o direito à educação, precisam ser reafirmadas cotidianamente. Alguns avanços no que se refere às legislações que versam sobre os direitos dos surdos devem ser destacados. Entretanto, ainda há muito o que ser conquistado, tanto para os surdos como para a qualificação dos professores que trabalham com esse público.
PALAVRAS-CHAVE: LIBRAS. Surdos. Educação.

LIBRAS TEACHING IN BRAZIL: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: The trajectory of the deaf is marked by struggles in the search for equality, social inclusion and recognition as subjects of rights. The Brazilian Sign Language - LIBRAS was recognized and regulated in 2002 and also the orientation to adopt the teaching of LIBRAS. Therefore, the objective of this study is to carry out a bibliographical research about the teaching of LIBRAS in Brazil, highlighting its historical path, as well as the challenges and possibilities for its effectiveness. This is a bibliographic study, of a qualitative nature, based on the analysis of works by authors who address the issue of deafness, such as: Quadros (1997), Goldfeld (2002), Gesser (2009), Felipe (2009) e Skiliar (2010). The study in question revealed that the bibliography that deals with LIBRAS is quite scarce. Inclusion laws are relatively recent and in relation to public policies for inclusive education, what was observed was the lack of investment. The conquests of the deaf for their recognition as subjects of rights and who deserve to enjoy them equally, such as the right to education, need to be reaffirmed on a daily basis. Some advances with regard to legislation dealing with the rights of the deaf should be highlighted. However, there is still much to be achieved, both for the deaf and for the qualification of teachers who work with this public.
KEYWORDS: LIBRAS. Deaf. Education.

1 I INTRODUÇÃO

Historicamente, desde a idade média até os dias atuais, a trajetória dos surdos é marcada por lutas em busca de igualdade, inclusão social e reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. De acordo com dados do Relatório da Audição (2021), 1,5 bilhão de pessoas têm algum grau de surdez no mundo. Quando se lança o olhar para a realidade brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2022), o número de pessoas surdas no país já passa dos 10 milhões. São números expressivos, que revelam o crescimento dessa população e a necessidade de efetiva igualdade para os surdos.

Algumas conquistas para a comunidade surda podem ser salientadas como a Lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; a Lei N° 12. 319 de 01 de setembro de 2010, que regulamenta a LIBRAS como a primeira língua dos surdos e segunda língua dos ouvintes, além de oficializar a profissão do intérprete de LIBRAS, com vistas a garantir a acessibilidade ao surdos.

Diante disso, o objetivo deste estudo é realizar uma pesquisa bibliográfica acerca do ensino de LIBRAS no Brasil, destacando seu percurso histórico, bem como os desafio e possibilidades para sua efetividade.

2 I METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, com procedimento de levantamento bibliográfico. Para Sousa, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfic tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Assim, é fundamental que o pesquisador se aproprie do domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado.

O percurso metodológico se deu mediante buscas realizadas na perspectiva de compreender a evolução do ensino de LIBRAS no Brasil através de leituras, fichamento e análise das obras de autores que abordam a temática da surdez como: Quadros (1997), Goldfeld (2002), Gesser (2009), Felipe (2009) e Skiliar (2010). Foram utilizados também para o embasamento teórico da discussão, as Leis N° 10.436 24 de abril de 2002 que versa sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; a Lei N° 12. 319 de 01 de setembro de 2010, que legitima a profissão de tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS e o Decreto n° 5.626, 22 de dezembro de 2005 que disserta em seu *Art. 3°* que a LIBRAS deve ser incluída como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores.

3 I COMPREENDENDO A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Para se ter uma visão panorâmica de todo o progresso da Língua de Sinais de um modo geral, é necessário traçar o percurso histórico desde suas primeiras concepções, e assim compreender como ocorreu o reconhecimento da LIBRAS como meio de comunicação legal, a partir das realidades vivenciadas pela comunidade surda. Segundo Felipe (2009),

pode-se considerar que o mais antigo registro sobre 'Língua de Sinais' data de 368 a.C, escrito pelo filósofo grego Sócrates, ao perguntar a um de seus discípulos:

> Suponha que nós, os seres humanos, quando não falávamos e queríamos indicar objetos, uns para os outros, nós o fazíamos, como fazem os surdos mudos sinais com as mãos, cabeça, e demais membros do corpo. (Felipe 2011 *apud* Plato, 2009, p. 130).

No que se refere aos surdos, durante séculos foram considerados seres incapazes, sofriam perseguições, eram proibidos de herdar propriedades, de casar e votar como os demais cidadãos. Eram indivíduos excluídos da sociedade (FELIPE, 2009). Os surdos eram impedidos de se comunicar por meio da Língua de Sinais, e caso desobedecessem tal ordem e se comunicassem através dessa língua, eram castigados fisicamente (GESSER, 2011).

A visão negativa que a sociedade construiu sobre os surdos durante décadas, impossibilitou o acesso destes à educação, devido a essa proibição do uso da Língua de Sinais nas escolas. Até 1880, a metodologia utilizada para a educação dos surdos era o oralismo, e a Língua de Sinais era usada como treinamento para a língua oral. A partir do Congresso de Milão (1880), a filosofi educacional começa a mudar minimamente nos países europeus e posteriormente em todo o mundo, configurando assim como método aplicado nas escolas, a língua oral pura (FELIPE, 2009).

A oralidade pura entendia a surdez como uma deficiência que deveria ser reduzida com o tempo, ou seja, a criança surda teria que ser conduzida ao que se julgava como normal ao ser estimulada a falar. A linguagem oral era a única forma de comunicação legitimada e considerada como padrão. Para Almeida:

> O drama do surdo é menos ligado à sua enfermidade do que as razões psicológicas que rapidamente se transformam em efeitos patológicos. A causa profunda desse drama encontra-se ligada à incompreensão da sociedade que não vê como diferente e, sim, como deficiente. (ALMEIDA, 2000, p.3).

Segundo Goldfeld (2002), a Língua de Sinais brasileira tem sua origem a partir da Língua Francesa de Sinais, quando em 1855 um surdo francês veio ao Brasil com o apoio do imperador D. Pedro II, com a finalidade de criar uma escola para surdos brasileiros. Desta forma, em 1857 foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado até hoje no Rio de Janeiro. O Brasil seguiu o modelo de educação americano e passou a difundir o oralismo:

> No Brasil, a ideia do oralismo começou a ser disseminada em 1911, e a superintendente do INES, Ana Rímoli de Faria Doria, que acatou a filosofia, separava os surdos mais velhos dos mais novos para evitar o contato e o uso de língua de sinais. (GESSER, 2009, p.38).

Em 1987 fundou-se a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), formada por três amigos surdos, considerado um grande avanço para a garantia de direitos dos surdos (GESSER, 2009). A FENEIS é uma instituição sem fins lucrativos que atua desde então diretamente na defesa pela educação, cultura e assistência social

para os surdos brasileiros.

Em 2002, com a promulgação da Lei 10.436, a LIBRAS passa a ser reconhecida como primeira língua brasileira para surdos, segunda língua para ouvintes e como um meio de comunicação e expressão. Assim como em outros países, o Brasil tem oficialment desde então sua própria Língua de Sinais.

É importante ressaltar que a LIBRAS possui estrutura gramatical própria, onde os elementos gramaticais são formados a partir da configuração de mão. Não há sinais para artigo, para a maior parte das preposições e para as conjunções, pois o significado expresso por estes elementos está contido no próprio sinal, bem como os modos e os tempos verbais, sufixos e prefixos. Pode-se citar, por exemplo, a frase "Eu fui para a faculdade de ônibus", em LIBRAS a tradução é: "Eu ir faculdade ônibus" (ALMEIDA, 2000).

A Língua de Sinais brasileira, assim como a língua falada, varia a depender da região. Da mesma forma que nem todos os brasileiros falam o mesmo português na sua modalidade oral, nem todos os surdos se comunicam através do mesmo sinal. Há uma variedade linguística, ou seja, existe um sotaque também na modalidade de sinais da língua portuguesa.

Em comparação à língua oral, na Língua de Sinais não existe "sinal errado'', apenas variações linguísticas. A Língua de Sinais, assim como outras línguas, não possui uma universalização no sinal, nem mesmo dentro de uma mesma cidade. Os surdos mais jovens, por exemplo, usam gírias que podem ou não ser conhecidas por surdos mais velhos, como acontece na língua oral.

No imaginário social, a Língua de Sinais costuma ser associada apenas ao alfabeto manual, contudo essa afirmativa produz uma ideia equivocada de que a Língua de Sinais é limitada, pois a sua forma de comunicação seria a adaptação das letras sendo usadas manualmente. Porém, existe um sinal específico para indicar objetos, sentimentos, pessoas, profissões, etc., não sendo necessário utilizar o alfabeto manual para formar a palavra em uma frase. O uso do alfabeto é utilizado pelos surdos para soletrar nomes próprios e algumas palavras que ainda não tenham sinal. O alfabeto manual brasileiro assim como a língua de sinais é diferente de outros países. (GESSER, 2009).

Ainda segundo Gesser (2009), um outro aspecto sobre a LIBRAS que merece ser mencionado, é que a Língua de Sinais não é uma língua ágrafa, ou seja, sem escrita. Um dos grandes desafios é tornar essa escrita a mais clara possível. No Brasil esse sistema de escrita ainda passa por um processo de padronização. Há muitos sinais em LIBRAS que são complexos, mas segundo o autor, da mesma forma que a modalidade escrita da nossa língua oral se modificou, a escrita da língua de sinais tende a se modificar e se tornar mais acessível e mais simples.

4 I A LEGISLAÇÃO DO ENSINO DA LIBRAS.

A partir das lutas dos movimentos sociais, sobretudo advindas da comunidade surda, e a insistência dos surdos à utilização das Línguas de Sinais, algumas mudanças nesse cenário aconteceram, como a conquista da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que

reconhece a LIBRAS como língua oficial dos surdos. Com base nessa lei, o Estado passa a intervir de fato nessa realidade, a partir do entendimento de que a LIBRAS é necessária tanto para os surdos como para os ouvintes.

A referida Lei garante que a LIBRAS deve ser incorporada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Compreende-se que quando uma criança cresce convivendo com ambas as línguas, a aceitação e o respeito ocorrem de maneira mais efetiva, e a escola é um espaço potente para a interação e inclusão dos alunos surdos.

Até 2005 a disciplina de LIBRAS na formação do professor não era obrigatória, mas havia uma preocupação nítida com o apoio pedagógico especializado para pessoas surdas. Somente no final do referido ano foi decretada como lei no Brasil. O decreto n° 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que no artigo 3°, BRASIL (2005), afirma que a disciplina de LIBRAS deve ser inserida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciaturas e optativas nos cursos de bacharelado e tecnológicos.

É imprescindível destacar também a implementação da Lei 12.319 de 1° de setembro de 2010, que oficializa a profissão de intérprete e tradutor de LIBRAS, indicando sua atuação nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior. A presença deste profissional em sala de aula, garante atendimento escolar adequado ao estudante, e faz com que a lei de inclusão seja obedecida em conformidade com o que está estabelecido.

Pode-se perceber que há uma evolução no que se refere à legislação que versa sobre o ensino da LIBRAS no país. Contudo, faz-se necessário ainda a elaboração e implementação de políticas públicas que abarquem a comunidade surda em sua totalidade, isto é, o surdo, a família, a escola e a comunidade.

5 | DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO DA LIBRAS

A linguagem e a interação em sala de aula é considerada um dos primeiros obstáculos na vida escolar do surdo, não apenas por viabilizar a socialização deste com os alunos ouvintes, mas também no tocante à apreensão dos conteúdos. Goldfeld (2002), declara que as relações sociais através da linguagem são extremamente importantes para a aprendizagem:

> O atraso de linguagem, obviamente, causa atraso na aprendizagem e consequentemente no desenvolvimento, já que é a aprendizagem que o impulsiona. Mais uma vez, então, entendemos o problema do surdo que sofre atraso na linguagem. (GOLDFELD, 2002, p.74)

O desafio de ensinar um aluno surdo começa na educação infantil, na qual a ludicidade é usada como forma de cativar a atenção da criança, tornando a aula mais atrativa com jogos e brincadeiras. É importante nesta hora que o aluno surdo não se sinta excluído ou incapaz de participar das atividades.

> Os jogos possuem, então, uma importância determinada no processo de desenvolvimento, pois neles a criança vivencia relações sociais que contribuem para a sua constituição enquanto indivíduo e é exatamente por falta da língua que a criança surda fica em desvantagem também nesta

> atividade. (GOLDFELD, 2002, p. 79).

Para a autora esta é uma etapa importante no desenvolvimento da criança, pois é nela que a criança aprende a viver em sociedade. Por isso, é imprescindível que essas questões sejam levantadas sobre a educação do surdo, pois nenhuma etapa deve ser negligenciada.

O direito garantido por lei da criança com surdez ser educada preferencialmente na rede regular de ensino implica todas essas questões de inclusão, pois o objetivo é justamente a socialização do indivíduo. Portanto, é necessário que o professor esteja qualificado para o ensino de LIBRAS, no sentido de ofertar uma aula de qualidade, inclusiva e interativa entre todos os alunos. Ressalta-se também a necessidade de um profissional intérprete de LIBRAS em sala de aula para que este possa dar suporte às relações interpessoais.

As pessoas surdas apresentam características particulares que merecem ser observadas. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.51) afirma que: "recomenda-se que o professor, para atuar com educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, tenha complementação de estudos sobre o ensino de línguas: língua portuguesa e língua brasileira sinais".

Apesar do decreto n° 5.626 versar sobre a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS para os cursos de licenciatura, julga-se que essa única disciplina não é o suficiente para formar professores capacitados para receber um aluno surdo. É necessário um profissiona intérprete de LIBRAS em sala de aula para fazer a mediação entre professor e aluno. É importante ressaltar que a disciplina de LIBRAS na formação do professor apesar de não torná-lo apto para ministrar aulas sem ajuda de um intérprete, possibilita condição mínima para este de ter o conhecimento sobre a língua de sinais, que muitas vezes é seu primeiro contato com a Libras.

> O importante é que todos os profissionais percebam a importância da língua de sinais no desenvolvimento da criança surda. Essa língua é a única que pode ser adquirida espontaneamente pela criança surda, ou seja, em suas relações sociais, nos diálogos, pois, como já se afirmou aqui, a língua oral requer técnicas específicas para ser aprendida pela criança surda. (GOLDFELD, 2002, p.109).

É necessário que o Estado ofereça capacitação profissional para que os professores possam acolher e viabilizar a garantia do direito do aluno surdos estudar no sentido de oportunizar a igualdade de aprendizagem e a efetiva inclusão em sala de aula. E no que se refere a gestão escolar, faz-se pauta urgente que o Projeto Político Pedagógico da escola considere as individualidades e realidades de cada aluno respeitando suas limitações, com vistas a um atendimento especializado para todos.

O docente não pode atribuir suas responsabilidades de ensino ao intérprete, ficand a este último somente o papel de intermediário na comunicação professor/aluno. Assim como o intérprete não pode tomar para si a função do professor em sala de aula, segundo Garcia (2014, p.7) "A responsabilidade que o intérprete educacional exerce na sala de aula não é inferior à de o professor titular.

Cada profissional deve cumprir seu papel de forma a conduzir o processo educacional com eficácia para a aprendizagem dos alunos surdos”. Com isso o surdo é aluno do docente, e que tanto o professor como um intérprete devem respeitar o trabalho e a função de cada um em sala de aula para que se possa assim ter harmonia no ambiente escolar e oferecer o máximo para os estudantes.

A função de intérprete de LIBRAS é, segundo Gesser, 2009, muito comum em espaços escolares e religiosos. Esta profissão ainda não é tão comum, porém nos últimos anos, após a oficialização da LIBRAS em 2002, a comunidade surda vem ganhando visibilidade e consequentemente espera-se que a profissão de intérprete seja m is normalizada.

> Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS,2004, p.28)

O intérprete de LIBRAS é o profissional responsável pela a interação social entre surdos e ouvintes, este garante o avanço educacional do surdo quando realiza suas funções em sala de aula, promovendo o acesso a vários aspectos de inclusão social do surdo no meio ouvinte.

Na educação o intérprete com a função de mediador, trabalhando em conjunto com o professor objetivando proporcionar ao aluno surdo o melhor conteúdo educacional possível, fazendo com que suas diferenças sejam superadas e que a surdez seja só um obstáculo a ser superado para a promoção de uma educação de qualidade.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo em questão revelou que a bibliografia que versa sobre LIBRAS é bastante escassa, o que tornou desafiador o processo de escrita e compreensão das nuances que perpassam a história da LIBRAS. Percebeu-se que a abordagem temática ainda está em processo de desenvolvimento no Brasil, principalmente no que se diz respeito ao regimento legal. As leis de inclusão são relativamente recentes e em relação às políticas públicas de inclusão, o que se observou é a falta de investimento. O que se almeja é que a LIBRAS faça parte do currículo da escola, assim como faz parte a Matemática, o Inglês e outras disciplinas.

Para Martins e Lisbão (2019), refletir sobre a LIBRAS no contexto educacional é fundamental também quando pensamos na formação de educadores, pois são estes profissionais que têm contato cotidiano com alunos surdos em suas salas de aula, e que precisam se especializar cada vez mais e refletir sobre as práticas de ensino inclusivo frente a essa realidade.

É urgente que se produza cada vez mais sobre a educação do surdo, no sentido de

multiplicar estudos e pesquisas sobre a temática e principalmente de continuar lutando pela igualdade de oportunidades e de educação para todos. É necessário que haja fiscalizaçã das políticas públicas de inclusão da cidadania de pessoas surdas, bem como elaboração e implementação de novas.

7 l CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Reconhecendo que a escola tem papel primordial de formar cidadãos com competências e habilidades para construir uma sociedade mais justa, igualitária e que busque incluir a todos, pode-se concluir que a educação é um palco potente para se trabalhar com as diferenças.

As conquistas dos surdos pelo seu reconhecimento como sujeitos de direitos e que merecem usufruí-los igualmente, como por exemplo o direito à educação, precisam ser reafirmadas cotidianamente. Alguns avanços no que se refere às legislações que versam sobre os direitos dos surdos devem ser enfatizados. Entretanto, ainda há muito o que ser conquistado, tanto para os surdos como para a qualificação dos professores que trabalham com esse público.

Sugere-se ainda que outras produções acadêmicas abordem o ensino da LIBRAS, tendo em vista a carência de literatura e estudos sobre essa temática, para que se possa dar cada vez mais visibilidade às realidades e necessidades vivenciadas pela comunidade surda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizabeth. **Leitura e surdez**: Um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter Ltda. 2000, 110 p.

BRASIL. **Lei n° 12. 319, 01 de set. 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. Brasília, DF, set. 2010. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319- 10. Acesso em 18 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei n° 5.626, 22 de dez. 2005**. Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- Acesso em 17 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei n° 12. 319, 01 de set. 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, DF, set. 2010. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319- 10. Acesso em: Acesso em 18 de outubro de 2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília: 1997.

FELIPE, Tanya A**. LIBRAS em contexto:** curso básico, livro do estudante. 9° ed. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2009, 187p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Rio de Janeiro. RJ. Disponível em https://ww . ibge.gov.br/ Acesso em 20 de outubro de 2022.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editoral, 2009, 87 p.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 6° ed. São Paulo: Plexus, 2002, 172 p.

MARTINS, Vanessa R. **Libras Aspectos Fundamentais**.1º ed. Paraná: InterSaberes, 2019, 121 p.

SKLIAR, Carlos**. A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010, 192 p.

A DIMENSÃO AFETIVA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Data de aceite: 01/01/2023

Carlos da Silva Cirino
Formação em Psicologia e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7926399757987510. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4468-3686
Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa – PB, Brasil

Giovanna Barroca de Moura
Bacharelado em Pedagogia, Licenciatura em Psicologia e Formação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3632243014562568. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7970-4323
Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa – PB, Brasil

Mileny da Silva Fonseca
Licenciada em Física pela Universidade Estadual da Paraíba. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1647591076478623. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3586-9502
Universidade Estadual da Paraíba, Araruna – PB, Brasil

RESUMO: A afetividade desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento. Historicamente, desde o marco cartesiano, a razão tem sido superestimada em detrimento das emoções. A repercussão dessa tomada de direção vem constituindo uma barreira na compreensão do sujeito de forma integral. Acolher e refletir sobre as experiências afetivas, no processo de estudo e aprendizado, pode auxiliar na resolução e no aperfeiçoamento de situações conflituosas. Saber o que os alunos expressam sobre sentimentos e emoções, em relação ao seu processo formativo, foi o que objetivou este estudo. Especificamente, buscou-se saber o que sentem diante dos desafios impostos pelo ensino, como lidam com as suas emoções e quais os cuidados e tratamentos a que recorrem na ocasião de algum adoecimento. A partir de um estudo exploratório, não exaustivo, de abordagens quantitativas e qualitativas, com procedimento de levantamento em campo, realizou-se uma pesquisa com 40 alunos de universidade pública. O instrumento de coleta foi um formulário de perguntas com questões abertas e fechadas, disponibilizado no aplicativo do *Google Classroom*. Após

a análise das respostas, os principais resultados mostraram que o contexto universitário provoca tensões e gera constantes pressões. Sobre as atribuições propostas nesses espaços, os seus excessos levam ao cansaço e ao desgaste físico e mental. A falta de interação e a prática docente desencadeiam algum estresse. Em ocasião de sintomas emocionais, os alunos buscam isolamento. Como consideração final, observa-se que há uma necessidade de monitoramento, planejamento, projetos e debates com ênfase no bem-estar dos alunos, além da atuação de uma filosofi pedagógica mais humana, interativa e integral do sujeito, de pertencimento e importância.
PALAVRAS-CHAVE: Dimensão afetiva. Aprendizagem. Estudantes. Contexto Universitário.

THE AFFECTIVE DIMENSION IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS: AN EXPLORATORY STUDY WITH UNIVERSITY STUDENTS FROM A PUBLIC INSTITUTION

ABSTRACT: Affectivity plays a fundamental role in the construction of knowledge. Historically, since the Cartesian milestone, reason has been overestimated to the detriment of emotions. The repercussion of this direction has been constituting a barrier in understanding the subject in an integral way. Accepting and reflecting on affective experiences in the study and learning process can help resolve and improve conflicting situations. Knowing what students express about feelings and emotions, in relation to their formative process, was what this study aimed at. Specificall , we sought to find out what they feel in the face of the challenges imposed by teaching, how they deal with their emotions and what care and treatments they resort to when they become ill. Based on an exploratory, non-exhaustive study, with quantitative and qualitative approaches, with a field survey procedure, a survey was carried out with 40 students from a public university. The collection instrument was a question form with open and closed questions, available in the Google Classroom application. After analyzing the answers, the main results showed that the university context provokes tensions and generates constant pressures. Regarding the attributions proposed in these spaces, their excesses lead to fatigue and physical and mental exhaustion. The lack of interaction and teaching practice trigger some stress. In the event of emotional symptoms, students seek isolation. As a final consideration, it is observed that there is a need for monitoring, planning, projects and debates with an emphasis on the well-being of students, in addition to the implementation of a more humane, interactive and integral pedagogical philosophy of the subject, of belonging and importance.
KEYWORDS: Affective Dimension, Learning, Students, University Context.

1 I INTRODUÇÃO

A discussão e o debate acerca da afetividade no processo de aprendizagem não têm ocupado uma posição de destaque quando comparada a outras dimensões de análise em nosso tempo presente. Dada a reconhecida importância dos aspectos cognitivos, sociais, biológicos e motores, por meio da farta contribuição pedagógica teórica e prática, acreditamos que, em face ao cenário das instituições educacionais em nosso país, no que tange aos conflitos, agressões, violências, desmotivação e desinteresse por parte do

alunado, faz-se necessário então, a mobilização para compreensão diagnóstica do que os alunos pensam sobre a temática e como esta incide em seus estudos e aprendizados.

A lógica do trabalho docente fundada sobre a racionalidade do pensamento deixa de lado o sentir. O processo de ensino-aprendizagem é influenciado pela máxima cartesiana, marco que deu início à modernidade, o ponto de partida da ciência e de seus procedimentos técnicos de ver e observar o objeto de estudo-análise. No transcurso do processo de estudo e aprendizagem, ecoa no aluno este destino: incentivado por distintas normas, regras, técnicas e modelos de educação, ele chega ao represamento máximo de seus sentimentos e emoções.

A afetividade constitui e atravessa o desenvolvimento vital do sujeito ao se relacionar com os objetos do mundo. É algo íntimo/interno que, ao entrar em contato com estímulos externos, provoca conhecimento, emoções, sentimentos e comportamentos. No universo educacional, não é diferente: está intrínseco na proximidade/distanciamento entre aluno e professor, na linguagem e na comunicação de conteúdo. Insere-se também no contato com as ferramentas didáticas, na motivação e no interesse para realizar as atividades, no diálogo e no funcionamento do processo.

Em vista do exposto, neste trabalho, o nosso objetivo geral é saber o que os discentes expressam sobre os seus sentimentos e emoções no ambiente universitário, bem como isso repercute em seu processo de aprendizagem. Especificamente, objetivamos entender como eles se sentem diante dos desafios impostos pelo ensino, a exemplo das atividades de avaliação, como lidam com práticas didáticas, como percebem possíveis sintomas emocionais e quais as formas de tratamento a que recorrem na ocasião de adoecimento/enfermidade.

Compreender os aspectos afetivos e a sua relação com a aprendizagem é relevante, pois apresenta um elenco de questões que podem auxiliar o docente, o espaço acadêmico, os próprios discentes e a comunidade em geral na criação de possíveis propostas que envolvam a temática. Além disso, tem a possibilidade de alertar situações diagnósticas de abandono, desgastes, violências, agressões, desmotivações e comportamentos diversos ante as normas e regras consideradas, às vezes, impositivas nas práticas educativas. Desenvolver pesquisas é, ainda, imperativo para a criação de estratégias que intencionem minimizar possíveis danos/traumas/adoecimentos.

2 | METODOLOGIA

Neste trabalho, a metodologia foi pautada em objetivos exploratórios. Esse tipo de pesquisa “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 1991 apud SILVA; MENEZES, 2001, p. 21). As abordagens foram tanto quantitativas – representação numérica de ideias, fatos e contextos – quanto qualitativas – significados e representações das crenças, costumes e fatos (SILVA; MENEZES, 2001). O procedimento utilizado foi o estudo de campo, a fim de averiguar o estado atual do fenômeno.

Participaram desta pesquisa quarenta (40) alunos dos cursos de graduação em Odontologia, Engenharia Civil e Licenciatura em Física. Todos os cursos fazem parte do Centro de Ciência, Tecnologia e Saúde do Campus VIII da Universidade Estadual da Paraíba, localizado na cidade de Araruna, município do agreste paraibano. A participação se deu por livre aceitação do alunado após a exposição dos objetivos do estudo.

O instrumento de pesquisa foi construído a partir de um questionário com cinco questões abertas que indagavam acerca da concepção do que é afetividade e da sua relação com o estudo e o aprendizado, além de solicitar informações sociodemográficas

O processo de coleta de dados aconteceu nos meses de setembro a novembro de 2022 e foi realizado por meio de um formulário de pesquisa, disponibilizado em aplicativo do *Google Classroom*. Nele foram apresentados os objetivos da pesquisa, as questões e o termo de consentimento livre e esclarecido, destacando a importância de colaborar e responder de forma voluntária, bem como a necessidade de autorização para publicação dos resultados.

As respostas às questões foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1991). De início, todas as entrevistas foram lidas. Dessa etapa, foram construídas categorias, com o objetivo de reunir as respostas similares (momento de criação das subcategorias). Os critérios de aceitação das similaridades e de organização foram elaborados por cinco juízes. O registro final da categoria se deu a partir da aceitação de, no mínimo, quatro julgadores. Os dados finais foram compilados em quadros presentes no tópico Resultados e Discussões, que será apresentado posteriormente.

3 | AFETIVIDADE: ARGUMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

Afetividade é uma palavra feminina definida como: “Conjunto de fenômenos sobre a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza” (FERREIRA, 1994, p. 80). Despertada por estímulos externos que acionam algo automático e involuntário, em que apenas se sente, a afetividade é comumente associada a emoções e sentimentos.

A afetividade está presente e imersa nas relações inter-humanas (MOLON; SANTOS, 2009). O sujeito, ao longo da sua história, acumula memórias, adquire conhecimentos, promove ações e atos. Nas situações íntimas e solitárias, contagiado pelas lembranças, reflexões, experiências e ideias, é impulsionado por sentimento e emoções.

Nas interações humanas, mediadas pela linguagem, a afetividade é primordial por fazer parte da constituição do sujeito. É, a partir do nosso processo interativo, relacional e de convívio social, que, desde cedo, nos apropriamos das primeiras manifestações de comportamento, fala, desejo, cognição, emoção e socialização. Estes representam o ponto mais primitivo do aprendizado humano.

Pouco ou nada presente nas discussões, planejamentos, reflexões e práticas pedagógicas (MOLON; SANTOS, 2009), a afetividade é presente, historicamente, no campo teórico. Para Wallon, a afetividade é de origem biológica, é o que determina as

primeiras ações cognitivas. Na relação com o ambiente externo, as atividades do sujeito impulsionam o agir no mundo desde o seu momento histórico mais arcaico (GAMEZ, 2013). Para Gamez, são as emoções que unem o sujeito ao meio social, que antecipam a intenção e o raciocínio.

Em Vygotsky, de acordo com Andrade (2003), afeto e cognição se integram. Todas as interações do sujeito com o ambiente contêm um componente motivador, afetivo, psicológico, singular, que se dinamiza e se transforma de forma dialética. Afeto e cognição são indissociáveis da consciência e reconhecíveis nas vivências e experiências do sujeito por meio dos recortes e fragmentos extraídos da realidade histórica e cultural em que ele está inserido. Sendo assim, afeto e cognição são reações reflexas que mobilizam o pensamento, as ações e seus significados

Em Piaget (2014), há um paralelo entre afeto e razão constituído por meio da interação direta de um com o outro: o afeto seria regido pela razão. Em sua lógica adaptativa, cada etapa do desenvolvimento seria definida a partir da racionalidade que dá forma às etapas da afetividade.

Na psicologia, a dimensão afetiva é definida por dois componentes: sentimentos e emoções. Os afetos são tudo aquilo que nos afeta (estímulos externos que são editados e reeditados pelas nossas memórias, lembranças e cognições). Eles acionam os nossos sentimentos, por meio de fragmentos/acontecimentos históricos, cognitivos e de alto grau valorativo e perceptivo, e se expressam nas emoções através de reações imediatas físicas, corpóreas e comportamentais (DAVIDOFF, 2001).

Em uma perspectiva educacional, o afeto é concebido como "ações e reações internas, que interferem no externo. É por meio dos sentimentos (que são dirigidos para o interior e são privados) que as emoções (que são dirigidas para o exterior e são públicas) iniciam o seu impacto na mente" (CASTRO, 2011 apud CARVALHO; MACEDO, 2018, p. 8).

Na esteira da análise de teorias educacionais, Molon e Santos (2009) enfatizam que o rompimento da dicotomia do binômio afeto e cognição é presença, mesmo que velada, em nossas escolas. Sabe-se que é uma herança da cultural grega, reforçada pela psicologia laboratorial de Wundt em meados do século XIX, período que baliza tal separação. O distanciamento da filosofi e a aproximação com as ciências da natureza, base da metodologia científica na época e da concepção de que mente e corpo são sistemas distintos, sinalizam o abandono, a separação ou o represamento.

3.1 A afetividade, as relações interpessoais e a aprendizagem: percursos pedagógicos e a condução de estudos

Em uma perspectiva livre e ampla, a noção de afetividade se estabelece nas trocas em sala de aula, no contato com as ferramentas e conteúdos didáticos, na linguagem e na comunicação entre professor aluno e/ou demais atores sociais. O ambiente acadêmico é potencializado de práticas educativas. Esses espaços representam:

> espaços de diálogos e do conflito, constituído por sujeitos criativos e desejosos de liberdade, que as mudanças são forjadas, diuturnamente (...) É lugar privilegiado para o processo de aprendizagem, pois nesse espaço-

> tempo professores e alunos podem desenvolver ações interativas de forma a transformá-la em um tempo de debates sobre os temas em foco (FARIAS; SALES; BRAGA; FRANÇA, 2011, p. 166).

Na relação aluno-professor, os sentimentos e as emoções se impõem e se implicam nas trocas humanas. Tristezas, felicidades, decepções e surpresas se dinamizam, se interpõem e se coadunam. A linguagem do professor, por exemplo, impulsiona formas de pensar, de sentir e de se comportar. Ela delimita e direciona o desempenho e pode ser tanto prazerosa e/ou motivante como exaustivo e/ou desinteressante. Anderson (2009 apud CARVALHO; MACEDO, 2018) salienta que sentimentos negativos podem gerar problemas de aprendizagem, tornando o rendimento do aluno baixo, com ocorrência de manifestação de raiva, tristeza, ira. Isso pode, inclusive, contagiar toda a turma.

Ao longo da vida acadêmica, se comparada ao espaço universitário, as relações afetivas são mais enfatizadas nos primeiros anos escolares. Na infância e na adolescência, o sujeito atravessa períodos sensíveis. Algumas justificativas se pautam na compreensão de que essa é uma etapa de desenvolvimento físico e psíquico (CARVALHO; MACEDO, 2018), além de um momento de grande quantidade de absorção de conteúdos novos. Na medida em que as idades/ séries avançam, as emoções e os sentimentos ganham um sentido oposto: se expressam para manifestar problemas de aprendizado, interação, comunicação e comportamento. Expressar sentimentos e emoções passa, então, a ocupar a lógica das dificuldades individuais e dos problemas de aprend zagem.

No entremeio da relação professor-aluno, Molon e Santos (2009) defendem o estabelecimento de um ‘clima’ afetivo, no intuito de criar uma afinidade. Essa conduta de acolhimento ativa o componente afetivo. Para Cardoso (2018), até a maneira de falar faz diferença. Dessa forma, o autor defende menos regramento e rigor na apresentação dos conteúdos. Para Davis et al. (1994), conduzir um trabalho pedagógico levando em consideração o componente afetivo, reforça potencialidades e estimula a produção de energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar. Essa prática incentiva o interesse e a rapidez nos estudos, pois os alunos sentem-se acolhidos, pertencentes e atuantes (apud COSTA, 2017). Essas formas de intervenção objetivam uma ativação transferencial, com vistas a romper possíveis distanciamentos.

De acordo com Carvalho e Macedo (2018, p. 13), “o desempenho pedagógico pode ser percebido e interpretado pelo sujeito como manifestação afetiva, tendendo a responder com reciprocidade, bem como aprendendo a gostar do que faz na escola e daquela pessoa que lhe manifesta afeto”.

Ao se reportar para o campo da pesquisa em um estudo sobre o papel da emoção e da aprendizagem de alunos, Dallagnol e Brotto (2021) identificaram alguns fatores desencadeantes que incidem em seu processo formativo:

> os jovens universitários experimentam uma mudança significativa de vida na ocorrência do ingresso no ensino superior que lhes afetam; deparam-se com uma nova organização institucional educativa, com alterações culturais, sociais, econômicas e relacionais que podem ser fatores desencadeantes de reações emocionais, estas que inclusive incidem sobre o processo de

> aprendizagem (p. 13).

O interesse nessa temática é histórico e está presente em vários países. A França, a Inglaterra e os Estados Unidos desenvolvem, desde 1902, pesquisas abrangentes sobre a saúde mental de universitários. Identificadas as problemáticas, todas buscam intervenções que visem ao bem-estar emocional. Já no Brasil, desde a década de 1950, se observam investigações nesse sentido, é o que destaca, em pesquisa histórica-bibliográfica, Hahn, Ferraz e Giglio (1999). Os resultados de algumas dessas investigações apontam para correlações entre dispositivos emocionais, o baixo desempenho escolar e o abandono dos estudos. O que aciona esses dispositivos é o alto posto valorativo que os estudantes atribuem ao seu sucesso e/ou fracasso acadêmico, por exemplo.

Nesse sentido, podemos considerar tardia, necessária e urgente a criação de um plano de acolhimento institucional com objetivos centrados nas demandas psíquicas/comportamentais. Para isso, faz-se necessário um planejamento que realize, de forma contínua, a execução de intervenções que visem ao amparo e ao cuidado e que priorizem a importância e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

3.2 A dimensão do afeto e o discurso oficial: novas/velhas medidas de condução/orientação

Desde a constituição de 1988, ponto fundante da redemocratização do Brasil, observa-se tentativas de adequação ante os novos desafios culturais, comportamentais, éticos, estéticos e afetivos, que exigiram do professor, além de sua competência técnica, novas atribuições no exercício da docência. Esse processo demandou novas formações, reflexões e orientações para o trabalho docente: de modelos de ensino centrados apenas no conteúdo para novas competências profissionais (RIBEIRO, 201).

Ribeiro (2010) destaca alguns documentos que embasaram essas novas diretrizes e quais foram as suas exigências: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) e as Diretrizes para a Formação dos Professores para todos os níveis do ensino (Brasil, 2000). Sobre as exigências, ela ressalta:

> A Constituição Federal decretada em 1988 exige que o governo adapte as políticas de educação de base à nova realidade de redemocratização do Brasil (...) no Artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que a formação exigida aos professores da educação básica corresponda ao nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena (...) As diretrizes concernentes à formação dos professores (Brasil, 1999) assinalam que uma educação de "qualidade" deve desenvolver, nos aprendizes, diferentes capacidades cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal (...) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997) seja referência no desenvolvimento de capacidades de relações interpessoais, cognitivas, afetivas, éticas, estéticas (...) para que o aluno possa dialogar de maneira adequada com a comunidade, aprenda a respeitar e a ser respeitado, a escutar e a ser escutado, a reivindicar seus direitos e a cumprir seus deveres (RIBEIRO, 2010, pp. 406-407).

Em linhas gerais, o que se pode observar e supor é que a introdução da dimensão afetiva fez com que uma série de medidas repercutissem em projetos e planos educacionais, por exemplo: os Projetos Políticos Pedagógicos e Institucionais e os planos de cursos e de aulas. Também exigiu dos profissionais da educação novas demandas comportamentais, éticas, de valorização e respeito às diversidades e às diferenças.

Passados mais de trinta anos da nossa carta constitucional de 1988, muito ainda necessita ser revisto, pensado e planejado. O Estado brasileiro continua sendo o seu maior violador: ainda temos problemas de infraestrutura, de formação docente, de carência de vagas, de oportunidades, além de complicações relacionadas às ferramentas de trabalho. Mesmo após três décadas, os problemas ressurgem, se intensifica , se avolumam.

Em vista do exposto, a dimensão afetiva não pode ser dissociada da vida do discente acadêmico. No mundo do sujeito ativo e autor de sua biografia, é necessário enfatizar que o processo de aprendizagem ocorre na/pela experiência do sujeito. É preciso valorizar experiências que priorizam a interação, bem como a construção do conhecimento a partir de uma gênese, ou seja, do entendimento de que todo o conhecimento começa sempre em um ponto anterior, influenciado pela forma que o sujeito o experimenta. Sobre a interação, nada acontece sem uma vivência e/ou experimentação no meio. A ação do sujeito, do ponto de vista físico, social, afetivo, moral e mental, mobiliza, estimula e explica a inteligência/aprendizado. Configura-se, portanto, como elemento estruturante do conhecimento.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao perfil sociodemográfico, dos quarenta (40) alunos participantes desta pesquisa, 14 (35%) são graduandos do curso de Licenciatura em Física, 16 (40%) de Odontologia e 10 (25%) de Engenharia Civil. Observamos que 24 (60%) são do sexo feminino e 16 (40%) do sexo masculino. A faixa etária foi de 18 a 26 anos, com a média de idade de 22 anos. 28 (70%) alunos são moradores do município de Araruna - PB, sede do campus, e 12 (30%) residem em municípios vizinhos.

Para o conjunto de análises, é necessário esclarecer que a disposição dos resultados, compilada por categorias, não deve ser interpretada de forma isolada, mas sim interligada, tendo como parâmetro as experiências que acontecem em seus transcursos e espaços de estudos e aprendizados.

Sobre o que os estudantes sentem acerca dos desafios impostos pela universidade em distintos espaços – sala de aula, laboratório, avaliações – e em atividades fora do ambiente acadêmico – trabalhos, leituras e estudos –, o **Quadro 1** apresenta 4 subcategorias. Ao todo, 70 respostas foram identificadas. 36% afirmaram que a universidade é um espaço de ‘pressão constante’, 28% destacaram que ela gera ‘comportamentos polarizados’, 19% evidenciaram ‘desmotivação e desinteresse’ e 17% alegaram que o espaço acadêmico é o causador de ‘ansiedade e medo’.

Subcategorias de respostas	Quantitativos de respostas	Porcentagens
Pressão constante	25	36%
Comportamentos polarizados	20	28%
Desmotivado (a), desinteressado (a)	13	19%
Muita ansiedade e medo	12	17%
Total	**70**	**100%**

Quadro 01: O que sentem acerca dos desafios impostos pela universidad

Fonte: Autores, 2022.

O ambiente e a vida universitária exigem mobilizações do sujeito, o que aciona e provoca um estado de constante tensão, discutido em Hahn, Ferraz e Giglio (1999) e em Dallagnol e Brotto (2021). Em nosso estudo, não foi diferente. Compreendemos que as subcategorias 'pressão constante' e 'comportamentos polarizados' são provocadas/acionadas por estímulos externos: novo ambiente, cultura e regramento. Estes, talvez, expliquem ou justifiquem as consequências destacadas nas outras subcategorias de natureza interna: 'desmotivação, desinteresse' e 'ansiedade e medo'.

Desses resultados mais abrangentes, buscamos compreender o que os discentes sentem diante das demandas e atribuições acadêmicas: avaliações, seminários, estudos, trabalhos, entre outros. Sobre isso, obtivemos 53 respostas. **O Quadro 2** foi organizado em 4 subcategorias. 'Desgaste de energia' e 'cansaço físico' foram os sentimentos mais evidenciados, totalizando 36% das respostas. 'Sentir-se confuso pelos excessos de conteúdos' reuniram 28% das queixas. 21% dos participantes salientaram 'muita tensão, muito nervosismo' e 15% afirmaram 'insegurança e despreparo' nos momentos de avaliação.

Subcategorias de respostas	Quantitativos de respostas	Porcentagens
Desgastes, cansaço	19	36%
Confuso pelos excessos de conteúdos	15	28%
Muita tensão, muito nervosismo	11	21%
Inseguro, despreparado	08	15%
Total	**53**	**100%**

Quadro 02: O que sentem diante das atividades de avaliação.

Fonte: Autores, 2022.

O elenco de queixas observadas no **Quadro 2** demonstra, em síntese, como os sujeitos expressam a sua experiência acadêmica em atividades avaliativas. O alto grau valorativo de sucesso ou fracasso certamente explica esse conjunto sintomático. O resultado corrobora, então, com os estudos de Hahn, Ferraz e Giglio (1999).

No que se refere às práticas didáticas e à interação entre professor e aluno, foram observadas 43 respostas, organizadas em 3 subcategorias. 86% dos discentes destacaram que a forma de conduzir o trabalho docente no modelo tradicional causa algum estado de

estresse. 9% apontaram para uma prática de ensino técnico e sem interação. Apenas 5% alegaram que as práticas são boas e que há interação entre professor e aluno, conforme apresentado no **Quadro 3**.

Subcategorias de respostas	Quantitativos de respostas	Porcentagens
Prática tradicional, causa estresse	37	86%
Ensino técnico, sem interação	04	09%
Boas práticas com interação	02	05%
Total	**43**	**100%**

Quadro 03: Sobre as práticas didáticas e a interação professor aluno.

Fonte: Autores, 2022.

De acordo com Libâneo (2011), o ensino tradicional é aquele que se restringe à preparação intelectual e moral. O saber é repassado de forma mecânica, e o esforço para aprender é tarefa do aluno. O conhecimento acumulado é separado da experiência do sujeito. Para o autor, as práticas que vão ao encontro do ensino tradicional são vivas e atuantes. No **Quadro 3**, a subcategoria 'Prática tradicional, causa estresse' foi bastante expressiva. Esse resultado conjuga com o pensamento de Molon e Santos (2009) ao salientarem a ausência de debates, planejamentos e ações que levem em consideração a dimensão afetiva nas práticas pedagógicas.

Sobre as possíveis reações emocionais, obtivemos 44 respostas distribuídas em 4 subcategorias. A subcategoria 'Tristeza, decepção e angústia' reuniu 43% das ocorrências. 'Pressão baixa, suor, calafrio e cansaço' foram as queixas de 25% dos participantes. 'Raiva e ódio' e 'sem nenhuma ocorrência' reuniram 23% e 9%, respectivamente, conforme o **Quadro 4**.

Subcategorias de respostas	Quantitativos de respostas	Porcentagens
Tristeza, decepção e angústia	19	43%
Pressão baixa, suor, calafrio, cansaço	11	25%
Raiva, ódio	10	23%
Sem nenhuma ocorrência	04	09%
Total	**44**	**100%**

Quadro 04: Sobre a ocorrências de reações emocionais.

Fonte: Autores, 2022.

Essas subcategorias reúnem um conjunto sintomático, com reações comportamentais, física e psíquicas. Todas reafirmam e reforçam o que foi apresentado nos **Quadros 1 e 2**, ou seja, apontam para a necessidade de uma análise institucional sobre a cultura, as relações sociais e as práticas pedagógicas relacionais que desencadeiam dispositivos e reações, conforme apontado por Dallagnol e Brotto (2021).

Em relação à busca de tratamento em situações de adoecimento e enfermidade psíquica, o **Quadro 5** apresenta 41 respostas distribuídas em 4 subcategorias. 41% dos discentes buscam 'isolamento, solidão'. 24 % procuram 'Conversar com amigos', 9% praticam 'exercícios físicos' e 5% recorrem a 'jogos eletrônicos e/ou assistir a filmes e séries' como recurso para minimizar esses momentos de desconforto.

Subcategorias de respostas	Quantitativos de respostas	Porcentagens
Isolamento, solidão	17	41%
Conversar com amigos	10	24%
Exercício físico	09	22%
Jogos eletrônicos, filme/série	05	12%
Total	41	100%

Quadro 05: O que buscam em situações de desconforto – adoecimento/enfermidade.

Fonte: Autores, 2022.

Diante do elenco de respostas dessa última categoria, observa-se a necessidade da criação de espaços de acolhimento, escuta e intervenções que priorizem o bem-estar. Chamamos a atenção para a subcategoria 'isolamento, solidão', que sugere a ausência de serviços de acolhimento psicossocial, de cuidados clínicos e de práticas pedagógicas que priorizem essas e outras questões, conforme ressaltado por Carvalho e Macedo (2018), Costa (2021), Dallagnol e Brotto (2021), Molon e Santos (2009) e Ribeiro (2010).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tivemos como objetivo saber o que os alunos expressam sobre os seus sentimentos e emoções no ambiente universitário, bem como isso repercute em seu processo de aprendizagem. Especificamente, objetivamos entender como eles se sentem diante dos desafios impostos pelo ensino, de que forma lidam com as suas emoções e quais os cuidados e tratamentos a que recorrem na ocasião de algum adoecimento.

Os principais resultados mostraram que o ambiente universitário provoca tensões e gera constantes pressões. Sobre as atribuições propostas nesse espaço, os seus excessos levam ao cansaço e ao desgaste físico e mental. A falta de interação e a prática docente desencadeiam nervosismo e estresse. Em ocasião de sintomas emocionais, os estudantes tendem a buscar o isolamento. Nesse sentido, observa-se que há uma necessidade de monitoramento, planejamento, projetos e debates com ênfase no bem-estar de seus atores.

Para finaliza , é importante salientar que o processo de estudo e aprendizagem vai além das questões postas nesta pesquisa. Não se pretendeu, com este estudo, apresentar um rol de sintomas e diagnoses quando reportados para os estudos sobre sentimentos e emoções. O intuito foi o de despertar para uma filosofi de trabalho com ênfase nos comportamentos individuais, atípicos e geradores de tensões e conflitos. Os espaços acadêmicos, mobilizados pelas atividades de ensino, debates e produção de

conhecimentos, também são lugares de cuidado. Defendemos, portanto, uma filosofia pedagógica mais humana, interativa e integral do sujeito, de pertencimento e importância.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra. Pandora, a infelicidade ao saber: a escola e a educação dos afetos. IN: AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA, Fabiana Sena da; SOUSA, José Edson de (Orgs.). **Cadernos de educação popular: produção discente**. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 1991.

CARVALHO, Evodite G. Amorim de; MACEDO, Suelen Silva de. **Contribuições da dimensão afetiva para aprendizagem escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo, v.8, n. 3, p. 101-124, jul/2018

COSTA, J. P. **Afetividade: A importância da relação professor e aluno como fator motivacional no processo de ensino e aprendizagem**. Monografia. Licenciatura em ciências biológicas – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2017.

DALLAGNOL, Claudia; BROTTO, Ivete Janice de Oliveira. Educação Superior: as emoções e o processo de ensino-aprendizagem. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2118474, p. 1-16, 2021.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

FARIAS, Isabel Maria sabino de; Josete de Oliveira Castelo Branco, SALES; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill, 1994.

HAHN, Michelle Selma; FERRAZ, Marcos P. Toledo; GIGLIO, Joel Sales. A saúde mental de estudantes universitários: sua história ao longo do século XX. **Revista brasileira de educação médica**. Rio de Janeiro, v. 23, n° 2/3, maio/dez, 1999.

GAMEZ, Luciano. **Psicologia da educação**. Rio de janeiro: LTC, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. IN: LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEZES, S. K. O., FRANCISCO, D. J. **Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem.** Universidade Federal de Alagoas, RBIE v.28, 2020.

MOLON, Karina Silva; SANTOS, Bettina Steren dos. Reflexões sobre a desmotivação dos estudantes em aprender e as dimensões afetiva, reflexiva e técnica no trabalho docente. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, vol. 22, núm. 34, maio-agosto, 2009, p. 165-179.

PIAGET, Jean. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2014.

RIBEIRO, M. L. A afetividade na relação educativa, **Estudos de Psicologia**, Campinas, julho – setembro, 2010.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. A afetividade na relação educativa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 27(3), julho – setembro, 2010, p. 403-412.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

CAPÍTULO 23

IMPACTO DO COVID-19 NA GESTAÇÃO À LUZ DA LITERATURA CIENTÍFICA

Data de aceite: 01/01/2023

Inês Élida Aguiar Bezerra
Enfermeira. Mestre em Gestão e Saúde Coletiva pela UNICAMP. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6574727999139529
Centro Universitário INTA-UNINTA,Sobral-CE,Brasil.

Nayara Balbino Gomes
Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0465922937385278
Centro Universitário INTA-UNINTA,Sobral-CE,Brasil

Héryca Laiz Linhares Balica
Enfermeira. Mestranda em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6795353975115570
Universidade Vale do Acaraú-UVA, Sobral-CE,Brasil

Loide Cardoso Farias
Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/2921014855693872
Centro Universitário INTA-UNINTA,Sobral-CE,Brasil

Thais Bomfim Viana
Graduada em Enfermagem pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0480359132308648
Universidade Vale do Acaraú-UVA, Sobral-CE,Brasil

Thalia Bomfim Viana
Graduada em Enfermagem pela Faculdade Luciano Feijão. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9384812393228471
Faculdade Luciano Feijão, Sobral-CE,Brasil

RESUMO: A doença do coronavírus de 2019 teve início em Wuhan, e caracterizada pela alta transmissibilidade e pela apresentação variável, de casos assintomáticos ou leves a quadro críticos. Direcionando aos grupos de risco expostos, as puérperas são particularmente suscetíveis aos patógenos desse vírus. Diante disso, objetivou-se evidenciar os impactos do covid-19 na gestação. O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa do tipo revisão bibliográfica. Para as coletas de dados, utilizou-se a biblioteca virtual em saúde (BVS), Scientifc Eletronic Library Online (SciELO) e a BDNF (Bases de dados da enfermagem). Os critérios de inclusão foram: artigos completos em português, publicados

nos últimos seis anos (2016-2021), e que atendessem a pergunta da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: artigos que não direcionem ao objetivo da pesquisa. Para a análise de dados utilizou-se a análise temática de Minayo que segue as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados. Os resultados partiram da amostra final de seis artigos que apontaram como principais fatores condicionantes os impactos da Covid na gestação. Conclui-se que dessa forma, o estudo colabore para a realização de novas pesquisas afim de acrescentar mais sobre essa nova temática. É necessário que se procure levantar questões de maneira que venham a contribuir a uma discussão que provoque um debate cada vez mais amplo acerca dos impactos do covid-19, pois se trata de uma temática nova e deve estar presente nas discussões de educação e promoção em saúde.
PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Gestação. Alto Risco.

IMPACT OF COVID-19 ON PREGNANCY IN THE LIGHT OF SCIENTIFIC LITERATURE

ABSTRACT: The 2019 coronavirus disease started in Wuhan and is characterized by high transmissibility and variable presentation, from asymptomatic or mild to critical cases. Directing to exposed risk groups, puerperal women are particularly susceptible to the pathogens of this virus. Therefore, the objective was to highlight the impacts of covid19 on pregnancy. The present study is an exploratory descriptive research, with a qualitative approach of the bibliographic review type for data collection, using the virtual health library (VHL), Scientifc Electronic Library Online (SciELO) and BDNF (Databases of nursing). Inclusion criteria were: complete articles in Portuguese, published in the last six years (2016-2021), and that met the research question. Exclusion criteria were: theses, dissertations, abstracts and event proceedings. For data analysis, Minayo's thematic analysis was used, which follows the steps of preanalysis, material exploration and treatment of results. The results came from the final sample of six articles that pointed out as the main conditioning factors the impacts of covid on pregnancy. It is concluded that in this way, the study collaborates to carry out further research in order to add more on this new theme. It is necessary to seek to raise questions in a way that will contribute to a discussion that provokes an increasingly broader debate about the impacts of covid-19, as this is a new topic and should be present in discussions on education and promotion in health.
KEYWORDS: Covid-19. Gestation. Hing Risk

1 | INTRODUÇÃO

A doença do coronavírus teve início em Wuhan, em uma cidade na província de Hubei, na China em 31 de dezembro de 2019. Tem como um dos principais sintomas a síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Pela sua gravidade foi decretada pandemia em março de 2020. Com a grande quantidade de casos e a rapidez que ele se espalhava gerou uma alerta aos órgãos de saúde. Neste cenário, enquanto medidas farmacológicas não foram comprovadas cientificamente, ações de isolamento social,

estratégias de lockdown e medidas de higiene passaram a ser enfatizadas com demasia pelos órgãos de saúde (SOUZA, et al., 2020).

Com isso, a Covid-19 é caracterizada pela alta transmissibilidade e pela apresentação variável, de casos assintomáticos ou leves a quadros críticos. Sua forma de transmissão ocorre através de gotículas respiratórias infectadas, aerossóis virais e contato com superfícies contaminadas. Os sintomas leves da doença incluem tosse seca, dor de garganta, dispneia, manifestações gastrointestinais, fadiga, anosmia, cefaleia e eventos graves como tromboembolismo e complicações cardiovasculares. Aproximadamente 10% dos pacientes podem desenvolver pneumonia e progredir para síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), falência de múltiplos órgãos é óbito (ZAIGHAM; ANDERSON2020).

Diante da multiplicidade dos sintomas, as comorbidades que foram associadas a doenças graves e mortalidade incluem, doença cardiovascular, Diabetes mellitus, hipertensão, doença pulmonar crônica, câncer, doença renal crônica. Outro grupo de risco desse vírus são as gestantes devido evidências epidemiológicas prévias que sugerem que as gestantes apresentem maior risco de doença grave e óbito por infecções virais durante a pandemia de influenza H1N1.Por causa disso, a organização mundial de saúde acredita que gestantes devem ser consideradas população de risco para covid-19. Posteriormente, o ministério de saúde incluiu ao grupo de risco, gestante, puérperas e mulheres que sofreram aborto espontâneo (SANTOS,2020).

Direcionando aos grupos de risco expostos pelo ministério de saúde como as puérperas, mulheres que sofreram aborto espontâneo e mulheres grávidas são particularmente suscetíveis aos patógenos respiratórios e pneumonias graves devido às alterações imunológicas e adaptações fisiológicas durante a gestação. Como elevação de diafragma, aumento do consumo de oxigênio e edema na mucosa do trato respiratório. Portanto, as gestantes se tornam grupo de risco para a morbidade e mortalidade pelo coronavírus (SANTOS, 2020).

Deste modo, vivenciar a pandemia da covid-19 e estar gestante, considerando não existir consenso entre os estudos acerca da associação de gravidade da doença a esse período da vida, se relaciona a diversos sentimentos, medos e incertezas.

Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: Qual o impacto do covid-19 na gestação, segundo a literatura científica? Diante do que foi observado em estudos científicos e nas vivencias práticas percebeu-se a grande necessidade de buscar mais informações sobre o impacto do vírus na gestação afim de oferecer mais informações sobre a temática.

Pretende-se com este estudo dar maior visibilidade aos gestores e trabalhadores de enfermagem de modo a qualificar o processo de trabalho destes profissionais de maneira que possa minimizar os danos causado pela doença nas gestantes e até mesmo nos profissionais e ofertar uma melhor qualidade nos atendimentos dos profissionais de enfermagem identificando intervenções e estratégias que minimizem o impacto que venha a ser gerado à saúde da gestante, puérpera e do bebê.

2 I METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa, cujo objetivo é evidenciar os impactos do Covid -19 na gestação. Para uma coleta de informações segura e relevante foi utilizado a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os artigos que foram utilizados nesses estudos estavam indexados nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e BDENF (Bases de dados da enfermagem).

Os critérios de inclusão foram artigos completos em português, publicados nos últimos cinco anos (2016 -2021), e que atenderam a pergunta da pesquisa. Os critérios de exclusão foram teses, dissertações, resumos e anais de eventos.

Os descritores utilizados nesta revisão bibliográfica foram: Covid 19, alto risco e gestação, ambos inseridos na plataforma de descritores da saúde. Para uma busca mais eficiente e significativa nas bases de dados, utilizou o operador booleano AND para conectar as palavras-chave e localizar estudos relevantes para a pesquisa.

Foi realizado o primeiro cruzamento utilizando o descritor covid-19, o conector booleano "AND" e o descritor gestação, localizando 3.201 publicações. Essas amostras apresentam um acervo muito amplo no campo de atuação da enfermagem.

Diante disso, foi realizado um segundo cruzamento para sintetizar as informações e adequar ao objetivo e a questão da pesquisa. O novo cruzamento foi feito usando o descritor covid-19, o conector booleano "AND", a gestação, e o descritor alto risco, que resultou em 21 publicações. Dentre essas publicações, foi aplicado filtr últimos cinco anos que resultou em 18 estudos, sendo que uma grande parte dos estudos encontrados se referiam a prática dos profissionais de enfermagem. Posteriormente, os dados foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão para uma amostra concisa e direta atendendo ao objetivo proposto, tendo como amostra final 06 artigos.

Os dados obtidos foram analisados seguindo os passos da análise temática de Minayo (2014), composta das seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados. A presente revisão bibliográfica assegura os aspectos éticos, garantindo a autoria dos artigos pesquisados, utilizando para citações e referências dos autores as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Gestação

A gestação é uma fase importante na vida de qualquer mulher e corresponde ao período que antecede ao parto. É um momento de mudanças físicas, em um corpo que se transforma a cada dia e que são acompanhadas de alterações emocionais. Durante cada momento dessa transformação a mulher pode ficar mais suscetível e, em termos de saúde emocional, a mulher pode surgir mais amadurecida e fortalecida, ou então, mais, enfraquecida, confusa e desorganizada. Por isso esse momento é tão importante para a

mulher e toda a família (SILVA, 2013).

O período de gestar é um período em que deverá ser concedido a gestante um ambiente de tranquilidade, más condições podem alcançar o feto e atingir seu progresso intrauterino, assim como sentimentos bons podem passar de mãe para filho e auxiliar seu crescimento. Então nessa fase, objetiva-se, um maior cuidado com binômio mãe-filho tendo em vista o bom desenvolvimento da gestação (ARAÚJO et al., 2018).

Desta forma, por ser um fenômeno fisiológico, a gestação deve ser compreendida e vivenciada por mulheres grávidas e pelas equipes de saúde como parte de uma experiência de vida saudável, envolta em grandes expectativas e com mudanças na vida da mulher, nos mais diferentes contextos. No entanto é uma situação limítrofe, em que a pré-existência de qualquer condição clínica de risco materno ou fetal aumenta a possibilidade de uma evolução desfavorável, caracterizando essas mulheres como gestante de alto risco (SOUZA et al., 2019).

3.1.1 Gestação de Alto Risco

A gestação é um acontecimento fisiológico tendo seu curso sem intercorrência na maioria das mulheres, mas há gestante que por serem portadoras de comorbidades, ou desenvolvido alguma complicação ou sofrido algum trauma podem ter maiores chances de ter um quadro desfavorável, tanto para o feto como para a mãe. E considerado alto risco quando há complicações na gestação ou o parto representa risco tanto para a mãe como para o bebê, por isso, nesses casos o acompanhamento de pré-natal se torna mais intensificado (SI VA, et al., 2020).

A assistência pré-natal desempenha papel importante na redução de risco, prevenção de doenças, promoção da saúde e diminuição de mortes maternas e infantis. Essa assistência e realizada por equipes multidisciplinares tanto na atenção primaria, secundária como na terciária assim sendo necessário. O acompanhamento do alto risco deve ser realizado por enfermeiros afim de desenvolver ações de prevenções e tratamento das morbidades da mãe e do feto, além de orientar sobre parto normal, amamentação e puerpério e sanar toda e qualquer dúvida que possa aparecer (JORGE,et al., 2020).

No Brasil aproximadamente 92% das mortes maternas são consideradas evitáveis, as principais causas são hipertensão, hemorragias ou infecções puerperais, a organização mundial de saúde considera essas causas evitáveis seja com acompanhamento de pré-natal, atendimento durante o parto, ou por ações durante o puerpério, com taxas altas de mortalidades o ministério de saúde implantou um conjunto de ações por meio de programas e políticas com a finalidade de melhorar a assistência obstétricas (MONTEIRO,et al., 2020).

O ministério de saúde lançou o programa de humanização no pré-natal e nascimento com a finalidade de reforçar a importância destas práticas. Em 2011, por meio da rede cegonha estas mesmas práticas foram reforçadas. Frente a essas recomendações dos programas e das políticas públicas, vislumbra-se a atuação de enfermeiros obstetras,

onde possuem autonomia para prestar assistência a mulher, durante a fase da gestação, puerpério e gestação de alto risco, prestando cuidado e promovendo assim, o bem-estar materno (MONTEIRO, et al.,2020).

3.2 O Covid-19 Na Gestação

Considerando que a transmissão assintomática de covid-19 pode ser possível em mulheres grávidas, todas as mulheres com histórico epidemiológico de contato devem ser cuidadosamente monitoradas (LAJOS, et al.,2020). Assim, as gestantes com suspeitas ou confirmação de COVID-19 devem ser tratadas seguindo o protocolo do ministério de saúde e levando em consideração as adaptações fisiológicas da gravidez. O uso de medicações em investigação fora de um protocolo de pesquisa deve ser guiado por uma análise de risco- benefício individual baseada no benefício potencial para a mãe e a segurança do feto, com consulta de um especialista em obstetrícia. Até o momento não há nenhum tratamento específico validado, comprovado ou liberado, sobretudo, com segurança na gestação (LAJOS, et al,2020).

Segundo um estudo sobre a gravidade do covid-19 na gestação foi evidenciado aborto espontâneo, ruptura prematura de membranas, restrição de crescimento intrauterino, sofrimento fetal e trabalho de parto/parto prematuro com possíveis complicações que podem aparecer no decorrer da gestação. O mesmo estudo não encontrou indicadores sobre a transmissão através do leite materno, líquido amniótico ou transplacentário (LAJOS, et al., 2020).

O parto deve ser individualizado com base nas evidências obstétricas e sempre respeitando as preferências das gestantes. As decisões sobre parto de emergência e a interrupção da gravidez são desafiadoras e baseadas em muitos fatores, como idade gestacional, gravidade da condição materna, viabilidade e bem-estar fetal. Para as gestantes com risco de parto prematuro, a OMS recomenda a administração de corticosteroides da 24° à 34° semana de gestação para ajudar na estimulação da síntese e a liberação do surfactante no alvéolo pulmonar, bem como a disponibilidade de cuidados adequados durante o parto e ao recém-nascido. No caso da doença na fase leve, o uso dos corticosteroides pode trazer risco a mãe consecutivamente deve ser discutido isso com a mulher sobre os benéficos e malefícios desse uso (LAJOS et al., 2020).

Com todas essas observações realizadas no estudo faz-se necessário uma melhor atenção em todos os aspectos que dizem respeito a gestação. Da mesma forma, o período do pós-parto onde pode ocorrer o risco da contaminação do neonato.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quadro 1 apresenta a caracterização dos artigos da amostra final que serão evidenciados nos resultados, aqui os artigos estão caracterizados por número, título, periódico e ano de publicação.

Nº	Autores	Título do artigo	Periódico/Ano de publicação
1º	Estrela,Fernanda Matheus *et al*	Gestante no contexto da pandemia da covid-19: reflexõese desafios	Rev. Saúde Coletiva/2020.
2º	Fernández, Anadys Beatriz Segura *et al*	Caracterização clínica de pacientes obstétricas comsuspeita de COVID-19.	Jornal Cubano deMedicina Militar
3º	Avila, WalkiriaSamuel *et al*	COVID-19: Um novo desafio paraa cardiopatia na gravidez.	Arquivos Brasileiros deCardiologia
4º	Furlan, Mara Cristina Ribeiro*et al*	Gravidez e Infecção por Coronavírus: desfecho maternos,fetais e neonatais- Revisão sistemática.	Revista Cuidarte
5º	Silva, Maria Paula Custódioet *al*	Bundle para atendimento de recém-nascidos filhos de mãescom suspeita ou diagnóstico confirmado de Covid-19	Revista Gaúcha de Enfermagem
6º	Oliveira, Karoline Faria *etal*	Transmissão Vertical e Covid-19: revisão de escopo.	Revista Brasileirade Enfermagem

Quadro 1. Caracterização dos Artigos da amostra fina

Fonte: Autoria própria (2021).

4.1 Apresentação das Evidências da Amostra Final

No estudo realizado no primeiro artigo, além das muitas alterações hormonais, existem questões referente a maternagem, a qual é definida como proteção e cuidado dos filhos de forma afetuosa e carinhosa (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014), sendo desenvolvida ao longo da vida como próprio da mulher. Deste modo, experimentar a pandemia do Covid-19 e estar gestante, observando não existir consenso entre os estudos acerca da associação de gravidade da doença a esse período da vida, se relaciona a sentimentos de medos e incertezas. É nesse contexto que as (os)profissionais, sobretudo de enfermagem, requerem repensar sua atuação de modo a amenizar ou impedir os impactos da doença para o binômio mãe-filho. Além disso, requer que sejam pensadas estratégias de cuidado que acolham e possibilite bem-estar às mulheres durante todo o período gravídico-puerperal.

O segundo artigo como objetivo retratar as pacientes obstétricas com suspeita de covid-19, ele tem como amostra 60 pacientes obstétricas internadas no serviço deginecologia e obstetrícia do Hospital Militar Central, os resultados do estudo das 60 pacientes admitidas, 90% (54) foram negativas para Sars-CoV RT-PCR e 10% (06) positivas. 51,8% (28 a 54 pacientes) não apresentavam histórico epidemiológico de contato com casos positivos, ao contrário dos 06 pacientes. Ainda segundo Fernandéz, 23 dos 60 pacientes (36,6%) apresentavam comorbidades como asma, hipertensão arterial, obesidade, trombopatia,

anemia e diabetes mellitus, apenas 06 pacientes apresentou comorbidade (obesidade).

Outra variável encontrada no estudo são os sintomas mais constante como: febre (23,3%), tosse (41,6%), cefaleia (18,3%), dor de garganta (14,8%) e falta de ar (10%), estavam presente em 98.1% dos casos, enquanto 50% (03) dos casos positivos eram assintomáticos e os sintomas presentes eram tosse, mal-estar e cefaleia.

No estudo três trata-se de um estudo com gravidas infectadas com as SARS-CoV-2. Uma revisão sistêmica de 108 gravidas com Covid-19 identificou tosse e febre como as principais queixas, presentes em quase 80% das mulheres, enquantodispneia foi informada por apenas 12%. Não há relato de morte materna. Das três pacientes graves que precisam de ventilação mecânica, duas apresentaram obesidade como fator de morbidade.

O estudo ainda mostra a avaliação de 116 grávidas com pneumonia por Covid-19 e concluíram que as características clinicas da pneumonia das grávidas eram similares àquelas da população geral. No momento atual não há evidências de que grávidas com covid-19 estejam mais propensas a desenvolver pneumonia grave em comparação a não grávidas.

No estudo do artigo quatro trata de descrever os desfechos clínicos durante a gestação em mulheres que tiveram a SARS-CoV2. Através de análise de 27 artigos eum total de 399 grávidas foram incluídas. Os obtidos mais comuns entre os recém-nascidos de gestantes com covid-19 foram a prematuridade (34,5%), baixo pesoao nascer (17%) e frequência cardíaca não tranquilizadora (4,8%). Em menor númerohouve outras condições clinicas, tais como testagem positiva para o coronavírus, faltade ar, síndrome do desconforto respiratório, sendo cada um com quatro casos (2,1%); perfuração intestinal (1,6%), enterocolite necrosante, erupções cutâneas e altas taxasde IgM, cada um com dois casos (1,2%) e descompasso cardíaco como taquicardia (1%) e bradicardia (1%).

O quinto artigo trata-se de uma pesquisa metodológica, desenvolvida no ano de 2020, em três etapas: levantamento da produção cientifica, construção do instrumento com diretrizes para o cuidado e validação do conteúdo realizado por juízesnorteados pelo referencial de estudos de melhoria da qualidade. A busca na literaturaidentificou 13 artigos e notas de órgãos oficiais. O instrumento inicial construído paraa validação continha sete itens sobre os cuidados com recém-nascidos filhos de mãescom suspeita ou diagnostico confirmado com covid-19 extraídos a partir do levantamento realizado.

O estudo seis trata-se de um estudo que analisa as evidências disponíveis na literatura acerca da temática infecção pelo SARS-CoV-2 e transmissão vertical. Foram incluídos 15 artigos científicos, a maioria dos estudos (12,80%) foi realizado na China, Itália, Peru e Turquia. As informações descritas sobre a via de parto, a taxa de Cesáriaem mulheres com COVID-19 variou de 42,9% a 100% e as indicações foram descompensação respiratória materna, hipoxemia fetal ou gestação gemelar. Na admissão hospitalar 45,2% a 100% das parturientes apresentavam quadro de pneumonia. O uso de oxigênio através de cateter foi necessário entre 5,2% e 100% dos casos.

O estudo ainda revela que a taxa de intubação foi de 1,7% em um estudo com 116 gestantes, dois estudos avaliaram o percentual de admissão em CTI, que variou de

6,9% a 21,1% dos casos. Em relação à sintomatologia da COVID-19 entregestantes a mais frequente foi a febre (de 50,9% a 100%), seguida de tosse (de 26,3% a 50%), fadiga (de 12,9%a 50%). Dispneia (de 7,8% a 50%) e diarreia (de 0,9% a 25%). O momento do diagnóstico da infecção pelo SARS-CoV-2 foi variável, sendo mais prevalente antes do parto (de 23,8% a 100%) e seguido da admissão do trabalhode parto (de 20% a 64,3%) e do puerpério (de 11,9% a 30%).

Após a leitura dos artigos, foi possível organizar os resultados em duas categorias temáticas: "Fatores de risco associados a infecção por SARS-Cov-2 (COVID-19)" e Assistência de enfermagem a gestantes com COVID-19 positivo.

4.2 Categorias Temáticas

4.2.1 Fatores de risco associados a infecção por SARS-CoV-2

As mulheres grávidas correm o maior risco de sofrer doenças respiratórias, devido às inúmeras mudanças fisiológicas e mecânicas que ocorrem. Durante a gravidez ocorre diminuição da imunidade celular por células Th1 (T-help) (citocinas microbicidas e pró-inflamatórias), com ambiente Th2 dominante (citocinas antiinflamatórias), que protege o feto e deixa a mãe frágil a infecções virais, contido de forma mais eficaz pelo sistema Th1. Em pacientes não grávidas, é constatado a diferença entre os perfis de citocinas de infecção por SARS-CoV-2 (FERNÁNDEZ *et al,* 2020).

O estudo demostrou que em todas as pacientes obstétricas que foram positivaspelo RT-PCR para SARS-CoV-2, foi demostrado contato com pessoas positivas, e queproporciona o controle da transmissão da doença e aumenta a importância das medidas tomadas, como o isolamento dos contatos com casos positivos, em áreas deisolamento, bem como a admissão de casos positivos e suspeitos em hospitais. Ou seja, a propagação do vírus diminui e os grupos de risco são controlados (FERNÁNDEZ *et al* 2020).

Correlativamente Furlan (2020) em seu estudo afirma que os princípios demanejo do COVID-19 na gravidez incluem afastamento adiantado, procedimentos de controle de infecções, oxigenoterapia, prevenção de sobrecarga de fluidos, controle empírico por antibióticos, monitoramento da contração uterina, ventilação mecânica precoce em casos de falência respiratória progressiva, plano de parto individualizado, atendimento clinico por equipe multidisciplinar e teste de infecção do recém-nascido. Ainda de acordo com os mesmos autores é necessário estar atento para a possibilidade da infecção por COVID-19 seguir a mesma predisposição que a SARS_CoV-2 em mulheres grávidas e se agravar para pneumonia. Porém, por setratar de uma nova infecção, as amostras, até então estudadas, são menores e poucas têm grupo controle de mulheres não grávidas, precisando de mais estudos sobre a temática (Furlan *et al* ,2020).

Pesquisa realizada com grávidas com cardiopatia ou hipertensão arterial e infecção pelo SARS-CoV-2 pode levar a injúria cárdica por múltiplos mecanismo, resultando em resposta inflamatória extrema. Na gravidez e no período pós-parto, insuficiência cardíaca aguda deve ser considerada em algumas circunstâncias, como cardiomiopatia periparto, miocardite viral e edema pulmonar não cardiogênico. Da mesma forma, alterações

hemodinâmicas na gestação causam aumento no gradiente da válvula mitral estenótica e pode levar a congestão pulmonar (AVILA et al, 2020).

Ainda no estudo a cardiopatia congênita cianótica, as lesões obstrutivas do lado esquerdo do coração ou grave disfunção ventricular sistólica apresentam maior risco de complicações cardíacas em mulheres grávidas. A queda da resistência vascular sistêmica piora a hipoxemia em mulheres grávidas com hipertensão pulmonar e com tetralogia de Fallot não corrigida (AVILA *et al*, 2020).

Apesar das evidencias encontradas, nem todos os artigos pesquisados entram e consonância. Segundo a pesquisa de Oliveira (2020), os resultados internacionais apontam que a infecção por SARS-CoV-2 não é indicação para parto cesáreo, que deve ser justificad pelas condições clínicas da gestante, idade gestacional e condições fetal, devendo ser avaliado individualmente. No entanto, os resultados da presente revisão apontaram altas taxas de cesárea em gestantes infectadas pelo covid-19.

Oliveira e outros colaboradores (2020) traz, em seu estudo que embora não exista evidências sobre a SARS-CoV-2, verifica-se que o conhecimento sobre a infecção ainda é restrito e os fatores de risco não estão esclarecidos.

4.2.2 Assistência de enfermagem a gestantes com covid-19.

Levando em consideração esse contexto, é importante o papel dasenfermeiras (os) tanto na Atenção Básica Primária à Saúde (APS), decorrer da consulta do pré-natal ou puerperal, quanto na atenção hospitalar. É importantedestacar que no espaço da APS, além do que já é recomendado para o atendimento pré-natal, os cuidados à saúde da gestante devem conter orientações, desmitificação de algumas ideias preconcebidas e medidas preventivas contra a Covid-19, como higiene das mãos e das superfícies, distanciamento social e o uso e confecção de máscaras (ESTRELA, 2020).

Diante disso, segundo os mesmos autores é importante salientar ainda que, devido às constâncias mudanças que estão ocorrendo na rede de saúde, os desafiosque as enfermeiras estão encontrando para a gestão e assistência do cuidado estão cada vez maiores, sendo indispensável o planejamento de novas estratégias para atender às demandas das gestantes (ESTRELA,2020).

Portanto, Estrela (2020) compreende que, para os profissionais de saúde surgem os novos desafios de acompanhar a gestante a partir de um plano de cuidado especial, assegurando o devido suporte social e institucional nesse momento tão vulnerável. Diante disso, é importante que os(as) profissionais de saúde, especialmente os (as) enfermeiros (as), conheçam a sintomatologia da Covid-19 paraque possam prevenir, intervir previamente por meio de orientações e encaminhamentos necessários para cuidar da saúde da gestante e do feto.

Encontra-se na literatura, instruções diversas sobre a assistência ao parto e ao nascimento nos diferentes países afetados pela pandemia, mas não há um consensopara as condutas adotadas na prática, sendo que cada realidade pode adotar e priorizar as normativas locais ou internacionais. A sugestão desse estudo foi aelaboração e a validação

de conteúdo de um bundle como os principais cuidados de Enfermagem na assistência aos recém-nascidos.

Devido ao risco de contaminação por gotículas, aerossóis e contato durante o trabalho de parto, nascimento e pós-parto, a equipe necessita estar notificado do diagnóstico para se organizar e seguir as instruções de biossegurança de maneira adequada (SILVA et al.,2020).

Por conseguinte, segundo o mesmo estudo os cuidados com as gestantes e puérperas e recém-nascidos devem ser rigorosos e frequentes, independente do histórico clínico, por serem grupos mais suscetíveis a terem complicações na presença da COVID-19. A adoção desse bundle poderá colaborar para a qualidade da assistência e das condutas de enfermagem frente ao atendimento desses recém-nascidos como uma tecnologia complementar ao cuidado, visto o impacto atualda pandemia e a escassez de informações precisas e formais para o enfrentamento dessa doença.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados encontrados nesses estudos que contemplam o objetivo proposto a pergunta da pesquisa, existem ainda poucos estudos sobre o impacto do covid-19 na gestação. Diante da escassez de dados sobre a infecção em gestantes torna-se imprescindível o estudo e o conhecimento de como essa doença se comporta nesse grupo de paciente e quais as possíveis consequência para a mãe e o bebê. Pode ser observado e que a gestação e um momento especial para a mulher, pois está gerando um ser humano.

Assim sendo, o bem-estar materno influencia o fetal, para que isso ocorra em equilíbrio sugere-se que as gestantes possam participar de programas de intervenção, principalmente para a prevenção de doenças e agravos durante o período gestacional. Os estudos encontrados na literatura e referenciado nos resultados deram destaque os principais impactos do vírus na mulher durante o período de gestação e como esses fatores interferem na qualidade psicologia e clinica desse período que é de tão importância para a mulher.

A pesquisa possibilitou analisar a assistência de enfermeiros às gestantes com covid-19, pois estes profissionais possuem um diferencial, como autônima, senso crítico, além de conhecimento técnico-científico, que quando somados a uma equipe multiprofissional torna o trabalho mais resolutivo. E uma atuação indispensável na prevenção e redução, promovendo assim, educação em saúde de forma eficiente às pacientes que ainda planejam engravidar e aquelas que já se encontram gestantes. Além disso, há uma necessidade de um melhor planejamento da assistência pré-natal, para que haja uma redução da taxa de morbimortalidade materna e perinatal, assim como a conscientização das pessoas, mantendo o distanciamento social e a higiene pessoal.

Dessa forma, espera-se que esse estudo colabore para a realização de novas pesquisas afim de acrescentar mais sobre essa nova temática. É necessário que se procure

levantar questões de maneira que venham a contribuir a uma discussão que provoque um debate cada vez mais amplo acerca dos impactos do covid-19, pois se trata de uma temática nova e deve estar presente nas discussões de educação e promoção em saúde.

REFERÊNCIAS

AVILA, Walkiria Samuel *et al*. COVID-19: Um Novo Desafio para a Cardiopatia na Gravidez **Sociedade Brasileira de Cardiologia** [*S. l.*], p. 1-4, 1 jul. 2020.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al*. Gestantes no contexto da pandemia da Covid19: reflexões desafios. **1 Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana-BA**, [*S. l.*], p. 1-5, 21 abr. 2020.

FERNÁNDEZ, Anadys Beatriz Segura *et al*. Caracterização clínica de pacientes obstétricas com suspeita de COVID-19. **Jornal Cubano de Medicina Militar**, [*S. l.*], p. 1, 1 jul. 2020.

FURLAN, Mara Cristina Ribeiro *et al*. Gravidez e infecção por Coronavírus: desfechos maternos, fetais e neonatais – Revisão sistemática. **Revista Cuidarte**, [*S. l.*], p. 1-15, 20 abr. 2020.

JORGE, Herla Maria Furtado; SILVA, Raimunda Magalhães da; MAKUCH, Maria Yolanda. **Assistência humanizada no pré-natal de alto risco: percepções de enfermeiros**. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 21, e44521, 2020

MARQUES-SANTOS, Celi et al. Posicionamento sobre COVID-19 e Gravidez em Mulheres Cardiopatas–Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia–2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 115, p. 975-986, 2020.

OLIVEIRA, Karoline Faria de *et al*. Transmissão vertical e COVID-19: revisão de escopo. **Revista Brasileita de Enfermagem**, [*S. l.*], p. 1-11, 27 jul. 2020.

SILVA, Maria Paula Custódio *et al*. Bundle para atendimento de recém-nascidos filhos de mães co suspeita ou diagnóstico confirmado de Covid-19. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [*S. l.*], p. 1-12, 8 out. 2020.

SOUZA, Sabrina da Silva et al. Influência da cobertura da atenç o básica no enfrentamento da COVID-19. **J. Health NPEPS**, p. 1-21, 2021.

CAPÍTULO 24

ANSIEDADE EM ESTUDANTES DO CURSO DE PSICOLOGIA DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

Data de aceite: 01/01/2023

Leidiane Carvalho de Aguiar
Graduada em Psicologia (UNINTA), Pós -Graduanda em Terapia Analítico Comportamental (UNINTA), Mestranda em Saúde da Família (UFC). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0451216237792162 Link Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4841-9244
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Roberlandia Evangelista Lopes
Graduada em enfermagem pela (UVA). Especialista em Saúde da Família (UNINTA), mestre em Saúde da família (UFC), Doutora em Educação (UECE), Pós Doutoramento em Saúde Coletiva (FIOCRUZ- CE). Link para lattes http://lattes.cnpq.br/7290690294477062
Faculdade 5 de Julho – F5, Sobral – CE, Brasil

Marcelo Franco e Souza
Graduado em Ciências Sociais - Sociologia (UNIFOR), Psicologia (Estácio), Mestre em Humanidades (UNILAB) e em Políticas Públicas (UECE). Doutorando em Ciências da Educação (UTAD). Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Neuropsicologia (UNICHRISTUS). Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/5715113585283857
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Silvia de Sousa Azevedo
Doutora em Ciências da Educação - UTAD. Mestre em Ciências da Educação (USC); Especialista em Tutoria em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior; Especialista em Psicopedagogia (UNINTA); Especialista em Docência do Ensino Superior(FAK); Graduada em Pedagogia (UVA);Graduanda no Curso de Psicologia no Centro Universitário UNINTA. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/7011730962383587
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Maria Aparecida de Paulo Gomes
Graduada em Psicologia (UNINTA) e em Gestão de Recursos Humanos pela (UVA). Especialista MBA em Gestão de Pessoas (UNINTA) e Formação em Terapia Cognitivo-Comportamental em atendimento de crianças e adolescentes- Instituto Educacional Meira Barbosa (IEMB). Psicóloga do Núcleo de Apoio Psicológico ao Estudante UNINTA (NAPSI). Link Lattes: https://lattes.cnpq.br/9830422683396465. Link Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9871-2123
Centro Universitário Inta - UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: O presente estudo parte do princípio de que os níveis de ansiedade aumentaram nos estudantes universitários em decorrência do cenário da COVID 19, tendo em vista que esta é uma doença que impacta diretamente no contexto de vida dos sujeitos. Logo, objetivou-se analisar os níveis de ansiedade dos estudantes do curso de psicologia do Centro Universitário INTA (UNINTA) durante a pandemia por COVID 19. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, de caráter transversal, exploratório, descritivo, com os estudantes de Psicologia do UNINTA. A amostra do estudo foi composta por 123 alunos. Os critérios de inclusão foram os acadêmicos a partir do sétimo semestre bem como o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu entre fevereiro e março de 2021 e foi realizada de forma on-line. Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário sociodemográfico, e o Generalized Anxiety Disorder Questionnaire (GAD-7). A pesquisa seguiu os pressupostos éticos do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética sob Parecer n° 4.395.805. Como resultados têm-se que, quando apresentados os dados sócio demográficos, 51,27 % dos estudantes apresentam acometimento psicológico; e quando visto os instrumentos, 22 % dos discentes têm ansiedade moderada e 16% ansiedade com nível grave. Na análise, referente aos resultados inerentes às questões acima, evidencia-se efeitos deletérios na saúde mental dos estudantes de Psicologia, quando aliado ao cenário da pandemia percebe-se reações psicológicas subjacentes a um período de vida tão atípico e desafiante. Desse modo, essa pesquisa comprova a hipótese inicial, indicado que os estudantes em sua maioria apresentam níveis comprometedores de Saúde mental.
PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade. Saúde mental. Universitários.

ANXIETY IN PSYCHOLOGY STUDENTS DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: The present study assumes that anxiety levels increased in college students as a result of the COVID 19 scenario, given that this is a disease that directly impacts the life context of the subjects. Therefore, it was aimed to analyze the levels of anxiety of students in the psychology course at the INTA University Center (UNINTA) during the pandemic by COVID 19. A quantitative, cross-sectional, exploratory, descriptive research was carried out with Psychology students from UNINTA. The study sample consisted of 123 students. The inclusion criteria were students from the seventh semester on, as well as the acceptance of the Free and Informed Consent Form (ICF). Data collection occurred between February and March 2021 and was performed online. For data collection a sociodemographic questionnaire and the Generalized Anxiety Disorder Questionnaire (GAD-7) were used. The research followed the ethical requirements of the National Health Council and was approved by the Ethics Committee under Opinion No. 4,395,805. The results show that, when the socio-demographic data are presented, 51.27% of students have psychological distress; and when the instruments are seen, 22% of students have moderate anxiety and 16% have severe anxiety. In the analysis, regarding the results inherent to the questions above, it is evident deleterious effects on the mental health of Psychology students, when combined with the pandemic scenario, it is possible to notice psychological reactions underlying such an atypical and challenging period of life. Thus, this research proves the initial hypothesis, indicating that

most students present compromising levels of mental health.

KEYWORDS: Anxiety.Mental health. College students.

1 I INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 identificou-se o primeiro caso de COVID-19, causada pelo novo coronavírus da síndrome respiratória aguda severa (SARS-CoV-2), na cidade chinesa de Wuhan. A partir daí, essa situação veio se alastrando pelos diferentes continentes, e tem sido caracterizada através de seus vários impactos no mundo, principalmente ao sistema de saúde, por conta da sua rápida disseminação na população em geral, trazendo impactos geopolíticos, econômicos e alto risco de desequilíbrio psicossocial. Esta doença possibilita uma rápida transmissão, o que despertou a atenção de autoridades dos sistemas de saúde em todo o mundo (RIBEIRO et al, 2020).

No dia 26 de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde (MS) confirmou o primeiro caso registrado no Brasil, na qual a identificação era um sujeito idoso, residente em São Paulo, capital, que havia retornado de viagem à Itália. A propagação da COVID-19 a partir daí, aconteceu de forma acelerada, sendo que, em menos de um mês após a confirmaçã do primeiro caso, esta já se propagava com transmissão comunitária em algumas cidades. (OLIVEIRA et al,2020).

Diante dessas informações, os estados e municípios decretaram emergência de saúde pública, evidenciando assim que essas repercussões eliciaram mudanças biopsicossociais e culturais na vida das pessoas, nas quais viu-se a necessidade de implementar intervenções para reduzir a transmissão do vírus. Tais medidas puderam ser percebidas através do distanciamento social, repercutindo assim no fechamento de escolas e universidades, restrição de viagens e transportes públicos, proibição de eventos em massa e de aglomerações. Essas medidas foram tomadas como possibilidade de controle da COVID-19 (AQUINO et al,2020).

Não obstante, dada à situação em questão, era perceptível que o cenário brasileiro teve de enfrentar não somente a questão biológica da doença, mas também a realidade inesperada ao que diz respeito às adequações de comportamento, tanto de forma individual quanto coletiva. Destaca-se em meio a essas questões expostas anteriormente, a preocupação com a saúde mental, entendida como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas e tem alcançado praticamente todo o planeta, vindo a ocasionar perturbações psicológicas e sociais que afetam a vida dos sujeitos no que diz respeito a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade. Olhando por esse contexto foi extremamente importante esforços emergenciais das diversas áreas de atuação, inclusive a Psicologia, sendo demandadas formas de lidar com tal situação (FARO

et al., 2020).

Com efeito, em meio a essa pluralidade de informações e emergência de uma nova forma de viver, e de lidar com as situações, há o advento de incertezas que impactaram diretamente na saúde mental dos sujeitos. Nesse cenário existem diversos grupos que foram afetados, dentre eles os acadêmicos do ensino superior. O distanciamento social impactou no fechamento das universidades trazendo uma nova forma de educação mediada pela tecnologia síncrona. Isso trouxe muitas dificuldades como acesso e familiaridade com esses recursos; e isso contribuirá fortemente no processo de formação dos futuros profissionais, nas quais pode ser entendida como um desafio por diversos fatores, tais como a falta de equilíbrio emocional mediante a essas relações ambientais (TORRES; COSTA; ALVES, 2020).

Maia (2020, p.07) sugere que "a pandemia provoca efeitos deletérios na saúde mental dos estudantes universitários, reforçando que importa continuar a investigar o tema, para que se possam perceber os mecanismos e as reações psicológicas".

Levando-se em consideração esses aspectos, surgiu a seguinte questão norteadora: Quais os níveis de ansiedade entre estudantes do curso de Psicologia durante a pandemia por COVID -19?

Nesse sentido, diante da relevância da temática ora mencionada, e do grupo a ser abordado, no caso estudantes universitários menciona-se que o objetivo da pesquisa foi analisar os níveis de ansiedade dos estudantes do curso de psicologia do Centro Universitário INTA - (UNINTA) durante a pandemia por COVID 19.

2 I METODOLOGIA

O estudo se configura do tipo transversal, exploratório, descritivo. A estrutura de um estudo transversal é atravessada pelas medições e são feitas num único "momento", não existindo, portanto, período de seguimento dos indivíduos. Para levar a cabo um estudo transversal o investigador tem que, primeiro, definir a questão a responder, depois, definir a população a estudar e um método de escolha da amostra e, por último, definir os fenômenos a estudar e os métodos de medição das variáveis de interesse (BORDALO, 2006).

Por sua vez, as pesquisas descritivas caracterizam-se frequentemente como estudos que procuram determinar status, opiniões ou projeções futuras nas respostas obtidas (TEIXEIRA; LOPES, 2016).

A pesquisa quantitativa pretende e permite a determinação de indicadores e tendências presentes na realidade, ou seja, dados representativos e objetivos, opondo-se à ciência aristotélica, com a desconfiança sistemática das evidências e experiência imediata (MUSSI, et al, 2019).

O contato inicial com a temática ocorreu em julho de 2020 e a coleta de dados aconteceu entre fevereiro e março de 2021. A população da pesquisa foram os discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Inta (UNINTA), com um total de 530 alunos.

O número de estudantes do curso de Psicologia do Centro Universitário INTA/ UNINTA, especificamente do sétimo ao décimo semestre, era então de 126 alunos. Para o cálculo amostral, adotou-se um nível de confiança de 95% e um erro amostral absoluto de 5%. Esses valores aplicados na fórmula indicada para populações infinitas (N=126), proporcionaram uma amostra de tamanho "n" igual a 96 participantes. Para efeito de questionário não devolvido ou mal preenchido, acrescentou- se 20%, implicando, portanto, numa amostra de 114 participantes.

Para este estudo foram aplicados os seguintes instrumentos: Questionário sociodemográfico, tendo perguntas sociais, demográficas e clínicas e o *Generalized Anxiety Disorder Questionnaire* (GAD-7) (Spitzer et al, 2002).

Com o cenário da COVID-19, mais precisamente o distanciamento social, foram propiciadas novas formas de coleta de dados da pesquisa. Logo, respeitando e cumprindo essa premissa, a identificação e abordagem dos participantes aconteceu por meio das redes sociais como *Facebook, Instagram e Whatsapp*, bases iniciais de contato com o público-alvo da pesquisa.

A análise dos dados foi executada pela Linguagem de Programação R. Os dados foram compilados no software Excel (2007), analisados estatisticamente com o apoio do pacote estatístico SPSS versão 21.0 for Windows® e os resultados estão sintetizados em tabelas. A análise descritiva dos dados incluiu o cálculo de frequências absolutas, percentuais, medidas de tendência central e de dispersão. Para as proporções de variáveis categóricas foram calculados intervalos de confiança de 95%. Para verificaçã de aderência à distribuição normal foi aplicado o teste de Lilliefors. Para todas as análises será considerado o nível de significância de 5%

O projeto necessitou da aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da referida instituição. Os princípios éticos foram respeitados, conforme diretrizes reguladoras de pesquisa em seres humanos. Sendo assim, foi obedecido os aspectos éticos da resolução do conselho nacional de saúde nº 466/2012, onde institui normas e diretrizes que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos.

Os riscos foram relacionados a um eventual desconforto emocional, por ser questionado sobre fatos e ou situações que causem tristeza e ansiedade pela vivência da doença e o cansaço. E para reduzir os danos pelo estudo, o participante pode solicitar apoio por meio do agendamento de consultas com profissionais de psico ogia (Teleconsultas).

No final do instrumento aplicado, foi inserida a seguinte informação: preciso de auxílio

para identificar canais de apoio psicológico e/ou emocional. Junto a esta informação tinha um espaço para o participante informar seu telefone e e-mail para que a equipe do projeto acione as redes de apoio, sendo estes o Núcleo de Apoio Psicológico ao Estudante do UNINTA (NAPSI) e o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), serviços que estão vinculados ao UNINTA.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A pandemia do novo coronavírus

A pandemia desencadeada pelo vírus Sars-COV-2, conhecido como COVID-19 quando se torna uma patologia clínica, impulsiona fatores negativos que impactam em vários âmbitos da sociedade, pela falta de preparo com vacinas e tratamentos farmacológicos e isso ocorre por ser um fato totalmente inesperado e emergente para a população de forma global (AMITRANO, MAGALHÃES, SILVA, 2020).

A COVID-19 é compreendida como uma patologia emergente, e se alastrou pelos diferentes continentes, tendo sido caracterizada através de seus vários impactos ao mundo, principalmente ao sistema de saúde, por conta da sua rápida disseminação nas populações em geral. (MASCARENHAS et al,2020).

Em concomitância a isso, existem recomendações de saúde mental, as quais podem ser evidenciadas através de ações governamentais, recomendações individuais, cuidados com grupos específicos, acompanhamento dos Hospitais e centros de referências da saúde, com o intuito de prevenir adoecimento psicológico tanto na população em geral como nos profissionais que estiveram na linha de frente (ORNEL et al.,2020).

3.2 Distanciamento social e impactos na saúde psicológica

Em decorrência da disseminação do vírus SARS-Cov-2 em todo o mundo, municípios brasileiros adotaram medidas de distanciamento social como estratégia para reduzir o número de casos e o controle da doença. Dentre estas medidas estiveram o cancelamento de eventos públicos, fechamento de escolas e empresas, recomendações para que as pessoas permaneçam em suas casas, tendo sido implementadas de modo gradual e distinto nos diferentes países (NATIVIDADE, 2020).

Porquanto, frente às repercussões psicológicas que o distanciamento social trouxeram, pode se expor a redução da transmissibilidade inter-humana, sendo entendida como algo eficaz e importante para o sistema de saúde no sentido de prestar assistência eficiente e adequada aos enfermos (HO, MORAIS 2020)

Nessa trajetória, é interessante pontuar que o distanciamento social afeta variados grupos sociais, especialmente aqui retratado, os impactos proporcionados aos estudantes

universitários.

À vista disso, destaca-se que só o fato de os estudantes estarem passando por uma situação aversiva e mudanças comportamentais em suas rotinas já se torna uma preocupação pelo fato do próprio contágio da doença e consoante a isso pelas repercussões de adoecimento mental que podem emergir, atrelado a incertezas do retorno às aulas, a conciliação entre trabalho e estudo e o próprio distanciamento social podem ser compreendidas como via de intensificação de problemas e sofrimento (MORALES,LOPEZ,2020).

O resultado dessas questões relacionadas a isolamento e outros fatores trazidos pela COVID-19 impactaram diretamente a vida dos estudantes, sua aprendizagem e permanência na universidade.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta sessão estão apresentados os resultados do estudo, considerando os objetivos, a literatura pertinente, a relevância dos dados e o conhecimento construído ao longo deste período.

VARIÁVEIS	N	(%)
1. Semestre		
10°	24	19,51
9°	31	25,20
8°	26	21,13
7°	42	34,14
2. Sexo		
Feminino	102	82,92
Masculino	21	17,07
3. Idade		
21 a 25 anos	83	67,48
26 a 30 anos	30	24,39
31 a 35 anos	06	4,88
36 a 40 anos	03	2,44
Acima de 40 anos	01	0,81
4. Município		
Sobral	51	41,46
Ipu	08	6,50

Santa Quitéria	05	4,06
Tianguá	05	4,06
Morrinhos	05	4,06
Demais Localidades	49	39,84
5. Cor da pele		
Parda	71	57,72
Branca	42	34,14
Amarela	03	2,43
Preta	07	5,69
6. Religião		
Católica	78	63,41
Evangélica	22	17,88
Outra	23	18,69
7. Estado Civil		
Solteiro (a)	89	72,35
Casado (a)	18	14,63
Separado/Divorciado (a)	15	12,19
Outro	01	0,81
8. Tem filhos		
Não	105	85,36
Sim	18	14,63
9. Renda		
Menos de 1 salário mínimo	12	9,75
1 salário mínimo	38	30,89
1 a 3 salários mínimos	62	50,40
4 a 6 salários mínimos	11	8,94
10. Moradia		
Casa alugada	24	19,51
Casa própria (pais)	78	63,41
Casa própria (Cônjuge)	14	11,38
Casa cedida	4	1,62
Casa própria (sozinho)	3	2,43
Casa financiad	2	1,62
11. Nº moradores		
Mora sozinho	05	4,07

2 a 4 pessoas	90	73,17
5 a 7 pessoas	26	21,14
8 pessoas	02	1,63

TABELA 01- Caracterização sociodemográfica dos estudantes de psicologi

Fonte: Elaborado pela autora.

O estudo contou com a participação de 123 universitários do curso de Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior privada no interior do Ceará, sendo 19,51% do 10° semestre (n= 24), 25,20% do 9º semestre (n= 31), 21,13% do 8º semestre (n= 26) e 34,14% do 7º semestre (n= 42). Destes, 82,92% do sexo feminino (n= 102) e 17,07% do sexo masculino (n= 21).

A psicologia é identificada como uma profissão feminina, na qual o número de mulheres supera consideravelmente o de homens, nesse sentido esse dado demonstra fidelidade a uma pesquisa de âmbito nacional publicada no livro "O trabalho do psicólogo no Brasil", cuja proporção do gênero feminino na profissão chega a 86,6%, isto é, esses dados corroboram com a presença feminina no curso de Psicologia (MUNIZ, AMORIM, ALVES, 2020).

Quanto à faixa etária, os estudantes apresentam as seguintes proporções: 67,48% têm entre 21 e 25 anos e 0,81% têm 48 anos. Quando se avaliou os municípios têm-se que: 41,46% são de Sobral, 6,50% de Ipu, 4,06% de Santa Quitéria, 4,06% de Tianguá, 4,06% de Morrinhos, e na categoria "outras" tem-se um percentual de 39,84% distribuídos nas seguintes cidades Coreaú, Itapajé, Guaraciaba, Hidrolândia, Cruz, São Benedito,Forquilha, Fortaleza, Marco, Meruoca, Ubajara, Groaíras, Santana do Acaraú, Granja, Camocim, Uruoca, Nova Russas, Bela Cruz, Massapê, Varjota, Itarema, Amontada, Ibiapina, Itapipoca, Irauçuba, Acaraú e Cariré, todas no Estado do Ceará e Teresina, no Piauí.

Por sua vez, quanto à religião a que mais predominou foi a católica com 63,41%, enquanto a evangélica tem se 17,88% e na categoria outros que não quiseram identifica tem-se 18,69%. No que se refere à situação do estado civil, 72,35% dos estudantes não apresentaram relacionamento, identificando-se como solteiros, enquanto 12,19% identificaram-se como separados/divorciados

E, quando perguntado sobre a questão de ter filhos 85,36 % responderam que não, e 14,63% que sim. Afirma Tauil (2019) que a vivência de ser mãe é atravessada por impacto psicológico, mental e físico, na qual existem fatores que influenciam tais como o cotidiano, estilo de vida, e cobrança e isso pode gerar efeitos psicossociais.

Acresce que, quanto aos aspectos de renda familiar 50,40% apresenta um a três salários-mínimos, 30,89% diziam ter um salário-mínimo, 9,75 % menos de um salário

mínimo e apenas 8,94 % dizia ter 4 a 6 salários mínimos. Destes dados faz-se necessário expor que o número de universitários com renda de um salário-mínimo tem crescido nas universidades privadas chegando a ser comparado ao número das universidades públicas.

Em relação à moradia 63,41% dos universitários moram com os pais, esse resultado pode ser explicado pelo fato dos alunos já residirem no município antes de ingressarem na universidade.

VARIÁVEIS	N	(%)
12. Doenças preexistentes		
Não	108	87,80
Sim	15	12,19
13. Qual a doença		
Ansiedade	04	03,25
Preferiu não dizer	01	0,81
Várias	01	0,81
Não tenho	106	86,18
Outras	11	0,891
14. Internação		
Não	118	95,93
Sim	05	4,06
15.Cuidados com alimentação		
Não	45	36,58
Sim	78	63,41
16. Atividade física		
Não	66	53,65
Sim	57	46,34
17.Problema Psicológico		
Não	58	47,15
Sim	65	52,84
18. Qual o problema?		
Ansiedade	43	34,95
Síndrome do pânico	06	4,87
Depressão e ansiedade	11	8,94
Não tenho	58	47,15
Outras	5	2,51

Tabela 02 - Dados clínicos dos estudantes de psicologia

Fonte: Elaborado pela autora

Caracterizando o público em questão quanto às doenças preexistentes têm-se que

87,80% dos universitários indicaram que não têm nenhuma doença e 12,19% que sim. Desta porcentagem quando perguntado qual a doença 3,25% indicaram ansiedade, 0,891% ficou na categoria outras, sendo estas consideradas como autismo na família, bronquite asmática, hipertensão, alergia a proteína do leite de vaca, herpes e nódulo tireóide, alergia respiratória, refluxo, sinusite crônica, rinite crônica, tratamento oncológico, asma, vitiligo. Menos de 1% escolheu não dizer qual a doença e ainda 0,081% destes expôs ter várias, não identificando quais eram. Dos que responderam, 95,93% disseram que não tinha passado por nenhum processo de internamento, enquanto 4,06 % relataram que haviam passado.

Outro aspecto importante relaciona-se aos cuidados com a alimentação, sobre os quais 63,41% manifestaram que tinha esse cuidado e 36,58 % que não.

Quando indagado sobre a prática de atividade física, 53,65% dos estudantes não têm esse hábito, enquanto 46,34% tem essa prática. Aliado a isso, percebe-se que há uma necessidade de expandir a prática de exercidos físicos no âmbito universitário, tendo como base vários estudos indicando que a população universitária está cada vez mais inativa / sedentária embora haja uma vasta quantidade de estudos sobre os benefícios do exercício físico associados à qualidade de vida e saúde (MOURÃO, GAMA, LEVANDOSKI, 2019).

No que se refere à questão de os universitários terem algum problema psicológico 47,15% indicaram que não, 34,95% apresentam ansiedade, 04,87 % síndrome do pânico, 08,94% ansiedade e depressão, 2,51 % na categoria “outros”, sendo estes: sintomas depressivos e ideação suicida, automutilação e surto. Observando esses números quando feito um somativo dos que apresentam algum acometimento psicológico têm-se que 51,27 % destes apresentam alteração emocional.

Não obstante, em relação a presente pesquisa, foram obtidas categorias semelhantes às do estudo de Andrade et al (2016), na qual evidencia-se a conclusão de uma situação bastante complexa em relação ao sofrimento psíquico dos estudantes do curso de Psicologia, sendo enfático a questão de problemas psicológicos.

Logo, com base nos respectivos resultados observou-se que os discentes apresentam comportamentos ansiogênicos. No entanto é pertinente expor que a ansiedade faz parte das emoções sentidas pelos jovens universitários, tendo em vista que este ambiente propícia situações como provas, apresentação de seminários, relacionamentos compulsórios, dentre outras e isso pode funcionar como agentes eliciadores de ansiedade, sendo mais susceptível a situações de mal estar e a desencadear respostas emocionais e comportamentais que trazem adoecimento (ANDRADE, PIRES, 2020).

Níveis de ansiedade dos estudantes de psicologia

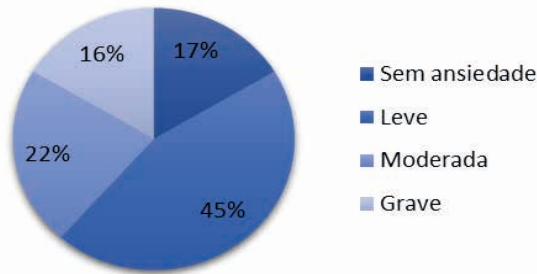



Figura 01 – Gráfico de níveis de Ansiedade

Na presente pesquisa verifica-se mediante à Figura 1 que 22% dos discentes tem ansiedade moderada e 16% ansiedade com nível grave, o que pressupõe a necessidade de manejo de cuidado e atenção a saúde para esse público.

Prefigura-se que esses dados são semelhantes com a pesquisa realizada por Lopes (2019), que analisou 102 acadêmicos de Psicologia e verificou que 27,4% deles apresentavam sintomas graves de ansiedade. O estudo apontou ainda que quanto maiores os níveis de ansiedade, maior interferência no desempenho acadêmico.

Contudo, dados similares também foram encontrados em um estudo realizado por Wang et al (2020) nas quais estes confirmam um aumento significativo de ansiedade, depressão e estresse no público universitários no período pandêmico comparativamente a períodos normais. E ainda confirmam que essas informações vão ao encontro de outras pesquisas internacionais que analisaram o efeito psicológico da COVID-19.

Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que a entrada na universidade é um período de mudanças que, apesar de esperado e planejado propicia contextos exaustivos, que podem influenciar ou desencadear o desenvolvimento da ansiedade nos acadêmicos; isto devido à sucessão de possíveis fatores desencadeantes de estresse, uma vez que o dia a dia corrido oportuniza uma vida sedentária e isso já se percebe como um fator de risco. COSTA et al, 2017).

A prevalência dos transtornos mentais tem aumentado nas últimas décadas e um desses é o transtorno de ansiedade, devido às grandes transformações ocorridas nos contextos econômico, social e cultural. Quando se faz uma análise do espaço acadêmico, observa-se a presença de maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico, tendo em vista as demandas exigidas e a adaptação a essa fase (SILVA, TUCCI, 2018).

Caracterização do instrumento de ansiedade

Figura 02 – Questionário sobre ansiedade (GAD- 7)

Quando avaliada a (figura 2) acima, percebe-se que mais de 60% dos estudantes de psicologia responderam ao questionário de ansiedade sendo preponderantes as seguintes afirmativas: senti-me nervosa/ ansioso/a ou irritado e preocupei-me demais com diferentes assuntos, essas questões foram associadas aos itens vários dias" e "quase todos os dias".

Nesse sentido, tais características podem ser entendidas através do estudo de Gundim (2021), em que o sofrimento psíquico entre universitários apresenta-se na forma de estresse, sentimento de incapacidade frente ao isolamento, incômodo com a situação de constante vigília, preocupação com os cuidados preventivos, medo de perder parentes e amigos, preocupação com a situação econômica do país, sinais de ansiedade e depressão; além de dores de cabeça, irritação, autoisolamento, perda da vontade de realizar atividades, angústia e até distúrbios alimentares.

Um ponto importante a se colocar diz respeito ao fato de o GAD-7 não ter sido utilizado em outros estudos em universitários de Psicologia e isso limita a comparabilidade dos achados; no entanto, como ele foi validado para a população brasileira, é desejável que futuros estudos passem a utilizar esse instrumento com essa população.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo centra-se em analisar os níveis de ansiedade dos estudantes de Psicologia em uma instituição de ensino superior privada no interior do Ceará, Centro Universitário INTA - UNINTA. Diante desses aspectos, o resultado obtido evidencia efeitos deletérios na saúde mental dos estudantes de Psicologia e aliado ao cenário da pandemia percebe-se reações psicológicas subjacentes a um período de vida tão atípico e desafiante

Dado o exposto, foi possível sobretudo evidenciar que os dados demonstram

que a população universitária estudada experimenta sintomas ansiosos clinicamente significativos, podendo apresentar algum tipo de transtorno ansioso, dessa forma faz-se necessário apoio psicossocial a esse público.

Não obstante, apesar da grande relevância dos achados do presente estudo, algumas limitações merecem ser levantadas. Inicialmente, é válido ressaltar que o estudo foi realizado em apenas uma instituição de ensino privado. Além disso, os dados foram coletados somente no curso de Psicologia, nesse sentido dá-se importância para ampliar pesquisas nesse contexto e com esse público tendo em vista a escassez dos achados científicos

E ainda fazendo uma ressalva ao parágrafo anterior, cabe mencionar que há falta de estudos quando o assunto é transtornos mentais no curso de psicologia e em uma instituição privada, sendo observado que a maioria dos achados científicos são com o público da área da saúde e em instituições públicas.

Levando-se em consideração esses aspectos e as considerações, sugerem-se políticas públicas para a melhoria na qualidade de vida e saúde. Além disso, propor projetos sociais que possam promover saúde mental e apoio aos estudantes universitários. Bem como, a busca por acompanhamento psicológico deve ser uma prática estimulada entre os estudantes, para que se possa ter uma cultura do cuidado com a saúde mental.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, . 25, supl. 1, 2020 p. 2423-2446.

ANDRADE, Antonio dos Santos et al. Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2016, . 36, n. 4 [Acessado 16 Junho 2021] , pp. 831-846.

ANDRADE Azarias; PIRES Emmy. Avaliação dos níveis de ansiedade dos estudantes da UFRRJ. Trab. En(Cena), Palmas-TO, Brasil, 2020, v5n1.

AMITRANO Claúdio; MAGALHÃES Luís Carlos; SILVA Mauro Santos. Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia COVID-19:panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha, IPEA, Brasília, p.08 maio de 2020.

BORDALO,A.A. Estudo transversal e/ou longitudinal. Rev. Para. Med., Belém , v. 20, n. 4, p. 5, dez. 2006 . Disponível em . Acessos em: 10 fev. 2021.

COSTA et al. Ansiedade em universitários na área da saúde. II CONBRACIS, 2017. CRP. A Psicologia e sua interface com o atendimento integral a saúde mental. IBEAC São Paulo, 2010 Disponível em:

FARO, A. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. Estudos de Psicologia. Campinas, 2020.

GUNDIM, Vivian Andrade et al. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de covid-19. Revista Baiana de Enfermagem, v. 35, 2021.

HO, Yeh-Li; MIETHKE-MORAIS, Anna. COVID-19: o que aprendemos?. Jornal Brasileiro de Pneumologia, v. 46, n. 3, 2020.

LOPES, J. M.; Oliveira, E. B.; Silva, R. E.; Nóbrega, N. K. B. & Fermoseli, A. F. O. Ansiedade versus desempenho acadêmico: uma análise entre estudantes universitários. Ciências Biológicas e de Saúde, 2019.

MAIA, B. R.; DIAS,P.C Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. Estudos de Psicologia Campinas,2020.

MASCARENHAS,M.D.M et al Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue:o que os dados revelam?, Cad. Saúde Pública 2020.

MORALES,Victor; LOPEZ, Yanelixa. Revista Angolana de Extensão Universitária, v. 2, n.3, Julho, p. 53-67, 2020.

MOURÃO, Alexsandra; GAMA, Daniel; LEVANDOSKI Gustavo. Análise de fatores motivacionais em estudantes universitários que aderem a um programa de exercício físico. Revista Conexão UEPG, vol. 15, núm. 3, pp. 346-351, 2019.

MUSSI, Ricardo et al.Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades.Revista Sustinere, Rio de Janeiro, v.7n.02, p. 414- 430,jul-dez,2019.

MUNIZ, Aline Benício; AMORIM, Lorraynne Moura de; ALVES, Shyrlleen Christieny Assunção. Perfil do Psicólogo Residente e Atuante em João Monlevade (MG): Perfil do Psicólogo Monlevadense. Psicologia: Ciência e Profissão,   . 40, 2020.

RIBEIRO, C.J.N, et al Intervenções de restrição de mobilidade social durante a pandemia da COVID-19 e suas repercussões psicossociais no Brasil. Enferm. Foco 2020; 11 Especial: p. 179-181.

SPITZER, Robert, L. et al. A brief measure for assessing generalized anxiety disorder: the GAD-7. Archives of internal medicine, v. 166, n. 10, p. 1092-1097, 2006.

SILVA, E. C.; TUCCI, A. M. Correlação entre Ansiedade e Consumo de Álcool em Estudantes Universitários. Revista Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, 2018.

NATIVIDADE, Marcio dos Santos et al . Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 25, n. 9, p., Setembro. 2020 .

NASCIMENTO, L. A.; LEÃO, A. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar. 2019, p.103- 121.

TAUIL, Tatiana. Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2019.

TEIXEIRA, Lucas; LOPES, Humberto. Aplicação do modelo canvas para o modelo de negócios do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Revista Gestão & Tecnologia , v. 16, n.2, p. 73-99, mai./ago. 2016.

TORRES, A.C.M; COSTA, A.C.N; ALVES, L.R.G. Educação e Saúde: reflexões sobre o contexto universitário em tempos de COVID-19. Universidade Federal da Bahia, 2020, p. 01-11.

ORNELL et al. Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. Revista debates inpsychiatry, 2020.

OLIVEIRA,W. K, et al . Como o Brasil pode deter a COVID-19. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 29, n. 2, 2020 p. 01-08.

WANG, Cuiyan et al. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. International journal of environmental research and public health, v. 17, n. 5, p. 1729, 2020.

CAPÍTULO 25

AVALIAÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA): *FEEDBACK* COMO PROCESSO ESTIMULATIVO DA APRENDIZAGEM

Data de aceite: 01/01/2023

Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UECE); Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE), membro do grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ: Práticas Educativas, memórias e Oralidades, membro do GT (ANPUH): Os índios na história do Piauí - Email: marciacfmendes@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6377103436374712
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Luciane Azevedo Chaves
Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Mestra em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Especialista em História do Brasil pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/5466741374447288
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Juliana Magalhaes Linhares
Licenciada em História Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Gestão e Docência de Educação à Distância; Pesquisadora da área de História Social do Trabalho e da Escravidão no Brasil. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1341793282507886
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Anaísa Alves de Moura
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Especialista em Gestão Escolar pelas Faculdades INTA. Mestre em Ciências da Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ULHT - Lisboa - Portugal e reconhecido pela UFMG.- Universidade Federal de Minas Gerais e Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Humanidades e Tecnologias - ULHT - Lisboa/ Portugal. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Autobiográficas - GEPAS cadastrado no CNPq e membro do corpo editorial científico da Editora Ibero-Americana e Estudos em Educação. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.

br/5733205457701234.
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Maria da Paz Arruda Aragão
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Gestão Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestranda em Educação pela Lusófona. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2291755554565010
Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: A avaliação tem se tornado uma aliada para o ensino dos alunos quando se considera esse instrumento como um acompanhamento de aprendizagem. Os instrumentos avaliativos quando são entendidos de fato e a sua importância para a aprendizagem contínua do aluno mudam a ideia que se tinha como um instrumento punitivo e vai desmistificando ao longo do tempo. O objetivo do estudo é refletir como vem sendo construídas as avaliações nos ambientes virtuais de aprendizagem da modalidade a distância como instrumento formativo dos discentes. Como abordagem metodológica utilizamos a qualitativa com o procedimento de levantamento bibliográfico. Para o referencial teórico utilizamos os autores principais, Luckesi (2005), Sant'Anna (2010), Perrenoud (1999), Santos (2020), Libâneo (1991) e Amaral (2009). Concluímos que percebemos como a avaliação tem contribuído para o processo formativo que está inserido na modalidade de Educação à Distância e o *feedback* com recurso estimulativo do processo de ensino e aprendizagem.
PALAVRAS-CHAVE: Avaliação educacional. Ambiente virtual de aprendizagem. Educação à distância

ASSESSMENT IN THE VIRTUAL LEARNING ENVIRONMENT (VLE): *FEEDBACK* AS A STIMULATIVE LEARNING PROCESS

ABSTRACT: Assessment has become an ally for teaching students when this instrument is considered as a learning accompaniment. When evaluative instruments are understood in fact and their importance for the student's continuous learning, the idea that they had as a punitive instrument is demystified over time. The objective of the study is to reflect on how assessments have been constructed in virtual learning environments in the distance modality as a training tool for students. As a methodological approach, we used the qualitative approach with the bibliographic survey procedure. For the theoretical framework we used the main authors, Luckesi (2005), Sant'Annaa (2010), Perrenoud (1999), Santos (2020), Libâneo (1991), Amaral (2009). We conclude that we perceive how the evaluation has contributed to the formative process that are inserted in the Distance Education modality and the feedback with a stimulating resource of the teaching and learning process.
KEYWORDS: Educational evaluation. Virtual learning environment. Distance education

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação tem se tornado uma aliada para o ensino dos alunos quando se considera esse instrumento como um acompanhamento da aprendizagem e não o contrário. Os instrumentos avaliativos quando são entendidos de fato a sua importância para a aprendizagem contínua do aluno mudam a ideia que se tinha como um instrumento punitivo e vai se desmistificando

Nesse sentido, tomamos como objetivo refletir como vem sendo construídas as avaliações nos ambientes virtuais de aprendizagem da modalidade à distância como instrumento formativo dos discentes. Para os objetivos específicos, delineamos: compreender o que se entende de avaliação no século XXI e investigar como os professores da EAD estão compreendendo a avaliação como um processo formativo. Segundo Perrenoud (1999), toda prática de avaliação contínua que pretenda melhorar as aprendizagens em curso, contribui para o acompanhamento e orientação dos alunos durante todo o seu processo de formação. Conforme Sant'Anna (2010), a avaliação é entendida no cenário atual como um processo pelo qual se procura identifica , aferir, investigar e analisar as modificaçõe do comportamento e rendimento do aluno, do educador e do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja esta teórica (mental) ou prática.

Assim, o interesse pela pesquisa surgiu das nossas práticas como docente da educação à distância, por elaborar materiais didáticos para a EAD e, desse modo, perceber como os instrumentos de avaliação são pensados quando são inseridos no Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) como processo formativo do aluno. Importante destacar que a avaliação é relacionada a todo o processo educativo. Ao pesquisar sobre a avaliação no ensino à distância, nos veio o questionamento principal: como os professores estão compreendendo a importância das avaliações no AVA no processo formativo e diagnóstico do aluno e como estão relacionando aos conteúdos obrigatórios a serem aprendidos pelos discentes? Dessa forma, pensando no questionamento que também contribuiu para construir o referencial teórico do estudo e as reflexões em torno das avaliações no ambiente virtual de aprendizagem

A relevância social da pesquisa é contribuir para a formação do aluno, como um processo de construção do indivíduo e de crescimento como uma transformação social. A educação é importante para o mundo, sendo ela uma ferramenta para o crescimento do país, e a avalição é aliada para se ter informações quanto aos níveis de aprendizagem dos alunos. Mais do que avaliar para ter dados estatísticos ela é um instrumento de acompanhamento da aprendizagem significativa

2 | METODOLOGIA

Como abordagem metodológica utilizamos a qualitativa, por compreender que para a percepção da importância da avaliação é necessário entender os aspectos subjetivos das percepções dos professores, coordenadores e tutores quanto à utilização dos instrumentos avaliações nos ambientes virtuais de aprendizagem. Os professores, ao longo do tempo,

viram a avaliação como um instrumento que o professor tinha para punir o aluno. Nesse sentido, como os professores que tiveram na sua trajetória educacional o medo de ser avaliado agora estão avaliando os alunos.

Como procedimento realizamos um levantamento bibliográfico que compôs o referencial teórico. Para configurar a relevância da pesquisa, ao identificar quantas produções já foram realizadas referentes ao tema, utilizamos o banco de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientifi Eletronic Library Online (Scielo) e o Google Acadêmico, com o descritor nos assuntos: "Avaliação *and* ambiente virtual de aprendizagem". Ao realizar essa busca nos informamos sobre como vem se desenvolvendo as pesquisas sobre a avaliação na educação à distância e se tem aspectos inéditos no estudo.

3 I AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação nas escolas, de modo geral, ainda é considerada como algo complexo, por mais que esta deva ser um instrumento de crescimento para o aluno, quando se é utilizada de forma correta. Em alguns casos a avaliação se torna frustrante, e ao mesmo tempo paralisante, no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Nas salas de aulas ocorre com frequência a utilização da avaliação como um instrumento punitivo para controlar a indisciplina. Segundo Luckesi (2005), as condutas dos alunos consideradas como erros têm dado margem, na prática escolar, tanto no passado como no presente, às mais variadas formas de castigo por parte do professor, indo desde as mais visíveis até as mais sutis. À medida que se avançou no tempo, os castigos escolares foram perdendo o seu caráter de agressão física, tornando-se mais tênues, mas não desprovidos de violência.

O professor que não consegue envolver os alunos em suas aulas tornando-as motivadoras, de alguma maneira tentará manter as rédeas de sua sala de aula e para isso toma a avaliação como seu aliado nessa tentativa. O erro é pensar que essa forma de controle em sala de aula contribuirá para amadurecimento do aluno, ao contrário, aumentará a rejeição aos processos avaliativos.

> A avaliação consistirá em estabelecer uma comparação do que foi alcançado com o que pretende atingir. Estamos avaliando quando estivermos examinando o que queremos, o que estamos construindo e o que conseguimos, analisando sua validade e eficiência (máxima produção com o mínimo de esforço). (SANTA'ANNA, 2010, p. 23-24).

Então, o seu objetivo deverá promover o desenvolvimento e aprendizagem do aluno como também o da educação. Para promover todos esses aspectos é de suma importância compreender quais os tipos de avaliações existem e como são utilizados esses instrumentos.

Com a avaliativa diagnóstica é possível que o professor crie estratégias motivadoras de aprendizagem para o aluno, variando os recursos metodológicos com o uso de espaços diferenciados para compreensão da realidade, ambientes como multimeios, laboratórios, oficinas, dentre outros

3.1 Conceito de avaliação diagnóstica

Na avaliação, segundo Silva e Freire (2020), o desenvolvimento o aluno acontece de forma rápida, principalmente após as novas tecnologias. A cada instante o aluno realiza novas conquistas e descobertas, ultrapassando nossas expectativas, ocasionando fascinação ao observarmos seu modo de agir, em suas brincadeiras e em suas expressões. As ações educativas nas instituições possibilitam que a cada dia se torne mais importante essa atitude de observar, analisar e refletir quanto à continuidade do caminho pedagógico adotado.

> [...] a avaliação Diagnóstica e o ato de avaliar, para se completarem, necessitam de uma tomada de decisão. A decisão do que fazer se impõe no ato de avaliar. A avaliação não se encerra com a qualificação do estado em que se encontram os alunos ou professores, ela obriga a decisão, que não é neutra, e a avaliação se completa com caminhos mais adequados e satisfatórios para uma ação. (SILVA e FREIRE, 2020, p. 75).

Esse tipo de avaliação contribui para que sejam tomadas decisões antes do processo final, quando o professor encerra um ano letivo e auxilia na escolha de métodos didáticos pertinentes para cada realidade da sala de aula.

3.2 Avaliação somativa

A avaliação somativa, diferente da diagnóstica, como já diz o termo, soma no final o rendimento do aluno. Podemos destacar as avaliações externas, como o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional dos Desempenho dos Estudantes (ENADE), Sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB) e Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Ela dá informações sobre a situação do aluno a respeito das competências e habilidades adquiridas no final de uma etapa de ensino. O conceito de avaliação somativa é exatamente "classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados". (SANTA'ANNA, 2010, p. 34).

A avaliação somativa vem se distinguir da formativa, visto que ambas, em seus objetivos, são distintas. Existem duas funções da avaliação: avaliar para ajudar a aprender e avaliar para sintetizar a aprendizagem. Para avaliação somativa, considera-se a segunda, avaliar e sintetizar a aprendizagem. Segundo Santos (2016), num propósito formativo o objetivo é fornecer evidência fundamentada e sustentada de forma a agir para apoiar o aluno na sua aprendizagem. Dirige-se aos atores diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, professor e alunos, seja contribuindo para regular o ensino, seja para apoiar a aprendizagem. Tem, assim, uma dimensão pedagógica. Num propósito somativo, o objetivo é o de descrever e dar conta do que o aluno aprendeu e é capaz de fazer num certo momento.

3.3 Avaliação formativa

A avaliação formativa tem em suas características buscar melhorar o rendimento do aluno e fazer com que aquele aprendizado tenha sentido para sua vida. A observação faz parte do processo de compreender em qual nível de aprendizagem o aluno se encontra.

Dessa maneira, a avaliação não se dá apenas no momento da prova, mas sim no decorrer da vida do indivíduo. Como afirma Libâneo (1991), a avaliação é uma tarefa didática essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de fatores, ela não pode ser resumida à simples realização de provas e atribuição e notas. Desde o momento em que o aluno se insere na escola, as interações mantidas entre os alunos são elementos avaliativos formativos. Ainda segundo Perrenoud (1999), toda prática de avaliação contínua que pretenda melhorar as aprendizagens em curso contribui para o acompanhamento e a orientação dos alunos durante todo o seu processo de formação. É formativa toda a avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo. A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar ao professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. (SANTA'ANNA, 2010, p. 35).

Nos cursos de educação à distância existe a busca pela avaliação formativa, que contribua na orientação e acompanhamento do aluno para que este se desenvolva, sendo mediado por um professor e tutor. Segundo Otsuka e Rocha (2002, p. 146), "no contexto da Educação à Distância (EAD) este novo paradigma de avaliação tem relevância ainda maior por possibilitar a percepção do comportamento do aluno e favorecer a identificaçã de problemas". Ainda, considera a relevância desse tipo de avaliação, mas que requer muito mais tempo no processo. Como afirma Otsuka e Rocha (2002, p. 146), "esse tipo de avaliação demanda muito trabalho e tempo do professor no acompanhamento, análise e orientação das atividades desenvolvidas ao longo do curso, o que consiste num dos principais problemas da avaliação formativa, seja ela presencial ou à distância". Considerando que na Educação à Distância requer uma avaliação mais rápida e pontual, a avaliação formativa necessitará mais tempo para realizar uma avaliação contínua.

4 | AVALIAÇÃO EM EAD

4.1 É possível avaliar a aprendizagem na modalidade de educação à distância?

O ensino à distância tem ganhado o mundo e mais ainda por atender uma camada da população brasileira que se submete a uma jornada cansativa de trabalho. A comodidade de estudar em casa contribui para que essas pessoas não desistam de sua formação educacional. De acordo com Santos (2010), o advento da internet permitiu que o processo de ensino/aprendizagem não ficasse limitado apenas à sala de aula no contexto da relação aluno/professor tradicional, mas ultrapassasse esses limites físicos dando oportunidade a que o discente construa o conhecimento no seu ambiente doméstico, de trabalho ou onde mais desejar.

Na educação à distância também existe a busca por métodos de avaliação online que auxilie no desenvolvimento formativo do aluno. Os recursos apresentados no ambiente de aprendizagem têm proporcionado não o afastamento, mas a proximidade da relação professor e aluno e a continuidade da aprendizagem.

4.2 As ferramentas de aprendizagem e avaliação

As principais ferramentas que o ambiente virtual apresenta são os fóruns de discussão, tarefas, quis, wiki, questionário, chat, glossário, arquivo digital, material pedagógico digital, dentre outros. Esses recursos contribuem para a criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), pois entende que este também tem sua funcionalidade e objetivos próprios como no ambiente de aprendizagem presencial. O que normalmente o professor metodologicamente utilizaria na sala de aula presencial é possível adaptar para o AVA proporcionando ainda mais a autonomia do aluno. A avaliação do professor acontece na utilização dessas ferramentas de aprendizagem. A forma de interação, os acessos e as realizações das atividades são compreendidas e avaliadas para nota do aluno, o que corresponde numa avaliação formativa.

5 I A IMPORTÂNCIA DOS FEEDBACKS NAS AVALIAÇÕES

As avaliações no processo educativo são de suma importância, pois contribuem para que o professor consiga ter um diagnóstico da aprendizagem do aluno. Nesse sentido, a resposta que o aluno dá ao professor é uma percepção daquilo que ele aprendeu ou aprenderá em sala de aula ou em outros ambientes de aprendizagem.

No processo de aprendizagem da educação à distância, é incluído o *feedback*, um termo utilizado para designar uma ação do aluno ao expressar sua motivação no momento de aprendizagem ou algo que venha incomodar que esteja impedindo uma boa interação e percepção dos conteúdos aprendidos. Segundo Flores (2009), todos os que emitem uma mensagem sentem necessidade de *feedback*, seja acerca dos aspectos positivos ou da necessidade de melhorias. Nos modelos de educação à distância (EAD) que utilizam a internet como tecnologia principal ou de apoio, o professor que está no ambiente virtual de aprendizagem diretamente em contato com os alunos, pode utilizar o *feedback* para responder dúvidas, avaliar e desenvolver outras atividades inerentes à docência.

De acordo com Flores (2009), o *feedback* é uma forma de comunicação entre as pessoas envolvidas nesse processo educacional, sendo um elemento essencial e transformador. Sendo assim a “realidade ou situação onde ela se realiza e sobre a qual tem um efeito transformador; os interlocutores que dela participam; os conteúdos ou mensagens que elas compartilham; os signos que elas utilizam para representá-los; os meios que empregam para transmiti-lo”.

O *feedback* começou a ser utilizado na década de 1940 pelo matemático estadunidense Norbert Wiener para informar sobre os processos eletrônicos numa linguagem militar e, desde então, se tornou um mecanismo de grande importância nos espaços de trabalho, bem como para o aprimoramento da formação acadêmica, pois o retorno dado ao aluno pode resultar positivamente em seu aprendizado (ARCHER; CRISPIM; CRUZ,2016). Segundo Padilha (2019), o conceito de *feedback* é uma palavra inglesa que significa realimentar ou dar resposta a um determinado pedido ou acontecimento.

Reiterando, o *feedback* se constitui num retorno dado pelo professor ao aluno no

intuito de estabelecer não apenas uma comunicação, mas de contribuir para o melhoramento do desempenho do acadêmico durante o seu processo de estudo e isso implica, também, na qualidade da sua formação profissional. Em alguns contextos pode ser apresentado um retorno que pode conter uma mensagem positiva, sendo denominado de *feedback* positivo ou uma mensagem de teor negativo, neste caso, considerado como *feedback* negativo. (PADILHA, 2019).

Na educação à distância o *feedback* deve ser frequente, informando ao estudante sobre seu desempenho. Esse retorno se configura em algo indispensável no processo de avaliação à distância e quando é utilizado de forma inadequada comprometerá o desempenho do aluno, que obterá um desempenho limitado, afetando sua atuação enquanto profissional. Desse modo, o *feedback* é importante porque contribui para identificar ao estudante como está seu desempenho num curso ou disciplina.

O bom desempenho do aluno estará relacionado ao tipo de informação e o momento em que o *feedback* lhe será apresentado. O retorno pode ser imediato, por exemplo, assim que o estudante tenha realizado uma avaliação o que chamamos de *feedback* imediato. Não necessariamente o retorno precisa ser imediato, sendo enviado ou após alguns dias ou semanas. Nas páginas seguintes veremos alguns tipos de *feedback*.

5.1 Tipos de *feedback*

Existem tipos de *feedback*, geralmente aplicados em empresas, alguns de característica ofensiva, denominado de *feedback* ofensivo. É importante salientar que esse tipo de retorno não é considerado o caminho viável a ser aplicado, principalmente num espaço voltado à formação profissional do estudante. Outra questão importante a ser lembrada é não utilizar o *feedback* para desabafar, ou transformar o texto em algo que não seja relevante, neste caso denominado de *feedback* insignificante, pois seu propósito é estimular ou orientar, ou alertar o aluno na realização de suas atividades acadêmicas.

O *feedback* precisa ser formativo, sendo apresentado ao aluno "como a comunicação de informações ao estudante pelo professor com o objetivo de modificar seu comportamento" [...] (ARCHER; CRISPIM; CRUZ,2016). Um tipo de *feedback* utilizado com frequência na comunicação entre professor e aluno é o *feedback* diretivo: quando há apenas uma informação para o aluno sobre um erro a ser corrigido. Existe também o *feedback* facilitador onde o retorno é dado através de uma mensagem informando o erro do estudante. Esse tipo de *feedback* é caracterizado pelo fato de conter comentários e sugestões com orientações sobre o que precisará ser revisto pelo aluno, isso no intuito de obter melhorias na atividade desenvolvida pelo acadêmico.

É importante que o estudante compreenda as observações do *feedback*. Para isso ocorrer ele deve ser claro, objetivo e de caráter incentivador para que assim possam ser feitas as correções solicitadas. Outro fator importante a ser ponderado é a disponibilidade do estudante em realizar as correções. Caso contrário, o *feedback* não terá um resultado satisfatório.

Vale ressaltar que na educação à distância o *feedback* se faz necessário, pois se trata de um recurso que possibilita a interação entre tutor/professor e estudante. No processo de

avaliação à distância não é suficiente apenas o registro de uma avaliação. Desse modo, o *feedback* se torna indispensável para uma finalização satisfatória do processo avaliativo, pois enquanto futuro profissional o aluno precisa saber onde poderá melhorar, sendo assim, o “feedback é um meio de aperfeiçoamento do desempenho” (ARCHER; CRISPIM; CRUZ,2016).

Conforme Bianca Consoni, o *feedback* jamais poderá ser expresso como uma opinião. Expressões como “não gostei”e “não é assim” caso sejam utilizadas deverão ser esclarecidas. O professor ou tutor precisa informar ao acadêmico os motivos dessas negativas. Por exemplo: “não gostei disso porque...” ou “não é assim, pois..” e assim sucessivamente. O emissor da mensagem deve esclarecer ao receptor onde ele errou e orientá-lo qual é a melhor forma a ser realizada. Dessa forma, é importante que a mensagem promova uma comunicação esclarecedora como construtiva para o estudante. (CONSONI, 2010).

Diante do fato do *feedback* precisar de objetividade e clareza o tutor precisa sempre estar atento a sua escrita. Textos longos e rebuscados não são aconselháveis, o ideal é que o aluno possa receber uma mensagem com frases curtas e de fácil compreensão. (ARCHER; CRISPIM; CRUZ, 2016).

A presença do *feedback* deve ser constante, pois o desempenho positivo do ensino EAD está interligado à dinâmica dos retornos entre professor e aluno. Sendo assim, cabe ao emissor o papel de transmitir mensagens de orientação. Para isso, deve-se enviar ao acadêmico um *feedback* orientador, pois não basta apenas um texto claro e objetivo.

5.2 A importância da motivação no processo de ensino e aprendizagem

É importante entendermos que a motivação no processo de ensino e aprendizagem está relacionada ao ato de estimular, portanto, durante toda a sua vida estudantil o aluno precisa ser estimulado a estudar e como isso acontece na formação de curso de nível superior no EAD? De que forma podemos motivar nossos alunos a focarem em sua formação durante todo o período que estiverem realizando seu curso de formação profissional

Um dos instrumentos motivadores é o material didático produzido para os cursos em EAD. A consistência e a clareza dos conteúdos devem proporcionar aos acadêmicos a possibilidade de mediarem seu conhecimento de modo que possam despertar o interesse em aprofundá-lo.

A motivação pode proporcionar a persistência, contribuindo para o esforço do estudante no interesse para o estudo, bem como para a interação nas aulas. Diante disso, podemos entendê-la como um fator importante no processo de ensino e aprendizagem. Então, devemos compreender que não é possível haver aprendizagem sem motivação, porque entendemos que o estudante está motivado quando sente a falta levando-o a caminhar para o desejo pelo aprendizado.

Diante disso, o ensino à distância se torna mais desafiado , pois é necessário a elaboração de conteúdo e aula “[...] mais atrativa e dinâmica possível, pois o material didático constitui-se na principal ferramenta para que o interesse dos alunos se mantenha

constante durante todo o processo de aprendizagem" (PADILHA; SELVERO, 2017). Porém, a motivação também parte do próprio indivíduo, porque ao se propor realizar um curso à distância, é preciso estar ciente de que deverá organizar o seu tempo para os estudos virtuais e, assim, adequar sua rotina ao novo estilo de vida. Para isso será necessária muita disciplina e concentração (OLIVEIRA; SOUZA; RICARTE, 2015).

5.3 Dicas de como apresentar *feedbacks* aos alunos

É importante fornecer um *feedback* educativo. Isso implica dar aos alunaos uma devolutiva a respeito de como está o seu desempenho nas atividades. Se as estão realizando corretamente ou se há algum ponto a ser melhorado. Porém, o eixo central deve enfatizar no que está correto. A aprendizagem do aluno se torna positiva quando lhe é apresentada uma explicação juntamente com um exemplo, indicando seus pontos positivos e onde houve falhas. Então, deve-se vir primeiro apreciar seguido de uma correção.

Informações retornadas em tempo hábil. É importante um retorno imediato, pois o aluno terá uma imagem positiva e guardará em suas lembranças uma experiência confiant sobre a atividade realizada. Isso contribui para acionar o gatilho da motivação. O Retorno demorado soa negativamente e pode promover desmotivação ao discente.

Sensibilidade diante das necessidades de cada discente. É fundamental que cada acadêmico seja percebido individualmente. Os discentes necessitam ser provocados para chegarem num nível acima do que estão acostumados. É preciso cautela para não desestimular e assim prejudicar aprendizagem, tomando cuidado para não afetar a autoestima.

As quatro perguntas importantes. É natural os alunos sentirem a necessidade de saber como estão diante das atividades realizadas. Por isso, num *feedback* deve ser levado em consideração quatro questões: O que o aluno pode fazer? O que não pode fazer? Como é seu trabalho, em relação aos outros da turma? Como ele pode melhorar? A realização de acompanhamentos é fundamental, pois possibilita que os acadêmicos entendam sua evolução.

Seja sincero nos elogios. Os alunos reconhecem imediatamente quando um elogio é sincero. Algumas palavras quando repetidas constantemente acabam perdendo o sentido. Como dizer sempre "bom trabalho". Uma sugestão para um *feedback* não se tornar repetitivo é que seja colocado outras orações no texto que expressem o sentido de elogio, mas que não pareça ser algo mecânico.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação sempre esteve presente na humanidade, mesmo que de forma intencional e não direcionado como nas avaliações institucionais. Cada um avalia a si mesmo e aos outros. Dessa maneira, quando se fala da avaliação na educação, por muito tempo ela foi considerada e utilizada como um instrumento punitivo e, ainda hoje, esse medo se prolonga ao longo do tempo causando temor aos discentes.

O próprio sistema de avaliação brasileiro é composto por avaliações classificatória

e somativas, muito mais do que formativas. São classificados os melhores alunos, as melhores escolas. As avaliações externas contribuem para formar o pensamento de qualidade baseados em indicadores de aprovação e de melhor rendimento nas provas.

O que percebemos ao realizar o estudo é que as avaliações que são realizadas no ambiente virtual de aprendizagem devem ser estimativas propiciadas pelos recursos tecnológicos, sendo o *feedback* um meio de estimular o processo de aprendizagem. A forma que se realiza o *feedback* também influencia na permanência do aluno na EAD e dar continuidade a trajetória formativa.

O processo de estimular o aluno independe da modalidade. Esse caminho ou meio permanece tanto no ensino presencial quanto à distância. Segundo Libaneo (1991), o professor deve levar o aluno a querer aprender e esse querer estender ao ensino à distância, deve ser movido dentro do ambiente virtual de aprendizagem. Os espaços de aprendizagem dos alunos precisam ser provocativos, ricos de informações e de conhecimentos. Por isso que colocamos como componente avaliativo o retorno da aprendizagem que o aluno deve ter, através dos *feedbacks*.

O papel importante do professor como mediador da aprendizagem também acontece nos *feedbacks*. O professor nunca será substituído por máquinas. A avaliação só é qualitativa quando os aspectos humanos são imbricados nos momentos da avaliação. O que nos possibilitou, partindo dos nossos olhares como professores da EAD, perceber a importância da avaliação nos processos educativos do ensino à distância.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marco Antonio. ASSIS, Kleine Karol. BARROS, Gilian Cristina. Avaliação na Ead: contextualizando uma experiência do uso de instrumentos com vistas à aprendizagem. IX Congresso Nacional de Educação. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009.Disponível em: file:///C:/Users/marci/Downloads/A%20 valiação%20no%20EaD.pdf. Acesso em: 29 abr 2020.

ARCHER. Aline B; CRISPIM Ana C; CRUZ, Roberto M. A Importância da Motivação No Ensino a Distância (EaD). **Avances en Psicología Latinoamericana.** Bogotá. v. 34, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: http://ead.fanese.edu.br/site/wp-content/uploads/2017/01/A-IMPORTANCIA-DA MOTIVA%C3%87%C3%83O-NO-ENSINO-A-DISTANCIA.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

CONSONI, Bianca. **A Importância do Feedback. Monografia**. (Graduação em Administração) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2010.

FLORES, Angelita Marçal. O Feedback Como Recurso gara A Motivação E Avaliação Da Aprendizagem Na Educação A Distância. Congresso da ABED. Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). 2009. Disponível em: http://www2.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/1552009182855.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

HAYDT, Regina Cazaux**. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo: ática, 2008.

LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. Carlos. **Didática**. (Coleção Magistério 2º Grau. Série formação de professores). 1ª reinpressão. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, Ilza. **Por que avaliar?** Como avaliar? Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2010. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez,1991.

OLIVEIRA, Lucas Renan Monteiro de; SOUSA; Ellen Campos; RICARTE; Marcos Antonio Chaves. O Estudo Da Motivação Dos Discentes Em Um Curso De Graduação A Distância, À Luz Da Escala De Motivação Acadêmica. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 4, n.2, p. 2-10, maio. 2015. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/688/365. Acesso em: 10 abr. 2020.

OTSUKA, Joice Lee. ROCHA, Heloísa Vieira da. **Avaliação formativa em ambientes de EaD**. XIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE – UNISINOS 2002. Disponível em: < file:///C: Users/marci/Downloads/174-381-1- PB.pdf>. Acesso em: 27 de jul de 2020.

PADILHA, Emanuele Coimbra; SELVERO, Caroline Mitidieri. **A Importância Da Motivação No Ensino a Distância (Ead). 2017** Disponível em: http://docplayer.com.br/4328128-A-importancia-da-motivacao-no-ensino-a-distanciaead.html. Acesso em: 6 jun. 2020.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, João Francisco Severo. **Avaliação no Ensino a Distância**. Santa Catarina: Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653), 2010. Disponível em: file:///C:/Users/marci Desktop/1372Severo.pdf. Acesso em: 29 abr 2020.

SANTOS, Leonor. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio?. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 637-669, jul./set. 2016. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n92/1809-4465-ensaio-24-92-0637.pdf>. Acesso em: Acesso em: 27 de jul de 2020.

SILVA, Gisele Reinaldo da. FREIRE, Paula Cristina Teixeira. O Ato de Avaliar na Educação Infantil: Divergências Conceituais Entre as Avaliações Classificatória e Diagnóstica. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, v. 21, n. 1, p. 73-81, 2020. Disponível em: Acesso em: 27 de jul. 2020.

ANAISA ALVES DE MOURA-Doutoranda em Educação – ULHT – Lisboa/Portugal. Mestre em Ciências da Educação – ULHT - Lisboa/Portugal – titulação reconhecida pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Escolar - Faculdades INTA , Educação Especial - UCAM, Educação a Distância - UNOPAR, Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar – INTA e graduada em Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professora pesquisadora pela CAPES – PARFOR – Formação de Professores para a Educação Básica, desde 2013. Atualmente integra o grupo de Estudos e Pesquisas de Narrativas Autobiográficas GEPAS – UVA – Cadastrado no CNPq. Docente do Centro Universitário UNINTA – Sobral – CE - Brasil e integrante do corpo editorial científico da Revista Ibero Americana de Educação. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/5733205457701234. Link do Orcid: http://orcid.org/0000-0002-4878-089X

MÁRCIA CRISTIANE FERREIRA MENDES - Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atuei como professora da educação a distância pela Universidade Federal da Paraíba no curso de Matemática (UFPB); exerci a função de Supervisora Educacional na Prefeitura de João Pessoa – PB. Atuei como Pedagoga no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) da Prefeitura Municipal de Guarabira - PB; Atuei como Professora Substituta na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atuei como Tutora da Educação a Distância da disciplina de Sociologia da Educação I e Gestão Educacional, do Curso de Pedagogia (UFPB); Atuo como tutora da Educação a Distância do IFCE, no curso de Matemática; Exerço a função de Professora do Curso de Pedagogia a Distância – UVA. Professora do Curso de Pedagogia Presencial e a Distância do Centro Universitário Uninta. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6377103436374712. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6219-7182

Volume III

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023

Volume III

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023